

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Fernanda Conceição de Souza Bastos Sabino

**A FORMAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO A PARTIR DAS REDES
PESSOAIS: O FAZER DA AUTONOMIA EM DUAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS DO NORTE FLUMINENSE**

Campos dos Goytacazes 2018

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

S116

Sabino, Fernanda Conceicao de Souza Bastos.

"A FORMAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO A PARTIR DAS REDES PESSOAIS : O FAZER DA AUTONOMIA EM DUAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO NORTE FLUMINENSE" / Fernanda Conceicao de Souza Bastos Sabino. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2018.

233 f. : il.

Bibliografia: 200 - 207.

Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2018.

Orientadora: Odile Elise Augusta Reginensi.

1. Quilombola. 2. Sujeito político. 3. Rede. 4. Agentes externos. 5. Movimentos sociais. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

Fernanda Conceição de Souza Bastos Sabino

**A FORMAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO A PARTIR DAS REDES
PESSOAIS: O FAZER DA AUTONOMIA EM DUAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS DO NORTE FLUMINENSE**

Tese de Doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Sociologia Política.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Caterine Reginensi

Campos dos Goytacazes 2018

**A FORMAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO A PARTIR DAS REDES
PESSOAIS: O FAZER DA AUTONOMIA EM DUAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS DO NORTE FLUMINENSE**

FERNANDA CONCEIÇÃO DE SOUZA BASTOS SABINO

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

APROVADA: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Caterine Reginensi (Orientadora)

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Prof. Dr. Javier Alejandro Lifschitz

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Prof.^a Dr.^a Maria Clareth Gonçalves Reis

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Prof. Dr. Nilo Lima de Azevedo

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Prof. Dr. Rodrigo de Araújo Monteiro

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Agradecimentos:

Agradeço primeiramente Jesus Cristo, meu amigo, pelas lições preciosas de vida e amor e por estar sempre ao meu lado, me levando sempre a diante em todos os projetos da minha vida.

À minha mãe, que em todas as horas esteve ao meu lado me apoiando e incentivando. O amor de minha mãe é o combustível que me leva adiante.

Ao meu pai, por me dar todo o suporte, incentivo e por acreditar em mim. Obrigada, pai, por me fazer acreditar que esse dia chegaria!

Ao Hugo, meu marido, meu amor, meu melhor amigo, que esteve comigo e compartilhou dos momentos bons e ruins nesse período, sendo muito paciente. Seu amor e amizade foram a força que me levaram a diante. Obrigada por acreditar, por me fazer rir sempre que uma lágrima queria rolar. Obrigada por fazer parte da minha vida.

Ao meu filho, Théo, o meu amor maior! Posso dizer que foi meu coautor. Ainda no meu ventre passou comigo pelo processo de escrita da tese; sentiu as ansiedades e angústias; dividiu momentos felizes e gratificantes. Por ele as minhas forças se renovam, meus horizontes se ampliam minha esperança se efetiva.

Em memória do meu avô querido, que sempre intercedeu por mim com suas orações e me ensinou lições preciosas de vida que vou levar sempre comigo.

À Silvana, minha outra mãe, por me ajudar em tudo que sempre precisei. Por ser muitas vezes meus braços e minhas pernas. Obrigada por tempo dedicado ao meu filho, por todo amor, carinho e atenção.

À tia Nete, por abrir mão do seu precioso tempo me ajudando sempre que precisei com o Théo, para que eu pudesse escrever a tese.

À Gizele Henttyzy, a minha incrível amiga, que sempre esteve ao meu lado e fez os meus dias mais coloridos com seu bom humor e otimismo. Me ajudou de forma que poucos ajudariam, abrindo, muitas vezes, mão de seu precioso tempo.

Ao amigo Ricardo Pontes, que abriu mão do seu tempo precioso para estar comigo sempre que precisei. Suas ideias e seu talento muitas vezes me salvaram.

À minha orientadora, Dra. Catherine Reginensi, que se revelou uma grande amiga durante o processo de escrita dessa tese. Seu talento, sua disponibilidade e seu carisma foram um grande incentivo para mim. Agradeço pelas valiosas contribuições e pela amizade.

Ao Dr. Javier Alejandro Lifschitz, ao Dr. Nilo Lima de Azevedo, a Dr^a. Maria Clareth Gonçalves Reis e ao Dr. Rodrigo de Araújo Monteiro, integrantes da banca de defesa dessa tese, pela disponibilidade e atenção.

À Dr^a Márcia Leitão que sempre me deu ricas contribuições e disponibilizou tempo e atenção. Suas orientações foram o alicerce para essa tese.

Às comunidades de São Benedito e Machadinho que sempre me receberam muito bem. Obrigada por confiar em mim e no meu trabalho, prontamente me permitindo participar de muitos aspectos de suas vidas e experiências. Agradeço imensamente a todos que dedicaram uma parte de seus tempos para conversar comigo e me dividir suas vidas, experiências e memórias. Sem vocês esse trabalho não seria possível.

Um agradecimento especial ao Frank, seu Antônio, Benedito, Rosely, seu Carlinhos, Wagner e Janaína. Vocês foram incríveis! Não tenho como agradecer a toda atenção, confiança e amizade. Sem a ajuda preciosa de vocês eu não conseguiria.

À UENF/FAPERJ pela bolsa concedida.

Enfim, à minha família e a todos que não foram citados aqui, mas que sempre torceram para que tudo sempre desse certo. Obrigada a todos os meus amigos, anjos que agiram em minha vida, mesmo sem que eu soubesse.

Resumo:

Essa tese tem por objetivo compreender o processo de formação do sujeito político coletivo quilombola e sua busca por autonomia política a partir das redes pessoais em duas comunidades quilombolas da região Norte Fluminense: Machadinho e São Benedito. Para tanto, será levado em conta a interação dessas comunidades com associações de representação quilombola e outros agentes externos. Busca-se compreender a atuação dessas comunidades os papéis que desempenham os atores, cabendo saber como se articulam em rede no processo de formação do sujeito político coletivo. Para pensar as articulações que envolvem esses atores, é importante recorrer à teoria das redes sociais, onde os actantes são definidos a partir do papel que desempenham e a partir da extensão e efeitos que suas ações produzem na rede. (Latour, 2012). Metodologicamente foi feito um mapeamento das redes de diálogo entre os moradores. Para tanto, houve participação nas reuniões e eventos promovidos por essas comunidades. Foram feitas entrevistas semi-estruturadas com moradores locais, lideranças e agentes externos em relacionamento com cada uma das comunidades, bem como o mapeamento e construção de um quadro de atores externos atuantes em cada uma dessas comunidades; também foi aplicado um formulário a fim de identificar como se constroem as redes pessoais de cada entrevistado e como estes têm se mobilizado para ação política no que se refere a satisfação de suas demandas. Esse recurso revelou que quanto maior a proximidade de um indivíduo com a associação de moradores e sua presidência, maior é o contato com agentes externos, e, maior é participação em eventos promovidos por estes. Consequentemente esses indivíduos demonstram maior conhecimento e informação sobre direitos. Maior também é a mobilização e articulação dessas pessoas. Em contrapartida, quando mais distantes estão os indivíduos das associações, quanto menos interagem com os agentes externos, menos essas pessoas demonstram conhecimento sobre direitos, menos se articulam ou mobilizam.

Palavras-chave: sujeito político, quilombola, redes, agentes externos.

Abstract:

This thesis aims the comprehension of the formation process of the quilombola collective political player and its search for political autonomy considering the personal networks in two quilombola communities in the North Fluminense region: Machadinha and São Benedito. For this purpose, the interaction of these communities with quilombola associations and other external agents will be taken into account. The study seeks to understand the performance of these communities and the roles played by the actors, and it is necessary to know how they are articulated in a network to the formation of the collective political player. In order to think about the articulations that involve these actors, it is important to resort to the theory of social networks, where influencers are defined from the role they play and from the extent and effects that their actions impact in the networks. (Latour, 2012). Methodologically, a mapping of the dialogue networks among the residents was done. In order to such, attendances in meetings and events promoted by these communities were done. Semi-structured interviews were conducted with local residents, leaders and external agents in relation to each of the communities, as well as the mapping and construction of a framework of external actors influencing each of these communities; a form was also applied in order to identify how the personal networks of each interviewee are constructed and how they have been mobilized for political actions towards the satisfaction of their demands. This feature revealed that the greater the proximity of an individual to the association of residents and their presidency, the higher the contact with external agents, therefore greater the participation in events promoted by them. Consequently, these individuals demonstrate greater knowledge and information about their rights. The mobilization and articulation of these people were also greater. Conversely, the more distant individuals are from associations, the less they interact with external agents, fewer people demonstrate knowledge about rights, consequently they articulate or mobilize less.

Keywords: political subject, quilombola, social networks, external agents.

Lista de Figuras:

Figura 1: Rede.	80
Figura 2: Centralidade de um ator.	80
Figura 3. Crescimento da rede de relacionamentos pessoais do aluno A.....	80
Figura 4. Subgrupos da rede do aluno A e as diversas redes que a interpenetram.....	81
Figura 5. Díade: uma linha representa um par de pontos.	81
Figura 6. Dois tipos de tríade.	81
Figura 7. Propriedade das redes.....	82
Figura 8. Principais projetos de Lei que ameaçam as comunidades quilombolas.....	101
Figura 9. Debate Legal sobre o artigo 68.	102
Figura 10. Mapa de São Fidélis.	133
Figura 11. Mapa da comunidade quilombola de Machadinha.....	134
Figura 12. Esquema das redes pessoais da comunidade São Benedito	137
Figura 13. Rede Pessoal do Frank	139
Figura 14. Rede Pessoal do Benedito	140
Figura 15. Rede pessoal do Antônio José.....	141
Figura 16. Rede pessoal do Carlos Alberto	142
Figura 17. Rede Pessoal do Gilson.....	143
Figura 18. Rede pessoal do Lucas	144
Figura 19. Rede pessoal do Adilson	145
Figura 20. Rede pessoal da Algemira.....	146
Figura 21. Rede Pessoal da Rosely.....	147
Figura 22. Esquema de redes pessoais da comunidade de Machadinha.....	165
Figura 23. Redes pessoais do Wagner	167
Figura 24. Redes pessoais do Leandro	168
Figura 25. Redes pessoais da Dalma	169
Figura 26. Redes pessoais da Janaína.....	170
Figura 27. Redes Pessoais da Fabiana	171

Lista de quadros:

Quadro I	193
Quadro II	194

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ACQUILERJ- Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro

ADCT- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AGU – Advocacia Geral da União

ARQUIMA- Associação de Remanescentes de Quilombo de Machadinho

CADÚNICO- Cadastro Único

CF – Constituição Federal

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

CONAQ- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas

CPT- Comissão Pastoral da Terra

DEM- Democratas

ES- Espírito Santo

FCP- Fundação Cultural Palmares

FETAG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura

FNB- Frente Negra Brasileira

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GSI- Gabinete de Segurança Institucional

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDANNF- Instituto de Desenvolvimento Afro Norte e Noroeste Fluminense

INCRA- Instituto Nacional de colonização e reforma agrária

IFF- Instituto Federal Fluminense

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IN- Instrução Normativa

MINC- Ministério da Cultura

MNU- Movimento Negro Unificado

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MP- Ministério Público

MST- Movimento dos Trabalhadores sem Terra.

OAB- Ordem dos Advogados do Brasil

OIT- Organização Internacional do Trabalho
ONGS – Organizações Não Governamentais
PBQ - Programa Brasil Quilombola
PEC-Proposta de emenda constitucional
PFL-Partido da Frente Liberal
PGR- Procuradoria Geral da República
PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT- Partido dos Trabalhadores
QUIPEA- Quilombos no Projeto de Educação Ambiental
RJ- Rio de Janeiro
RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SC- Santa Catarina
SEPPIR- Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial
SPU- Secretaria do Patrimônio da União
STF- Supremo Tribunal Federal
TEN- Teatro Experimental do Negro
TRF- Tribunal Regional Federal
UENF- Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ- Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

Sumário

Introdução:	15
Capítulo I	41
1 Quadro teórico que norteia as análises:	41
1.1 Os Movimentos sociais e a formação do sujeito político:	45
1.2 Movimentos sociais e cidadania no Brasil:	53
1.3 As Redes de mobilização:.....	54
1.4 Mobilizações Negras e Identidades:	57
1.5 Comunidades quilombolas como sujeitos políticos:	61
1.6 As Associações:.....	64
Capítulo II	75
2 As redes sociais: laços e circulação de informação	75
2.1 A dinâmica das redes	79
2.2 Conclusão sobre a análise de redes como debate teórico-metodológico.....	83
2.3 As redes no contexto dos movimentos sociais	84
2.4 O Movimento Quilombola:	87
2.5 Remanescente de quilombo: o conceito	90
2.6 Os quilombolas e a questão jurídica:	95
2.7 Duas comunidades quilombolas: São Benedito e Machadinho	102
2.7.1 A comunidade de São Benedito:	103
2.7.2 A Comunidade de Machadinho:	113
2.9 Duas comunidades em busca de articulações	126
Capítulo III	127
3 As redes pessoais	127
3.1 O campo.....	129
3.2 Perfil dos entrevistados de São Benedito: Os atores e suas redes	135
3.3 Dinâmica da rede da comunidade de São Benedito a partir da circulação de informações	148
3.4 Histórias de vida de três atores da comunidade São Benedito	156
3.5 Perfil dos entrevistados da comunidade de Machadinho.....	162
3.6 Dinâmica da rede da Comunidade de Machadinho a partir da circulação de informações	172
3.7 Histórias de Vida de três atores da Comunidade de Machadinho:	181
3.8 As redes de diálogo em São Benedito e Machadinho em perspectiva:	188

Considerações finais:	195
Referências Bibliográficas:	201
Apêndice I: Quadro de atores.....	209
Apêndice II: Instrumentos de coleta de dados	212
Apêndice III: Quadro esquemático dos moradores entrevistados e suas redes pessoais...218	
Moradores entrevistados em São Fidélis	218
Apêndice III: Quadro esquemático dos moradores entrevistados e suas redes pessoais...226	
Moradores entrevistados em Machadinho	226

Introdução:

O objetivo em questão trata de analisar se há a formação de um sujeito político coletivo em duas comunidades quilombolas do Norte Fluminense¹: Machadinha, localizada em Quissamã, e São Benedito, localizada em São Fidélis; levando em consideração o processo de busca por autonomia dessas comunidades.

Para tanto, será levada em conta a participação e/ou interação com associações de representação, como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ), a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ), bem como outros agentes externos² governamentais e não governamentais. Busca-se, assim, compreender a atuação das comunidades quilombolas e também os papéis que desempenham seus atores, cabendo saber como se articulam em rede no processo de formação do sujeito político das comunidades quilombolas.

O levantamento da literatura especializada permitiu identificar que, no caso dessas comunidades, a construção do sujeito político quilombola perpassava pela atuação de agentes externos, como ONGs, Institutos, Universidades, Fundações etc. (LIFSCHITZ, 2006; ARRUTI, 2006; NEVES, 2008).

Interessei-me, então, por compreender a mobilização das comunidades quilombolas, entendendo-as não como sujeitos passivos no processo de mediação política, mas em constante articulação. Isso envolve o contato constante com experiências de outras comunidades, entidades, organizações, universidades e associações quilombolas que atuam interligadas e constantemente se mobilizam para acessar políticas públicas, compartilhar conhecimentos adquiridos e informações. Por isso, pus-me a indagar sobre a formação de um contexto de articulação e discurso integrado por aquele que tem sido considerado subalterno, despreparado para a autorrepresentação (SPIVAK, 2014).

¹ A região do norte fluminense conta com oito¹ comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP)¹ e doze¹ com o processo aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹. Dentre as oito comunidades certificadas pela FCP todas possuem associações de moradores registradas, constituídas como entidades comunitárias formais.

² O termo “agentes externos” é utilizado pelo Dr. Javier Alejandro *Lifschitz* para caracterizar agentes governamentais ou não governamentais, como fundações, institutos, ONGs, universidades e movimentos sociais que atuam em comunidades quilombolas e promovem ações que vão desde o resgate da história local, perpassando pela exposição das políticas direcionadas aos quilombolas, valorização de sua identidade, organizações de encontros de articulação comunitária para a luta política pela garantia da cidadania e acesso a terra, entre outras. Pode-se considerar que estes agentes são mediadores entre as comunidades e o Estado, uma vez que, de acordo com seus discursos, suas ações visam formar e articular politicamente esses sujeitos para acessar os direitos constitucionais.

Para pensar as articulações que envolvem as associações, as comunidades quilombolas e os atores citados, é importante recorrer à teoria das redes sociais, que prega que os atores são definidos a partir do papel que desempenham e a partir da extensão e efeitos que suas ações produzem na rede (LATOURET, 2012).

Quando se fala em organizações articuladas em rede, pode-se pensar no fluxo e na transferência de informações, ou seja, como a informação circula e é usada como um recurso para lutar por melhores condições de vida. Nesta interação, alguns atores ocupam posições estratégicas tendo sua posição reconhecida pelos demais integrantes (MARTELETO, 2001).

As redes são um fenômeno de comunicação através do qual as pessoas se reagrupam em torno de identidades que podem ser étnicas, territoriais, nacionais etc., podendo se relacionar com outros grupos identitários próximos ou não (CASTELLS, 2003).

As redes se originariam da necessidade de as pessoas estarem unidas pelo fortalecimento dos laços de identidade, formando-se a partir de grupos de interesses ou valores dos seus integrantes (MARTELETO, 2001:73). Para compreendermos a articulação dos atores envolvidos é importante levar em conta o conjunto de relações estabelecidas pelos indivíduos através de suas interações uns com os outros.

É importante deixar claro que essas entidades trabalham em parceria com as comunidades buscando difundir leis que protegem a população negra e representá-los junto às autoridades judiciárias. Também promovem encontros, reuniões, capacitação e projetos no intuito de informar essas comunidades sobre políticas direcionadas a elas, sobre o andamento de processos de titulação territorial. Ainda atuam a fim de pressionar o poder público para acessar ou criar políticas públicas para estas populações. Nesta relação, são mobilizados ideias, recursos e ações com e para as comunidades quilombolas.

As comunidades quilombolas articuladas às associações de representação também se ligam a uma rede de outros atores composta por entidades e organizações onde circulam informações e práticas que têm por objetivo auxiliar estas comunidades em seu processo de autonomia política. É importante dizer, neste caso, que a autonomia política não é algo acabado, mas que está sempre em construção, pois a prática política dos sujeitos é constante.

Nesta integração entre atores, é possível observar o surgimento de conflitos de interesses, tensões e disputas pela legitimidade da representação ou da fala pelos quilombolas. O fato é que esta integração tem surtido efeitos e proporcionado aos quilombolas algumas conquistas para suas comunidades, dentre elas o registro de associações de moradores; garantia territorial etc. Por isso é importante compreender como estes atores vêm agindo para colocar no cenário político a questão quilombola.

Penso ser este o caso de membros das comunidades que, muitas vezes, podem integrar ou não as associações quilombolas, como a ACQUILERJ e a CONAQ, podendo ainda se relacionar com outros atores, como fundações, institutos, ONGs, movimentos sociais, universidades e outras instituições. Estes agentes mobilizam ideias, recursos e ações que envolvem as comunidades, cujos membros se articulam com eles.

É neste contexto que esses atores dotados de capacidade propositiva lidam com recursos tais como reuniões para discussão das demandas das comunidades, reuniões de formação, eventos que promovem a afirmação da identidade negra e quilombola e pressões junto ao poder público, no intuito de acessar ou criar políticas dirigidas aos quilombolas, para a organização das ações destes atores e comunidades nos espaços políticos.

Trajetória da pesquisa: Recorte e delimitação do tema

No que diz respeito ao objetivo da presente tese é importante elucidar como surgiu o interesse pela temática proposta e como foi feito o recorte das comunidades a serem pesquisadas, bem como as associações de representação e agentes externos envolvidos na relação de compartilhamento de informações.

O interesse por essa temática surge a partir de pesquisas relacionadas à minha dissertação de mestrado, quando pesquisei a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na Comunidade quilombola de Barrinha, no intuito de resgatar a identidade quilombola e a história local de forma que a comunidade pudesse ter conhecimento de seus direitos e acesso às políticas de ação afirmativas garantidas constitucionalmente aos quilombolas.

A manifestação cultural do jongo, resgatada com a ajuda da CPT, foi suporte para a identidade étnica do grupo e uma via de acesso que permitiu uma “politização da cultura” (GOHN, 2008), uma vez que o jongo, ao ser um elemento-chave na identificação do grupo quilombola, levou a comunidade a se articular em torno da identidade para lutar politicamente por seus direitos. Essa “politização da cultura”, identificada no caso de Barrinha, está relacionada aos Novos Movimentos Sociais, através dos quais a questão identitária ganha ênfase.

Segundo alguns de seus teóricos, como Maria da Glória Gohn (2008), estes movimentos teriam como principal característica a ênfase na cultura. Os atores sociais são percebidos através de suas ações e de sua identidade, elemento presente nos Novos Movimentos Sociais, uma vez que esses movimentos muitas vezes atuam em defesa da identidade.

O conceito de cultura

Quando se fala de cultura é importante deixar claro qual é a noção que se tem acerca desse conceito, a fim de entender como isso se liga aos Novos Movimentos Sociais, que têm a cultura como principal elemento constitutivo.

Hoje em dia podemos dizer que a palavra cultura é usada em diversos campos semânticos, o que sugere que não se pode falar de um único conceito de cultura, mas sim de culturas (CUCHE, 2002).

Essa diversidade de conceitos de cultura remonta aos séculos XVIII e XIX, quando o termo cultura estava ligado à intelectualidade e às artes, fundindo-se com a noção de civilização. Oriundos do debate acerca dessas concepções surgem nas ciências sociais o conceito universalista, que entende a cultura como uma característica do ser humano; e o conceito particularista, que entende a cultura como um “conjunto de características artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade” (CUCHE, 2002:28).

Franz Boas, no final do século XIX, propõe que a cultura deixa de ser uma única cultura para se tornar um modo de vida. Boas buscou compreender a natureza da cultura partindo da origem dos traços culturais e da perpetuação destes traços de uma sociedade para outra. Para ele, as diferenças entre grupos humanos eram de ordem cultural e não raciais ou determinadas geograficamente. As culturas eram autônomas e cada uma delas possuía uma singularidade, que se manifestava nos costumes de cada povo.

Assim, ao buscar entender a cultura de um lugar, o observador deve levar em conta as particularidades dos costumes, o contexto cultural, a origem e a história desse lugar. Para ele, a cultura não é universal, portanto, não faz sentido falar de cultura, no singular, mas de culturas, pois cada cultura resulta de um desenvolvimento histórico único.

Sobre esse conceito, Geertz também mostra que:

O conceito de cultura (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado à teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado (GUEERTZ, 1978:15).

Para Gueertz, a cultura é inerente à existência dos seres humanos, é resultado de suas ações, fruto de um processo contínuo, através do qual os indivíduos dão sentido a suas ações. Portanto, a cultura é dinâmica.

Mais do que hábitos e “padrões concretos de comportamento”, a cultura abrange todo um universo simbólico que conforma nossos pensamentos e ações. Assim, a cultura se revela algo no qual cada ser humano, mesmo em sua individualidade, está imerso. Ou seja, mesmo fazendo parte de um grupo, cada ser humano é único. Portanto, o ser humano está imerso num sistema simbólico que dá sentido e guia suas práticas e decisões pautadas num universo simbólico que organiza o mundo (GEERTZ, 1989:65).

Diante das diferentes concepções acerca do conceito de cultura podemos dizer que este pode ser entendido como um fator do desenvolvimento humano e modos de vida que caracterizam uma coletividade (CANEDO, 2009).

No que concerne ao fator de desenvolvimento humano, pressupõe-se que esta pode ser vista como fonte de desenvolvimento social. Segundo Canclini (1987), a cultura pode ser vista como parte da socialização das classes e grupos na formação de concepções políticas. Assim, é instrumento de desenvolvimento político e social, onde o campo da cultura transpõe o campo social (CANEDO, 2009).

Por isso tomo emprestada a perspectiva de que a cultura pode ser vista como fonte de desenvolvimento social, pois entendo que quando os Novos Movimentos Sociais incorporam a cultura como elemento constitutivo de suas bandeiras, é sob a ótica da pluralidade de contextos, origens e histórias, que podem ser operacionalizados de forma a garantir o reconhecimento da diversidade, das identidades diferenciadas e a criação de novos grupos de direitos ou mesmo a garantia de direitos já existentes.

Ainda pensando no universo dos Novos Movimentos Sociais, a cultura também pode ser entendida como um sistema de signos e significados criados pelos grupos sociais, produzida pela interação de indivíduos, que constroem valores, formas de pensar, sentir, identidades e diferenças (BOTELHO, 2001).

Como pode ser visto, identidade e cultura estão intimamente ligadas e assim aparecem no âmbito dos Novos movimentos Sociais. É importante a natureza social dessa identidade, pois ela se constrói nos contextos sociais, que irão influenciar a posição dos agentes e orientar suas representações e escolhas. A construção da identidade produz efeitos sociais reais (CUCHE, 2002:182).

É por isso que as relações culturais devem ser pensadas no contexto das diferentes circunstâncias das relações sociais que podem favorecer situações de conflitos, acordos,

cooperações, competições, etc. Ou seja, o cultural não deve ser analisado independente do social (idem, p. 125).

Assim, podemos entender que os Novos Movimentos Sociais operacionalizam culturas e identidades, a partir do momento em que os atores sociais são percebidos através de suas ações e suas identidades. A identidade dá sentido às ações coletivas (GOHN, 2005). Esses Movimentos levam a cabo a produção social da diferença, o que resulta no processo de afirmação das novas identidades (QUEVEDO, 2007).

Podemos dizer, então, que nesse processo há uma politização da cultura, pois categorias como identidade passam a ser instrumentalizadas pelos Movimentos Sociais para garantir acesso a direitos.

As contribuições empíricas e o aporte teórico apresentados permitem pensar como o sujeito político coletivo quilombola se forma, estando inserido em uma rede que agrega diferentes agentes, entidades e atores que se articulam e mobilizam no intuito de satisfazer suas demandas.

Tais atores atuam tendo como pano de fundo o contexto dos novos movimentos sociais, que tendo a identidade como um dos seus elementos constitutivos, luta pelo reconhecimento das diferenças e por uma sociedade mais, inclusiva, justa e igualitária, cujo acesso a direitos é garantido, inclusive aos grupos etnicamente diferenciados, como os quilombolas.

Pensar num sujeito político significa pensar num sujeito que tem capacidade de intervir politicamente. Suas ações são praticadas no sentido de participar e interferir nos caminhos do meio em que está inserido.

Podemos entender que o sujeito político se forma quando se põe em prática a cidadania, ou seja, quando se tem acesso pleno aos direitos civis, políticos e sociais. No entanto, a efetivação e garantia da cidadania se revela um desafio em que é preciso lutar.

Dentro dessa perspectiva entendo o sujeito político no nível da ação. Ou seja, é um sujeito (que pode ser uma coletividade) que se agrega em torno de uma identificação política (a identidade nesse caso aparece como importante elemento aglutinador) e que se organiza de modo a empreender ações que garantam a satisfação de suas demandas. O sujeito político se forma no bojo dos anseios dessa coletividade que se move e se organiza e age no sentido de fazer acontecer, de tornar palpável o resultado de suas lutas.

Novos movimentos sociais e as comunidades estudadas

Nesses movimentos, excluídos são todos aqueles que se encontram em vulnerabilidade social, alijados de participação e direitos: o negro, o quilombola, o indígena, a mulher, o camponês, as minorias étnicas etc. Esse cenário aponta para uma redefinição do lugar da cultura nos movimentos políticos e sociais, diante da emergência de novos sujeitos de direito.

Assim, a questão dos Novos Movimentos Sociais aparece relacionada ao processo de formação do sujeito político coletivo quilombola a partir do momento em que a influência desses movimentos, suas concepções, maneiras de agir, informações, conhecimentos e teorias chegam às comunidades através de agentes externos que se relacionam com essas comunidades.

O universo desses movimentos se faz presente na vida comunitária através das práticas, projetos e discursos dos agentes, que em contato com membros das comunidades proporcionam informação e conhecimento, o que muitas vezes resulta em ações que têm impacto real na vida comunitária.

A escolha pela comunidade de Machadinha, localizada em Quissamã, se deve ao fato de que esta foi a primeira comunidade quilombola que visitei desde que comecei a ter contato com a temática quilombola, ainda em meu curso de graduação em Ciências Sociais na UENF, em 2004. O contato se deu devido ao fato de meu orientador a essa época, Dr. Javier Alejandro Lifschitz, realizar pesquisas para desenvolver um projeto chamado “Árvore do conhecimento em comunidades”, através do qual mapeava os saberes tradicionais e inseria os dados num programa de computador que simulava as folhas de uma árvore, que ao se clicar nos *links* sobre elas, abria-se a informação referente a um tipo de saber específico relacionado com um morador da comunidade que colocava aquele conhecimento em prática.

Nesse período, a comunidade ainda não havia passado pelas obras de restauração das antigas senzalas, onde hoje vivem os moradores da comunidade. O processo de restauro, concluído em 2008, foi implementado pela prefeitura de Quissamã no intuito de incentivar o etnoturismo³, já que os moradores locais residiam no que foram as senzalas da fazenda Machadinha. O fato de essas pessoas permanecerem no local demonstra resistência, uma vez que continuaram nesse lugar por sua importância na história e memória coletiva.

Já ao final da graduação retornei para algumas visitas que ocorreram entre o período das obras de restauro e a conclusão desta. Meu retorno se deu para acompanhar uma amiga,

³ Tipo de turismo pelo qual é possível conhecer a vida, os costumes e a cultura de um determinado povo.

Juliana Barreto, em sua pesquisa de dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da UENF, com a temática das neocomunidades⁴.

A prefeitura, no momento da restauração do complexo arquitetônico, chegou a querer que os moradores saíssem de suas casas e se mudassem para novas casas, que seriam construídas no Bairro Penha, em Quissamã. Diante da recusa dos moradores a saírem do local (pois alegavam que ali estavam suas histórias, suas vidas), foram construídas novas casas em anexo à estrutura das senzalas, que foram chamadas de “casas de passagem”, pois foi o local provisório de moradia enquanto as senzalas eram reformadas.

As terras em que está localizada a comunidade de Machadinha, composta por cinco núcleos, foram adquiridas pela prefeitura. Sendo assim, os moradores da comunidade estão em terras que hoje pertencem à prefeitura de Quissamã.

Após o restauro, a prefeitura manteve consigo as chaves de espaços comunitários como a igreja, a casa de artes (restaurante) e do salão em que se dançava jongo e fado e foi transformado em “Memorial Machadinha”.

Diante desses fatos, notei que a comunidade ficou com acesso muito restrito aos espaços locais, além de se tornar coadjuvante de sua própria história.

Em visitas posteriores observei, além dos já citados, vários problemas pelos quais a comunidade passava. Dentre eles estão a falta de postos de saúde, transporte, emprego, além da posse das terras, não só do Complexo Machadinha, mas também das terras do entorno da comunidade (terras demarcadas através do RTID⁵, onde os moradores tinham acesso em tempos que a fazenda machadinha pertencia à usina central de Quissamã e que hoje não têm mais por terem se tornado terras de propriedade particular). Essas terras seriam de área

⁴ O conceito de Neocomunidade denota a situação de comunidades tradicionais que passam por um processo de reconstrução de sua história, saberes e memória, através da atuação de empresas e instituições como ONGs, institutos, prefeituras, agências de turismo, agências culturais, etc. Esses agentes externos buscam recriar um passado através de “técnicas e dispositivos modernos”. O conceito de neocomunidade analisa essa dinâmica de interferência de agentes modernos na base da organização dessas comunidades. Fonte: *LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Comunidades tradicionais e neocomunidades. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.*

⁵ O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) é um trabalho feito por um grupo de técnicos e profissionais de instituições públicas e privadas para delimitar o território quilombola reivindicado por uma comunidade. Esse relatório é composto por dados cartográficos, fundiários, agrônômicos, ecológicos, geográficos, socioeconômicos, históricos e antropológicos. O RTID é composto pelas seguintes peças: relatório antropológico; planta e memorial descritivo do território, mapeamento e indicação das áreas e ocupações de toda a área; cadastramento das famílias; levantamento fundiário que inclui documentos e de dados dos imóveis existentes no território reivindicado; relatório agroambiental; detalhamento da situação fundiária; e pareceres conclusivos das áreas técnica e jurídica.

Fonte: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>. Acesso em 01/06/2017.

agricultável, o que poderia gerar renda para a comunidade, uma vez que o espaço destinado à comunidade é reduzido e não possibilita a agricultura.

Hoje o espaço que engloba a comunidade e ao qual os moradores têm acesso está restrito aos locais de moradia, às antigas senzalas, ao restaurante, ao memorial Machadinha, à igreja e às ruínas da casa-grande. Essa circunscrição recebe o nome de “Complexo Cultural Fazenda Machadinha”.

Notei também que havia a presença de alguns agentes externos na comunidade, e que esses agentes eram principalmente universidades que desenvolviam alguns projetos e tentavam auxiliar nos problemas enfrentados, entre eles o da titulação territorial. Na tentativa de superar esses entraves, a comunidade buscava articulação com esses agentes. Por isso decidi incluir essa comunidade no meu recorte de pesquisa.

A escolha da comunidade de São Benedito, localizada em São Fidélis, se justifica pelo fato de a comunidade ter sido removida das terras que demanda. Hoje seus membros se encontram em situação de exterritorialidade. Sou natural de São Fidélis e fiquei sabendo da existência da comunidade em 2008, através da Juliana Barreto, que em sua pesquisa de dissertação abordava a emergência das neocomunidades. Em seu levantamento das comunidades quilombolas existentes na região Norte Fluminense ela me relatou que existia uma em São Fidélis e me perguntou se eu tinha conhecimento dela.

Como eu não sabia, procurei saber sobre a situação dessa comunidade e meu primeiro contato se deu com o antigo presidente da associação de moradores, que me informou que havia apenas quatro famílias residindo na região da fazenda São Benedito e que as demais famílias da comunidade haviam sido removidas da fazenda pelo antigo proprietário nos anos de 1960 e se mudado para diversos bairros da cidade de São Fidélis. Após a morte do proprietário responsável pela expulsão dos antigos moradores o território foi dividido pelos herdeiros e vendido para diversos novos proprietários. Desde então, entre ameaças e dificuldades os quilombolas da fazenda São Benedito vêm tentando, sem sucesso, retornar para o território.

Em conversa com o novo presidente da associação de moradores fui informada de que a principal e mais urgente demanda é territorial e que depois de estabelecidos nas terras haverá a luta pelos direitos e programas destinados aos quilombolas. Segundo o presidente, não há como reivindicar tais programas ou mesmo direitos sociais para a comunidade, uma vez que esta se encontra afastada das terras.

A comunidade de São Fidélis, na tentativa de superar a situação de expropriação e garantir não só o retorno à Fazenda, mas também a titulação definitiva das terras, buscou

auxílio junto à CONAQ, ACQUILERJ, IDANNF, Ministério Público Estadual e Federal, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), INCRA, Defensoria Pública Estadual e Polícia Federal.

Percebi que o presidente da associação de moradores se articulava com diversas entidades e por isso decidi investigar como se davam essas articulações e, se, e como os demais membros comunitários se mobilizavam para satisfazer suas demandas.

Diante desses fatos, percebi que tanto em Machadinho como em São Benedito havia articulação com entidades de fora das comunidades e que essas entidades muitas vezes faziam a ligação dessas comunidades ao universo não só dos movimentos sociais, e suas formas de agir, mas também propiciavam um fluxo informacional que levou conhecimento aos membros comunitários que em muitos casos apontou caminhos para resolver problemas enfrentados pelas comunidades.

Dentre os agentes externos que marcavam presença nas comunidades pesquisadas observei que alguns deles estabeleciam presença mais assídua, como é o caso das diferentes Universidades em Machadinho, enquanto outros só apareciam quando o apoio era solicitado, como as associações de representação quilombola também em Machadinho.

Observei também que agentes que eram mais atuantes em uma comunidade não eram tão ativos em outra, como o caso das associações de representação quilombola CONAQ e ACQUILERJ, com uma presença mais marcante em São Fidélis.

Em suma, diferentes tipos de agentes externos marcam presença e desenvolvem projetos nas comunidades pesquisadas. Por vezes as comunidades são receptivas a esses agentes, outras vezes estabelecem críticas às suas presenças e ações.

A seguir, traço um quadro com os principais agentes externos nas comunidades de Machadinho e São Benedito. Cabe observar que as entidades listadas no quadro não são as únicas em relacionamento com as respectivas comunidades, mas são as principais, visto que desenvolveram projetos ou suas ações resultaram de uma forma ou de outra algum tipo de ganho para as comunidades articuladas a elas.

Agentes externos: para pensar as articulações

Uma vez elencados os motivos que me levaram ao recorte das comunidades em questão, é importante explicitar a delimitação dos agentes externos, mediadores e associações de representação quilombola que estabelecem relações com as comunidades citadas, uma vez que a articulação desses atores em rede permite um fluxo de informações que permeia de diferentes maneiras a extensão dessa rede. Sendo assim, para compreendermos a articulação desses atores envolvidos é importante levar em conta o conjunto de relações estabelecidas pelos indivíduos através de suas interações uns com os outros.

Durante o período de observação e trabalho de campo nas comunidades pude observar que alguns agentes externos atuavam temporariamente e que outros estabeleciam uma presença mais duradoura. Há ainda agentes externos que atuam em outras comunidades quilombolas ou que estiveram brevemente em alguma dessas comunidades, mas sem estabelecer uma presença mais frequente.

Sendo assim, optei por acompanhar os agentes externos que atuavam mais frequentemente nessas comunidades instituindo projetos, oferecendo algum tipo de capacitação, auxiliando nas demandas comunitárias ou representando-as frente ao Estado ou à sociedade civil. Contudo, é preciso deixar claro que há agentes que atuam em uma, mas não atuam em outra comunidade.

O IDANNF também é um dos agentes externos em articulação com membros comunitários. Apesar de hoje em dia essa instituição tem uma atuação menor na comunidade de São Benedito, em um período determinado ofereceu apoio, ajudando na informação e capacitação de membros comunitários em assuntos referentes à titulação territorial. O IDANNF também ofereceu suporte fazendo uma ponte entre a comunidade e a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), conseguindo abastecer com gêneros agrícolas e alimentícios membros comunitários que passavam necessidades. Essa entidade, no entanto, não atua em Machadinha.

Mantive a escolha dessa instituição, pois através de articulações que partiram da ex-presidência, projetos como o QUIPEA (Quilombos no Projeto de Educação Ambiental) da Shell alcançaram outras comunidades, como a de Machadinha.

O Instituto do Desenvolvimento Afro Norte Noroeste Fluminense (IDANNF) é uma entidade sem fins lucrativos que foi fundada em 2008 e abrange toda a região Norte e Noroeste do Rio de Janeiro, estabelecendo sua sede em Campos dos Goytacazes. Possui outros núcleos em municípios vizinhos, como São Francisco do Itabapoana, Cardoso Moreira

e Cambuci. Segundo sua coordenação, o IDANNF tem por principais objetivos pesquisar, estudar e levantar os problemas que atingem principalmente a população negra, quilombolas e outros povos excluídos nos campos social, econômico, educacional e cultural, visando estar presente nas comunidades, promovendo eventos, reuniões e articulação da população negra, sobretudo quilombola, buscando agir para a diminuição da desigualdade⁶.

O IDANNF, baseado em um de seus objetivos, que é estimular a participação das comunidades em projetos ambientais voltados para a preservação do meio ambiente, se articula com um projeto da empresa Shell, intitulado QUIPEA (Quilombos no Projeto de Educação Ambiental). Este projeto está ligado ao licenciamento ambiental federal para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás por parte da Shell na região da Bacia de Campos. A empresa realiza este projeto junto a 20 comunidades quilombolas na região da Bacia de Campos. O projeto prevê que estas comunidades estão sujeitas a impactos, como a migração interna e o grande quantitativo de pessoas que buscam empregos na indústria do petróleo, fatores que ameaçam a preservação histórica de tais comunidades.

Segundo seu institucional, o objetivo do projeto é o fortalecimento da organização social destas comunidades, que são estimuladas a participarem da gestão ambiental de onde vivem. Dentre as principais ações do projeto estão aquelas que atendem às principais reivindicações das comunidades, que são: criação de uma Comissão Articuladora, representando as comunidades quilombolas da região; realização de seminários de formação de lideranças e cursos de capacitação técnica dos comunitários e eventos culturais para fortalecimento da identidade⁷.

Os cursos de capacitação foram oferecidos de acordo com as demandas comunitárias. Houve um processo para decidir sobre essa capacitação através de reuniões que ocorreram nas comunidades contempladas pelo projeto, em que cada uma delas escolheu o curso mais necessário à realidade local. Um dos objetivos também foi viabilizar a capacitação de jovens. Em Machadinho o curso escolhido foi a culinária quilombola.

Além da capacitação técnica também foi oferecido um curso para a formação de lideranças locais. Os participantes foram os presidentes das associações de moradores, que apontaram quais eram os conteúdos mais necessários de acordo com sua realidade.

⁶ Fonte: <http://idannf-idannf.blogspot.com.br/>. Acesso em 01/11/2015.

⁷ Fonte: <http://www.shell.com.br/sustentabilidade/projetos-e-iniciativas-de-desenvolvimentosustentavel/quipea.html>. Acesso em 01/11/2015.

O QUIPEA atuou nessa formação em conjunto com a CONAQ e com o Instituto Terra de Direitos⁸ e os conteúdos dos cursos versavam sobre como organizar um estatuto para associação de moradores e sobre as políticas direcionadas aos quilombolas.

A articulação das comunidades quilombolas ao projeto QUIPEA se deu pois a fundadora e ex-presidente do IDANNF é também uma das agentes de campo do projeto QUIPEA. Como ela é formada em Gestão Ambiental, acabou integrando a equipe do projeto da Shell.

A Shell, através do projeto QUIPEA, também será outro agente externo que marca presença nas duas comunidades pesquisadas.

Atualmente, o agente externo que está presente com maior regularidade nas três comunidades pesquisadas é a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ), que tem como uma de suas coordenadoras a ex-presidente do IDANNF. Como ela reside na cidade de Campos dos Goytacazes, tem maior acesso e contato com as comunidades.

Desta forma, a CONAQ é uma associação de representação quilombola que atua como agente externo a essas comunidades. Ela é de grande importância, uma vez que desenvolve ações no intuito de prestar auxílio, informações e pressões junto ao poder público nas três comunidades pesquisadas.

A CONAQ surgiu a partir do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizado em novembro de 1995, em Brasília. Nesse evento foi criada a Comissão Nacional Provisória das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Nesse evento foi feito um levantamento e se chegou ao número de 412 comunidades ao redor do Brasil. A partir disso a estrutura da Comissão Nacional foi esquematizada. Depois desse encontro as comunidades negras rurais alteraram sua capacidade de ação regional, colocando a problemática do negro como questão nacional. Com a finalidade de se organizarem, numa reunião de avaliação do encontro, foi constituída, em 12 de maio de 1996, em Bom Jesus da Lapa, Bahia, a CONAQ.

Como apoio, ela tem as entidades do movimento negro e entidades ligadas à questão rural, que lutam em defesa dos territórios quilombolas. (ALBERTI E PEREIRA, 2007). Como forma de ação, realiza encontros regionais, reuniões com lideranças e membros das

⁸ O Instituto Terra de Direitos é um organização de direitos humanos que atua na defesa dos direitos sociais, culturais e ambientais dos povos vulneráveis e em situações de conflito que envolvem o acesso à terra.

comunidades; levantamento de demandas e discussão de soluções e pressões ao poder público.

Outra associação de representação a que as duas comunidades quilombolas são articuladas e que é alvo de atenção nessa pesquisa é a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ), que atua no âmbito estadual. Essa associação surgiu em 2003, através da articulação das comunidades quilombolas do estado do Rio de Janeiro e se liga à CONAQ. De acordo com o site da Fundação Cultural Palmares, no Rio de Janeiro são 36 comunidades certificadas por essa Fundação. Dessas 36, 27 são comunidades afiliadas a ACQUILERJ. Segundo seu institucional, o principal objetivo da ACQUILERJ é fortalecer uma associação no Estado como instrumento de defesa dos direitos das comunidades e mostrar que os problemas das comunidades são semelhantes e oriundos das mesmas causas. Essa associação colabora com a difusão dos direitos quilombolas, através de encontros regionais, reuniões com a participação das lideranças e membros das comunidades e presença nas mesmas, com o intuito de levantar demandas e discutir soluções e pressionar o poder público⁹.

Sempre que surge um problema ou uma demanda específica nessas comunidades a ACQUILERJ se faz presente para buscar soluções, levar informação sobre a legislação ou prestar auxílio.

Outro fato de importante relevância para as análises ligadas ao objetivo dessa tese é que o presidente da associação de moradores da Comunidade de São Benedito faz parte da comissão executiva da ACQUILERJ. Isso o ajuda a acompanhar o andamento do processo mais de perto, exercer maior pressão junto às autoridades envolvidas, estabelecer contatos, fazer articulações políticas e a ter um conhecimento mais estrito da legislação e dos meandros para se prosseguir com o processo de titulação territorial. Dentre as três comunidades pesquisadas, a comunidade de São Benedito é a que tem o processo de titulação mais avançado; encontrando-se na Casa Civil, aguardando a assinatura do Presidente da República.

A ACQUILERJ também se fez presente em diversas reuniões da comunidade de Machadinho junto à prefeitura de Quissamã para tratar da titulação definitiva das terras, uma vez que a prefeitura se comprometeu a conceder o título das terras referentes ao Complexo Cultural Machadinho para a comunidade, mas ainda não o fez. No intuito de apoiar a comunidade, informar sobre a legislação e exercer pressão, essa associação de representação se fez presente.

⁹ O breve histórico da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ) foi revelado em entrevista no ano de 2015 por um dos membros desta associação.

As universidades também são agentes externos que marcam presença em uma das comunidades pesquisadas: Machadinho. Essas se fazem presentes desenvolvendo projetos de capacitação, valorização e resgate da cultura, promovendo formação e exercendo pressões junto ao poder público para que os problemas que atingem as comunidades quilombolas sejam resolvidos.

As universidades que recentemente estabeleceram presença em Machadinho são: Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto Federal Fluminense (IFF) e Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

Cabe ressaltar que através do programa extensão da UENF, uma das moradoras locais, a Janaína, foi contemplada com uma bolsa de estudos para atuar em um projeto de pesquisa sobre o jongo, intitulado “Cultuarte”.

Dentre as atividades realizadas no projeto está um grupo de estudos que trata de temas como: questão racial, identidade negra, comunidades quilombolas, educação étnico-racial etc. O objetivo é integrar universidade e realidades locais para que o conhecimento adquirido no meio acadêmico possa auxiliar numa mudança de prática social e política a fim de que seja possível, através do conhecimento, haver mais instrumentos para lutar pelo reconhecimento e afirmação da identidade negra e pela conquista de direitos.

Foi interessante citar a participação dessa moradora de Machadinho no programa de extensão, pois em uma conversa ela me revelou que o grupo de estudos a ajudou muito na obtenção de informações e na construção do seu conhecimento. Hoje em dia ela tem um papel-chave na circulação da informação na rede que se estabelece na comunidade.

Dentre as instituições de ensino que marcam presença em Machadinho estão a UFF, o IFF e a UENF.

A UFF se estabeleceu através do projeto “Prospecção e Capacitação em Territórios Criativos”. Esse projeto foi uma parceria com o Ministério da Cultura (MINC), e obteve o apoio da Prefeitura de Quissamã, através da Coordenadoria de Cultura e Turismo. A UFF ofereceu cursos de capacitação aos moradores locais, cujo principal objetivo era dar visibilidade à produção local e gerar renda. O projeto começou com uma visita dos moradores de Machadinho ao quilombo Campinho da Independência, em Paraty. O objetivo era realizar uma troca de experiências.

Em Machadinho, os cursos oferecidos foram: Agricultura Familiar e agroecologia; Fazer Comunitário: gestão de espaços coletivos, associativismo e legislações afins; Patrimônio Cultural e formulação de projetos e Turismo de Base Comunitária. Como fruto desse projeto uma loja de artesanato quilombola foi aberta na própria comunidade.

O projeto Territórios Criativos foi responsável pela elaboração de um Mapa Falado do Território da Comunidade. Esse foi um passo importante para o processo de titulação, já que o INCRA havia determinado a necessidade de atualização do Relatório de Identificação e Delimitação (RTID) através de um mapa.

Outra instituição de ensino que marca presença em Machadinho é o Instituto Federal Fluminense (IFF), que propôs um projeto de capacitação em gestão de restaurante. Esse curso se deve ao fato de a atual prefeita de Quissamã ter se comprometido a passar em regime de comodato a administração do restaurante para a comunidade. Diante dessa necessidade foi proposto pelo IFF esse projeto.

Em Machadinho, também houve atuação do projeto QUIPEA (Quilombos no Projeto de Educação Ambiental). Esse projeto tem por objetivo trabalhar o fortalecimento identitário em comunidades quilombolas.

Dentre suas ações se pode citar a criação de uma Comissão Articuladora, representando a comunidade; realização de cursos de formação de lideranças, cursos de capacitação técnica e eventos culturais para fortalecimento da identidade.

Em Machadinho, o curso implantado foi o de culinária quilombola e formação de lideranças. Nesse último caso, os conteúdos dos cursos versavam sobre como organizar um estatuto para associação de moradores e sobre as políticas direcionadas aos quilombolas.

Há ainda outro agente externo que atuou em Machadinho com vistas a auxiliar a comunidade na questão da regularização fundiária, que foi a Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão negra, que chegou à comunidade através do intermédio da CONAQ. Ainda que não esteja presente no cotidiano comunitário sua ajuda foi fundamental para a criação de um projeto de lei para a regularização fundiária e de grupo de Trabalho, composto por diversas entidades (Universidades, CONAQ, ACQUILERJ, Defensoria Pública, INCRA) mais a comunidade, para pensar a questão territorial e pressionar o poder público.

Para se tratar da regulação fundiária houve três encontros no governo anterior ao governo da prefeita Fátima Pacheco. O primeiro encontro contou com a participação da Comissão da Verdade da Escravidão negra no Brasil e a OAB, e a Comissão se comprometeu a se inteirar da situação e intermediar a criação de um projeto de lei para obtenção da escritura definitiva das terras para os moradores de Machadinho. Após passar pelo departamento jurídico da prefeitura, o documento criado com o auxílio da Comissão da Verdade seguiu para a Câmara Municipal, a fim de ser apreciado pelo legislativo. Até o presente momento não houve resposta a esse projeto de lei devido ao impasse quanto à extensão da área a ser

demarcada e devido a exigências do INCRA com relação à necessidade de atualização do RTID, que precisa conter um mapa com a área reivindicada pela comunidade.

Em São Benedito, a presença de outros agentes externos que desenvolvem algum tipo de projeto, além das associações de representação quilombola CONAQ e AQUILERJ, é mais difícil, uma vez que a comunidade foi removida de seu território, e está dispersa pelos diversos bairros da cidade de São Fidélis. Com relação ao projeto QUIPEA, a participação da comunidade se restringe a eventos culturais.

Esse é o cenário de agentes externos que estabeleceram ou ainda estabelecem relações e articulações com as comunidades escolhidas para a pesquisa e que, atuando em redes, permitem a circulação e troca de informações que auxiliam essas comunidades a lutarem por melhores condições de vida.

Há membros comunitários que se relacionam com essas instituições, buscando auxílio e informações, visando incrementar o conhecimento para que este possa se traduzir em ações que resultem na satisfação de suas demandas.

Munidos de conhecimentos e de possibilidades de ação esses membros comunitários se articulam com os demais de forma a transmiti-los, o que muitas vezes é feito na forma de conversas e trocas que se realizam entre esses sujeitos.

As associações de moradores em ambos os casos aparecem como um canal informativo na medida em que estão ligadas a esses agentes externos. A informação muitas vezes chega através das associações e se perpetua pela extensão da rede de diálogo estabelecida entre os membros comunitários.

Percurso metodológico e construção de uma perspectiva de investigação

Para elucidar como essas relações se dão, e como a informação tem circulado e sido usada por esses indivíduos e como isso resulta na prática, é importante colocar em perspectiva os dois campos de estudo a partir do eixo temático das demandas de cada uma das comunidades, que é regularização fundiária. É importante dizer que ambas as comunidades vivem contextos diferentes e que cada uma tem sua maneira e suas articulações para buscar a satisfação dessa demanda.

Por isso foi feita aqui uma descrição e caracterização das associações de representação quilombola, agentes externos que atuam nas comunidades, associações de moradores locais, quem são os membros de cada uma das comunidades em observação, bem como seu histórico

de surgimento, onde se localizam no território do município e como têm atuado coletivamente para debater essa atuação em rede no processo de formação do sujeito político.

Com esse panorama traçado será possível pensar o processo de surgimento do sujeito político através das redes pessoais e formas de engajamento dos atores em questão.

Para pensar a formação do sujeito político coletivo, bem como a busca pela autonomia desses sujeitos, o principal caminho metodológico era, além do trabalho de observação participante e entrevistas, participar das reuniões das associações e observar suas atas, de modo a compreender melhor como se dava o processo de mobilização coletiva para chegar às redes que se formavam em torno da atuação de cada um desses agentes. Pensando em como a informação circula e como é utilizada por estes para a satisfação de suas demandas.

Para que tal quadro de análise fosse possível, metodologicamente na realização do trabalho de campo, partir para as redes de diálogo entre os moradores foi fundamental para pensar a participação e mobilização desses sujeitos. Essa estratégia foi necessária pois houve a impossibilidade de participar de todas as reuniões das associações de moradores nos lugares pesquisados.

No caso de Machadinho, a impossibilidade se deu pois as reuniões oficiais ocorrem semestralmente, e as extraordinárias, além de não serem marcadas com certa antecedência, ocorrem à noite, fato que dificultou minha participação, por eu residir em outro município. No caso da comunidade de São Benedito, as reuniões ocorrem no primeiro sábado de cada mês. Por haver maior regularidade nas reuniões e eu residir em São Fidélis, pude participar de um número maior de reuniões.

Há que se observar que por si só olhar as atas e participar das reuniões não foi suficiente para estabelecer as redes de contato ou como se dava o associativismo, porque em São Benedito as atas não trazem detalhes da reunião, mas somente data da reunião, nome dos participantes e assunto da reunião; no caso de Machadinho, as atas são gravadas em áudio.

Diante dessa situação, para não haver um número desigual de acompanhamento e participação em cada uma dessas reuniões, optei pelo caminho das redes de diálogo entre moradores (REGINENSI, 1996). Essa estratégia metodológica permitiu identificar como os membros das comunidades se articulam e qual é a proximidade e participação dos mesmos nas associações de moradores, bem como se configuram suas relações com as associações de representação e demais agentes externos presentes nessas comunidades.

Para tanto, houve participação nas reuniões e eventos promovidos por essas comunidades; foram feitas entrevistas semiestruturadas com moradores locais, lideranças e agentes externos em relacionamento com cada uma das comunidades, bem como o

mapeamento e construção do quadro de atores externos atuantes em cada uma dessas comunidades.

Também foi aplicado um formulário a fim de identificar como se constroem as redes pessoais de cada entrevistado (*ego*) e como estes têm se mobilizado para ação política no que se refere à satisfação de suas demandas.

Assim, seria importante levantar algumas questões: como as decisões tomadas são influenciadas pela rede? Como se constroem e se mantêm as relações pessoais? Como as relações se modificam? O que as redes pessoais indicam? Que sistemas de relações se inscrevem em determinados contextos? (BIDART, 1997)

Para mapear as redes de diálogo de cada morador e entender como se dá o efeito multiplicador da rede de diálogos, no que concerne à circulação de informação nas entrevistas, foi apresentado um roteiro de entrevista (apêndice II), que tinha quatro tópicos principais.

No primeiro deles era feita a identificação do entrevistado, através de seu perfil socioeconômico, sua história de vida, seu relacionamento com a comunidade, sua relação com o território e perspectivas de titulação, bem como sua participação ou não na associação de moradores; no segundo tópico o entrevistado listava até dez nomes de pessoas com as quais mantinha diálogo sobre as demandas comunitárias, principalmente a posse da terra; o terceiro tópico era composto por um esquema relacional onde o entrevistado se colocava em um círculo central e nomeava nos círculos a sua volta pessoas com as quais mais se relacionava; o quarto tópico era um formulário das redes pessoais do entrevistado, onde esse se dedicava a detalhar seu relacionamento com cada pessoa listada.

Nesse esquema o entrevistado informava sobre cada pessoa: o tipo de relação que possui (se era membro da família, amigo, vizinho, se tinha relação de trabalho, se era membro da mesma associação de moradores ou se era profissional da prefeitura). Esse item permitiu identificar os laços que unem os membros da rede e a influência da rede; sobre a frequência do contato, para saber se essa frequência influenciava na mobilização das pessoas ou na circulação de informações.

Onde o entrevistado residia: se na comunidade ou fora dela. Esse item foi importante para localizar espacialmente os membros da comunidade de São Benedito que estavam dispersos pelos vários bairros da cidade de São Fidélis.

Também havia pergunta sobre o apoio informativo. A intenção era saber como a informação se espalhava e que tipo de informação era essa. Se havia algum tipo de apoio material, financeiro ou moral para identificar o tipo de apoio e como esse apoio influenciava

na relação dessas pessoas e se havia reciprocidade entre esses sujeitos. A questão da reciprocidade visava entender como a relação era percebida e acordada pelas partes em relacionamento.

De posse desses dados foi possível traçar a rede pessoal de cada entrevistado e a partir dela a rede que se tece em cada comunidade. Foi também possível identificar como se dava a troca de informações, quais eram a natureza e a intensidade das ligações entre os atores, como percebiam a relação estabelecida, o número de indivíduos que compunham a rede, as múltiplas relações entre eles, a coesão, ou seja, a confiabilidade entre esses atores, o número de ligações entre essas pessoas, quem eram os atores centrais e quem eram os responsáveis por dinamizar a informação dentro da rede (nomes mais citados).

Esses dados resultaram num desenho esquemático da rede de diálogos que se tece sobre cada comunidade, bem como num esquema analítico sintético, que serão apresentados no terceiro capítulo desse trabalho.

É importante deixar claro que o desenho que resultou dos dados coletados em campo foi feito de maneira artesanal, ou seja, foi utilizado um programa específico para gerar tal ilustração. Não se pretendia fazer uma análise profunda e estrutural da rede, como um programa específico poderia fazer.

O objetivo do desenho é deixar claro como se ligam os *egos*, ou seja, os atores, e como suas relações se dão, de modo a auxiliar na compreensão de como o sujeito político coletivo pode se formar a partir de uma rede de diálogos que tem efeito multiplicador. Isso ocorre a partir do momento em que um *ego* (ator), ao se informar, permite que por meio do diálogo as outras pessoas de sua rede também se informem.

Partindo do princípio de que a informação propicia a ação, temos sujeitos que se mobilizam coletivamente buscando a satisfação de suas demandas.

Informações sobre a pesquisa de campo e a sua perspectiva teórico-metodológica

A pesquisa ocorreu entre os meses de março de 2017 a setembro de 2017 e a participação nas reuniões das associações de moradores de cada comunidade foi importante para selecionar possíveis entrevistados.

Na interlocução com as pessoas e convite para as entrevistas também foram importantes o auxílio de Frank, que é presidente da associação de moradores da comunidade de São Benedito, e a ajuda de uma moradora local, Janaína, bem relacionada na comunidade de Machadinha.

Como mencionado anteriormente, as reuniões da associação em Machadinho ocorrem semestralmente, e as reuniões extraordinárias não são marcadas com muita antecedência. Assim, um caminho viável para as entrevistas foram visitas regulares à comunidade com a ajuda da Janaína para selecionar pessoas a serem entrevistadas.

No caso de São Benedito, a participação nas reuniões foi o principal caminho para as entrevistas.

Quando essas entrevistas já estavam em andamento, passei a pedir indicações de outros possíveis entrevistados e a partir daí uma pessoa foi indicando outra, sucessivamente. Foram entrevistados homens e mulheres adultos.

No caso de São Benedito, foram entrevistadas pessoas que, além de frequentarem as reuniões da associação, moravam em diversos bairros das cidades de São Fidélis e Cambuci. Em Machadinho, os entrevistados se localizavam no núcleo onde está o complexo de senzalas e nos sítios Santa Luzia e Boa Vista.

Foram entrevistadas 31 pessoas. As entrevistas revelaram que alguns *egos*/atores interagem com mais sujeitos, estabelecem mais relações que outros e são citados mais vezes como fontes de informação e conhecimento dentro das comunidades, fato que dinamiza a circulação de informação.

Para entender melhor o lugar que alguns atores ocupam na rede de diálogos selecionei três histórias de vida de atores mais citados pelos entrevistados em cada comunidade. São sujeitos que mais se articulam e mobilizam informações. Essas histórias de vida permitem compreender o lugar que ocupam na rede, suas motivações para agir, se articular e mobilizar, bem como a natureza das relações. Para responder como se constrói a autonomia quilombola e a construção do sujeito político coletivo através das articulações em rede, o percurso teórico traçado foi refletir acerca da emergência de novos sujeitos de direito, a partir do momento em que os Novos Movimentos Sociais abrem caminho para reivindicações de direitos de grupos etnicamente diferenciados, como os quilombolas.

A formação do sujeito político coletivo se liga à cidadania, que por sua vez se relaciona com o princípio da igualdade, que está correlacionado à democracia.

No âmbito dos Novos Movimentos Sociais uma série de atores se engaja no sentido de lutar por uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária.

Essa articulação alcança diferentes níveis, de modo que os universos das comunidades quilombolas e dos Novos Movimentos Sociais se inter cruzam. Isso ocorre a partir do momento em que debates, formas de agir, informações e lutas, que vão desde a garantia de direitos já existentes até a criação de novos direitos, se estendem por uma rede que agrega em

torno de si membros de comunidades quilombolas e diversos agentes externos que, articulados, buscam obter satisfação de suas demandas. Essa rede é capaz de agregar atores coletivos e heterogêneos em torno de projetos em comum.

Esses temas são importantes, uma vez que oferecem aporte adequado para pensar o campo de estudo.

Quilombolas como sujeitos de direitos: grupo étnico e o conceito de quilombo na atualidade

Os direitos que fomentaram a emergência da identidade quilombola foram definidos com a atual Constituição Federal, em 1988. Ela demarca o estatuto jurídico dessas comunidades, especificamente no artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), ao veicular ser “reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”, apresenta as “comunidades remanescentes de quilombo” como categoria de acesso a direitos.

Para discutir tal questão, devemos levar em conta que o artigo 68 da Constituição Federal traz à tona os quilombolas como sujeitos étnicos possuidores de direitos políticos. Arruti (2006) chama a atenção para o fato de que a novidade do artigo 68 está na manifestação, no que se refere ao ordenamento jurídico brasileiro, do movimento de adoção dos “direitos étnicos”.

Para falar de direitos étnicos, é importante fazer algumas considerações acerca da etnicidade e dos grupos étnicos, a quem são direcionados tais direitos.

Como bem observa Weber (2000), os elementos que envolvem a etnicidade são o sentimento de pertença e a ação política, ficando os laços sanguíneos e as características culturais secundários na definição desse grupo. Portanto, não faz sentido buscar características genéticas específicas ou padrões culturais característicos ou exclusivos adotados por membros desses grupos.

Assim, o pertencimento ou exclusão a determinado grupo é definido unicamente por ele mesmo; a etnicidade se revela uma forma de organização social. É o grupo que define suas fronteiras e a etnicidade se desvela nas ações e relações entre esse grupo e o “outro”. Cabe observar que apesar de a cultura não ser um elemento definidor da etnicidade, é com base nos contrastes entre o “nós” e os “outros” que se constituem os grupos étnicos (BARTH, 1969). A etnicidade é uma questão de pertencimento, por isso que grupos étnicos como quilombolas são autoatribuídos.

Cabe ressaltar que a autoatribuição, bem como a adoção de direitos diferenciados, têm sido no Brasil uma questão problemática. Muito se questiona sobre a legitimidade das autoatribuições de grupos étnicos como os quilombolas, uma vez que a ideia que se tem de comunidade quilombola é algo cristalizado no passado, tal como o conceito de quilombo do período colonial. Esperam-se traços característicos como aparência ou modos de vida típicos da africanidade (LEITE, 2000). Nesse quesito há uma série de avanços e retrocessos na legislação no que concerne aos direitos dos quilombolas. Os embates que surgem no legislativo aparecem como entraves na garantia e efetivação desses direitos, sobretudo os territoriais.

Assim, imputam aos grupos que evocam direitos diferenciados pautados numa identidade étnica a responsabilidade de manipular a Constituição a seu favor (MALHEIROS, 2010).

No entanto, o conceito contemporâneo de quilombo está ligado à autoatribuição étnica (MALHEIROS, 2010). Quilombo não se relaciona a vestígios do passado; não se trata de grupos isolados com população homogênea. Trata-se de grupos que mantêm e reproduzem modos de vida próprios, que têm ligações também próprias com seus territórios. A identidade desse grupo se funda no compartilhamento de histórias, na trajetória comum e na sua perpetuação como um grupo. Em suma, são grupos cujo pertencimento é definido por normas determinadas pelo próprio grupo (O'DWYER, 1995:52).

A adoção de direitos étnicos foi decorrente do impacto da democratização dos anos de 1980 e 1990, quando foram realizadas reformas constitucionais que tiveram como principais características o reconhecimento da diversidade cultural e étnica por parte do Estado. Assim, Arruti (2006) conclui que através dos direitos étnicos foi possível o reconhecimento dos direitos territoriais, da autonomia jurídica e política das comunidades negras rurais, além de um tratamento diferenciado no que diz respeito às políticas públicas. Para esse autor, essa tendência deve ser vista como uma “política das diferenças”, que é decorrente do acúmulo de lutas sociais, que no âmbito da democratização ganharam mais espaço no plano legislativo.

Outra possível leitura, feita por Arruti (2006), acerca desses acontecimentos, é a que percebe nessas mudanças uma resposta às novas demandas da organização social, de onde decorrem as necessidades por modernização e inclusão social, através da educação, saúde e apoio à produção. As leis, projetos, decretos e portarias direcionados aos quilombolas foram atrelados às políticas nas áreas de educação, saúde, formação profissional, crédito agrícola, valorização e difusão das manifestações culturais afro-brasileiras, além da preservação do patrimônio material e imaterial.

O conjunto de ações estatais coloca em pauta o tema da comunidade e da etnia e estabelece novas conexões entre as identidades étnicas, Estado e comunidades, bem como mobiliza e anima articulações entre organizações sociais e as comunidades quilombolas. Charles Taylor (1993) auxilia no incremento dessa reflexão quando defende que o contexto multicultural deve estar associado a uma política de reconhecimento das diferenças, por parte das instituições públicas. Só assim seria possível justificar a perpetuação das comunidades culturais nas sociedades multiculturais, pelo fato de estarem ligadas à formação das identidades humanas e a garantia de direitos, especial a grupos culturais distintos.

E é nesse contexto que surge uma noção de cidadania capaz de garantir o bem-estar dos diversos grupos sociais, seus direitos fundamentais e o respeito às suas particularidades. Tudo isso sendo exercido dentro dos limites territoriais e ideológicos do Estado. Para Taylor, as políticas públicas devem ser incentivadas de forma que busquem o reconhecimento das diferenças existentes no seio dos grupos sociais minoritários. Assim, a igualdade passa a estar vinculada ao reconhecimento das diferenças.

Quando se fala em direitos sociais e políticos não se pode deixar de lado o importante papel dos movimentos sociais, que lutam por sociedades mais igualitárias e inclusivas. Os movimentos sociais, diante do fenômeno das sociedades multiculturais, ampliaram suas vias de ação diante da emergência de novos sujeitos sociais. Percebendo que estes também são portadores de direitos, os movimentos passam a lutar pela defesa e pelas demandas desses novos grupos (DAGNINO, 2000).

Scherer-Warren (2006) coloca que na articulação de redes o associativismo expresso nas associações comunitárias locais, nas ONGs feministas, étnicas etc., ou os movimentos sociais locais sentem a necessidade de se articularem a outros grupos que tenham uma identidade política, social ou cultural semelhantes, a fim de obter maior visibilidade e conquistar ou criar mais direitos de cidadania.

A atuação dos integrantes de grupos e comunidades também é importante, pois há que se destacar o agir daquelas comunidades que autodenominam quilombolas, na busca por mais igualdade e direitos, articulando-se para sua obtenção.

Essas comunidades não agem sozinhas, mas fazem parte de um cenário composto por diferentes atores que, articulados, tentam obter resultados para suas demandas. Esses atores, por sua vez, atuam interligados em redes das quais fazem parte associações quilombolas, movimentos sociais, ONGs, entre outros. Esse processo articulatório pressupõe identificação de atores coletivos em torno de identidades, valores e projetos em comum. As redes são

capazes de aproximar diferentes atores sociais, possibilitando entre eles um entendimento, apesar de sua heterogeneidade.

Para desenvolver as questões propostas, a tese está dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo trata de contribuições teóricas acerca do sujeito político e da autonomia, pois esses temas se ligam à cidadania, que por sua vez tem por elemento motor os movimentos sociais, que agregam coletividades para lutar por uma sociedade mais justa. No espectro dos movimentos sociais, é interessante aqui falar dos Novos Movimentos Sociais, pelos quais a identidade aparece como principal elemento, permitindo uma ligação entre cultura e política. Há que se evidenciar a mobilização coletiva que passa a lutar por mais acesso a direitos. Nesses movimentos os atores são percebidos através de suas ações por sua identidade e cultura.

Outra abordagem que se faz é a ação coletiva nesses movimentos que resultam em redes pelas quais movimentos sociais se articulam com vários tipos com outros setores, organizações e entidades, como: partidos políticos, universidades, ONGs, Institutos e órgãos governamentais ou não, entre outros. Esse movimento revela relações interpessoais entre atores ligados uns aos outros, revelando uma múltipla camada de atores.

No capítulo II será abordado como as teorias das redes permitem pensar a articulação e mobilização de atores coletivos, tanto nos movimentos sociais quanto na realidade das comunidades quilombolas estudadas. Essas informações serão úteis para compreender no capítulo III como se desenvolvem e quais são as características das redes pessoais de diálogo que se formam nas comunidades pesquisadas e que permitem pensar a formação do sujeito político coletivo quilombola.

Outro tema discutido será a legislação quilombola, bem como seus avanços e retrocessos no legislativo brasileiro. Para tanto, será válido retomar discussões sobre o conceito de quilombo e identidades étnicas, pois a autoatribuição étnica tem gerado uma série de controversas e questionamentos sobre os direitos constitucionais direcionados aos quilombolas.

Essas temáticas foram elucidadas para que se compreenda melhor as lutas empreendidas por essas comunidades no que concerne à garantia de direitos, sobretudo, territoriais.

Nesse capítulo, também é realizada uma descrição detalhada dos campos de estudo, bem como as articulações desenvolvidas, projetos em andamento e as situações em que se encontra cada comunidade pesquisada, em suas particularidades. Os dois campos de estudos

são colocados em perspectiva de acordo com suas singularidades e demandas em comum, no caso em questão, a territorial.

Por fim, no capítulo III é realizada a análise dos dados coletados em campo de forma a mapear as redes pessoais dos indivíduos e descrever as características das redes, a fim de entender como as redes de diálogo possibilitam o processo de autonomia e formação do sujeito político quilombola.

Capítulo I

1 Quadro teórico que norteia as análises:

Para pensar a ideia de autonomia e construção de um sujeito político é preciso deixar claro qual é a compreensão que se tem acerca desses conceitos.

Penso que a questão da autonomia se liga a uma questão política. A autonomia se faz através da ação dos sujeitos na sociedade em que vivem. Um sujeito autônomo é um sujeito capaz de decidir seus objetivos, bem como os meios para alcançar esses objetivos.

Charles Worth (1996) liga a ideia de autonomia do sujeito à noção da cidadania quando afirma que nenhum indivíduo consegue se sentir autônomo quando está oprimido pela pobreza, privado da educação ou destituído da ordem pública.

O sujeito autônomo é um cidadão capaz de se posicionar frente à sociedade e aos problemas inerentes ao seu tempo, que sabe agir num sentido de transformar seu próprio ambiente. Esse indivíduo é capaz de um olhar crítico, consciente sobre o mundo em que se insere para que assim possa intervir num sentido de mudar sua realidade.

Freire (1996) afirma que a construção da autonomia se centra em experiências quem estimulam a decisão e a responsabilidade. A concepção de autonomia está vinculada à independência dos sujeitos, à capacidade das pessoas conscientemente assumirem posições que atendam a seus objetivos.

Para Pitano e Ghiggi (2009), o termo “autonomia”, que significa “por si próprio ou de si mesmo” – *autos* – é a capacidade de um sujeito de se autogovernar, de se reger por leis próprias; é um sujeito que tem a liberdade ou independência moral e intelectual para poder escolher as leis que regem suas condutas. A autonomia seria a capacidade do indivíduo de se determinar segundo a lei da razão; todo ser humano é capaz de fazer uso da sua capacidade de independência através da razão.

Pensar a autonomia passa a ser um desafio quando o discurso neoliberal e suas ideologias se espalham pelo mundo de modo a incutir na mente dos sujeitos que nada pode ser feito para mudar a realidade social vigente, vista como algo natural (Freire, 1996).

Através da hegemonia das ideias das classes dominantes, seu projeto de dominação segue aceito pelos demais de forma que visões de mundo autônomas pertencentes ao grupo dominado acabam desarticuladas (GRAMSCI, 1978). Esse processo culmina em violência simbólica contra os menos favorecidos, gera um dano moral, uma vez que, por

convencimento, os discursos e práticas impostos acabam por ser aceitos como naturais, a única visão de mundo possível (BOURDIEU, 2004).

A questão que se coloca é a necessidade de se tornar coerentes as práticas e visões de mundo dos sujeitos excluídos, para que se possa defender seus interesses, reivindicar outra maneira de pensar e agir na sociedade de forma que se coloque em curso um projeto de transformação social (GRAMSCI, 1978).

Numa perspectiva da autonomia atrelada à ideia de cidadania, o processo de sua construção tem que estar ligado ao fim da opressão dos sujeitos e sua consequente participação nos processos sociais que dizem respeito a sua vida, sobretudo sua vida em coletividade. Sendo assim, a construção de princípios para se pensar a autonomia se liga à possibilidade de construção da própria história. A autonomia deve necessariamente passar pela via da conscientização (FREIRE, 1996).

Logo, para Freire, a ação coletiva no intuito de formar relações humanas mais justas é primordial para a conquista da autonomia. É através de uma identidade comum, daqueles que defendem uma sociedade mais justa, menos excludente, que há a possibilidade da ação transformadora; através da criação de uma consciência crítica, que se dá pela construção do conhecimento, que é adquirido numa relação de troca com o outro, na qual os sujeitos envolvidos são autônomos.

Com o objetivo de construir um caminho viável para se responder às questões colocadas acerca de como se constrói a autonomia quilombola através da articulação em rede destas comunidades, associações quilombolas e atores envolvidos são importantes orientações conceituais e teóricas sobre cidadania, pois a construção do sujeito político se liga à ideia de cidadania, que, por sua vez, está relacionada a um princípio de igualdade com a ampliação da democracia.

O engajamento dos movimentos sociais e grupos que buscavam ter mais direitos e participação política na luta por uma sociedade mais justa ampliou os direitos políticos e abriu espaço para reivindicação e criação de novos direitos: relativos às mulheres, aos quilombolas, camponeses, negros, indígenas etc. (DAGNINO, 2000).

Pensar num sujeito político é pensar na participação. Quando se fala no sujeito político deve-se pressupor que tal sujeito possa intervir na história através de suas ações num nível político, ou seja, interferir na orientação da sociedade em que está inserido, através da participação. O sujeito político está nas relações de poder e se faz nas relações de poder. Seria um agir e falar em conjunto (ARENDRT, 2003). Pensar a participação política dos sujeitos hoje

é pensar numa forma na qual a voz não é dada, mas construída a partir da interação entre diferentes atores, criando formas eficazes de participação e espaços de articulação.

Pode-se entender um sujeito político como um sujeito que estende sua ação ao nível político, participando na orientação de seu meio social. Segundo Leite e Aragão (2010), a produção do sujeito político está atrelada à dimensão da cidadania de forma mais ampliada, numa relação de poder na qual a política pode ser entendida como campo estratégico onde se dão as relações de poder e de constituição do sujeito. O poder, entendido como estratégia e relação de força, é um poder que produz sujeitos (FOUCAULT, 2006).

O sujeito político é aqui pensado no nível da ação política, onde esse sujeito, através de formas de engajamento se organiza e age no sentido de lutar para que suas demandas sejam satisfeitas e seus direitos sejam reconhecidos e garantidos.

Foucault (2004) coloca que o sujeito político pode ser compreendido como um sujeito de direito, seja em termos de direito positivo, que passa a existir a partir de um ordenamento jurídico, como, por exemplo, a Constituição Federal, seja em direitos naturais, inerentes a todos os homens. Nestas condições, o sujeito político está atrelado ao sujeito de direito, sendo assim, produzido a partir de um ordenamento legal.

As formas de constituição de um sujeito político estão ligadas ao modo pelo qual, nas relações de poder, se constituiu como sujeito da ação. Assim, toda relação com o outro é política, pois afeta o campo social e produz movimentos e respostas nas maneiras com que nos relacionamos com o outro e com a sociedade. O sujeito político como cidadão é constituído pelas relações de saber e poder (*idem*).

Com a ampliação da democracia a cidadania passa a estar associada ao princípio da igualdade. Os direitos do cidadão devem ser efetivados para que haja uma cidadania plena. Quando se fala em direitos de cidadania, Marshall (1967) os define como o conjunto dos direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis, relativos às liberdades individuais, são conquistas oriundas das ideias iluministas, que resultaram na luta contra o Absolutismo e consequentemente numa maior soberania popular. A conquista destes direitos foi o primeiro êxito das lutas pelos direitos dos homens. O que se seguiu foram conquistas relacionadas aos direitos políticos que abrangem as diversas formas de participação da sociedade nas relações de poder. Estes direitos se relacionam com a organização política dos trabalhadores no final do século XIX, que para lutar por melhores condições de trabalho se organizaram em sindicatos e partidos políticos. Há ainda os direitos sociais, que dizem respeito à dignidade da vida humana, e surgem a partir das reivindicações sociais por melhores condições de vida.

Neste contexto, Marshall (1967) define que um cidadão pleno é aquele que exerce efetivamente seus direitos civis, políticos e sociais. Para ele, o conceito de cidadania está em permanente construção. Não é algo já dado ou acabado, pois os atores sociais estão em constante luta por mais direitos, mais garantias individuais e coletivas. Neste caso, o cidadão pode ser pensado como um indivíduo consciente de que é sujeito de direitos.

No entanto, não é possível dizer que haja cidadania plena no Brasil, uma vez que o brasileiro é alijado de muitos dos direitos de cidadania. Sendo assim, a luta e conseqüentemente a ação dos sujeitos é uma via para se buscar a garantia de tais direitos.

Na conquista dos direitos, há ainda que se mencionar os Direitos Humanos, expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, e resultado de diálogos entre países e uma série de tratados internacionais a fim de preservar os direitos essenciais à vida, à liberdade e à pluralidade como meio de combater ações excludentes e de discriminação, após a Segunda Guerra Mundial.

Os direitos humanos são universais e inegociáveis e têm por objetivo o respeito mútuo entre os seres humanos em detrimento dos privilégios a grupos e classes sociais. É claro que a declaração de tais direitos não garante sua efetividade na prática, mas o importante é que abre prerrogativa para que haja reivindicações, baseadas nestes direitos. E é isto que fazem os diversos movimentos sociais que lutam por igualdade, liberdade, inclusão e expansão e garantia destes direitos (CANÇADO & TRINDADE, 1992).

Foi a luta por uma sociedade mais justa e menos excludente que ampliou os direitos políticos e abriu espaço para reivindicação e criação de novos direitos sociais: os direitos dos negros, mulheres, quilombolas, índios, etc. (DAGNINO, 2000).

Ser sujeito político vai além de saber as regras formais da democracia. É preciso encampar uma luta pela ampliação da cidadania, o que muitas vezes se revela um desafio. José Murilo de Carvalho (2002) demonstra que no Brasil os direitos de cidadania sempre estiveram muito mais disponíveis às classes dominantes e que poucas vezes mobilizações populares foram suficientes para a conquista de direitos. Sendo assim, na tradição brasileira os direitos conquistados não foram resultado de pressões populares, mas uma concessão do Estado, no intuito de evitar conflitos, a uma população alheia à “coisa pública”.

Por conseguinte, esse cenário só começa a mudar no contexto da ditadura militar, quando a liberdade e os direitos do povo brasileiro foram suprimidos e a reação da população foi de mobilização para a volta da democracia. Nesse contexto, e na redemocratização, foi que os movimentos sindicais e sociais se fortaleceram e ampliaram suas lutas. Foi a Constituição

de 1988 que incorporou em seu texto as demandas populares, que compreendiam as liberdades políticas, civis e a ampliação dos direitos sociais.

Assim sendo, o sujeito político aqui entendido é o sujeito que assume participação da vida social, que se torna protagonista quando se trata de ter liberdade de agir em prol de uma sociedade mais igualitária. O sujeito político está envolvido de diferentes formas e ações na sociedade em que vive. Ele é um cidadão que está para além de ser apenas portador de direitos e deveres; é um sujeito que se faz nas relações de poder, que é capaz de ser reconhecido por seus discursos, identidade e ações. É alguém que se insere no destino político da sua sociedade e se torna visível.

1.1 Os Movimentos sociais e a formação do sujeito político:

Movimentos sociais é um tema que está estreitamente ligado ao tema da cidadania e conseqüentemente ao sujeito político. Existem muitas correntes teóricas sobre o tema, mas o que interessa aqui é o que se denomina Novos Movimentos Sociais (NMS). Os Novos Movimentos Sociais se caracterizam por serem movimentos que tomam a identidade como principal bandeira de luta. São movimentos que atuam em defesa dos excluídos, não só numa perspectiva econômica, mas também numa perspectiva de reconhecimento.

No contexto latino-americano, no século XX as diversas lutas sociais pela redemocratização geraram movimentos que favoreceram uma maior atuação política das classes subalternas. Foi a insatisfação decorrente das desigualdades étnico-raciais, sociais, ideológicas, religiosas etc. que uniu o povo latino-americano em torno de uma identidade que compreende os integrantes dos diversos grupos sociais excluídos e unidos por um sentimento de pertença. As lutas contra essas desigualdades se tornaram ações coletivas envolvidas num processo identitário (QUEVEDO, 2007).

Por conseguinte, a identidade está relacionada como um dos elementos constitutivos dos Novos Movimentos Sociais, pois é a identidade que dá sentido às ações coletivas (GOHN, 2005).

Antes de entrar na questão estrita dos Novos Movimentos sociais é importante fazer uma breve remissão sobre as principais teorias que envolveram a temática dos movimentos sociais que se iniciam por volta dos anos de 1960, na chamada era clássica.

Quando se fala nos Novos Movimentos Sociais é preciso lembrar que sua característica culturalista e com base nas identidades coletivas não esteve sempre presente nos estudos sobre

esses movimentos. Até se chegar ao paradigma dos Novos Movimentos Sociais diversos enfoques e teorias foram dados a esta temática.

Nas abordagens teóricas conhecidas como clássicas os movimentos foram colocados no patamar da teoria da ação social, sendo a ação coletiva um elemento comum para pensar os movimentos sociais (GHON, 2008).

Segundo Maria da Glória Gohn (2008), o termo movimento social foi usado na França em 1842 por Lorenz Von Stein, para remeter a uma luta contra determinada situação. Os primeiros estudos da ação social coletiva se referiam aos movimentos como distúrbios populares.

Essa autora relembra Weber e sua clássica teoria da ação social, que parte da perspectiva de que toda ação social possui um sentido para quem a pratica. Sendo assim, é necessário compreender quais são os valores que orientam a ação para se chegar aos sentidos e significados da ação coletiva. Baseados em suas visões de mundo os indivíduos orientam suas ações por fins e valores, assim as intenções dos atores sociais muito revelam sobre os significados de suas ações.

A abordagem clássica sobre ações coletivas se estende dos anos de 1920 até os anos de 1960, na sociologia Norte-Americana. Gohn (2008) destaca os trabalhos de Turner e Killiam (1950), que destacam características dos movimentos sociais como o sistema de valores, identidade, pertencimento, ideologia, estrutura organizacional, normas para ação etc., que são utilizadas até a atualidade para identificá-los.

Os estudos que compreendiam as décadas de 1950 e 1960 ainda percebiam os movimentos sociais como geradores de conflitos e revoltas, atos considerados anômalos nos comportamentos coletivos. Foi somente a partir da emergência de novas categorias de movimentos sociais, como o dos direitos civis nos EUA e de movimentos como o das mulheres em vários países da Europa que novas perspectivas foram lançadas sobre os estudos dos Movimentos Sociais (GOHN, 2008:24).

Dentre as principais teorias sobre os movimentos sociais, destacam-se: as teorias culturalistas e identitárias, que ressaltam os pontos positivos dos movimentos sociais, percebidos como promotores de mudanças sociais; as abordagens neoutilitaristas que explicavam esses movimentos em termos de estratégias e oportunidades, as abordagens marxistas e da sociologia da ação social.

As principais correntes teóricas dos movimentos sociais elencadas por Maria da Glória Gohn são: Histórico-estrutural, culturalista-identitária e a institucional/organizacional-comportamentalista (2008:27).

A perspectiva Histórico-estrutural tem as análises de Marx, Gramsci, Lênin e outros como base de suas explicações e marcam as análises tradicionais desses movimentos.

Na abordagem marxista a classe trabalhadora, representada pelos sindicatos, partidos políticos etc., era vista como sujeito histórico que deveria transformar as relações sociais e a ideia de luta de classes era uma constância. Essas teorias foram amplamente utilizadas até a década de 1970.

Gohn (2008) destaca os trabalhos de Hardt e Negri (2000, 2005), que fazem uma reinterpretação de categorias marxistas como: luta de classes, classe trabalhadora e proletariado, demonstrando que tais categorias não dão conta, na atualidade dos novos sujeitos e conflitos que envolvem identidade, raça, etnia, gênero etc., existentes na sociedade.

Diante dessa multiplicidade de sujeitos e demandas, a abordagem Culturalista-identitária compreende os Novos Movimentos Sociais, categoria que interessa no presente trabalho, pois no Brasil os quilombolas aparecem juntamente como os negros, indígenas, mulheres e outras minorias como sujeitos políticos que clamam por reconhecimento, conquista de direitos e visibilidade.

Essas teorias abrangiam sujeitos e reivindicações que não faziam parte da cena pública ou política e que se fundavam em identidades próprias (MELUCCI, 1980). Com a tônica da politização da cultura, as abordagens que se detinham nos conflitos de classe e se baseavam em categorias estritamente econômicas típicas do marxismo foram criticadas ou atualizadas. No entanto, é importante destacar que apesar das críticas havia um diálogo com a corrente marxista.

A abordagem institucional/organizacional-comportamentalista ou neoutilitaristas tem por base as teorias liberais e teóricos utilitaristas. Os movimentos sociais foram analisados sob a égide econômica, pela qual os fatores considerados são: a organização, os interesses, os recursos, as estratégias e as oportunidades.

O modelo comportamentalista norte-americano, passou por uma revisão na década de 1960, originando uma nova teoria: a Teoria da Mobilização de Recursos.

Charles Tilly (1978), um de seus teóricos, analisa que os principais componentes das ações coletivas são: interesses, organização, mobilização, oportunidade e ações coletivas. Conforme Alonso (2009), a ação coletiva nos moldes da teoria da mobilização de recursos só seria possível através da coordenação entre os indivíduos. A criação dessas estruturas é o que daria a base organizacional para os movimentos sociais. A racionalização da atividade política fica clara na questão da burocratização dos movimentos sociais, que gradualmente criariam normas, hierarquia interna e dividiriam o trabalho, especializando membros. Nessa

perspectiva os movimentos sociais assumem as mesmas características dos partidos políticos (ALONSO, 2009).

Alonso (2009) entende que essa explicação privilegia a racionalidade e a organização e nega lugar às ideologias e valores na formação das mobilizações políticas. Segundo essa autora, a esquerda estabeleceu críticas a essa abordagem, pois comparou movimentos sociais com empresas, o que pode explicar o fracasso dessa teoria na América Latina.

A Teoria da Mobilização de Recursos traz consigo o caráter racional e estratégico da ação coletiva tem um perfil econômico e deixa a cultura em segundo plano, além de não levar em conta o problema da identidade coletiva (Alonso, 2009; Gohn, 2008).

Gohn (2008) argumenta que a principal crítica à Teoria da Mobilização de recursos foi a teoria que lhe deu sustentação: a das escolhas racionais. A teoria das escolhas racionais considera os indivíduos e contextos dentro de determinado padrão: o branco, as camadas médias da população, em países do capitalismo desenvolvido do ocidente. Deixando de lado indivíduos, cultura, contextos e demandas que fogem a essas características.

Na década de 1970, a partir das críticas dirigidas à Teoria da Mobilização de recursos, buscou-se novos elementos explicativos. Para Alonso (2009), o surgimento da Teoria da Mobilização Política surge contra as explicações de cunho determinista e economicista da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito universal, o que se faz relacionar política e cultura para a construção de uma teoria explicativa. A cultura foi considerada e houve tentativa de interpretação das ações coletivas, buscou-se enfatizar a estrutura do processo político, o grau de organização dos grupos e a se aplicar uma análise cultural na interpretação dos atores dos movimentos. A linguagem, as ideologias, as práticas de resistência cultural passaram a ser vistos como componentes dos conflitos, numa análise mais voltada para os símbolos e ideias presentes nos discursos. Os movimentos analisados nessa fase tiveram um enfoque voltado para a cultura e a política (GOHN, 2008:70).

Gohn (2008) e Alonso (2009) destacam que a ênfase na mobilização de recursos como eixo condutor da teoria continuou, mas a Teoria da Mobilização Política não considera apenas recursos econômicos e a lógica instrumental racionalista. Passou-se a considerar a necessidade de compreensão dos comportamentos, identidades e cultura coletivos. Nesse ponto, a Teoria da Mobilização Política se aproxima muito das correntes dos Novos Movimentos Sociais. Contudo, a teoria da Mobilização Política investe em teorias de mobilização política, enquanto a teoria dos Novos Movimentos Sociais se alicerça numa teoria de mudança cultural (GOHN, 2008:73).

Maria da Glória Gohn (2008) recorre a Fantasia e Hirsch (1995) para explicar que na Teoria da Mobilização Política a política é vista estando associada à cultura dos grupos organizados que criam espaços próprios, por meio de práticas culturais, incorporando suas ideologias e suas crenças.

Outro fator apontado por essa autora é o fato de que a teoria da Mobilização Política, ao resgatar algumas ideias do paradigma da ação coletiva e alguns conceitos de análises marxistas, agregou a esses resgates a abordagem dos novos movimentos sociais, formulando novas explicações acerca de como os atores de um movimento social se percebem, a forma como trocam experiências e as reinterpretam em sua interação.

No que concerne aos movimentos sociais, persistiu a importância conferida à análise das instituições, e ao papel desempenhado por estas e pelas organizações; porém mais como redes de articulações que criam estruturas de oportunidades e menos como organizações de movimentos. Sendo assim, a nova teoria acabou por estabelecer que os movimentos sociais tomam forma através de conjuntos de oportunidades e constrangimentos políticos externos existentes no contexto político em que estão inseridos (Gohn, 2008).

Em Tarrow, outro importante nome da Teoria da Mobilização Política, o conceito de “estrutura de oportunidade” fornece o viés político. O que se argumenta é que quando as estruturas de oportunidade sofrem mudanças nas dimensões formais e informais do ambiente político, criam-se espaços para reivindicações de outros grupos sociais. Isto seria possível devido ao fato de as instituições políticas e administrativas estarem mais abertas às reivindicações da sociedade civil, que são provocadas por mudanças na interação política entre o Estado e a sociedade, pela redução da repressão a protestos; e pela presença de possíveis aliados (ALONSO, 2009:55).

Segundo Charles Tilly, a Teoria da Mobilização Política insere o elemento cultural em suas análises. No entanto, para essa teoria os atores coletivos não são algo já formado; eles se organizam, por contraste, no decorrer do processo de articulação. Supõe-se que a coordenação dentre os potenciais ativistas é de suma importância na formação do ator coletivo. A coordenação está diretamente ligada ao fator da solidariedade, ou seja, depende da intensidade do vínculo entre os atores e ao fato de estes se sentirem impelidos a pertencer a uma mesma categoria (ALONSO: 2009).

No entanto, não se pode dizer que a solidariedade por si só gera algum tipo de ação. Segundo Alonso (2009), é necessário:

(...) contar com “estruturas de mobilização”: recursos formais como as organizações civis e informais, como as redes sociais que favorecem a organização. A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação (ALONSO, 2009:55).

No final da década de 1970 e anos de 1980 a América Latina surge como palco de movimentos sociais, de onde emergem novos atores como novas demandas: são negros, índios, mulheres, jovens, homossexuais. Esses novos sujeitos se organizam e se articulam com intelectuais, políticos de esquerda, clérigos e outros atores, dando origem à ação coletiva. Foi esse o cenário que deu origem às teorias culturalistas dos Novos Movimentos Sociais (GOHN, 2008).

Os Novos Movimentos Sociais, segundo essa autora, teriam como principais características a construção de uma teoria que pudesse estar baseada na cultura. Esta, para os teóricos dos Novos Movimentos Sociais, não seria vista como algo fixo, regido por normas e valores herdados há muito.

Para alguns teóricos, o marxismo apresentava limites para o entendimento dos movimentos sociais, sobretudo no que se referia à ideia da ideologia. No marxismo clássico o conceito de ideologia está ligado ao de consciência de classes, que, por sua vez, se torna um processo de conflitos resultantes das estruturas de poder e desigualdades sociais. Porém a categoria da consciência de classe não tem muita importância para os teóricos dos Novos Movimentos Sociais, apenas a categoria das ideologias, e mesmo assim, estas referentes ao campo da cultura; com essa informação, Gohn (2008) concluiu que a categoria da cultura além de apropriada foi transformada no decorrer de sua utilização pelo paradigma dos Novos Movimentos Sociais.

A autora ressalta que outra característica seria a negação do marxismo como teoria para explicar a ação dos indivíduos e a ação coletiva, haja vista tratar a ação coletiva apenas no nível da ação das classes. Para os teóricos dos Novos Movimentos Sociais, ele não daria conta de explicar as ações provenientes de outros campos, como o campo cultural. No marxismo esses campos acabam sendo relegados ao domínio econômico, sufocando qualquer tentativa de inovação: a possibilidade de mudanças a partir da ação do indivíduo independente dos condicionamentos das estruturas (GOHN, 2008:122).

Gohn menciona que o novo sujeito, presente no paradigma dos Novos Movimentos Sociais, é:

(...) um coletivo, não hierarquizado em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico dos efeitos nocivos desta. Portanto, a nova abordagem elimina a centralidade de um sujeito específico e vê os participantes das ações coletivas como atores sociais (GOHN, 2008:122).

Outro ponto citado pela autora é que a política ganha uma redefinição e toma lugar central nas análises, passando a incorporar todas as práticas sociais; ela ganha *status* de dimensão da vida social ao invés de se resumir a um nível numa escala determinada. Por fim, os teóricos dos Novos Movimentos Sociais analisam os atores sociais através de suas ações e identidade, considerando estas como criações coletivas. Nesse caso, é ressaltado que “*O que se faz é enfatizar a identidade coletiva criada por grupos e não a identidade social criada por estruturas sociais que preconfiguram certas características dos indivíduos*” (GOHN, 2008:123).

Sobre os Novos Movimentos Sociais, Gohn (2008) observa que eles se comprometem em assegurar os direitos sociais. Eles recorrem à mídia e às atividades de protesto para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais. Com ações diretas, objetivam mudanças nos valores dominantes para inverter situações de discriminação.

Para Alonso (2009), a especificidade dos Novos Movimentos Sociais seria construir uma interpretação cultural, sendo caracterizada por “*uma politização da vida privada. Os movimentos de classe dariam lugar a novos movimentos expressivos, simbólicos e identitários*” (ALONSO, 2009:67).

Vilaça (1993) menciona que para Touraine, as atuais tendências estão ligadas ao desenvolvimento de culturas diferentes e identidades específicas. Assim sendo, os Novos Movimentos Sociais se orientam no sentido de se voltar mais para a cultura, os hábitos e costumes, e mudanças éticas. Recorrendo às ideias de Habermas, a autora demonstra que os protagonistas dos Novos Movimentos Sociais não são mais os partidos e sindicatos, que outrora eram interlocutores da classe operária nos movimentos tradicionais.

Vilaça afirma que:

Por um lado, existe internamente uma fusão de papéis públicos e privados e uma fraca diferenciação que leva ao estabelecimento de

fronteiras tênues tanto entre membros e não membros como entre dirigentes e restantes associados. Por outro lado, suas ações se baseiam na adoção de táticas que envolvam grande número de pessoas (como no caso das longas marchas pacifistas) e sensibilizem a opinião pública. Além do mais não é caráter dos Novos Movimentos Sociais assumir uma postura negociadora em relação aos seus opositores, uma vez que tudo se faz em termos de “tudo ou nada” (...). Esses movimentos não dispõem de uma contrapartida para oferecer aos seus opositores (diferente do caso dos sindicatos) (VILAÇA, 1993:67).

Com novas arenas participativas institucionalizadas esse cenário muda, se negociam estratégias, mas não valores – embora os opositores possuam uma assimetria de poder.

Ainda para essa autora, a heterogeneidade assume um traço característico da base social desses movimentos sociais. Os Novos Movimentos Sociais esboçam uma nova política em que a cultura se torna cada vez mais importante.

Conforme Alonso (2009),

Os Novos Movimentos Sociais seriam, então, antes grupos ou minorias que grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou estilos de vida. Recorreriam à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo (p.67).

Ainda na opinião de Alonso, os teóricos dos Novos Movimentos Sociais entendem que a ênfase cultural é uma característica distintiva das novas mobilizações. “A sobrevalorização da cultura na análise se deveria, então, a um imperativo do objeto e não a uma escolha do analista” (ALONSO, 2009:68).

Assim sendo, nas mobilizações que surgiam os atores não eram mais definidos por uma atividade ou ramo de trabalho, mas sim por estilos de vida. Os novos sujeitos seriam grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural, podendo vir de todas as minorias excluídas e não mais as classes, como antes. Os objetivos dos Novos Movimentos

Sociais não girariam em torno de uma conquista do Estado, mas estariam direcionados no sentido de pressioná-lo recorrendo a formas de ação direta no nível dos problemas sociais. Seriam agentes de pressão visando persuadir a sociedade civil. Os movimentos sociais nasceriam na sociedade civil, tendendo a mudar as orientações valorativas dessa sociedade. Esses movimentos apareceriam como um novo “ator coletivo”, possuindo um novo projeto cultural que demandaria uma democratização social (ALONSO, 2009:62).

Diante desse quadro é que foram se configurando os Novos Movimentos Sociais, não mais motivados por questões redistributivas, mas empenhados numa luta simbólica em torno de definições de boa vida. Os novos movimentos seriam formas de resistência à colonização do mundo da vida (HABERMAS, 1981:33). Esses movimentos demandam qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos etc. (ALONSO, 2009:62).

1.2 Movimentos sociais e cidadania no Brasil:

As mobilizações sociais no Brasil por maior participação política, mais liberdade e direitos sociais ganham mais força no contexto das reações da sociedade civil às repressões da ditadura militar. Neste âmbito, movimentos populares e sindicais no campo e nas áreas urbanas passaram a reivindicar uma sociedade mais justa e menos excludente social, política e economicamente (SCHIMIDT, 2007).

Foi então que no contexto da redemocratização nos anos de 1980 e com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que as demandas populares foram incorporadas na Carta Magna (ARRUTI, 2006).

Para Dagnino (2000), trabalhar o conceito de cidadania foi crucial para a luta pela democratização. É possível encontrar a origem da redefinição do conceito de cidadania na experiência dos movimentos sociais no final dos anos de 1970 e 1980, período em que ocorreu a elaboração de novas identidades de sujeitos portadores de direitos, de cidadãos iguais. Foi a partir dos anos de 1990, que o termo cidadania ganhou maior destaque na sociedade brasileira.

Dagnino, Alvarez e Escobar (2000) argumentam que as redefinições de conceitos como cidadania e democracia revelam alternativas que confrontam a cultura autoritária através de um novo significado das noções de direito, espaço público, privado, formas de sociabilidade, ética, diferença, igualdade etc. São esses processos de ressignificação que revelam o que se torna político. Para esses autores, ao explorar o político nos movimentos

sociais, deve-se perceber a política como um terreno permeado de lutas de poder que ocorrem em diferentes espaços culturalmente definidos como privados, culturais e sociais etc.

1.3 As Redes de mobilização:

Para Scherer-Warren (2006:13), o processo articulatório constitui o que se pode chamar de rede de movimento social, que pressupõe a identificação de atores coletivos em torno de valores e projetos em comum. Esses, por sua vez, irão definir as situações que devem ser combatidas ou transformadas. Este é um contínuo processo de construção que envolve múltiplas articulações. O que ocorre nas sociedades modernas é que tanto o associativismo quanto os movimentos sociais percebem que é cada vez mais necessária uma articulação com outros grupos que possuam a mesma identidade social ou política, objetivando a visibilidade capaz de produzir impacto na esfera pública¹⁰ e, assim, conquistar os direitos reivindicados. O que ocorre é que as redes são capazes de aproximar diferentes atores sociais, possibilitando um entendimento, apesar da diversidade de interesses e valores.

É através dessas articulações em redes que é possível o debate de temas relacionados à exclusão social e às demandas por novos direitos (SCHERER-WARREN, 2006:117). Assim, no contexto da articulação dos movimentos em redes, é válido destacar três orientações político-pedagógicas que Scherer-Warren (2006) cita como relevantes. São elas: 1) atuar no resgate da dignidade dos sujeitos socialmente excluídos, porque sem a consciência de que é preciso mudar não pode haver luta por direitos; outra perspectiva seria a atuação no sentido de resgatar positivamente as raízes culturais e simbólicas desses sujeitos; 2) incentivar a promoção de formas de ação coletiva junto às populações excluídas, incentivar trocas de trabalho cooperativo, iniciativas artísticas etc.; 3) articular-se a outras experiências (através da troca de experiências dos atores organizados em rede e participando das mobilizações de base). Assim, surge, segundo a autora, o “empoderamento” na direção de uma rede de movimento social.

Assim, as seguintes dimensões sociais devem se basear em uma luta pela inclusão social das bases: o combate à exclusão e a luta por direitos, sejam eles civis, culturais,

¹⁰ O sentido de esfera pública utilizado é o habermasiano, em que a esfera pública é o espaço no qual atores públicos privados discutem os assuntos públicos gerando a opinião pública, que por sua vez atua como uma força proveniente da sociedade civil em direção aos governos no sentido de exercer pressões que atendam a suas demandas.

políticos ou socioeconômicos; o reconhecimento da diversidade dos atores e do pluralismo de ideias; a luta pela democratização nos mecanismos de participação nas instituições da esfera pública, possibilitando novas formas de governabilidade. Diante dessas exposições, conclui-se que preparar os sujeitos para essa nova forma de governança requer a participação em diversos espaços, como, por exemplo, a base local na esfera pública para mobilizações (SCHERER-WARREN, 2006:123).

Através da articulação e associação, a diversidade dos movimentos sociais vem se unindo em redes políticas. Sendo assim, não se pode deixar de lado uma importante faceta dos movimentos sociais em rede: esses movimentos integram multiplicidade de atores políticos, oriundos de tradições diversas, que às vezes geram tensões, mas que por outro lado criam espaços para a luta por práticas políticas mais democráticas.

Outro ponto que Scherer-Warren destaca é que os movimentos sociais nos levam a refletir sobre o passado, a partir do momento em que movimentos, como os dos negros, sem-terra, indígenas, entre outros contam outras histórias que não as narrativas hegemônicas, como da “democracia racial”, “homogeneidade cultural”, entre outras.

Na literatura sobre redes, Marteleto (2001) coloca que estas são “compostas por indivíduos, grupos ou organizações e sua dinâmica está voltada para a perpetuação, a consolidação e o desenvolvimento das atividades de seus membros (...). A participação em redes sociais envolve direitos, responsabilidades e vários níveis de tomadas de decisões.” (p.73).

A multiplicidade qualitativa e quantitativa dos diferentes membros que compõem os elos de uma rede a define. Ela é orientada por uma lógica associativa e o fato de sua estrutura ser horizontal não quer dizer que não haja relações de poder envolvidas (MARTELETO, 2001:73). Neste contexto cabe compreender como as dinâmicas de informação e de conhecimento se dão.

Os movimentos sociais podem ser citados como exemplo de associações coletivas de indivíduos que, integrados, buscam mudanças. Em geral, são eles que originam organizações e associações, a partir de uma consciência de grupo e de afinidades entre indivíduos submetidos a situações sociais de dificuldades e obstáculos semelhantes (MARTELETO, 2001:73).

Pode-se dizer que os movimentos sociais, as organizações e as associações que se ramificam destes formam entre si um rede interconectada de práticas políticas e de ações através das quais são mobilizados recursos e materiais culturais e simbólicos, visando a ações que possam impactar as condições de vida de determinado grupo.

É através das redes formadas pela interconexão entre indivíduos e instituições sociais que demandas, discursos, práticas e ideologias se espalham pelo tecido social. Completando esse raciocínio, Doimo (1995) mostra que o campo dos movimentos sociais envolve relações interpessoais entre sujeitos que estão ligados uns aos outros e que, por sua vez, se ligam a outras instituições.

Alvarez (2000) discute que o termo “teias de movimento social” dá a ideia do aspecto intrincado dos múltiplos laços entre as organizações dos movimentos, participantes individuais, atores da sociedade civil e Estado. É a analogia a uma rede que nos leva a imaginar o grau de relações em múltiplas camadas dos atores. As redes dos movimentos abrangem muito mais do que o âmbito de sua organização e seus membros; elas incluem outros participantes nos eventos e ações do movimento, além de associações, ONGs, colaboradores, universidades, institutos e outras instituições.

As lutas sociais empreendidas no processo histórico latino-americano podem ser compreendidas como ações coletivas de participação em prol da dignidade do ser humano. Foi ao longo do processo constitutivo de conformação e afirmação das novas identidades (quilombola, sem-terra, mulher, indígena etc.) que coube aos movimentos sociais a produção social da diferença, da diversidade, da alteridade. Desse modo, o movimento social aparece como um fenômeno coletivo com uma finalidade específica: a de reunir aqueles que queiram e possam decidir mudar coletivamente uma situação vivenciada como de injustiça social, a fim de construir uma sociedade mais igualitária. Os grupos sociais buscam reordenar o cotidiano transformando-o (QUEVEDO, 2007:29).

Neste âmbito, os movimentos sociais e as redes e ramificações destes movimentos dependem da articulação mais ampla e atores sociais e de uma reconstrução prática da cidadania. Ou seja, um processo a apontar para a liberdade, igualdade, autonomia e autogestão para a representação política. Assim, as redes permitem uma leitura mais ampla dos elementos constitutivos dos movimentos (MARTELETO, 2001:73).

Além das reivindicações por políticas sociais, há a demanda por uma solução autônoma dos problemas por parte da sociedade, uma vez que o Estado se mostra inoperante. Neste processo, deve-se levar em conta a visão dos indivíduos e coletividades sobre os problemas que enfrentam, bem como as soluções que constroem. (*Ibid*, p.74)

Faz sentido pensar as articulações entre comunidades e associações quilombolas, movimento negro, institutos e universidades como movimentos de ação coletiva desenvolvidos por organizações populares integradas em redes de relações, uma vez que desenvolvem trabalhos que têm como enfoque conhecimento e informação. Assim, leva-se em

conta na observação das redes os modos de comunicação, a produção de conhecimento e o uso das informações pelos grupos (MARTELETO, 2001).

Neste processo de interação é possível identificar problemas, tensões entre os atores e soluções que dão dinâmica ao movimento destes grupos, compostos por atores heterogêneos. As redes de movimentos sociais proporcionam a criação de redes de conhecimentos que dão sentido e nutrem de informação as estratégias de ação dos agentes.

A atuação dos integrantes de grupos e comunidades também é importante, pois há que se destacar o agir daquelas comunidades que se autodenominam quilombolas, na busca por mais igualdade e direitos, articulando-se para sua obtenção. Estas comunidades não agem sozinhas, mas fazem parte de um cenário composto por diferentes atores que, articulados, tentam obter resultados para suas demandas. Estes atores, por sua vez, atuam interligados em redes das quais fazem parte associações quilombolas, movimentos sociais, ONGs, pastorais sociais, entre outros. Esse processo articulatório pressupõe a identificação de atores coletivos em torno de identidades, valores e projetos em comum. As redes são capazes de aproximar diferentes atores sociais, possibilitando entre eles um entendimento, apesar de sua heterogeneidade.

Ainda pensando nos grupos que se articulam em torno de demandas, valores e identidades visando maior inclusão social é significativo perpassar pelas mobilizações negras e o tema da identidade, sempre atual. As mobilizações coletivas dos negros têm um histórico que data dos anos de 1920 e vai até os dias atuais com o Movimento Negro Unificado, que, por sua vez, se liga a redes de organizações, associações, movimentos e ONGs, que lutam pela melhoria de vida e pelo ativismo da população negra. Os movimentos sociais se revelam canais de expressão e luta para a afirmação das identidades de atores que passam a atuar em sua defesa.

1.4 Mobilizações Negras e Identidades:

Sobre a dinâmica das mobilizações coletivas, menciono o histórico da mobilização coletiva dos negros, pois as redes de organizações, associações, ONGs, entre outras formas coletivas de articulação voltada à melhoria de vida e ativismo da população negra, incluindo as comunidades quilombolas, são uma ramificação do Movimento Negro Unificado (MNU), e estão ligadas e atuam em consonância com este movimento. No Brasil, a mobilização por

maior participação política dos negros data dos anos de 1920 e vai até o movimento negro contemporâneo, que ganha mais impulso nos anos de 1980, com a redemocratização (Barcelos, 1996:197).

Nos anos de 1920 foi criada a Frente Negra Brasileira (FNB), que tinha uma perspectiva de participação política aumentando as qualificações, que tornariam possível a integração do negro. Houve uma denúncia das condições de vida da população negra, mas não uma crítica mais ampla das relações raciais no Brasil. Uma perspectiva de integração, muito mais do que de confronto, marcou a atuação da FNB. Os anos de 1940 e 1950 foram marcados pela atuação do Teatro Experimental do Negro (TEN), que promoveu seminários, congressos e atividade teatral, absorvendo ainda mais elementos da negritude; aqui a crítica das relações raciais no Brasil assume um tom mais grave, através da maior instrumentalização do contraste entre as identidades, porém ainda se revela um caráter assimilacionista (*idem*).

Já os anos de 1970 e 1980 revelam uma crítica radical às relações raciais no Brasil, devendo-se destacar o movimento do *Black Soul* como uma força motriz para a mobilização. Esta importância se deve ao fato de que o movimento recebe influências do *soul* dos EUA, bem como a luta pelos direitos civis norte-americanos e o processo de descolonização dos países africanos (BARCELOS, 1996:197).

A criação do Movimento Negro Unificado (MNU) assume o ápice da mobilização racial, cujo perfil exprime a integração das variáveis de classe e raça na prática política e a tentativa de articulação de diversas organizações e grupos (*ibid*, p.199).

Foi neste período que alguns movimentos sociais passaram a apresentar a etnia como nova categoria de ação social, cujo valor no jogo político foi significativo. Foi durante o movimento de redemocratização, na década de 1980, que o mito da democracia racial passou a ser contestado e o caráter de política afirmativa do movimento negro se intensificou na luta pelos interesses das populações negras (GUIMARÃES, 1999; ARRUTI, 2006).

Scherer Warren destaca que o Movimento Nacional Quilombola pode ilustrar uma rede de movimentos sociais a partir do momento em que se constitui uma expressão do movimento negro. Sua característica de rede se dá por seus aspectos de organização e “ação movimentalista”. No que concerne à organização inclui redes como a CONAQ até as organizações das comunidades quilombolas locais, ONGs e associações que se identificam com a causa. Já do ponto de vista “movimentalista”, apresenta características que definem os movimentos sociais como: identidade, projeto etc. Elas se unem pela força da identidade étnica negra e de classe (camponeses e pobres). A afirmação da identidade ocorre no intuito de combater o racismo, a expropriação e as influências do colonialismo, e tem o projeto de

lutar pela conquista e manutenção de um território que está sob constante ameaça de invasão ou expropriação. Estas também se ligam ao Movimento Nacional pela Reforma Agrária na luta pela terra, mas mantêm sua peculiaridade, que é a posse de terras coletivas (SCHERER WARREN, 2006:115).

No que diz respeito à questão identitária no âmbito dos movimentos sociais é importante citar a existência dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Segundo alguns de seus teóricos, como Gohn (2008), estes teriam como principal característica a ênfase na cultura, que é dinâmica e está em constante transformação; os atores sociais são percebidos através de suas ações e de sua identidade, um elemento sempre presente nos NMS, uma vez que esses movimentos muitas vezes atuam em defesa dessa identidade.

Nos Novos Movimentos Sociais o “pobre” não é só pobre economicamente, mas todos aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social: o negro, o indígena, a mulher, os desempregados, o camponês, as minorias étnicas etc. (*idem*).

Para Agier (2001), nas mudanças sociais os estatutos sociais mudam e os indivíduos devem redefinir suas posições rapidamente, em poucas gerações. Nesse momento, a questão identitária se torna um problema de ajuste e toda declaração identitária, individual ou coletiva é múltipla e inacabada. E é nesse quadro que surgem os movimentos identitários em vários pontos do mundo; esses movimentos sempre instauram novos quadros de socialização e expressão dos sujeitos.

Agier fala, então, em "empreendimentos identitários", que emergem das evoluções sociais e políticas e trazem consigo atitudes que dão um ar de retorno, de busca de “raízes”. Entretanto, quando se decodifica os processos e resultados dessa busca vêm à tona inovações, invenções e mestiçagens, que revelam uma abertura para o mundo presente.

O que se pode dizer é que o observador hoje em dia se encontra frequentemente diante de culturas identitárias em fabricação do que perante identidades culturais totalmente prontas. Assim sendo, toda declaração identitária, seja ela individual ou coletiva, é então múltipla, inacabada, instável, sempre experimentada mais como uma busca do que como um fato (*idem*).

A discussão de etnicidade realizada por Weber (2000) também é útil para melhor compreensão desse fenômeno dos grupos étnicos. Para esse autor, no processo de afirmação étnica, os indivíduos orientam suas ações apoiados na crença em uma origem comum, real ou imaginária; são os laços de solidariedade, crenças e tradições em comum que levam a uma unidade espiritual. Essa crença leva à legitimidade da identidade e reclama a ideia de um nós coletivo. Entretanto, Weber afirma que o grupo étnico só constitui uma comunidade a partir

do momento em que esta é sentida como característica comum, e isso ocorre quando os vínculos entre indivíduos levam a uma ação política comum, ou quando certos grupos étnicos se deparam com outros grupos de características diferentes.

Na organização dos grupos étnicos a crença na afinidade comum leva a consequências, sobretudo na organização desses grupos em “comunidades políticas” voltadas para a ação. Nesse caso, o grupo é visto como uma coletividade munida de valores em comum, costumes e memórias; esses fatores levam a uma crença subjetiva numa origem, existindo ou não laços de sangue.

Sendo assim, Weber desconsidera a importância dos traços biológicos e culturais na identificação de um grupo étnico. Para ele, identidade étnica é pautada na construção histórica e coletiva de um sentimento que os indivíduos nutrem e que expressa uma pertença a uma origem comum.

A definição de identidade feita por Stuart Hall também é de grande valia para entendermos as relações e transformações dos grupos identitários. Segundo Hall (2000), as identidades culturais refletem experiências históricas em comum e os códigos culturais partilhados que fornecem ao “povo” como se ele fosse um “povo uno”; esses códigos acabam se tornando quadros de referência e sentido estáveis, contínuos, imutáveis. Porém o que ocorre é que existem muitos pontos em comum e também muitos pontos de significativa diferença, que acabam por constituir o que realmente se é; ou melhor, o que se torna. Deve-se considerar que as identidades culturais emergem de alguma parte; têm histórias. Mas, como tudo que faz parte da história, estão em constante transformação.

Para esse autor, a identidade cultural não possui uma origem fixa; ela tem suas histórias, e essas histórias carregam consigo seus efeitos reais, materiais e simbólicos. As identidades culturais se revelam como pontos de identificação, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Sendo assim, antes de tomar a identidade como algo consumado, que passa a ser representado pelas novas práticas culturais, deve-se pensá-la como uma “produção” que está sempre em processo, não se completando nunca.

As identidades são pontos de identificação e estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se através da transformação e da diferença. É necessário, portanto, reconhecer a diversidade e a heterogeneidade dos indivíduos e grupos sociais em contato a fim de perceber que a formação de identidade está calcada na presença do outro. Ela é, ao mesmo tempo, individual e coletiva, pois o ser social é resultado da interiorização de códigos sociais que são adquiridos em determinado grupo social.

Nas sociedades multiculturais, as identidades tendem a ser cada vez mais plurais, e as lutas pela cidadania incluem cada vez mais diferentes dimensões de gênero, etnia, classe social, regional e também diferentes opções políticas e de valores, por exemplo: pelo respeito às diferenças culturais, pela liberdade, pela diversidade etc. Neste contexto, as redes, por terem caráter multiforme, são capazes de aproximar diferentes atores sociais numa escala nacional ou local, possibilitando um diálogo da diversidade de interesses e valores (SCHERER-WARREN, 2006).

1.5 Comunidades quilombolas como sujeitos políticos:

As comunidades quilombolas podem ser percebidas como sujeitos políticos a partir do momento em que a Constituição Federal de 1988, ao enfatizar a categoria “remanescente de quilombo”, expressa a vigência da era de direitos multiculturais, sendo demarcada por acesso aos direitos e reconhecimento da diferença às populações indígenas e negras ou afro-brasileiras (ARRUTI, 2006).

Pode-se dizer que foi a partir desse “reconhecimento” que termos como etnicidade e identidade vêm à tona, fazendo parte de uma busca pela reconstrução das identidades das comunidades negras, bem como sua maior visibilidade no cenário nacional (AGIER, 2001).

Após um longo período de invisibilidade, dadas as consequências do mito da democracia racial, quando se pressupunha que não havia racismo na sociedade brasileira, sendo esta harmoniosa em torno das relações raciais, as comunidades negras passaram a ser alvo da atenção de políticas afirmativas e reparadoras. Estas buscam reconhecer e garantir o acesso aos direitos por essas populações, incluindo o reconhecimento das manifestações culturais, das tradições e a garantia dos direitos, sobretudo, os direitos territoriais, constituindo o que seriam os direitos multiculturais, como assinala Guimarães (2006).

Por sua vez, isso tem sido articulado por agentes como, por exemplo, entidades ligadas à esfera religiosa, por Instituições, Institutos, Universidades, Organizações Não Governamentais (ONGs) etc., cuja inserção e atuação nas comunidades podem ser compreendidas a partir da utilização do conceito de mediação.

Nas comunidades do Norte Fluminense, os mediadores tiveram uma participação na construção da identidade quilombola, mas não foi algo passivo e unilateral; a comunidade colaborou com este processo à medida que dava sentido a suas práticas através dos eventos culturais promovidos por elas mesmas, das estratégias de resistência às ideias dos mediadores

que geravam impasses etc. No entanto, atualmente não se trata disso, pois a identidade quilombola integra um agir da própria comunidade ou daqueles que se autodenominam quilombolas, que se articulam para obtenção de direitos. Isso não quer dizer que eles passam a agir sozinhos, mas integram um cenário composto por diferentes atores e tentam, assim, obter resultados para suas demandas. Estes diferentes atores atuam interligados em redes: associações, entidades, movimentos sociais, ONGs, pastorais sociais e associações quilombolas.

No processo de produção de conhecimento e circulação de informações que permeiam a rede quilombola e as redes de movimentos sociais, o conceito de intelectual orgânico, proposto por Gramsci, permite compreender melhor o papel dos atores nesta rede.

Em “A Concepção Dialética da História”, para a filosofia da *práxis*, Gramsci visava: “combater as ideologias modernas nas suas formas mais refinadas, a fim de poder construir o próprio grupo de intelectuais, e educar as massas populares (...)” (1978: 104). A ideia de conscientização do povo está sempre presente em sua obra.

Este autor, em “Os Intelectuais e a Organização da Cultura”, investe na ideia de conscientização do povo por parte do intelectual orgânico; cabe a ele elaborar junto ao povo uma nova visão de mundo, produzir conhecimento sobre a realidade e atuar sobre ela, deve viver a realidade com o grupo social estudado. Deve conscientizar o povo, mostrar sua condição de explorado e os caminhos para reverter sua situação. Esse é o intelectual orgânico: um sujeito que atua dentro da sociedade e faz parte das massas, é aquele que se liga organicamente a sua classe social e tem como função homogeneizar a concepção de mundo e a vontade coletiva dessa classe transformando seu potencial em ações (GRAMSCI, 1978).

Gramsci parte da seguinte premissa: superar a ideia de que a atividade intelectual seja algo difícil pelo fato de ser inerente a uma categoria de cientistas especializados. Sendo assim, é necessário demonstrar que todos os homens são filósofos, isto é, a partir da definição dos limites e categorias dessa filosofia espontânea peculiar a todo mundo, ou seja, a filosofia que está contida: 1) na linguagem, que são noções e conceitos determinados e não simplesmente palavras gramaticais sem conteúdo; 2) no senso comum e no bom-senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que se conhece geralmente por folclore (1978: 11).

A posição humanista e a democracia intelectual, proposta por Gramsci na aceitação de que todos os homens possuem a capacidade de aprender, vieram reforçar a posição e a prática de muitos movimentos sociais, de atores como o IDANNF, associações de representação quilombola como CONAQ e ACQUILERJ, associados em rede, uma vez que este intelectual

orgânico fala de dentro do grupo a que pertence; ele se produz e se constrói a partir de um quadro político específico e transforma sua bandeira em luta política. A construção do agente político é constante na medida em que suas demandas e lutas são dinâmicas e se renovam em virtude das diversas mudanças dentro do momento político vivido.

Na organização em redes dos atores ligados à questão quilombola suas ações em oficinas, reuniões, eventos, cursos e palestras têm como objetivo possibilitar a formação política, permitindo pensar na presença do intelectual orgânico no interior das comunidades quilombolas.

Dentro da ótica do intelectual orgânico de Gramsci, estes atores¹¹ podem ser vistos como um grupo portador de conhecimentos, que atuam como “educadores” junto às comunidades. Levando em conta ao mesmo tempo a cultura e os conhecimentos desenvolvidos pela comunidade local, atuando verdadeiramente como mediadores de conhecimentos que tenderão para um processo pedagógico de formação da consciência dos sujeitos.

A premissa gramsciana de que todos os homens são intelectuais permite o reconhecimento de que indivíduos em situação de vulnerabilidade, como, por exemplo, os quilombolas, camponeses, indígenas, têm a capacidade de compreender o mundo em que vivem, tendo, portanto, a capacidade de modificá-lo.

Gramsci, tendo por base conceitos de Marx, trabalhou a subjetividade do homem como um dos elementos fundamentais do processo de transformação social, dando ênfase à educação e à cultura como elementos preparatórios das condições para a *práxis* revolucionária.

As contribuições teóricas de Gramsci, como a de que todos os homens são filósofos; a importância dos intelectuais orgânicos; a ênfase na *práxis* transformadora da educação de adultos e a conscientização dos subalternos para que estes sejam sujeitos e protagonistas de sua própria história permitem refletir com mais clareza a luta pela libertação das camadas populares (Sciarretta, 2011).

As considerações sobre os intelectuais orgânicos permitem um melhor entendimento das práticas e do objetivo dos atores integrados nas redes onde estes se articulam e se interconectam aos movimentos sociais, associações, entidades, instituições etc. Pensando nesta interação, é importante deixar claro que as organizações civis atuando em redes são

¹¹ Entendo que tanto as associações quilombolas quanto os mediadores e membros que se mobilizam nas comunidades podem ser vistos como o intelectual orgânico proposto por Gramsci.

heterogêneas, compostas por pontos de vista, maneiras de fazer e estratégias heterogêneas, o que muitas vezes causa conflitos, tensões e dissensões, porém integram articulações políticas.

Levando em consideração a atuação dos intelectuais orgânicos e suas práticas, e entendendo que as associações de representação quilombola e associações de moradores se enquadram nas características desses intelectuais, na sessão seguinte traçarei um panorama de como cheguei às redes de diálogo entre esses atores e como se configura a articulação entre associações de representação quilombola, associações de moradores destas comunidades e os próprios moradores.

Esse quadro é importante para elucidar a respeito da circulação da informação e mobilização desses indivíduos para lutar por suas demandas, bem como entender as associações como palco da mobilização coletiva onde há trocas de experiências, alianças, cooperação e conscientização. Ajudando a perceber que as associações são canais de expressão da cidadania numa sociedade democrática.

Pensar as associações no contexto das arenas públicas, definidas como momentos de tocas, conflitos, alianças etc., também é de grande valia, uma vez que é através da publicização dos problemas enfrentados pelos atores coletivos que as lutas desses sujeitos vêm à tona gerando debates e sugerindo a participação e ação coletiva, o que culmina no exercício da participação política (CEFAÏ *et al*, 2011).

1.6 As Associações:

Para pensar a construção do sujeito político das comunidades quilombolas é importante considerar o papel que desempenham as associações de moradores das comunidades, bem como as associações de representação quilombola nesse âmbito do fazer da autonomia e da luta por direitos.

É no contexto de interação das associações que ocorrem as negociações, o levantamento de problemas, a troca e circulação de informações e alianças.

Pude observar que as associações de moradores, bem como as associações de representação quilombola, desempenham um papel importante na vida da comunidade durante minha pesquisa de campo¹². Em cada comunidade pesquisada as associações de moradores

¹² Nos relatos feitos sobre as comunidades no texto, bem como as iniciativas e projetos desenvolvidos em cada uma delas, há mais informações sobre a comunidade de Machadinha. Isso ocorre, pois, apesar de não ter titulação definitiva de seu território, a comunidade está assentada nas terras que demanda. Portanto, há um maior

obedecem a lógicas diferentes na relação com os membros comunitários, mas há um ponto comum em Machadinho e São Benedito, que é a interação constante com a presidência.

Durante minha pesquisa na comunidade de Machadinho pude perceber que a presidência da associação tem uma relação aberta com os moradores, que sempre há busca para a resolução de problemas do cotidiano, como por exemplo, a falta d'água na comunidade ou para saber como está o andamento do processo das terras. A associação de Machadinho procura manter os moradores com maior informação possível e para isso criou um grupo em um aplicativo de trocas de mensagens, o WhatsApp, por onde informa-se periodicamente sobre assuntos de interesse coletivo, tais como: que direitos são direcionados aos quilombolas, reuniões com prefeitura e entidades para buscar resolução de problemas e conflitos como a posse das terras. Esse grupo, fora as reuniões, é um importante instrumento de circulação de informações dentro da comunidade.

As reuniões da associação de moradores ocorrem semestralmente e há reuniões extraordinárias para resolver assuntos urgentes que surjam eventualmente. As reuniões não ocorrem sempre no mesmo local, mas variam entre as localidades próximas, como os sítios Santa Luzia, Boa Vista, Mutum ou Bacural ou Memorial Machadinho. Isso acontece, pois a comunidade quilombola de Machadinho acaba por encerrar uma área maior do que somente o núcleo do complexo cultural Machadinho. A comunidade quilombola engloba os Sítios de Bacural, Mutum, Santa Luzia e Boa vista, por isso a associação de moradores tem representantes de todas essas localidades e as reuniões ocorrem sempre em cada um desses locais.

Também é através da associação de moradores que entidades que desenvolvem projetos e pesquisas na comunidade estabelecem contato com os moradores locais. A própria associação está constantemente a buscar formas de tornar melhor a vida comunitária. Como exemplo, há o caso em que houve pressão para que a prefeitura cedesse o restaurante que havia na comunidade e que não estava sendo usado a fim de que este pudesse ser reativado, gerando renda para os membros da comunidade que estavam desempregados. Em parceria com o IFF a associação está promovendo um curso de capacitação para gestão de restaurante.

número de instituições e agentes externos desenvolvendo projetos na comunidade. Há também o fato de que tal comunidade é mais aberta às iniciativas e projetos propostos pelas universidades.

No caso de São Benedito, a comunidade não se encontra assentada, estando seus membros dispersos pelos bairros da cidade de São Fidélis, por isso, fora o auxílio da CONAQ, ACQUILERJ e IDANNF, não há instituições ou universidades desenvolvendo projetos em São Benedito.

Já no caso da comunidade de Barrinha, fora a CPT, que já atuou na comunidade, mas não desenvolve mais nenhum projeto, CONAQ e ACQUILERJ, há apenas a UENF, que atua ofertando formação étnico-racial, oferecendo a uma moradora local uma bolsa de pesquisa. A frequência reduzida de universidades atuando em Barrinha se deve ao fato de que a comunidade demonstra certa resistência aos pesquisadores em virtude de muitos já terem ido realizar pesquisas no local e não terem dado retorno algum do que se produziu sobre a comunidade.

Há também uma pressão, por parte da comunidade, para que a prefeitura regulamente a implantação de uma escola com diretrizes de educação quilombola, uma vez que a escola que há na comunidade não segue tais diretrizes. Em uma parceria da associação de moradores com a UENF está havendo uma capacitação para a educação escolar quilombola.

A associação de moradores também incentiva o grupo de jongo local. Há outras ações das associações de moradores de machadinho que serão descritas com mais detalhes no capítulo II. Mas citei algumas para mostrar como a associação tem se revelado de grande importância na vida comunitária.

Na comunidade de São Benedito, a associação de moradores também desempenha papel-chave na articulação comunitária, na circulação de informações e na resolução de conflitos. Como a comunidade não está assentada em suas terras e encontra-se espalhada pelos diversos bairros da cidade, a sede da banda marcial da cidade é palco para as reuniões. Esse local foi escolhido, pois a presidência e a vice-presidência conheciam os responsáveis pela sede da banda e conseguiram o local a fim de se realizar as reuniões.

Nas reuniões a presidência da associação tira dúvidas, procura esclarecer os direitos dos quilombolas, bem como o passo a passo para que se consiga a titulação de terras e o andamento do processo de titulação territorial. O presidente procura informar todas as ações realizadas no que diz respeito à questão da posse das terras, sempre a principal temática das reuniões, e procura pedir a opinião do coletivo para fazer as coisas o *“mais democraticamente possível, pois se algo der errado ninguém pode me acusar de ter feito sozinho”*, como ele me informou em uma das entrevistas.

Nas reuniões surgem conflitos relacionados a quem teria direito sobre as terras ou mesmo sobre aqueles que querem continuar fazendo parte das ações que envolvem a luta pela posse das terras. Esses conflitos são resolvidos ainda durante as reuniões.

Ainda nesse contexto de relacionamento entre associação de moradores das comunidades entre si e membros comunitários, há a presença das associações de representação quilombola, como a CONAQ e a ACQUILERJ.

A CONAQ e a ACQUILERJ estão presentes nas comunidades e reuniões quando precisam informar sobre direitos, articular a comunidade para pressionar autoridades, promover capacitação, informar sobre encontros regionais e nacionais quilombolas, quando surgem problemas como problemas referentes titulação das terras, ameaça à perda de algum direito etc.

Essas associações de representação estiveram prestando auxílio nas comunidades supracitadas em situações em que estas precisavam de apoio, como foi o caso das reuniões

com a prefeitura de Quissamã, no intuito de pressionar a regularização fundiária de Machadinho, e prestando auxílio na comunidade de São Benedito, informando e ajudando com o processo de titulação das terras, pressionando as autoridades competentes e denunciando as ameaças recebidas pela comunidade na pessoa do presidente.

Nesse trato entre associação de moradores das comunidades e associações de representação quilombolas, há circulação de informações e auxílio no estabelecimento de contato entre associações de moradores e outros agentes externos a essas comunidades, como, por exemplo, membros do Ministério Público Federal, INCRA, MDA, OAB, através da Comissão Nacional da Verdade para a Escravidão Negra, empresas com projetos de responsabilidade ambiental como a Shell, Universidades etc. Nessas relações as pessoas estabelecem alianças, entram em conflitos, trocam informações, se unem para as lutas em comum; o coletivo passa a ter um sentido que integra as pessoas em torno de um objetivo, como que é a garantia de direitos.

Cheguei a essa rede de relações durante a minha pesquisa indagando aos moradores como eles se informavam sobre seus direitos, como faziam para resolver problemas, como se informavam sobre assuntos relativos à comunidade, projetos desenvolvidos por universidades e outras entidades, oportunidades etc. A resposta comum nas três comunidades pesquisadas apontava para as associações de moradores, que por sua vez indicaram uma correlação com as associações de representação quilombola CONAQ e ACQUILERJ.

Nesse íterim foi possível perceber que os membros comunitários com maior proximidade às associações de moradores, sobretudo às presidências das associações, eram mais informados sobre seus direitos, afirmavam a identidade quilombola com mais afinco, sabiam mais sobre os problemas comunitários, bem como os possíveis caminhos para resolvê-los, e eram mais engajados politicamente do que os membros com menor participação nas atividades das associações. Esses revelavam pouco conhecimento sobre direitos, se articulavam menos nas lutas pela garantia de suas demandas ou ainda tinham a questão da identidade quilombola como algo difuso.

Essa situação revela que as associações funcionam através de redes de relações que se estabelecem no curso de suas ações ou que já existiam previamente. O êxito destas será tanto maior quanto for a capacidade de seus membros se relacionarem resolvendo suas diferenças e conflitos e conviverem o mais harmoniosamente possível. Ao passo que quanto mais afastados da associação forem os sujeitos mais indiferentes serão às questões e problemas que

atingem ao coletivo. Sendo assim, o ambiente associativo proporciona a politização das pessoas (HAMIDI, 2006)¹³.

Todo esse cenário é útil para pensar a importância das associações na prática da cidadania numa sociedade democrática. Conforme Cefaï (2011), as associações seriam os lugares privilegiados para o exercício da cidadania, pois seriam capazes de orientar os saberes, virtudes e atributos cívicos, seriam capazes de formar cidadãos mais engajados, com oportunidades de pensar e agir coletivamente (p.12).

A participação política, vista como uma atividade coletiva, está ligada ao exercício da cidadania. É o voltar-se para a esfera pública que faz dos indivíduos cidadãos. É essa postura de cidadãos ativos politicamente frente aos problemas sociais, denunciando as injustiças, que revela a face democracia (CEFAÏ, 2012)¹⁴.

A cidadania, no entanto, não pode ser dissociada do caráter democrático da sociedade civil, sobretudo no contexto brasileiro de transição democrática nas décadas de 1980 e 1990, que encerram consigo a proposta de uma concepção de cidadania fundada no direito a ter direitos.

Nesse contexto, a construção da cidadania e a consolidação da democracia participativa são processos que não podem ser vistos separados, uma vez que a estratégia de construção democrática, que compõe um laço constitutivo entre cultura e política, traz consigo o surgimento de sujeitos sociais de um novo tipo, novos tipos de direitos e a ampliação do espaço da política. É essa a estratégia que reconhece o caráter da transformação cultural no que diz respeito à construção da democracia. Abordar a cidadania como estratégia política implica compreender que seus conteúdos e significados não são previamente dados, mas constituem uma resposta à dinâmica dos conflitos vividos na luta política (DAGNINO, 2000:85).

Para Dagnino (2000), deve-se pensar que a nova cidadania assume uma redefinição da ideia de direitos. O que se busca é o “direito a ter direitos”; o que não diz respeito apenas a direitos previamente definidos, mas também à criação de novos direitos resultantes de lutas

¹³ As referências do autor Hamidi (2006) que estão citadas no texto são tradução do texto original em francês intitulado: *Éléments pour une approche interactionniste de la politisation. Engagement associatif et rapport au politique dans des associations locales issues de l’immigration*, do mesmo autor, realizadas por Monteiro (2016), em sua dissertação de mestrado intitulada: *Do Privado ao Público Em Um Contexto De Injustiça Ambiental: um estudo de duas comunidades às margens do Canal da Costa – Vila Velha (ES, Brasil)*.

¹⁴ As referências do autor Cefaï (2012) que estão citadas no texto são tradução do texto original em francês intitulado: *Ethnographies de la Participation*, do mesmo autor, realizadas por Monteiro (2016), em sua dissertação de mestrado intitulada: *Do Privado ao Público Em Um Contexto De Injustiça Ambiental: um estudo de duas comunidades às margens do Canal da Costa – Vila Velha (ES, Brasil)*.

específicas. Essa redefinição abarca o direito à igualdade e à diferença. A nova cidadania requer a constituição de sujeitos sociais que sejam ativos, capazes de definir o que consideram serem seus direitos e lutando para o reconhecimento dos mesmos. A cidadania é projeto de um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis. O processo de construção, afirmação e reconhecimento de direitos é um processo de transformação social. Essa estratégia política requer um processo de criação de novos tipos de relações sociais que só serão possíveis através da formação de cidadãos como sujeitos sociais ativos (Dagnino, 2000:89).

A participação dos indivíduos se liga à ideia de cidadania ativa e robustece os movimentos sociais e populares. Para Gohn (2008), os movimentos sociais são uma forma de democracia participativa, uma vez que muito contribuem para mudanças políticas e a emancipação social dos sujeitos. A participação político-social é um processo que dá sentido e significado a um movimento social, gerando uma consciência crítica e tornando possível uma cultura política nova (GOHN, 2003:30).

Dentro dessa perspectiva as associações desempenham um papel-chave, visto que muitas vezes se estruturam em redes, trabalhando para reduzir as desigualdades sociais, garantir direitos ou fazer circular informações. As associações seriam um elemento central na reconfiguração governamental trazida pelo processo de redemocratização, uma vez que proporcionariam a autonomia individual e coletiva dos indivíduos, devido a sua forte solidariedade interna. Ao participarem de grupos como as associações os indivíduos se envolvem em conexões sociais que geram redes de confiança, cooperação e comunicação. Esse processo faz com que o indivíduo não fique centrado em si e leva a uma expansão de seus horizontes de experiência. As associações aparecem como palco para o exercício da cidadania ao proporcionar a troca e circulação saberes, práticas, modos de engajamento e cooperação. Elas são meios de sociabilidade e socialização (CEFAÏ *et al*, 2011).

“As associações são exatamente os nós das redes sociais. São verdadeiras incubadoras de relações sociais, que contribuem para criar as mais variadas frentes de aliança e oposição” (CEFAÏ *et al*, 2011:7).

As associações cumpririam um papel de orientação e reestabelecimento de solidariedade social numa sociedade marcada pela racionalização e pelo individualismo. Elas seriam responsáveis pela revitalização das comunidades, gerariam uma “regeneração cívica e política” (*idem*. p. 11).

Apesar de as associações demonstrarem esse caráter aglutinador, não se pode deixar de considerar que estas são entidades heterogêneas com características singulares que

obedecem a lógicas de organização e ação diferentes de acordo com o contexto em que existem e coexistem seja com outras entidades ou sujeitos que compõem outras associações. Isso explica por vezes os conflitos e dissensões na forma de agir, pensar e articular que podem surgir entre seus participantes.

No contexto da participação não raro ocorre uma espécie de apatia política, pela qual os indivíduos nem sempre se mostram capazes de reagir frente a situações conflituosas ou participar de cenas públicas de deliberação. Essa incapacidade parece estar presente em casos de maior vulnerabilidade social, em que os pobres representam grupos que muitas vezes têm participação restrita nas cenas públicas ou sua participação política é superficial. Mesmo quando esses adotam práticas de participação, a eficácia dos seus discursos é menor, se comparada aos grupos dominantes. Muitas vezes isso ocorre por falta de conhecimento técnico. Isso acaba por gerar dificuldades na publicização de um problema e na mobilização dos indivíduos (MONTEIRO, 2016).

Além da questão da pobreza, a participação política encontra barreiras na maneira como o fazer política é visto pelos indivíduos: um trabalho. Unidos dessa visão esses sujeitos procuram satisfações em atividades consideradas mais prazerosas. Daí decorre que as classes subalternas no Brasil têm um baixo nível de participação política e estão mais ausentes da esfera pública (MONTEIRO, 2016).

No entanto, apesar desse quadro de relação entre pobreza, baixa mobilização e participação política, o número de práticas participativas por parte dos extratos mais baixos da população tem aumentado (MONTEIRO, 2016).

Isso sugere que quanto os mais pobres resolvem partir para a ação política se articulando e se mobilizando politicamente há mais chances de resolução dos seus problemas.

Muitas vezes essas associações revelam atuações dissonantes de indivíduos que se engajam e se desengajam de acordo com as circunstâncias e necessidades (CEFAÏ *et al*, 2011).

Isso explica o fato de que, no campo pesquisado, apesar de haver um forte apelo para a questão da identidade quilombola e problemáticas relativas a esta identidade, como a regularização fundiária, o respeito e reconhecimento do povo quilombola enquanto sujeitos de direitos, luta contra o racismo etc., há pessoas que se engajam nas ações das associações de moradores e são movidas por questões instrumentais, como conseguir oportunidades de emprego e/ou geração de renda, água, transporte, posto de saúde etc. Isso, no entanto, não descaracteriza as ações das associações pautadas na identidade e na luta pelo reconhecimento ou garantia de direitos direcionados aos quilombolas, mas revela que as pessoas reorientam

suas ações e estratégias conforme as necessidades mais imediatas que fazem parte de seu cotidiano. Esse proceder pode envolver uma lógica que move interesses individuais ou coletivos.

Esse cenário revela uma realidade presente no proceder dos atores que integram as associações.

(...) Eles estabelecem conjuntos de argumentos como modos práticos de se engajarem numa situação, de configurá-las por seus projetos, de selecionar finalidades e objetivos. (...) A vida associativa, portanto, não é simples. Esses diferentes regimes de engajamento formam par com formas de proximidade e de desprendimento, com modos de individualização e de cooperação, com dinâmicas de racionalização e de legitimação (CEFAÏ et al, 2011:22, 24).

As relações estabelecidas no âmbito de uma associação são complexas e revelam sentimentos e paixões que muitas vezes movem os indivíduos a se aproximarem, estabelecerem relações de conflito, confiança, competição, aliança etc. Essa dinâmica revela que as associações:

São arenas de troca e de conflito, de cooperação e de competição, de invenção de soluções a problemas, de negociação de convenções coletivas e de composição de racionalidades múltiplas. (...) não têm um objetivo, uma estratégia e uma ideologia. Elas são atravessadas por ambiguidades (...). Podem perseguir diversas finalidades não compatíveis entre si (...). Certas associações se apóiam em relações de parentesco e em laços interpessoais para construir seus projetos, garantir um grau de confiança entre os membros e gerenciar os problemas. (...) Elas podem distribuir os saberes sobre redes de pessoas (CEFAÏ et al 2011:25- 26).

A abordagem da temática de “arenas públicas” pode ser útil para compreender o contexto de ação e articulação coletiva em que operam as associações, que muitas vezes estão ligadas entre si por operarem para o enfrentamento de situações-problema. As associações estão constantemente ligadas entre si e em redes, e a outras associações e instituições, como empresas privadas, mídia, agências públicas etc., e nesse contato formam relações de interdependência que envolvem troca, cooperação, conflitos e barganhas. Assim, a arena pública revela uma multiplicidade de espaços de interação e atores e se caracteriza através das formas de mobilização coletiva (CEFAÏ et al, 2011:28, 30).

É do processo da manifestação e deliberações de demandas coletivas em que o Estado é alvo ou intermediário que emerge o problema público e se forma uma arena pública. A arena pública surge como palco onde se entrelaçam cenas que ganham repercussão através da

publicização. A arena pública surge como lugar de debate, deliberação, mobilização e associação onde os problemas se tornam públicos (CEFAÏ, 2003).

A constituição de um problema público envolve um público que pode ser uma coletividade em vias de tornar-se pública que ao se defrontarem com uma situação-problema, se mobilizam para questioná-la e torná-la pública. Assim, a publicização de um problema decorre das ações de uma coletividade que age em consequência de adversidades que os atingem. Isso leva à participação política dos diferentes sujeitos e grupos sociais envolvidos (MONTEIRO, 2016).

Os movimentos sociais são exemplos em que esse tipo de interação se constitui. Esses movimentos se articulam às associações, além de vários setores, como organizações, partidos políticos, universidades e intelectuais, ONGs, pastorais sociais etc.; e nesses meandros trocam informações, discursos e práticas, fazem denúncias e ganham visibilidade e por vezes até a simpatia ou adesão de setores da sociedade às suas causas, que geralmente envolvem a luta por uma sociedade mais igualitária.

Nesses casos a publicização da causa será fundamental para a continuidade e êxito do movimento ou para que a associação obtenha sucesso na conquista de suas demandas (*idem*).

A publicização gera visibilidade e esta, na esfera pública, é primordial para as causas em questão. Em razão de seu caráter coletivo, um problema social demanda reconhecimento por parte da sociedade de que a situação em questão é um problema que pode ser resolvido. É no momento de emergência e reconhecimento de um problema que a sociedade reflete acerca dos transtornos impostos. É na arena pública que o problema social ganha relevância e passa a ser percebido como algo que deve ser resolvido (MONTEIRO, 2016:116).

A mídia de massa, principalmente a internet, tem sido o principal canal de expressão e veiculação dos problemas e é cada vez mais utilizada para atrair a opinião pública (CEFAÏ *et al*, 2011; MONTEIRO, 2016).

As associações de representação quilombola como a CONAQ e ACQUILERJ procuram a todo instante mobilizar da opinião pública no tocante aos problemas enfrentados pelas populações negras e quilombolas no Brasil. Os problemas são publicizados principalmente através da internet em páginas de redes sociais, jornais digitais e blogs. Buscando mostrar a necessidade de reconhecimento por parte desses grupos, a publicização da situação do negro e das comunidades quilombolas tem por objetivo atrair a sensibilizar a opinião pública a favor de suas reivindicações e problemas. Os discursos são proferidos de forma a evocar sentimentos de indignação, empatia e injustiça, que são canalizados através dessa publicização.

No caso dos grupos em questão, negros e quilombolas, podemos considerar que diversidade pressupõe reconhecimento, que por sua vez está ligado à estima social, que de acordo com Honneth (2003), se liga às formas com que os indivíduos se inserem nas sociedades democráticas.

Para Honneth, os conflitos são gerados pelas experiências de desrespeito social, seja ele um ataque à identidade pessoal ou coletiva. Assim, esses conflitos se mostram como meios eficientes para gerar ações em favor da restauração das relações de conhecimento mútuo. Desse modo, as experiências de não reconhecimento podem se tornar motivação para a resistência política, que se manifesta através da articulação coletiva em movimentos sociais e associações, por exemplo.

Os sujeitos de direitos necessitam estar em condições de desenvolver sua autonomia, de maneira que possam decidir racionalmente sobre as questões morais. A luta por reconhecimento deve ser vista como uma pressão, sob a qual aparecem a todo o momento novas condições para a participação na esfera pública (Honneth, 2003:100).

Os atores sociais só conseguem ter consciência de que são pessoas de direito no momento em que surge uma esfera de proteção jurídica que possa assegurar o mínimo de bens materiais para a sobrevivência. É a esfera do reconhecimento jurídico que cria condições que permitem aos sujeitos desenvolver o autorrespeito (*idem*).

No caso das comunidades quilombolas, ter um *status* jurídico garante que seus membros acessem seus direitos e adquiram a condição de cidadãos. As associações, por sua vez, procuram através de seu estatuto jurídico facilidades como acesso a crédito ou a programas sociais destinados a tais comunidades. Diante desse quadro, a tendência no Brasil é de que as associações têm se caracterizado como intermediárias de grupos, que reivindicam direitos. Isso decorre do fato de que para acessarem determinados direitos e recursos, como acesso a crédito e serviço público, os atores coletivos são obrigados pela legislação vigente a formarem grupos associativos. Por isso, é possível verificar a emergência de identidades coletivas que demandam reconhecimento, como é o caso dos quilombolas e indígenas etc. (CEFAI *et al*, 2011:35).

As associações assumem um papel importante na mobilização coletiva de grupos que buscam inclusão social, bem como acesso a direitos. Nas interações que se fazem no âmbito dessas associações não apenas membros das comunidades trocam informações como também estabelecem contatos com outras associações e agentes externos às comunidades, o que gera uma rede de relações onde os recursos, conhecimentos, comportamentos, necessidades, opiniões e intenções dos indivíduos impactam a formação de sua estrutura e revelam sobre

seu conteúdo e impacto na vida prática das pessoas em interação. Esse contexto permite pensar como as informações que circulam na rede podem ser usadas como meios para se lutar por melhores condições de vida (Marteleto, 2002).

Mesmo que as relações sociais se deem num ambiente de informalidade, como é o caso das associações, os efeitos das redes podem ser verificados num contexto social mais amplo, como nas relações com o Estado ou com instituições de representação (*idem*).

Nesse contexto, as relações que se consolidam nos ambientes das associações nas comunidades pesquisadas permitem pensar como as informações que circulam são usadas na prática cotidiana dos indivíduos para assegurar a satisfação de suas demandas e direitos.

No capítulo II será explicitado como as teorias das redes sociais permitem pensar formação de redes na conjuntura dos movimentos sociais, sobretudo os que lutam por melhores condições de vida, reconhecimento e valorização das identidades; e como no contexto da redemocratização grupos que surgiram, como o Movimento Negro Unificado, que posteriormente deu origem ao Movimento Quilombola, atuam na esfera pública denunciando e publicizando os problemas que a população negra enfrenta no Brasil.

Nesse quadro, ganha destaque o papel das associações de moradores das comunidades quilombolas, bem como as associações de representação quilombola no âmbito da mobilização desses atores em rede, uma vez que tanto associações de moradores quanto associações de representação estão ligadas ao Movimento Quilombola e este, por sua vez, ao Movimento Negro Unificado, que é um movimento social.

Capítulo II

2 As redes sociais: laços e circulação de informação

Pensar as redes como fluxos de transferência e circulação de informações auxilia na compreensão de como os sujeitos em seu processo de comunicação em grupo dispõem de recursos para ter acesso ao conhecimento e fazer com que este chegue aos vários pontos dessa rede, de modo a propiciar aos atores que formam os elos desta um acesso informativo que pode ser utilizado para mobilizar ações e recursos na luta por melhores condições de vida e satisfação de suas demandas.

De modo a elucidar melhor tal assertiva é importante delinear o que são as redes, quais são suas características e como estas são importantes na mobilização coletiva e na atuação dos movimentos sociais.

Apesar de a literatura sobre redes sociais ser vasta e o termo, polissêmico, no qual cabem diferentes perspectivas, não se pretende aqui fazer uma revisão da literatura das redes sociais. O que se pretende em linhas gerais é deixar claro o conceito de rede social, bem como sua aplicabilidade e contribuição para pensar as mobilizações coletivas e as dinâmicas entre sujeitos sociais.

Dentre os vários enfoques possíveis há um ponto comum na conceituação de redes sociais: são relações que se estabelecem entre duas ou mais partes onde se forma uma estrutura de laços entre atores em determinado contexto social (SILVA, FIALHO E SARAGOÇA: 2013).

Esses atores podem ser indivíduos, organizações, instituições, animais, coisas; podem ser humanos ou não humanos. A rede, por sua vez, é representada pelas conexões ou nós onde os atores estão envolvidos, em constante relação e ligados a uma rede social de elementos materiais e imateriais, sendo que esses elementos podem interferir e influenciar o comportamento um do outro (LATOURETTE: 2012).

No que diz respeito aos atores humanos, os laços firmados podem se basear em amizade, parentesco, pontos de vista e objetivos em comum, troca de informações etc. O ser humano, enquanto ser social, interage a todo o momento com os diversos elementos que integram o meio que o circunda. Sendo assim, a análise das redes sociais permite lançar um olhar sobre a realidade social como uma estrutura de relações interdependentes que envolvem entidades, grupos, indivíduos, organizações etc. Na análise dessas redes sociais, o foco pode estar no tipo relação estabelecida, que é capaz de se desdobrar de várias maneiras, tais como:

amizade, comunicação, informação, influência, etc. (SILVA, FIALHO E SARAGOÇA: 2013).

As redes sociais são estruturas de laços específicos entre atores sociais, redes de comunicação que envolvem a linguagem simbólica, limites culturais e relações de poder, tendo surgido como um padrão organizacional capaz de expressar, através da sua arquitetura de relações, ideias políticas e econômicas de carácter inovador, com a missão de ajudar a resolver alguns problemas atuais. São a manifestação cultural, a tradução em padrão organizacional, duma nova forma de conhecer, pensar e agir. Com influências do pensamento sistémico, as redes dão origem a novos valores, novas formas de pensar e a novas atitudes. (SILVA, FIALHO E SARAGOÇA, 2013:3).

Historicamente, o conceito de rede social passou a ser utilizado na literatura, num sentido mais específico, nos anos de 1954 por Barnes, em seu estudo de Bremmes, uma pequena comunidade norueguesa de pescadores e cultivadores. O objetivo de Barnes era descrever o sistema social de Bremmes. Ao descrever esse sistema ele separou três campos sociais, onde o primeiro era o sistema territorial, o segundo, as relações de trabalho (indústria da pesca) e o terceiro, as relações de parentesco, amizade e familiaridade.

As unidades pesquisadas por ele estavam organizadas em interdependência e não hierarquicamente, e no terceiro campo, que era composto de parentes, amigos e conhecidos, havia elos que mudavam continuamente sem grupos estáveis ou uma coordenação geral. Cada pessoa tinha contato com um certo número de outras pessoas; algumas delas estavam diretamente em contato umas com as outras, enquanto que com outras pessoas esse contato não ocorria. Foi a esse campo que Barnes chamou de rede. O próprio autor descreve que a imagem que se tem é a de um conjunto de pontos, onde alguns estão ligados por linhas. Os pontos seriam as pessoas ou grupos e as linhas indicam pessoas que interagem umas com as outras. (HANNERZ, 2015)

Mas foi Elisabeth Bott, em 1971, que utilizou o conceito de rede como uma ferramenta de análise de relacionamento entre pessoas e seus elos em diferentes contextos. O foco de seus estudos esteve em entender os tipos de contatos entre um conjunto de atores, os tipos de vínculos estabelecidos, as continuidades e descontinuidades das relações, a importância dos papéis que os indivíduos atribuem a si nas relações, sua frequência, durabilidade e intensidade (SILVA, FIALHO E SARAGOÇA: 2013).

Essa perspectiva de análise contribui para a compreensão do fluxo de transferência de informações e de comunicação dentro das redes sociais e de como esses são utilizados na

mobilização de recursos que sejam capazes de gerar uma ação, no sentido de satisfação das demandas dos atores e grupos envolvidos em determinada rede.

No que concerne à composição estrutural da rede, é importante retomar os apontamentos de Silva, Fialho e Saragoça (2013), sobre as conclusões de Wellman e Berkowitz (1991), que identificam que as estruturas sociais podem ser representadas como um conjunto de nós (membros de um sistema social) e conjunto de laços, que representam as interconexões. Segundo os autores citados, essa concepção permite pensar para além da ideia de que os sistemas sociais são apenas coleções de indivíduos, díades ou grupos restritos a uma determinada categoria. Os nós podem representar grupos, corporações e outras coletividades, e os laços, por sua vez, podem representar fluxos de recursos, relações de amizade, transferências ou relações estruturais entre nós (*idem*, p. 08).

Assim, esses autores, retomando Wasserman e Faust (1999), apresentam os princípios fundamentais para as teorias das redes sociais: há uma relação de interdependência entre os atores e suas ações; é nos laços estabelecidos entre esses atores que circulam fluxos de recursos materiais e imateriais; os modelos de redes que têm indivíduos como centro projetam as estruturas de relações como meios que representam oportunidades ou promovem a ação individual; os modelos de redes definem a estrutura (social, política, econômica etc.) como padrões das relações entre os atores (*idem*, p. 09).

Pensando nesses termos, ponderar sobre a ação coletiva dos indivíduos é de significativa importância, uma vez que a sociedade é composta por indivíduos que agem individualmente e coletivamente num movimento dinâmico e constante. Sendo assim, é significativo refletir sobre os movimentos dos indivíduos que atuam coletivamente, baseados em interesses afins a perpetrarem ações para satisfazer esses fins, que são considerados um “bem coletivo”. Há que se considerar que a interação entre esses atores é marcada por incentivos e constrangimentos, relações de força e conflitos de interesses e não se pode esquecer que as causas da ação coletiva devem ser buscadas nas motivações da ação individual, consideradas o ponto de partida para explicar o fenômeno coletivo (OLSON, 1999).

No entanto, é importante levar em consideração que a atuação coletiva de grupos interligados em uma rede, muitas vezes fundada em interesses e objetivos comuns, não é isenta de conflitos, que muitas vezes têm raízes nos interesses individuais de cada indivíduo. Isso decorre devido à heterogeneidade dos atores e à pluralidade de ideias dos atores envolvidos na rede.

As ações coletivas dos indivíduos estão imersas em diferentes lógicas e contextos, portanto, merecem atenção as relações estabelecidas entre os atores envolvidos nas redes.

Sobre as relações estabelecidas entre atores nas redes sociais, algumas abordagens possíveis são: redes que se formam a partir de certo número de pessoas ou grupo com objetivo específico; as ações dos indivíduos são definidas a partir da identificação de um objetivo comum e a partir daí se delineiam os possíveis relacionamentos estabelecidos entre os atores. Há as redes pessoais, que se constroem a partir dos relacionamentos de seus membros; os indivíduos são identificados e em seguida verifica-se em torno de cada um deles o “círculo relacional”, que é a relação estabelecida entre cada um desses indivíduos entre si.

As redes sociais trazem consigo características que pressupõem um conjunto de métodos, conceitos, teorias e modelos. Mas o cerne da questão nessa análise é considerar que o objeto de atenção são as relações estabelecidas entre os indivíduos e as regularidades em que estas se dão. Assim, será possível a descrição da rede, compreender sua formação, suas transformações e apreender seus efeitos sobre os comportamentos dos atores (MARTELETO, 2007).

Desta maneira, Marteleto (2007) recorre a Mercklé (2004) para definir uma rede social como sendo fundada por um conjunto de unidades sociais e as relações que estas unidades mantêm entre si, direta ou indiretamente, por meio de conexões de extensões variáveis. Essas unidades podem ser indivíduos, grupos, organizações, associações ou empresas. Assim, a análise se centra na relação entre elementos, ou elementos que estão ligados ou passíveis de estarem ligados uns aos outros (*idem*).

A posição que os indivíduos ocupam nas redes sociais é interdependente em relação às posições dos demais indivíduos e seus elos. A função de uma relação de atores depende de sua posição na estrutura da rede. Disso pode-se concluir que a rede não se resume a uma simples soma de relações, pois sua estrutura interfere na relação entre os atores. Assim, não se pode analisar as características dos indivíduos independentemente de suas relações com outros indivíduos. Não se pode isolar uma ligação entre dois atores, pois a relação entre esses atores só tem sentido em relação às posições dos demais grupos de atores da rede. Isso ocorre na medida em que a posição que os atores ocupam na estrutura da rede tem efeito sobre sua forma, conteúdo ou função (MARTELETO, 2007:13).

2.1 A dinâmica das redes

Para melhor compreender a dinâmica das redes é importante levar em conta que os atores em conexão têm suas estratégias, interesses e mobilizam recursos diversos, dependendo do contexto em que se relacionam.

As relações entre os atores serão determinantes para definir a estrutura da rede. No estudo das mesmas, Mizruchi (2006) considera como áreas importantes o efeito de centralidade e poder e a identificação de subgrupos. No que respeita à centralidade conclui-se que o ator central dispõe de um posicionamento privilegiado, e passa a ser o foco. Isso lhe confere acesso a mais informações, recursos e poder sobre os demais atores da rede. Esse ator representa o nó central e atua como um coordenador de trocas de informações. Além disso, esse ator tem a capacidade de influenciar os demais devido a sua posição (FERREIRA, FILHO, 2010).

Em virtude de sua posição estratégica, esses personagens são responsáveis pela dinamização das redes, o que lhes confere o reconhecimento dos demais agentes. A centralidade de um ator significa a posição que ele se encontra em relação às trocas e à comunicação no interior da rede. Sua posição pode ser definida considerando-se a quantidade de elos que se colocam entre ele. Isso traz consigo a ideia de poder. Por sua vez, é importante lembrar que esta não é uma posição fixa (MARTELETO, 2001).

No que diz respeito à identificação de subgrupos, estes seriam representados pelos nós que estão interligados das mais variadas formas (sejam elas diretas ou indiretas) e mantendo relações formando os cliques, que são os laços da rede. (FERREIRA, FILHO, 2010)

Os cliques, por sua vez, são os elos que mantêm as relações mais estreitas, são grupos de atores onde cada um está diretamente ligado ao outro. Os cliques podem ser uma instituição ou um subgrupo específico (MARTELETO, 2001).

Mizruchi (2006) ainda aponta a existência de díades ou tríades na composição das redes, em que as díades são representadas pela relação direta entre dois atores e as tríades, pelas relações diretas ou indiretas entre três atores.

Figura 1: Rede. Fonte: Martinho, 2009

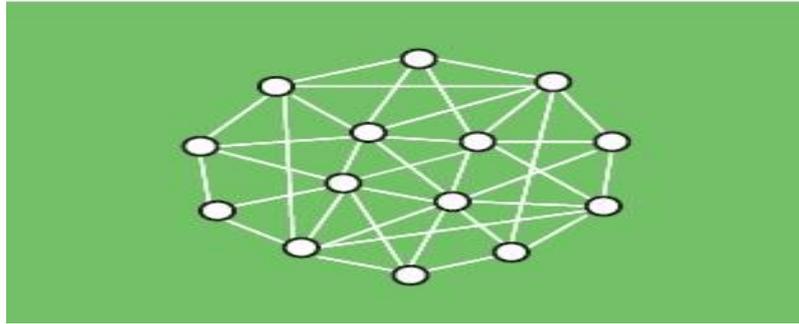


Figura 2: Centralidade de um ator. Fonte: Martinho, 2009

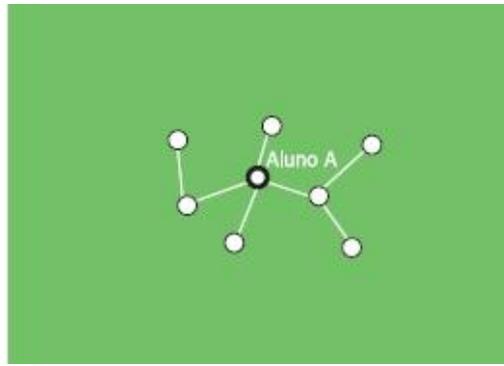


Figura 3. Crescimento da rede de relacionamentos pessoais do aluno A

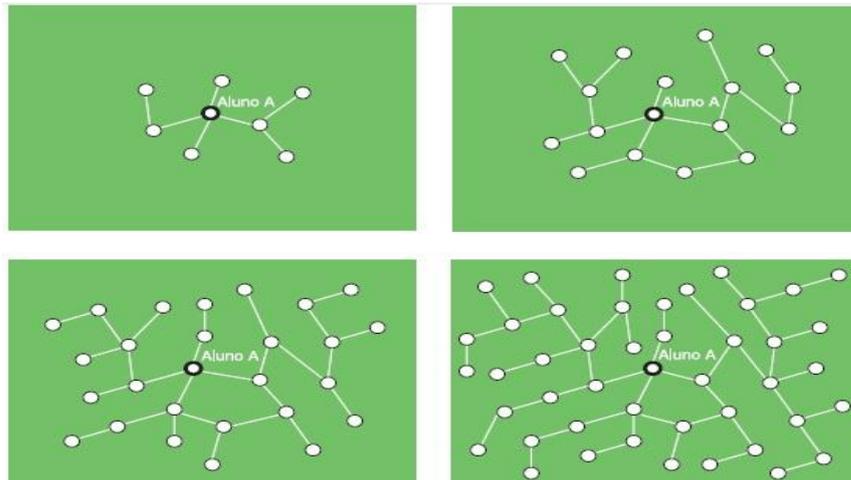


Figura 4. Subgrupos da rede do aluno A e as diversas redes que a interpenetram. Fonte: Martinho, 2009

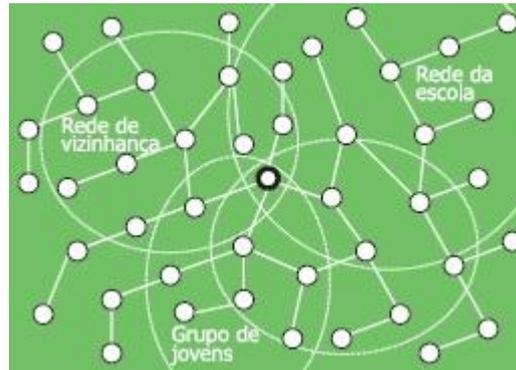


Figura 5. Díade: uma linha representa um par de pontos.

Um ponto pode ser ligado por uma infinidade de linhas. Fonte: Martinho 2009

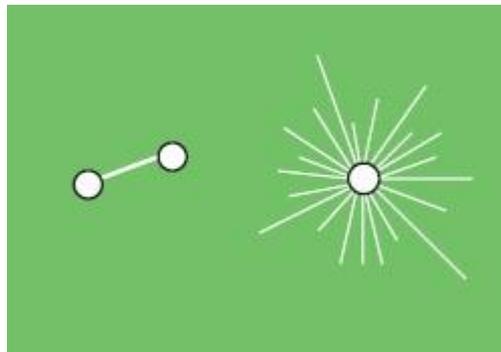


Figura 6. Dois tipos de tríade. Fonte: Mizruchi, 2006



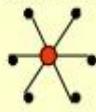
Na estrutura da rede é possível haver uma relação entre díades e tríades, em que pode haver ligações diretas e indiretas através de um centro, que é o transmissor. No exemplo A, é possível verificar uma ligação direta entre os atores, o que não se verifica no exemplo B, onde há uma ligação indireta. Apesar de os três atores estarem interligados, um dos pontos recebe informações por um intermediário, que é o centro da rede (FERREIRA, FILHO, 2010).

Feitas essas considerações acerca do esquema de redes pode-se dizer, conforme Marteleto (2011), que as pessoas com mais contatos diretos certamente são os elos mais importantes.

Como a rede se estabelece como um ambiente de troca e circulação de informações, estas ocorrem em níveis diversos. Além do mais, como foi visto anteriormente, a informação circula na rede de maneira indireta até chegar aos atores. Isso mostra que não somente a quantidade de elos diretos pode definir a posição dos integrantes de uma rede. Há que se considerar que em uma rede que é composta por atores plurais, com origens diferentes, alguns desses indivíduos podem desempenhar um papel de ponte, fazendo com que a informação circule e chegue a toda extensão da rede (MARTELETO, 2011:75).

Sacomano (2004) fornece um quadro elucidativo no que respeita ao esquema estrutural da rede:

Figura 7. Propriedade das redes. Fonte: Sacomano

<i>Propriedades</i>	<i>Nível de análise</i>	<i>Definição</i>	<i>Efeitos</i>
Centralidade 	Ator	Ator centraliza as relações com os outros atores da rede (posição estratégica)	Acesso a recursos externos, informações, status e poder
Autonomia estrutural 	Ator	O ator ocupa um buraco estrutural entre dois atores com quem está conectado	Aumenta os benefícios da informação (<i>broker</i>), recursos, controle dos atores e status
Equivalência estrutural 	Pares de atores	Atores têm estruturas de relações similares dentro da rede	Atores tendem a ter comportamentos similares (ativos, informações e status similares) e simétricos.
Densidade 	Rede	É a extensão da interconexão entre os atores da rede. Maior a interconexão maior a densidade	Facilita o fluxo de informações e recursos. Sistema fechado de confiança e normas compartilhadas. Facilita a atribuição de sanções
Coesão 	Pares de atores	Compreendida através da intensidade do relacionamento (forte ou fraco). Interações frequentes com comprometimento de recursos	Relações coesas estão relacionadas ao ganho de informações refinadas, conhecimento tácito, controle social e reciprocidade.

O ponto determinante de uma rede é sua estrutura, ou seja, como ela se forma, se organiza e se expande. São esses pontos que permitirão a formação de novas interações e a consequente circulação de informações. No entanto, é importante lembrar que quando se trata de redes sociais, os métodos de análise são mais complexos, uma vez que envolvem uma perspectiva para além da estrutural, pois no seu âmbito os comportamentos dos atores podem sofrer influências diferentes e externas ao seu envolvimento na rede. Por exemplo: dizer que alguém é politizado tomando apenas sua experiência numa rede pode ser um equívoco, uma vez que sua experiência de vida anterior ao envolvimento na rede pode também ter contribuído para isso (FERREIRA, FILHO, 2010).

2.2 Conclusão sobre a análise de redes como debate teórico-metodológico

Nossa reflexão tenta resgatar o conceito e metodologia de redes sociais no debate sobre movimentos sociais e construção do sujeito político. A estrutura da rede é apreendida como uma rede de relações e limitações que pesa sobre as escolhas dos indivíduos, os comportamentos e as opiniões. Mas a análise de redes não constitui um fim em si mesmo. É um meio para realizar uma análise que explicita de que maneira a rede é explicativa dos fenômenos analisados. Uma rede não se reduz à simples soma de relações, e a sua forma exerce uma influência sobre cada relação. A ação individual que será o foco de nossa análise está baseada na rede de recursos, e esta rede existe através de ações significativas que põem em relação os indivíduos que compõem o conjunto da mesma.

Por outro lado, a análise de redes sociais é uma metodologia original que pode ser aplicada nas pesquisas empíricas de diferentes situações e questões sociais. Já como foi indicada na introdução, as redes desempenham um papel essencial no acesso à moradia, ao emprego, à capacidade dos indivíduos de ultrapassar momentos difíceis na trajetória de vida deles. As redes, segundo Grossetti (*apud* REGINENSI, 1999), configuram a trama principal da vida social e se constituem na tradução concreta do vínculo social. A maior parte dos estudos sobre redes se concentra no meio urbano em países desenvolvidos (FISCHER, 1982, WELLMAN, 1979, GROSSETTI, 2002) e enfrentam desafios metodológicos de pesquisa comparativa. No caso da América Latina, a referência pioneira é o trabalho da antropóloga mexicana Larissa Lomnitz (1975), que realizou uma pesquisa numa favela (*barriada*) da Cidade do México para compreender os mecanismos de sobrevivência dos pobres. No Brasil, trabalhos sobre redes sociais começaram a ser desenvolvidos a partir dos anos 2000. Vale

ressaltar o estudo de Marques (2000), que desenvolve o conceito de “permeabilidade do Estado”, construído a partir da análise da rede de vínculos.

Mas dois trabalhos foram particularmente inspiradores para nossa pesquisa: o trabalho da Marteleto (2001), que discute a aplicação da metodologia de análise de redes nos estudos de fluxo e transferências de informações, a partir de uma pesquisa desenvolvida junto a movimentos sociais organizados nos subúrbios da Leopoldina, no Rio de Janeiro, e em segundo lugar, as pesquisas de Catherine Reginensi (1996, 2008, 2012), na Guiana Francesa, e no Rio de Janeiro, com camelôs. A pesquisadora desenvolveu uma metodologia com moradores de etnias diferentes, de áreas precárias e de baixa renda, utilizando o diálogo como instrumento privilegiado para configurar as principais redes sociais existentes.

A seguir, serão feitas ponderações acerca da experiência das redes no âmbito dos movimentos sociais. Essas considerações são importantes, uma vez que os movimentos sociais são formas de ação coletiva, em que uma coletividade de atores se mobiliza e se organiza tendo em vista uma consciência de grupo e afinidades percebidas por indivíduos submetidos a problemas sociais semelhantes; o que os move em direção à articulação e mobilização para o enfrentamento de tais obstáculos.

2.3 As redes no contexto dos movimentos sociais

É importante pensar como as teorias das redes sociais permitem pensar a mobilização coletiva, bem como a formação de redes, na conjuntura dos movimentos sociais, sobretudo os que lutam por melhores condições de vida, reconhecimento e valorização das identidades.

É tendo a sociedade civil como palco de atuação que forças sociais heterogêneas lutam em defesa da cidadania. Apesar de haver relações de conflito e antagonismos na sociedade civil, não se pode deixar de considerar que esta engloba a participação política num sentido mais amplo, uma vez que aí podem ser vistos os vários níveis de organização dos interesses e valores que envolvem a cidadania, sobretudo quando se trata de ações em pressões políticas, reivindicações de políticas públicas, etc. (SCHERER-WARREN:2006).

Dentre os níveis existentes e destacados por Scherer-Warren (2006), na sociedade civil pode-se apontar o associativismo local, como movimentos comunitários e organizações locais que buscam se organizar nacionalmente participando de redes transnacionais de movimentos, como é o caso do Movimento Negro Unificado (MNU); e as mobilizações na esfera pública.

Essas mobilizações e articulações de atores envolvidos em movimentos sociais ganham visibilidade na esfera pública a partir do momento em que, como estratégia, atraem

simpatizantes, realizam articulações com universidades, por exemplo, chamam a atenção da sociedade em geral e divulgam suas ações no meio midiático como forma de exercer pressões políticas que possam vir a surtir efeitos práticos, produzir efeito no espaço público e garantir conquistas para a cidadania (*idem*:111).

Foi na sociedade civil e no contexto da redemocratização e defesa da cidadania que o MNU enquanto grupo se articulou, ganhou força e posteriormente deu origem ao Movimento Quilombola. Ambos atuam na esfera pública denunciando e publicizando os problemas que a população negra e quilombola enfrentam no Brasil.

Nesse quadro, ganha destaque o papel das associações de moradores das comunidades quilombolas, bem como as associações de representação quilombolas no âmbito da mobilização desses atores em rede, uma vez que tanto associações de moradores quanto de representação estão ligadas ao Movimento Quilombola e este, por sua vez, ao Movimento Negro Unificado.

O movimento quilombola está imerso, nas palavras de Scherer-Warren (2006): “do ponto de vista organizacional em várias redes de redes”, que vão desde a CONAQ, que é a coordenação nacional, perpassando pelas organizações estaduais, e pelas organizações de comunidades locais, até ONGs e associações que se identificam com a causa.

Ainda de acordo com a supracitada autora, o movimento quilombola ainda apresenta dimensões que são definidoras de um movimento social:

- Identidade: unem-se pela força da identidade étnica negra e de classe – camponeses pobres; unem-se contra o racismo e contra as mais variadas formas de injustiça e expropriação; a principal delas, a territorial.
- Adversário: a concentração de terras. Luta-se pelo direito comunitário à terra e a manutenção ou o acesso ao território que está sob constante ameaça.
- Projeto: a luta pela regularização fundiária. Estão unidos ao Movimento Nacional pela Reforma Agrária, mas mantendo sua característica principal, que é a posse e a manutenção do território coletivo (*idem*: 115).

A articulação entre movimentos sociais, como o Movimento Negro, o Movimento Quilombola, o Movimento pela Reforma Agrária, entre outros, aproxima uma pluralidade de sujeitos, pertencentes a diferentes tipos de organizações, mas que agregam afinidades que possibilitam o diálogo.

É no ínterim desse processo articulatório que se foram as redes de movimento social, que agregam em si sujeitos coletivos que se unem em torno de valores, objetivos ou

identidades sociais e políticas em comum e que definem estratégias e situações a serem combatidas e/ou transformadas (SCHERER-WARREN:2006).

No entanto, cabe ressaltar que a pauta de valores ou afinidades em comum não exclui conflitos e disputas de poder no processo articulatório e no interior das redes. Estas podem apresentar elos mais fortes, representados por lideranças, mediadores etc., que desempenham maior influência no direcionamento de ações e estratégias dentro dos grupos.

Essas relações, por vezes, levam ao seguinte questionamento: até que ponto a ação de lideranças, mediadores e agentes externos junto aos sujeitos mais excluídos, que geralmente dispõem de menos informações sobre os processos políticos, causa dependência ou favorece sua autonomia política? Como esse trabalho pode ser direcionado para a autonomia desses atores?

Scherer-Warren (2006) resalta que:

(...) as redes, assim como qualquer relação social, estão sempre impregnadas pelo poder, pelo conflito, bem como pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento. (...) o que interessa saber é como se dá o equilíbrio entre essas tendências antagônicas do social e como possibilitam ou não a autonomia dos sujeitos sociais, especialmente os mais excluídos, e que frequentemente, são denominadas “populações-alvo” desses mediadores (SCHERER-WARREN, 2006:122).

Essa autora aponta caminhos para o empoderamento de sujeitos sociais de forma que as hierarquias de poder não sejam estimuladas, tampouco causem dependência dos sujeitos. Dentre os caminhos apontados estão um trabalho de empoderamento democrático e de inclusão social das bases, em que todas as formas de exclusão sejam combatidas; o reconhecimento da heterogeneidade dos sujeitos, bem como do pluralismo de ideias entre estes, a promoção da democratização dos mecanismos de participação.

Para que haja o protagonismo desses atores é preciso resgatar sua dignidade, promover novas formas de ação coletiva e incentivar sua participação nos diversos espaços, incentivar as mobilizações na esfera pública, participações em fóruns e eventos, além de reforçar o sentimento de pertencimento (o que é ser, se sentir e atuar como um quilombola, como um negro, um indígena, etc.) (SCHERER-WARREN, 2006).

Ações como estas podem promover maior inclusão e participação de atores que antes estavam distantes, alheios ou dependentes das relações hierárquicas, que por vezes se estabelecem no processo articulatório e no interior das redes.

Pensar a atuação de sujeitos e grupos em redes, sobretudo quando estas envolvem movimentos sociais, é importante para se ter dimensão dos efeitos de um trabalho de articulação coletiva não só na sociedade, representada por um nível macro, mas também na vida prática dos sujeitos e membros de comunidades ou pequenos grupos, no nível micro.

Pensar como os movimentos sociais num contexto mais amplo influenciam e se ligam a grupos menores, como é o caso do Movimento Negro Unificado, do Movimento Quilombola, comunidades quilombolas e suas associações, ajuda a perceber como uma rede de atores interligados é capaz de chamar atenção e publicizar seus problemas e demandas na esfera pública, de modo a atrair atenção da sociedade civil, simpatizantes para a causa e pressionar politicamente o Estado para a criação de novos direitos ou garantir os já existentes.

Pensar essa atuação em rede ajuda a compreender os caminhos a serem traçados para a construção de um sujeito político coletivo quilombola autônomo, capaz não só de conhecer seus direitos, mas também de lutar para que estes sejam garantidos.

No entanto, para se construir esse sujeito político coletivo há ainda um longo caminho a ser percorrido, uma vez que na prática cotidiana das comunidades a pluralidade de pensamentos, formas de agir e engajamento dos atores variam, bem como variam também suas relações com os próprios agentes externos e com o Estado.

2.4 O Movimento Quilombola:

O movimento quilombola é um importante exemplo para se pensar como as articulações de diversos atores em rede podem ganhar força e promover a conquista de importantes demandas de grupos sociais que lutam por inclusão, reconhecimento ou criação de direitos.

O Movimento Quilombola é um movimento que surge no âmbito dos movimentos sociais, atuando conjuntamente com organizações do Movimento Negro Unificado (MNU) para lutar pelo reconhecimento e garantia dos direitos dos negros no Brasil. É um movimento social que atua em defesa da identidade étnica e da territorialidade desse povo.

No processo articulatório esse movimento encontra apoio de diversas entidades e instituições que encampam a luta pelos direitos das comunidades tradicionais brasileiras.

A dimensão político-administrativa é uma força motriz que dinamiza a luta coletiva dessas populações e as redes e laços que entendem que os quilombolas são sujeitos de direito

ganham cada vez mais força na medida em que a luta avança em direção à garantia e reconhecimento de direitos diferenciados para as populações quilombolas (SOUZA: 2008).

O Movimento Quilombola se organiza a nível nacional a partir do ano de 1995 e traz a questão identitária como tônica de sua luta e como elemento aglutinador do grupo que se formou para lutar por tais direitos. É com base na identidade étnica que se estabelece outra linha reivindicatória desse movimento: a defesa dos territórios quilombolas.

A partir das demandas do reconhecimento identitário, baseado na etnicidade e na defesa territorial, surge uma rede de relações cada mais vez ampla entre as comunidades quilombolas. Pode-se dizer que a inserção dessa categoria no texto constitucional de 1988 foi a grande vitória desses grupos.

Pode-se dizer que a inclusão dos quilombolas como categoria de acesso a direitos na Constituição Federal impulsionou as mobilizações e estratégias político-organizativas no momento posterior à promulgação do texto constitucional. Esse movimento articulatório envolveu associações, coordenações, entidades da sociedade civil organizada, ONGs, pastorais religiosas, universidades e comunidades numa luta constante para fazer valer a Constituição, vista a situação de desigualdade a que estavam sujeitas as populações negras e quilombolas no país.

Em virtude desse quadro, o MNU publicizou da situação do negro e dos quilombolas e acirrou os debates em torno dessa questão. Mesmo e antes da formação do Movimento Negro em 1978, já havia por parte dos negros a formação de grupos, como a Frente Negra Brasileira (FNB), criada nos anos de 1930, e do Teatro experimental do Negro, nos anos de 1940 e 1950, que se propunham a lutar contra a invisibilidade do negro na sociedade, contra o mito da democracia racial e pela afirmação da identidade negra.

Mas foi no final dos anos de 1970 e durante os anos de 1980 que o MNU ganha força e volta suas atenções para o agravamento dos conflitos fundiários que envolvem a população negra no campo. Nesse quadro, as comunidades quilombolas buscam apoio do Movimento Negro e das entidades ligadas à luta pela reforma agrária para denunciar tais conflitos. Essas mobilizações se fortalecem na medida em que há encontros realizados pelas comunidades negras para discutir a questão legal, visando à regularização fundiária e ao fim de tais conflitos. Pode-se dizer que foi a mobilização dos movimentos quilombolas, em conjunto com o Movimento Negro e outros parceiros como, por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra, que coloca em pauta as demandas quilombolas (principalmente territoriais) e leva a aprovação do artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADTC), no texto constitucional de 1988 (SOUZA, 2008).

Mas é no período posterior à promulgação da Constituição que ocorre a grande luta pela implementação dos direitos constitucionais garantidos aos quilombolas, uma vez que é grande a inércia do Estado em fazer valer tais direitos.

Para pressionar o Estado e lutar pela efetivação desses direitos surge uma grande mobilização e articulação das comunidades quilombolas com o fortalecimento das organizações nos níveis local, estadual e nacional.

Foi em 1995 que o debate em relação aos quilombolas ganhou força, a partir da publicidade e das primeiras discussões sobre um projeto de regularização do artigo constitucional (ARRUTI, 2006).

Concomitante a esse debate, ocorre o “I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas”, realizado durante a Marcha Zumbi dos Palmares, e é criada a Comissão Nacional Provisória das Comunidades Rurais Negras Quilombolas. É a partir desse encontro que se pensa a estrutura da Comissão Nacional, que tem por objetivo articular as comunidades dos vários estados brasileiros. Diante desse quadro amplia-se a luta pelo reconhecimento legal dos direitos específicos dessas populações e as novas demandas levam a criações de proposições legislativas em âmbito estadual e federal, o que leva à edição de portarias e normas de procedimentos administrativos que efetivem a formulação de uma política que garanta os direitos quilombolas (SOUZA, 2008).

Seguindo-se aos acontecimentos de 1995, em 1996 há o I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, em Bom Jesus da Lapa, Bahia. A Comissão Provisória dá lugar à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ (ALBERTI E PEREIRA, 2007).

Em 2000, ocorre o II Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, em Salvador – Bahia. Esse encontro foi muito importante, pois foi a partir daí que as comunidades quilombolas passam a atuar de forma mais independente do Movimento Negro¹⁵, o que leva a uma maior afirmação do Movimento.

O movimento Quilombola continua a estabelecer parcerias e a se articular com os movimentos que oferecem apoio, inclusive o MNU, mas assume para si a representatividade do movimento. Foi definido que a representação de voto na CONAQ só poderia ser de quilombola. Givânia Silva, que é liderança quilombola do quilombo de Conceição das Crioulas, Pernambuco, e fundadora da CONAQ, diz que é reconhecida a importância de todas

¹⁵ Até o II Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas em 2000 a representação quilombola era composta nacionalmente por representantes do Movimento Quilombola e também do Movimento Negro urbano.

as organizações que contribuíram com o movimento, mas que era necessário chamar para os quilombolas a responsabilidade da autorrepresentação.

A CONAQ é composta pela união das organizações quilombolas nos níveis regionais e estaduais e reúne 24 estados. Após o encontro em que o Movimento Quilombola se afirmou, estados que ainda não estavam constituídos enquanto organização quilombola passaram a se organizar e a evidenciar o protagonismo de tais comunidades. A formação da CONAQ é responsável por colocar o Movimento Quilombola em evidência no cenário nacional. A partir de então o movimento passa a ser um dos mais ativos agentes do MNU. Diante disso, pode-se dizer que a consolidação do Movimento Quilombola enquanto força social levou a uma politização, que gerou estratégias e mobilizações das comunidades quilombolas (SOUZA, 2008).

Não obstante aos avanços do movimento, a população quilombola ainda tem muitas e sérias barreiras a enfrentar para ter pleno acesso aos direitos que lhes são garantidos. Barreiras essas que encontram no parlamento brasileiro um grande obstáculo no plano normativo, principalmente no que diz respeito à exata definição de quem de fato são os sujeitos de direito, os critérios e as etapas para demarcação territorial e quais são competências jurídico-políticas nesse processo (LEITE, 2000).

Para esclarecer melhor as vicissitudes que acompanham a temática quilombola é importante elucidar questões relativas ao conceito de quilombo na contemporaneidade, visto que é em torno dessa categoria que surgem embates e entraves na hora de se pensar a aplicação da norma constitucional.

Em seguida, será importante mostrar como é complexa essa questão no âmbito jurídico-político e quais são os avanços e retrocessos que envolvem a aplicação do artigo 68 do ADTC da Constituição Federal.

2.5 Remanescente de quilombo: o conceito

A palavra “quilombo”, associada a direitos territoriais, após a promulgação do artigo 68 na Constituição de 1988, carrega consigo várias ressemantizações ao longo dos séculos (ARRUTI, 2008; LEITE, 2000).

A primeira definição de quilombo consta do período colonial. O conselho ultramarino português em 1740 definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões

neles”. Na tradição brasileira o termo carrega consigo significados diversos, ora sendo associado a lugar, ao povo que vive nesse lugar, às manifestações populares ou ao local de uma prática condenada pela sociedade, ou a um conflito, relação social ou sistema econômico. Essa diversidade de significações mostra como essa palavra é polissêmica (LEITE, 2000).

Situações diversas vão englobando a compreensão de quilombo. Quilombos já foram definidos como uma reprodução das organizações africanas no Brasil, onde havia organização social própria, exército e que resistia a ordem político-social vigente; já foi lugar de encontro de negros fugidos, grupos produtores de alimentos que negociavam com a sociedade colonial, etc. (ARRUTI, 2008).

Todas essas definições mostram como o uso da palavra “quilombo” abarca vários significados e compreensões. Leite (2000) aponta que essa vastidão de significados serve para mostrar a grande quantidade de experiências a representar a história dos negros nas Américas. Essa autora cita ainda as duas formas sobre como o quilombo é visto: ora sob o signo libertário e igualitário da Revolução Francesa, ora sob o viés marxista de resistência, revolução e luta armada. Isso tudo para mostrar que há uma dificuldade de perceber o termo através da “dimensão política de uma formação social diversa” (LEITE, 2000:337).

Nos escritos de Clóvis Moura, pode-se fazer uma leitura dos quilombos como foco de Resistência; e segundo Leite (2000), esse caráter fica visível na capacidade organizativa desses grupos, em que havia uma organização sociopolítica com posições, estrutura e poder bem definidas. Esses quilombos, ao serem destituídos inúmeras vezes, reapareciam em outros lugares, tendo sempre as ameaças de invasão à espreita. Essa situação deixa evidente o caráter defensivo e de resistência desses grupos.

Arruti (2008) aponta três vias de análise do quilombo, todas elas ligadas a ideias de resistência: primeiramente o autor destaca a resistência cultural, tendo em vista que os quilombos buscavam reproduzir o modo de vida africano; a segunda está vinculada à resistência política, à medida que o fenômeno serve para pensar as relações entre as classes dominantes e os quilombos, bem como as possibilidades de resistência popular; a terceira via de análise é aquela trazida pelo movimento negro, que alia a perspectiva cultural/racial à política e coloca o quilombo como ícone da resistência negra. O quilombo percebido como um movimento social de resistência física e cultural da população negra.

Assim, o termo “quilombo”, que no período colonial se inseria numa categoria jurídica para se referir a locais isolados que abrigavam negros fugidos, começa a ganhar nova tônica no pós-abolição, quando a expropriação assume novas formas, onde se acentua a segregação

sócio-espacial, as situações de deslocamento, realocamento e expulsão desses grupos de territórios onde antes estavam estabelecidos (LEITE, 2000).

Nesse contexto, a mobilização política dos negros com uma tônica de reparação das injustiças sofridas pelos negros se inicia nos anos de 1930 com a criação da Frente Negra Brasileira, segue ao longo dos anos através de outras iniciativas, como o Teatro Experimental do Negro nos anos de 1940 e 1950, e culmina com a criação do Movimento Negro, em 1978.

Foi em 1986, durante o primeiro encontro das comunidades negras rurais, que tinha o tema “O Negro e Constituição Brasileira”, que propostas com ênfase na questão fundiária foram postas para a elaboração da constituinte. Essas propostas foram encaminhadas para os constituintes através de uma emenda popular, que não alcançou o número mínimo de assinaturas. Sua formalização se deu, então, pelo deputado Carlos Alberto, do PDT-RJ, e teve amplo apoio da deputada federal Benedita da Silva, do PT-RJ. Foi essa mobilização que ensejou à redação do artigo 68 da Constituição (MELO, 2008).

Nesse quesito, Leite (2000) chama à atenção para que as terras de quilombos devam ter formalização jurídica como terras de uso comum, uma vez que estas terras são oriundas da reorganização da economia brasileira no pós-abolição, e caracterizam, muitas vezes, domínios doados, adquiridos ou mesmo concedidos pelo Estado; podem ser áreas de apossamento ou de retribuição a serviços prestados.

Quando da promulgação da Constituição em 1988, em que no artigo 68 do ADTC diz-se que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”, o termo “remanescente de quilombo” gera uma série de controvérsias; primeiramente porque a ideia de remanescente evoca algo que está em vias de desaparecimento, além de parecer fazer referência a algo que está cristalizado no tempo. Esse conjunto de ideias torna o artigo 68 extremamente restritivo (LEITE, 2000).

Talvez seja por isso que o artigo 68, à primeira vista, não tenha gerado grandes debates no parlamento, uma vez que tendo essa concepção a respeito dos quilombos achou-se que seriam poucos e isolados casos em todo o Brasil.

O impasse ocorreu porque a compreensão que se tinha de quilombo era o de Palmares, uma unidade autossuficiente, organizada e isolada. Nesses termos, foi difícil entender a demanda fundiária de tantos grupos que se autoidentificariam como quilombolas, posteriormente. (*idem*)

Assim, era necessário definir qual seria o sujeito de direito em questão, já que o conceito que se tinha restringia esse sujeito à historicidade e não dava conta da multiplicidade

de situações que abarcava tal conceito. A falta de definição de critérios para definir esses sujeitos daria espaço a interpretações diversas e controversas, em que o caráter coletivo desses direitos não era reconhecido. Destarte, qualquer tentativa de interpretação e aplicação do dispositivo constitucional, esbarraria na indefinição do texto (ARRUTI, 2008).

Para tentar uma solução a esses dilemas, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi convocada para analisar e dar seu parecer a tema tão complexo. Foi então, em 1994, que um grupo de trabalho da referida associação se reuniu com o intuito de formular e elaborar um conceito de quilombo que pudesse dar conta das múltiplas situações que esse termo engloba.

Em suma, o documento teve por objetivo elucidar as condições e características que envolvem os quilombolas na contemporaneidade. Tentou-se superar a ideia de quilombo como algo isolado e fossilizado no tempo e mostrar que na atualidade sua população era heterogênea, fruto de diversos deslocamentos espaciais condicionados pelas mais diversas situações, como abandono por dívida do proprietário, ocupação pacífica, herança, compra por ex-escravos, doação, terras ocupadas por ex-escravos que trabalharam no sistema de colonato, etc. (ALMEIDA, 2002; O' DWYER, 2002).

O documento procurava evidenciar o novo caráter dinâmico e organizacional dessas comunidades, onde havia uma multiplicidade de experiências. Essa ressemantização do termo elaborado pela ABA foi importante para ampliar e lançar novos olhares sobre o conceito, pois é a comunidade, enquanto grupo e seu modo de vida coletivo, e, não o indivíduo, que é o sujeito de direito. O grupo, no entanto, não se resume a relações de homogeneidade ou consanguinidade, mas se forma através de alianças diversas de que podem participar indivíduos de outros grupos étnicos, quem tenham afinidade com as lutas dos quilombolas. O que estaria em questão na hora de pensar o pertencimento dos sujeitos seria o modo de vida coletivo e a participação de cada indivíduo no dia a dia da comunidade. Destarte, a terra não seria o único e exclusivo elemento de identificação desses sujeitos, mas sua condição de membro daquele grupo (LEITE, 2000).

É dentro desse contexto que a noção de grupo étnico se faz importante, pois esta está atrelada a uma questão de ação política e sentimento de pertença ao grupo (WEBER, 2000); onde os critérios de pertencimento ou exclusão são determinados pelo próprio grupo (BARTH, 1969).

O conceito de grupo étnico definido por Frederik Barth (1969) se revela uma importante ferramenta para se descrever o processo de atribuição e de identificação das comunidades quilombolas. Barth define a etnicidade como um conceito de organização social,

pois permite caracterizar fronteiras e relações dos grupos sociais e que são utilizados para organizar as identidades e as interações. Para esse autor, a etnicidade se revela nas ações e reações entre o grupo e os outros, numa organização social que está em constante processo de transformação. Essas transformações, por sua vez, resultam um conjunto de componentes sociais variáveis de acordo com o tempo.

Weber (2000), por sua vez, propõe que a etnicidade ultrapassa a ideia de raça ou cultura, não sendo oportuno buscar nos traços fixos a fonte da etnicidade. O foco está voltado para o senso de pertença; dessa maneira, uma comunidade é considerada étnica quando o sentimento de pertença é sentido, como característica comum, por todos os seus membros.

Como aponta Malheiros (2010), não há uma relação necessária entre grupo étnico e a cultura de um grupo; nem mesmo os laços de consanguinidade. Um grupo não pode ser caracterizado somente por partilhar uma cultura comum ou por possuir traços fenotípicos e genotípicos comuns entre seus membros. Esses grupos são comunidades oriundas de processos históricos e políticos e sociais. Assim, o que interessa não é o conteúdo cultural presente num grupo, mas sim os limites que esse grupo negocia para interagir com o outro; e são esses limites que são considerados relevantes para esses atores sociais. Nessas condições, pode-se considerar que a etnicidade é uma questão de pertencimento. Por isso, os grupos étnicos são auto-definidos, podendo se relacionar como uma vasta gama de elementos selecionados pelo próprio grupo (*idem*, p. 40-41).

Dessa maneira, o conceito contemporâneo de quilombo está ligado à autoatribuição étnica (MALHEIROS, 2010). Conforme O' Dwyer aponta:

Contemporaneamente, portanto, o termo Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de modos de vida característicos, e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho nem número de membros, mas por experiência vivida e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Constituem grupos étnicos conceituados pela antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento por normas e meios de afiliação ou exclusão (O'DWYER, 1995:2).

É claro que a terra é uma importante demanda para o grupo, bem como para o modo de vida coletivo desses sujeitos, mas não é o elemento que exclusivamente os define. Assim, é

importante saber distinguir entre as demandas territoriais e os critérios de formação histórica da coletividade. A terra, meio físico, aparece como condição de fixação desses grupos, mas não como condição para sua existência (LEITE, 2000:34).

A terra é importante para as referências simbólicas e para a continuidade do grupo e até para o imaginário coletivo, mas não há uma dependência exclusiva desses grupos em relação à terra. Não fosse isso não existiriam grupos que foram destituídos de suas terras, e ainda assim, se mantêm como coletividade unidade, assumindo uma identidade quilombola (*idem*, p.345). Daí a importância do sentimento de pertença quando se relaciona o conceito de quilombo ao de grupo étnico.

2.6 Os quilombolas e a questão jurídica:

Tratar de como os quilombolas se inserem na questão jurídica é importante para mostrar como essa temática é cara aos beneficiários do artigo 68 e como é permeada por avanços e retrocessos. É nesse cenário controverso e conflituoso que as comunidades de hoje tentam se mover buscando a garantia de seus direitos. É nesse contexto que se faz importante a articulação das comunidades às entidades, órgãos, e movimentos que apoiam a causa quilombola e possam oferecer suporte e apoio, sobretudo informacional e jurídico.

Leite (2000) aponta que o artigo 68 traz uma novidade, que são os direitos étnicos. Ao reconhecer uma formação social diversa e desigual, o Estado deveria se colocar como defensor desses direitos, reconhecendo a existência de grupos culturalmente diferenciados.

O artigo 68 se inseriu nos debates sobre o patrimônio cultural brasileiro, que estão nos artigos 215 e 216 da Constituição. A parte sobre a história dos quilombos deveria constar no corpo permanente da Constituição, nesses artigos, enquanto a parte relativa à questão fundiária ficaria no campo “transitório”. Essa determinação colocaria a cultura como limite para o reconhecimento político da população negra do Brasil (ARRUTI, 2008:9). Como houve alterações no regimento original no decorrer do processo e por não ter sido aprovado no capítulo referente à cultura, as matérias passam a figurar o artigo 68 em caráter transitório (*idem*).

No entanto, é na aplicação do referido artigo que as dificuldades e os embates começam a aparecer. Arruti (2008) aponta que o artigo 68 permaneceu sem aplicação até 1995, quando se comemorou o tricentenário de Zumbi dos Palmares, e o tema dos quilombos e da resistência negra voltou aos debates sociais. Foi nesse período que começaram as

iniciativas para a normatização, procedimentos e critérios para a regularização fundiária. É publicada, nesse ano, a portaria 307 do INCRA, que determina que a demarcação e a titulação das terras quilombolas é de competência do INCRA:

Cabe ao INCRA a administração das terras públicas desapropriadas por interesse social, discriminadas e arrecadadas em nome da União Federal, bem como a regularização das ocupações nelas havidas na forma da lei¹⁶.

A publicação de tal portaria não resolveria completamente o problema da regularização fundiária para as comunidades quilombolas. Essa portaria vigora até 1999, quando, no governo de Fernando Henrique Cardoso, é reeditada pela 11ª vez a Medida Provisória 1.911, que confere à Fundação Cultural Palmares (FCP) a prerrogativa da titulação territorial. Segundo a organização não governamental Comissão Pró-Índio, em 2000 a FCP promoveu uma série de titulações sem haver a devida desapropriação, o que levou a uma série de conflitos fundiários (ARRUTI, 2008).

As diversas tentativas de regulamentação da lei acabavam esbarrando na definição do conceito de quilombo, no sujeito de direito, nos procedimentos e normas de titulação, responsabilidades e competências de cada órgão. Cada tentativa dessa encontrava impedimentos dos setores interessados na não regularização fundiária, como as elites econômicas e a bancada ruralista no parlamento, bem como nas competições entre órgãos do governo para definir quem teria prerrogativa para conduzir tal processo (LEITE, 2000:346).

Em 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso edita o decreto 3.912, que regulamentava os procedimentos para a titulação territorial. Nesse decreto ficou definido que seriam tituladas apenas as comunidades que ocupavam pacificamente as terras demandadas por um período de no mínimo 100 anos (contando-se da data da promulgação da Constituição, ou seja, de 1888 a 1988). Essa medida excluía aqueles que foram removidos de seu território em virtude de conflitos fundiários. Já se pode imaginar que da edição do decreto e em todo seu período de vigor não houve uma titulação sequer (ARRUTI, 2008).

O cenário só mudou quando houve mudança de presidente. Foi nessa ocasião que, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores – PT foi editado o decreto 4887/2003, em substituição ao 3.912/2001, regulamentando o art. 68 do ADTC, que trata do processo de demarcação e titulação das terras quilombolas. O decreto se fundamenta na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o direito de

¹⁶ <http://www.cpisp.org.br/html/leis/fed4.htm>.

Para mais informações sobre a legislação quilombola nos âmbitos Federal, Estadual e Internacional, ver: <http://www.cpisp.org.br/html/leis/>.

autoatribuição dos povos tradicionais (MALHEIROS, 2010). Nesse decreto estavam estabelecidas as normas para identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação de tais territórios. Tal decreto, no artigo 2 §2, define que:

São considerados remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (...) São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural¹⁷.

No artigo 3º do referido decreto fica a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do INCRA a condução do processo de regularização fundiária. Ainda garante o direito do autorreconhecimento de tais comunidades, prevê desapropriações e estabelece que a titulação deve se dar em nome da entidade representativa da comunidade (associação de moradores) (ARRUTI, 2008).

O decreto também estabelece que o processo de titulação deve ser acompanhado pela Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), para que este órgão garanta o respeito aos direitos étnicos e territoriais no processo de demarcação, e pela Fundação Cultural Palmares (FCP), que ficou responsável por emitir as certidões de reconhecimento de tais comunidades e assegurar a preservação da identidade cultural.

Fica ainda definido no decreto que o INCRA deve encaminhar o RTID de cada comunidade ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); à Secretaria do Patrimônio da União (SPU); ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; à Fundação Nacional do Índio (FUNAI); à Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional e à FCP. Esses encaminhamentos decorrem do fato de que as áreas demandadas possam estar em territórios da Marinha, unidades de conservação, áreas de segurança nacional, em terras indígenas ou em terras estatais.

O decreto também atesta que quando as terras demandadas estiverem ocupadas, o INCRA deve providenciar os reassentamentos dos seus ocupantes não quilombolas e

¹⁷ Brasil. Decreto n. 4887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União. Brasília, 20 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em 22 de novembro de 2017.

providenciar a devida indenização, quando for o caso. Ainda determina que a terra titulada seja inalienável, impenhorável e indivisível.

A titulação da terra inclui não só a porção ocupada, mas também as áreas de usos, costumes e tradições, ou que possuam recursos necessários à sua manutenção e à conservação de sua história e memória coletiva (ARRUTI, 2008).

No plano das políticas públicas o decreto também destina um orçamento específico para os quilombolas. Há o Programa Brasil Quilombola (PBQ), linhas de crédito específicas para agricultura, convênio com os órgãos de Estado para lidar com questões agrárias e ambientais, auxiliando na infraestrutura, desenvolvimento e manutenção dessas comunidades. O decreto versa também sobre políticas de saúde e educação.

A edição do decreto 4887/03 representou um avanço no que diz respeito à garantia dos direitos Constitucionais quilombolas. Esse decreto foi fruto de um esforço coletivo, que resultou numa parceria da Advocacia Geral da União (AGU), Gabinete de Segurança Institucional (GSI), CONAQ, pesquisadores da área da Antropologia e do Direito, com o intuito de pensar uma nova regulamentação para a aplicação do Dispositivo Constitucional.

Sem embargo, esses avanços, desde 2004, têm enfrentado forte oposição de setores das elites econômicas interessados em barrar as titulações, bem como de grupos dentro do próprio parlamento que representam interesses dos latifundiários e dessas mesmas elites. Foi o caso da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 3239, impetrada pelo até então Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas (DEM), contra o decreto 4887/2003, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Essa ADIN questiona os critérios da autoidentificação das comunidades quilombolas, da demarcação territorial e os critérios e instrumentos de desapropriação. Essa ação já teve julgamento previsto e adiado pelo STF por três vezes e a situação se estende até o presente momento, em que a última tentativa de julgamento, que ocorreu em 18 de outubro de 2017, foi adiada, pois o ministro Dias Toffoli, presidente do STF, que pediu vistas do processo, precisou fazer uma cirurgia e não compareceu ao tribunal.

O primeiro julgamento da ação estava previsto para abril de 2009, mas a Advocacia Geral da União (AGU) e a Procuradoria Geral da República (PGR) pediram que a ação fosse julgada improcedente. Dias Toffoli, que a essa época era advogado geral da União, em 14 de abril pediu ao deputado Valdir Colatto (então presidente da Frente Parlamentar agropecuária) a ampliação do prazo para que fosse emitido um parecer sobre o decreto¹⁸.

¹⁸ Fonte: <https://blogdopedlowski.com/2017/08/17/mais-um-ataque-aos-direitos-das-populacoes-quilombolas/>. Acesso em 22 de novembro de 2017.

Em 18 de abril de 2012, se iniciou o julgamento e o relator Cezar Peluso, então ministro presidente do STF, vota pela inconstitucionalidade do decreto. A justificativa foi de respeito ao princípio de segurança jurídica¹⁹. O que se seguiu foi que a ministra Rosa Weber pediu vistas e o julgamento foi interrompido, retornando em 2015. Nesse mesmo ano Rosa Weber vota pela constitucionalidade do decreto, mas Dias Toffoli pede vistas e o julgamento é novamente interrompido²⁰.

Em 16 de agosto de 2017, houve uma nova tentativa de julgar a ação, mas o ministro Dias Toffoli teve que se ausentar por problemas de saúde e não compareceu; o que levou a um novo adiamento do julgamento. No momento o placar de votos está em 1 a 1.

Finalmente, no dia 08 de fevereiro de 2018, oito dos 11 ministros do STF decidiram pela constitucionalidade do decreto.

Dentro do parlamento brasileiro há ainda uma série de projetos de lei que investiram ou investem contra os direitos das populações quilombolas expressos no decreto 4887/2003, como é o caso do projeto de lei 44/2007, apresentado pelo então deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), que pretendia suspender a aplicação do decreto presidencial, justificando que se pretendia regulamentar diretamente um preceito constitucional o que seria inconstitucional. Esse processo encontra-se arquivado hoje em dia²¹.

Outro retrocesso envolvendo a questão quilombola e a garantia de seus direitos ocorreu em novembro de 2007, quando a Fundação Cultural Palmares editou a portaria FCP nº 98, que determinava nova regulamentação para o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos. Essa portaria tornou mais burocrática a inclusão no cadastro e permitiu a revisão de certidões já emitidas²².

Em julho de 2008, o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) apresentou outro projeto de lei: o 3654/2008, que pretendia regulamentar o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, e resolver seus impasses. Esse deputado alegou que o decreto só pode versar sobre a matéria administrativa, pois não é o instrumento jurídico adequado para regulamentar matéria de direito. O projeto de lei em questão previa que para ocupar as terras

¹⁹ Fonte: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=205330>. Acesso em 22 de novembro de 2017.

²⁰ Fonte: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/stf-retomara-em-de-agosto-julgamento-sobre-decreto-de-titulacao-quilombola> Acesso em 22 de novembro de 2017.

²¹ Fonte: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=352032>. Acesso em 22 de novembro de 2017.

²² Fonte: <http://novotempo.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/PORTARIA-N%C2%BA-98.pdf>. Acesso em 22 de novembro de 2017.

reivindicadas as comunidades quilombolas deviam comprovar referências culturais²³, além do mais o projeto propunha que tais áreas estivessem necessariamente localizadas em zonas rurais, e efetivamente habitadas pelos demandantes e suas famílias²⁴. Esse processo hoje em dia também se encontra arquivado.

Em 29 de setembro de 2008, é publicada a Instrução Normativa (IN) nº 49. Essa IN substituiu a IN nº 20, e atingiu diretamente o critério da autoidentificação. Essa norma atrela o início do processo de titulação à Certidão de registro no Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos. Essa certidão passou a ser necessária para que o processo tivesse início. O que importa aqui é que essa certidão não se baseia mais no critério da autoidentificação dos quilombolas; esse grupo passa a precisar de documentos históricos comprobatórios de sua trajetória em comum. A partir da publicação dessa portaria a comunidade passa a estar sujeita a visitas técnicas da FCP para comprovar as informações fornecidas²⁵.

Essa IN também passa a exigir mais detalhamento nos relatórios antropológicos, o que trona o processo ainda mais lento. O governo justifica a publicação da IN nº 49, afirmando que ela define atribuições e etapas da demarcação e titulação das terras quilombolas.

Há atualmente no parlamento brasileiro pelo menos 25 Projetos de Lei que ameaçam os direitos de povos tradicionais, como indígenas e quilombolas, a maioria deles apresentada pela bancada ruralista. A maior parte desses projetos tramita em forma de projetos guarda-chuva²⁶, como a PEC 215, que pretende transferir para o Congresso a demarcação de terras tradicionais.

A situação atual é grave, pois a bancada ruralista foi fundamental para derrubar a investigação contra o presidente Michel Temer por corrupção passiva. O presidente é acusado pelos movimentos sociais e defensores de povos tradicionais de usar a máquina pública para favorecer as elites agrárias, prejudicando os povos tradicionais e se manter no poder²⁷.

²³ Esse fato apresentaria um grande problema, como por exemplo, na questão religiosa, em que é grande o número de praticantes das religiões protestantes em comunidades quilombolas, o que difere da tradicional manifestação religiosa afro-brasileira.

²⁴ Fonte: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/126754-PROJETO-REGULAMENTA-RECONHECIMENTO-DE-TERRAS-QUILOMBOLAS.html>; <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=403064>. Acesso em 22 de novembro de 2017.

²⁵ Fonte: http://incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/IN49_290908.pdf http://www.cpis.org.br/terras/html/por_que_as_titulacoes_nao_acontecem.aspx?PageID=21. Acesso em 22 de novembro de 2017.

²⁶ Projetos “Guarda-Chuva” são projetos que se articulam ou se desdobram em outros (sub) projetos.

²⁷ Fonte: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/09/11/bancada-ruralista-ja-propos-25-projetos-de-lei-que-ameacam-demarcacao-de-terras-indigenas-e-quilombolas/>. Acesso em 22 de novembro de 2017.

A seguir, uma tabela com os principais projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que ameaçam os direitos das populações tradicionais:

<i>Projeto</i>	<i>Autor</i>	<i>Proposta</i>	<i>Situação</i>
PL 6818/2013	Dep. Geraldo Simões (PT/BA)	Estabelece o Marco Temporal	Apensado ao PL 490/2007
PL 1216/2015	Dep. Covatti Filho (PP/RS)	Estabelece o Marco Temporal	Apensado ao PL 6818/2013
PL 490/2009	Ex-dep. Homero Pereira	Estabelece o Marco e a demarcação de terras pelo Congresso	Aguarda parecer na CCJ
PL 1003/2015	Dep. Edio Lopes (PMDB/RR)	Desocupa terras homologadas após pagamento de valor e benfeitorias	Apensado ao PL 2311/2007
PEC 215	Ex-deputado Almir Sá	Estabelece a demarcação de terras pelo Congresso	Pronta para ser votada
PEC 117/2007	Dep. Edio Lopes (PMDB/RR)	Estabelece a demarcação de terras pelo Congresso	Apensada à PEC 215
PEC 411/2009	Ex-dep. Abelardo Lupion	Estabelece a demarcação de terras pelo Congresso	Apensada à PEC 215
PEC 37/2007	Ex-dep. Eliene Lima	Estabelece a demarcação de terras pelo Congresso	Apensada à PEC 215
PEC 579/2002	Ex-dep. Ricardo de Freitas	Estabelece a demarcação de terras pelo Congresso	Apensada à PEC 215
PEC 291/2008	Ex-sen. Ernandes Amorim	Estabelece a demarcação de terras pelo Congresso	Apensada à PEC 215
PEC 161/2007	Dep. Celso Maldaner (PMDB/SC)	Inclui entre as atribuições do Congresso, além das Tis, a criação das Unidades de Conservação	Apensada à PEC 215
PEC 257/2004	Ex-dep. Carlos Souza	Inclui as Assembleias no processo de demarcação de terras	Apensada à PEC 215
PEC 415/2009	Ex-dep. Gervásio Silva	Autoriza troca de terras tradicionais por outras de mesmo tamanho	Apensada à PEC 215
PEC 275/2004	Atual senador Lindbergh Farias (PT/RJ)	Regulamento exploração de recursos hídricos e riquezas minerais em Terras Indígenas	Apensada à PEC 215
PL 156/2003	Ex-dep. Odacir Zonta	Exclui propriedades de economia familiar de terras a serem demarcadas	Apensado à PEC 215
PL 684/2017	CPI da Funai e do Incra	Susta aplicação do decreto 4.887/2003, que regulamenta territórios quilombolas	Aguarda parecer na CCJ
PL 3509/2015	Dep. Luiz Claudio (PR/RO)	Regulamenta exploração de recursos minerais em TIs	Apensado ao PL 1610/1996
PEC 161/2003	Dep. Geraldo Resende (PSDB/MS)	Indeniza proprietários pela terra nua	Apensado à PEC 132/2015
PEC 409/2001	Ex-dep. Hugo Biehl	Indeniza proprietários pela terra nua	Apensado à PEC 132/2015
PLS 494/2015	Sen. Simone Tabet (PMDB/MS)	Terras invadidas não poderão ser demarcadas	Aguarda parecer na Comissão de D. Humanos

Figura 8. Principais projetos de Lei que ameaçam as comunidades quilombolas. Fonte: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/09/11/bancada-ruralista-ja-propos-25-projetos-de-lei-que-ameacam-demarcacao-de-terras-indigenas-e-quilombolas/>

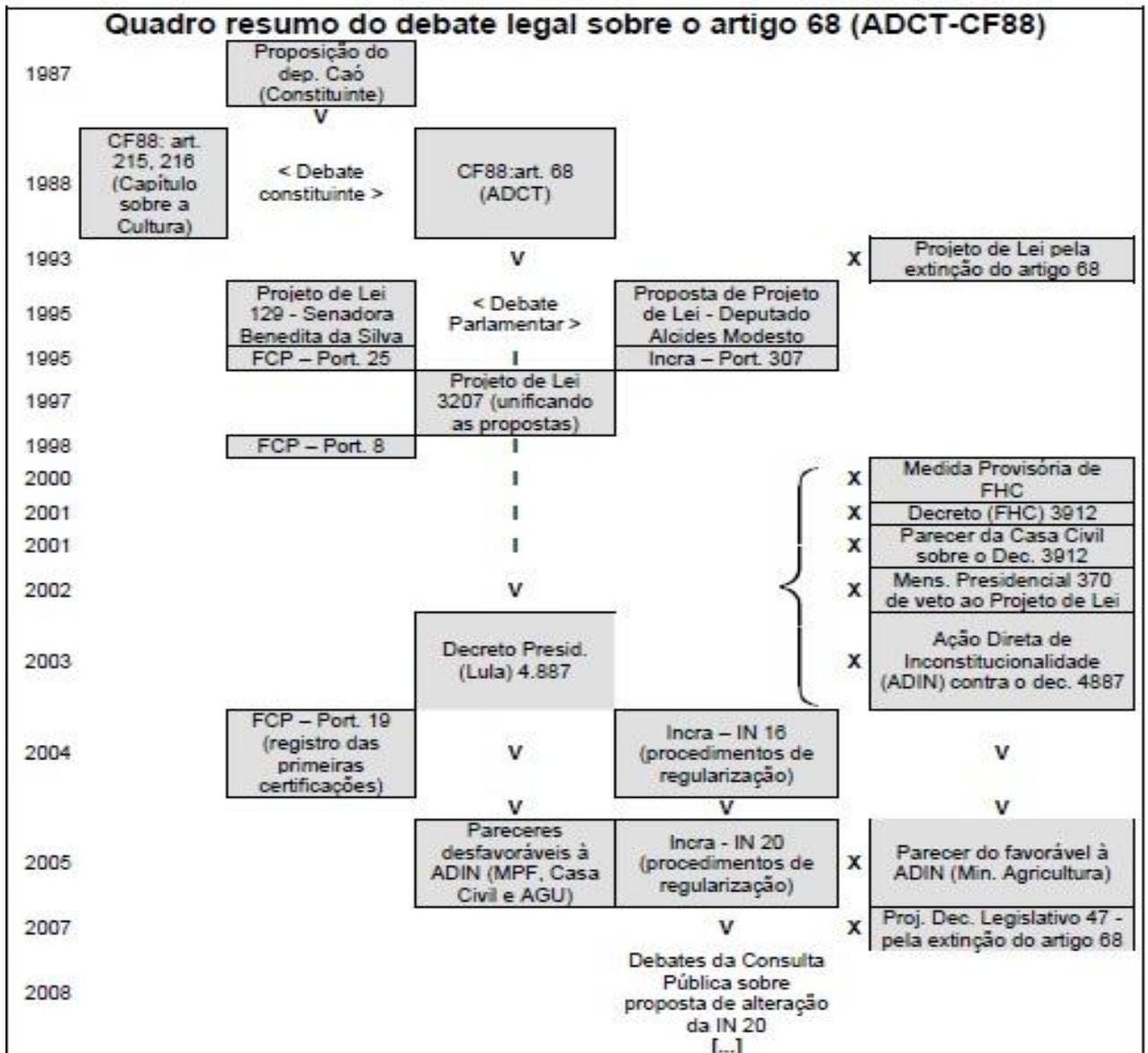


Figura 9. Debate Legal sobre o artigo 68. Fonte: Arruti, 2008:25

2.7 Duas comunidades quilombolas: São Benedito e Machadinho

Feitas as devidas considerações a respeito da questão quilombola e das lutas empreendidas por esses atores para ter acesso aos seus direitos constitucionais, explicitarei os casos das comunidades estudadas de modo a elucidar quem são os moradores dessas comunidades, onde vivem no território do município e como atuam coletivamente, a fim de colocar em perspectiva esses dois campos de estudo a partir de sua principal demanda: a regularização fundiária.

Descrever e caracterizar essas comunidades, como se organizam, se mobilizam e como estão inseridas numa rede de apoio que envolve agentes externos a elas ajuda a debater o processo de formação do sujeito político coletivo quilombola a partir da sua luta pela regularização fundiária em primeiro lugar, pela melhora da qualidade de vida dos seus moradores, por mais inclusão e pelo acesso a direitos sociais básicos, como emprego, educação, saúde e outros.

Evidenciar o processo histórico de exclusão, remoção, discriminação, desrespeito, invisibilidade e violências a que foram submetidas essas comunidades ajudará a compreender o tamanho e a importância da batalha que esses sujeitos empreendem para se constituírem enquanto sujeitos de direito a quem o texto constitucional se refere.

2.7.1 A comunidade de São Benedito:

A comunidade quilombola de São Benedito se localiza em São Fidélis, município da região Norte Fluminense, interior do Estado do Rio de Janeiro, faz divisa com o Parque Estadual do Desengano e conta com 160 famílias cadastradas na associação de moradores da comunidade.

A cidade de São Fidélis foi, durante o final do século XVIII e parte do século XIX, uma aldeia indígena fundada por padres Capuchinhos para reduzir os indígenas²⁸ Coroados, Puri e Coropó à fé católica e para diminuir o que era considerado transtorno causado pelos índios para os fazendeiros da região, que reclamavam que os índios invadiam suas plantações, suas casas e que a guerra entre Puris e Coroados acabava por matar seus animais. Nessa região havia muitas fazendas, onde o trabalho escravo de negros foi abundante e muito utilizado²⁹.

Nos diários dos padres capuchinhos, escritos por frei Ângelo Maria de Lucca e Frei Vitório de Cambiasca, cuja cópia datilografada encontra-se na Igreja Matriz de São Fidélis, há relatos da convivência entre indígenas e negros, e que negros fugidos das fazendas da região se juntavam com os indígenas nas matas. Frei Jacinto Palazzolo (1963), em seu livro sobre a fundação e história da cidade de São Fidélis, cita os escritos de Monsenhor Pizarro, que relata

²⁸ Quando os missionários Capuchinhos chegaram a São Fidélis, em 1781, encontraram os seguintes grupos indígenas na região: Coroados, Coropó e Puri. Coroados e Coropó convivendo pacificamente e em guerra com os Puri. As reclamações dos fazendeiros sobre os indígenas também se deviam ao fato de que esses fazendeiros geralmente derrubavam as matas para extrair madeira, e aumentar a área para a criação de gado, o que muitas vezes alcançava território indígena e causava a reação dos índios, que os amedrontavam.

²⁹ Durante a primeira metade do século XIX a maior parte da população era indígena.

que na região onde hoje se localiza o Parque do Desengano, se refugiavam os negros fugidos das fazendas onde mantinha-se quilombos.

O chamado sertão dos índios bravos (região onde se localiza São Fidélis) habitado então por missionários capuchinhos, indígenas, colonos, fugitivos da lei e escravos fugidos, passou a contar também com a presença de fazendeiros que começaram a migrar para a região em busca do aumento das fronteiras extrativistas (principalmente madeira de lei) e da implantação de atividades agropastoris. Em busca da expansão dessas fronteiras, esses fazendeiros começaram a adentrar e a tomar terras indígenas e reservadas para aldeamentos de modo a estabelecer suas atividades.

O histórico de surgimento da fazenda São Benedito, que era propriedade de João Manoel de Souza, o Barão de Vila Flor, remonta a esse mesmo período, meados do século XIX. Essa foi uma das fazendas mais prósperas e ricas da região, e chegava a abastecer quase toda São Fidélis, que nesse período era uma vila que pertencia ao município de Campos de Goytacazes. Apesar de o café, também cultivado em São Benedito, ser o principal produto da região, o Barão de Vila Flor instalou um engenho de açúcar³⁰.

São Fidélis, a esse período, teve um surto de desenvolvimento econômico devido ao destaque do porto fluvial que havia na cidade e por onde era escoada a madeira e produção agrícola das fazendas e pela produção de café. Devido ao incremento das atividades agrícolas, principalmente do café, já se pode imaginar que houve também o aumento no número de escravos na região.

Esse cenário de prosperidade econômica da região se manteve até um período de crise, quando nos cafezais fidelenses uma praga atingiu as lavouras da região e levou à perda de significativa parte da produção. Esse cenário se agravou devido à oscilação dos preços desse gênero no mercado. Além do mais, a crise se agravou com a abolição da escravatura e com a implantação de uma ferrovia que levou à decadência do porto fluvial. Juntos, esses fatores levaram a economia da região a entrar em declínio (ARAÚJO, 1932).

Elysio de Araújo, casado com a neta do Barão de Vila Flor, narra em livro intitulado “Através de Meio Século”, escrito por ele, que após a abolição os ex-cativos das fazendas começaram a deixar as lavouras, justamente na época das colheitas, e que pouco puderam fazer os fazendeiros da região para mantê-los no trabalho.

O Barão de Vila Flor se enquadrava nessa situação. Elysio de Araújo ainda narra que a decadência do barão e conseqüentemente de sua fazenda, se deram após uma farta colheita de

³⁰ A cana e o café eram os principais gêneros agrícolas cultivados na região.

duzentos mil pés de café, e após a queda dos preços desse produto no mercado. Essa situação levou o barão a hipotecar a fazenda e a vender seu gado, pois não tinha mais dinheiro para manter tamanha estrutura.

Com sua morte, o sobrinho e genro do Barão tentou administrar a fazenda; após sua morte, essa tarefa passou para sua esposa, filha do Barão, que também não obteve êxito nos esforços de recuperar os negócios da família. Com a morte dessa, a administração passou para sua filha, Corina Peixoto, e seu marido, Elyσιο de Araújo. Apesar de esses últimos tentarem recuperar os negócios investindo em um engenho de açúcar, seus esforços foram em vão e a fazenda precisou ser vendida para saldar dívidas.

Os ex-escravos da fazenda começaram, então, a ocupar as terras num sistema de colonato, cultivando suas plantações, caçando e pescando. Essa dinâmica se deu até que a fazenda fosse vendida para um rico fazendeiro da região nos anos de 1960. Esse fazendeiro adquiriu as terras que eram administradas pela Fundação Abrigo do Cristo Redentor.

Os relatos das pessoas que moraram nas terras da fazenda e tiveram descendentes trabalhando nela (alguns desde os tempos da escravidão) são unânimes em lembrar um grande tempo de fartura, em que a produção agrícola era tão farta que não só servia aos donos da fazenda como também aos colonos e suas famílias. A lembrança de uma coletividade unida que desfrutava de terras férteis com grande fartura de gêneros agrícolas, a lembrança de lugares de memória como o terreiro de pedra, onde se dançava jongo, do cemitério dos escravos, onde a grama é mais verde, das ladainhas, procissões, das rezadeiras, da banda de música dos escravos, das parteiras, do poço dos antigos, da represa de pedra construída pelos escravos é sempre presente nos relatos dos descendentes dos trabalhadores da fazenda São Benedito, quilombolas de hoje. É também presença unânime na memória de cada um deles o período da expulsão das terras e a forma traumática como ocorreu.

Os tempos da escravidão também são lembrados, embora de maneira mais fragmentada, pelos relatos de alguns moradores que ouviram de seus pais, avós e bisavós sobre castigos que sofriam os escravos, sobre escravos que morriam na lavoura com a enxada nas mãos e eram enterrados de qualquer maneira nas terras da fazenda. Há ainda lembranças de ecos do passado, como os relatos de fantasmas que gemem e arrastam correntes no porão da fazenda, como se estivessem ali para não deixar ninguém se esquecer do quanto sofreram em suas vidas.

Dos tempos da escravidão os relatos também apontam para o fato de que o Barão e seu genro se “deitavam” com as escravas da fazenda e tinham vários filhos com elas. Esses relatos

também apontam a grande estrutura da fazenda, que possuía grande número de escravos, equipamentos modernos, venda, fábrica de caixões e até um jornal.

Enfim, os relatos dos membros da comunidade quilombola São Benedito remontam ao período da escravidão nessa fazenda, perpassam pelo pós-abolição, quando a comunidade viveu no sistema de colonato, e vão até começarem a ser expulsos na década de 1960, processo de se acentuou nos anos de 1980 e alcançou seu ápice nos anos 2000.

Durante o período em que viveram no sistema de colonato, os moradores e ex-moradores da fazenda contam que era comum o casamento entre eles mesmos (colonos e descendentes dos ex-escravos) e também entre eles e pessoas de fazendas das adjacências³¹. Esse fato aponta para o fato de que os membros da comunidade de São Benedito hoje são descendentes não só dos escravos da fazenda, mas também das fazendas vizinhas.

Quanto ao período em que a fazenda esteve sob a administração do Abrigo do Cristo Redentor, é importante ressaltar que, de acordo com o que contam os moradores mais antigos, os administradores da fazenda sempre diziam que aquelas terras eram dos pobres, ou ainda de São Benedito, e que eles só sairiam de lá se quisessem.

Uma ex-moradora, uma das mais antigas da fazenda, relatou que as terras já pertenceram a Alzira Vargas, filha de Getúlio Vargas, e que ela dizia que aquela fazenda iria ser doada para os pobres que por ali moravam.

No RTID da Comunidade, produzido pela antropóloga da Universidade Federal Fluminense Márcia Malheiros e coordenado por Eliane Cantarino O'DWYER em 2009, consta que os registros cartoriais confirmam que a fazenda foi vendida pela Fundação Abrigo do Cristo Redentor ao fazendeiro Pedro Barbosa, em 1961.

Ainda de acordo com o RTID, os ex-moradores enviaram para o INCRA documentos que atestavam a existência de uma escola na fazenda: a Escola da Lavoura. Quando o fazendeiro que tinha adquirido as terras chegou em 1961, os moradores foram tomados de surpresa ao constatar a venda da fazenda, uma vez que achavam que esta um dia seria de fato dos “pobres”.

É comum ouvir nos relatos e entrevistas dos ex-moradores que o tempo em que as terras pertenciam à Fundação Abrigo do Cristo Redentor era tempo de fartura e companheirismo entre as pessoas e que quando a fazenda foi vendida para o fazendeiro em questão, logo se percebeu que a intenção dele era diminuir o número de pessoas que ali

³¹ Em seus relatos, os moradores contam que durante o processo de expulsão das terras da fazenda, que se iniciou nos anos 1960, um dos motivos alegados pelo fazendeiro era que os colonos só podiam se casar entre eles; no caso de se casarem com alguém de fora, não seria mais permitido a eles permanecer na fazenda.

viviam e acabar com a produção agrícola para implantar a criação de gado. E foi o que de fato aconteceu. Sucessivamente, essas pessoas foram obrigadas a sair. Relatos afirmam que quando os moradores se casavam, eram impedidos de se fixar nas terras da fazenda ou ainda que saíam de casa e quando retornavam havia-se colocado fogo em tudo ou eram acusados de delitos para serem expulsos.

A expulsão dos moradores se deu das mais variadas formas, sendo a mais comum o impedimento de as novas famílias formadas pelo casamento permanecerem nessas terras. Essa evasão dos indivíduos continuou a ocorrer após a morte do fazendeiro e da divisão da propriedade entre seus filhos, que optaram por vender a terceiros, que, por sua vez, continuaram o processo de retirada dessas pessoas através da proibição de lavouras, o impedimento de livre trânsito pelas áreas da fazenda, a cobrança de aluguel das casas e derrubadas das casas mais antigas.

Segundo apontam ex-moradores da fazenda, o processo de expropriação se acentuou durante os anos 1980, quando esse território foi dividido entre os herdeiros e depois vendido a terceiros. A situação piorou, pois se intensificou o aumento de pastos e a criação de gado, o que levou gradualmente ao fim das lavouras. O processo de expropriação chega ao ápice quando em 2001 os herdeiros em questão perdem terras de uma fazenda que tinham no segundo distrito da cidade para fins de reforma agrária. Temendo que a situação se repetisse em São Benedito, o processo de remoção dos antigos moradores se agravou.

Hoje em dia a comunidade se encontra fora de seu território e dispersa por bairros da cidade de São Fidélis, sendo os principais: Parque Tinola, Vila dos Coroados, Cristo Rei, Penha, Recanto da Penha, Igualdade e São Vicente de Paulo. Há também moradores na zona rural, como na localidade de Palmital e Vargem Grande; há ainda pessoas que moram fora da cidade de São Fidélis, como Cambuci, Rio das Ostras, São João da Barra e Rio de Janeiro.

Uma vez que foram removidos das terras onde a principal atividade econômica era a agricultura, e impossibilitados de exercê-la em território urbano, muitos precisaram se adaptar a outras profissões, assim o perfil de ocupação de seus membros varia e podemos encontrar dentre eles trabalhadores rurais, domésticas, aposentados, biscateiros, servidores municipais, pedreiros, desempregados, trabalhadores informais etc. Muitos deles não possuem sequer carteira assinada.

Quanto ao grau de escolaridade, podemos encontrar pessoas que concluíram o ensino fundamental, ou o possuem de forma incompleta, há também os que têm ensino médio incompleto ou chegaram a completá-lo (essa situação é mais verificável entre os mais jovens). Também é possível verificar a existência de analfabetos e semianalfabetos. No caso das

pessoas que possuem baixa escolaridade, esta se deve ao fato de muitos deles precisarem deixar os estudos ainda jovens para ajudar a família, trabalhando na lavoura.

Esse grupo de pessoas demanda a regularização fundiária, bem como o retorno e assentamento nas terras. Desde o ano de 2006, os moradores têm se organizado para coletivamente conseguir seus objetivos de titulação fundiária. Sua identidade comum se funda no fato de terem um passado em comum nas terras da fazenda, serem descendentes dos ex-escravos e de terem sido colonos e posteriormente de terem sido removidos de um território a que consideram ter direito de permanência.

É importante ressaltar aqui que a relação dessas pessoas com a terra está para além de uma questão de mera posse territorial. Pelos relatos colhidos em entrevistas, sobretudo com os mais antigos, fica claro que a relação de memória e identidade que os liga a essas terras é muito grande. O passado, para os que moraram na fazenda, é lembrado com forte sentimento do que foram, do que sentiram, do que experimentaram um dia e a esperança do retorno alimenta esse pertencimento.

Os lugares de memória, como o cemitério dos escravos, a localização das roças e criações de animais, o terreiro de pedra, onde eram expostos os produtos agrícolas e onde se dançava jongo, os poços de pedra, as correntes de ferro que estavam na casa grande, os castigos, as danças, folias e as ladainhas, ainda é parte viva da memória das pessoas; é o que os une em torno da identidade quilombola que remonta a um passado e história coletivos.

É importante ressaltar que essas memórias abundam os relatos dos mais antigos, que têm uma ligação ainda mais forte com o território, mas isso não quer dizer que os mais novos não compartilhem dessas memórias, uma vez que essas são passadas de geração em geração. Sendo assim, o sentimento de identidade e pertença é algo marcante na vida dessas pessoas.

Hoje em dia as demandas comunitárias são a regularização fundiária e o retorno às terras, bem como o resgate, preservação e valorização de sua memória e cultura. Dentro das terras que demandam também está a antiga sede da fazenda, que é requerida por eles.

Para lutar por essas demandas, a comunidade se mantém unida e se reúne em reuniões realizadas mensalmente na sede da Banda Musical 22 de Outubro da cidade de São Fidélis e conta com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais desse município.

A situação dos membros comunitários é, segundo os mesmos, muito desfavorável, uma vez que muitos deles estão morando em casas alugadas, cujo valor do aluguel é alto para sua realidade financeira, além de muitos se encontrarem sujeitos ao desemprego ou ainda estarem empregados recebendo baixos salários.

Retornar às terras, para essas pessoas, significaria a esperança da possibilidade de viver do plantio, colheita, criação de animais; significaria a possibilidade de resgate das festas e comemorações e manifestações culturais que tiveram que ser interrompidas quando eles foram obrigados a sair das terras.

Após enfrentar articulações políticas dos fazendeiros e a morosidade do INCRA para o andamento do processo; após articulações com a CONAQ e ACQUILERJ, Ministério Público Federal, bem como lideranças políticas no nível Federal, o processo de titulação fundiária se encontra hoje em dia na Casa Civil, aguardando assinatura e decreto presidencial.

No entanto, uma série de descaminhos na política brasileira tem dificultado essa titulação, pois o Presidente da República, Michel Temer, suspendeu as demarcações de terras quilombolas no ano de 2017, por tempo indeterminado, alegando que é preciso que o STF conclua o julgamento sobre o caso de legalidade do processo de demarcação territorial. Esse processo envolve uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. A ADIN 3.229, encaminhada em 2004 pelo PFL, atual DEM, questiona os critérios para a demarcação territorial. Contudo, após os adiamentos do julgamento do processo já mencionado anteriormente, não há um prazo definido para ocorrer. A alegação do DEM é a de que a demarcação de terras não deveria ocorrer via decreto presidencial e sim pelo congresso. Além disso, questiona-se a autoidentificação dessas comunidades.

O que se questiona é a constitucionalidade do decreto 4887/03, que altera os trâmites da regularização fundiária, que antes era de competência da Fundação Palmares e que após o decreto passa a ser de competência do INCRA.

Para a comunidade de São Benedito, esses problemas têm significado um forte entrave na conquista da titulação.

A comunidade tem se reunido periodicamente, nas reuniões da associação de moradores, que ocorrem mensalmente, para debater esse problema, bem como para tratar de questões internas, como pessoas que querem desistir de tudo em virtude de tais dificuldades, ou mesmo por medo das ameaças dos fazendeiros locais, ou ainda para tratar de temas como se organizar para empreender ações contra o racismo, participar de audiências públicas que tratem da regularização fundiária quilombola, participar de encontros regionais e nacionais quilombolas etc.

Durante minhas pesquisas nessa comunidade pude participar de uma média de 10 reuniões da associação de moradores, cuja temática principal sempre foi a regulação fundiária, mas temas secundários surgiam em cada uma delas.

Houve reuniões em que representantes da UENF e da UFF estiveram presentes a fim de propor a participação da comunidade em um evento a ser realizado na UFF para discutir as principais demandas das comunidades quilombolas da região. O convite foi feito, mas a comunidade posteriormente desistiu da participação ao saber que outra associação de representação quilombola que não a CONAQ ou ACQUILERJ estaria presente no evento³². Segundo relatado pelo presidente da associação de moradores, tal associação de representação estaria cooptada e ligada a interesses de fazendeiros e à bancada ruralista no Congresso Nacional.

Esse fato mostra como há uma relação de confiança entre a comunidade e a CONAQ e ACQUILERJ. Geralmente os eventos de que a comunidade participa são organizados por essas associações representativas ou apoiados por elas.

Houve ainda reuniões nas quais uma das lideranças da CONAQ esteve presente para falar sobre a identidade quilombola e sobre a importância das ações coletivas para que a comunidade se mantivesse forte e unida em torno do objetivo comum, que é a titulação. Essa situação se deu em virtude de alguns membros quererem desistir por acharem que o processo era causa perdida. O presidente chegou a levar termos de renúncia, para que aqueles que desejassem desistir assinariam, abrindo mão do direito às terras.

Nessa reunião houve uma explicação muito detalhada, por parte do presidente, de todos os passos dados no encaminhamento do processo e de todas as relações estabelecidas para que este se encontrasse na Casa Civil, aguardando assinatura presidencial. A liderança da CONAQ explicou da importância e do grande avanço que isso representava para a comunidade de São Benedito, visto que muitos outros processos de outras comunidades se encontravam parados no INCRA. Após essa reunião ninguém assinou o termo de renúncia.

Também houve uma reunião cuja pauta se centrou em torno de uma reportagem feita por um jornal local sobre a culinária da comunidade de São Bendito, que foi matéria de um livro cujo tema era a culinária das comunidades quilombolas do Estado do Rio de Janeiro.

Para essa reportagem nenhum membro comunitário foi entrevistado. O Jornal apenas fez uma reprodução de uma matéria de outro jornal campista, que noticiou o lançamento de tal livro em um museu de Campos. O fato de a comunidade ter sido notícia, sem sequer ter dado uma declaração ou entrevista a qualquer jornalista, deixou muitos membros chateados e entristecidos por não poderem dar suas versões das histórias contadas no livro ou na

³² A CONAQ e ACQUILERJ foram convidadas pelas universidades para fazer parte do evento e integrar as mesas de debates, no entanto ao tomarem conhecimento que tal associação estaria presente, cancelaram suas participações, alegando que a associação em questão não representa os interesses dos quilombolas.

reportagem. Essa ocasião também foi momento de o presidente da associação e da CONAQ se manifestarem e instruírem aos quilombolas para tomar cuidado com pessoas que poderiam ter má intenção ao se passarem por jornalistas ou entrevistadores no intuito de colher informações para os fazendeiros que poderiam querer prejudicá-los de alguma forma.

Nas reuniões da associação de moradores os temas a serem discutidos³³ surgem de acordo com as situações que envolvem os quilombolas, seja diretamente a comunidade ou os quilombolas como um todo.

Exemplo do que foi dito foi a reunião ocorrida para tratar da elaboração de uma moção de repúdio às declarações de cunho racista feitas pelo deputado federal Jair Bolsonaro sobre os quilombolas e organizar uma manifestação na Câmara de Vereadores de Campos contra o racismo. Essa manifestação, que contou com a participação da comunidade de São Benedito, foi organizada pela CONAQ, AQUILERJ, IDANNF, a Superintendência de Igualdade Racial e Movimento Negro de Campos dos Goytacazes.

Há ainda reuniões que trazem à tona a história e a memória comunitárias, e essas reuniões de fato evocam o sentimento de pertencimento e memória de um passado comum. Foi o caso de uma reunião realizada a pedido de Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para a elaboração de um livreto que contaria a história da comunidade. Esse livreto é resultado de uma parceria do INCRA e da UFMG para contar a história de comunidades quilombolas do Brasil. O que se seguiu ao contato de tal universidade com a presidência da associação de moradores foi uma reunião para que a comunidade pudesse ouvir o que seria relatado sobre ela nesse livreto e assim pudesse modificar a narrativa, acrescentar fatos novos, além de produzir um relato comum sobre suas demandas, sonhos e desafios.

É importante deixar claro que o presidente consultou a comunidade, perguntando se eles desejavam participar da elaboração de tal livreto e o que achavam desse projeto. Após a concordância dos presentes na reunião, houve continuidade de tal projeto.

Essa reunião trouxe algo que eu não havia presenciado em outras reuniões, que foi um forte sentimento de retorno às raízes, uma nostalgia. Quando as pessoas falam do passado e relembavam dos locais de memória, de suas experiências, do que viveram ou do que seus antepassados viveram, faziam com que aquele passado parecesse algo muito palpável, algo prestes a retornar. Até mesmo os mais novos, que normalmente pouco se manifestam nas reuniões, contaram histórias de família que ouviam de seus parentes. De todas as reuniões que

³³ O tema central das reuniões sempre é a titulação territorial, no entanto, outras temáticas surgem, de acordo com os diferentes momentos sociais.

participei, essa foi a que mais mexeu com o sentimento de pertença, imaginário e identidade dessa comunidade quilombola.

Em todas as reuniões de que participei o presidente sempre fez questão de deixar todos os membros cientes das etapas do processo de regulação fundiária, bem como fazia questão de fornecer o máximo de informações possíveis para que a deliberação coletiva fosse o mais ciente possível acerca dos problemas enfrentados e das soluções propostas.

Quando perguntei a ele por que agia assim, ele me respondeu que se a decisão for do coletivo, ninguém pode acusá-lo de fazer as coisas e tomar decisões sozinho. Se algo desse errado seria por uma decisão coletiva e não unilateral.

Essa maneira de agir da associação de moradores da comunidade São Benedito permite pensar conforme Cefai (2011) que as associações são ambientes em que se dão as negociações, trocas e circulação de informações, bem como a constituição de alianças. As associações se revelam ambientes propícios para a prática da cidadania, pois são capazes de orientar saberes e formar cidadãos mais comprometidos e empenhados na prática coletiva.

As reuniões da associação de moradores e suas ações conjuntas com as associações de representação quilombola CONAQ e ACQUILERJ por vezes permitem pensar a atuação das associações na arena pública, sobretudo, quando há a publicização do problema, o que muitas vezes sugere participação coletiva.

Exemplo do que se diz foi a participação da comunidade de São Benedito, juntamente com outras comunidades quilombolas, numa audiência pública ocorrida no ano de 2016 no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), em que se discutia a constitucionalidade do decreto 4887/03, que regulamenta a titulação dos territórios quilombolas.

A participação das comunidades quilombolas foi incentivada pela CONAQ, ACQUILERJ e, além das comunidades, contou com a participação de organizações da sociedade civil, membros do ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, INCRA e representantes do agronegócio.

Essa audiência foi noticiada em vários meios de comunicação, como mídias sociais, jornais impressos e digitais, bem como telejornais locais.

Os debates realizados envolveram o direito do acesso à terra, expresso no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal. A constitucionalidade do decreto foi refutada por fazendeiros que questionaram a titulação do território da comunidade de Santana, no município de Quatis, RJ.

Tal audiência foi importante, pois caso o decreto fosse considerado inconstitucional, todos os processos de titulação fundiária serão paralisados no Rio de Janeiro e no Espírito

Santo. O TRF-2 foi palco de tal debate, pois a constitucionalidade do decreto foi apreciada por um órgão de tal tribunal.

As associações de representação quilombola e as comunidades declaram que em caso de o decreto ser considerado constitucional, haverá o fortalecimento da luta pela regularização fundiária.

O desembargador André Fontes, que promoveu a audiência, atendeu a um pedido da CONAQ e não só permitiu às comunidades que participassem da audiência, como também ouviu representantes das comunidades quilombolas, lideranças da CONAQ, ACQUILERJ, membros da defensoria pública e advogados porta-vozes da Clínica Direitos Fundamentais, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Essa situação mostra como a publicização de um problema gera visibilidade e ações de uma coletividade que passa a agir para a resolução das adversidades que enfrentam na cena pública. Através dessa publicização a sociedade e a opinião pública passam a ter contato com um problema que precisa ser resolvido (MONTEIRO, 2016).

As ações da associação de moradores da comunidade de São Bendito, bem como sua ligação às associações de representação CONAQ e ACQUILERJ e outras entidades que apoiam a causa quilombola, refletem a importância da circulação da informação para a construção de sujeitos mais cientes de seus direitos e mais dispostos a buscar conhecimento.

No entanto é importante ressaltar que o processo articulatório entre os participantes da associação ou membros que estabelecem críticas à sua atuação não excluem conflitos, mas a maior parte de seus membros concorda em delegar ao presidente da associação a representação de seus interesses ao mesmo tempo em que buscam nele fontes informativas.

2.7.2 A Comunidade de Machadinho:

A fazenda Machadinho se localiza em Quissamã, ao Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, e hoje é habitada pelos descendentes dos escravos desta fazenda que ainda moram nas antigas senzalas. A comunidade de Machadinho recebeu a certificação pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como comunidade remanescente de quilombo no ano de 2006.

No entanto, não se pode entender a história da comunidade sem levar em conta a história do município de Quissamã, que tem um passado ligado à vasta produção açucareira,

quando abundava o trabalho escravo. Hoje em dia a base da economia desse município é o petróleo, a pecuária e a agricultura, principalmente da cana de açúcar.

O povoamento de Quissamã está ligado à história dos sete capitães que pediram a Mem de Sá, à época governador do Rio de Janeiro, que concedesse sesmarias na região de Campos dos Goytacazes (na época São Tomé) a eles, como uma espécie de agradecimento por terem expulsado os franceses da costa do Rio de Janeiro. (CORDEIRO, 2009).

Conta a historiografia que em 1632, quando chegaram às terras a serem exploradas, encontraram indígenas na região. Em 1634, numa outra viagem que fizeram, encontraram um negro em meio aos índios (fato que causou estranhamento, pois ainda não havia portugueses ou engenhos de açúcar nesse local). Quando o indagaram sobre os motivos de ele estar por ali, obtiveram como resposta que ele era alforriado e proveniente da nação de Kissama, na África. Em virtude dessa história, o nome Quissamã foi dado à região onde esse negro se encontrava (*idem*).

A região, inicialmente, servia à exploração de gado que deveria abastecer os engenhos do Rio de Janeiro. Com a instalação do primeiro engenho de açúcar em Campos dos Goytacazes, em 1650, as terras destinadas à pecuária foram cedendo lugar ao cultivo de cana. A indústria do açúcar se desenvolveu com prosperidade até o século XIX, quando o mercado de gênero entrou em crise devido à concorrência do açúcar de beterraba no mercado internacional. Com esse cenário os donos de engenho procuraram por melhorias técnicas para driblar essa concorrência. É nesse contexto que surgem os engenhos centrais, equipados com o que havia de melhor na tecnologia da época (DALMASO; O'DWYER, 2012).

Contudo, a economia de Campos não foi tão afetada pela crise, uma vez que sua produção açucareira estava voltada em maior grau para o mercado interno. Mas, para garantir prosperidade, apostou-se na modernização de equipamentos e grandes fábricas de açúcar foram construídas. O diferencial dessas fábricas era que, diferentemente dos engenhos centrais, elas não estavam submetidas à política oficial do império no que respeitava à instalação de engenhos, que eram constantemente fiscalizados pelo governo. É nesse cenário que nasce a Usina Companhia do Engenho Central de Quissamã, em 1877. A usina não era um engenho central, mas tinha uma tecnologia tão incrementada como um. A diferença entre ambos é que além da fiscalização governamental, os engenhos centrais eram obrigados a moer cana de terceiros, enquanto as usinas eram particulares e tinham mais autonomia (*idem*).

O engenho central de Quissamã contava com recursos das famílias do 1º Visconde de Araruama, e seus maiores fornecedores foram o 2º Barão de Araruama (Fazenda Madiquera), o 2º Barão de Ururá (Fazenda Machadinho), o Barão de Quissamã (Fazenda Boa Esperança)

e da Baronesa Monte Cedro. No funcionamento do Engenho Central de Quissamã, um terço dos seus acionistas eram também os fornecedores de cana. É importante dizer que anteriormente à instalação da Usina Engenho Central, existia em Quissamã, na Fazenda Machadinho, um engenho que funcionava à base de mão de obra escrava e tração animal e que foi desativado para dar lugar à nova Usina (DALMASO; O'DWYER, 2012).

Para sustentar toda essa estrutura, a mão de obra utilizada era o trabalho escravo. Com a abolição em 1888 muitos ex-escravos passaram à condição de colonos, em que o trabalhador poderia trabalhar nas terras do fazendeiro produzindo uma parte para si, que era o seu pagamento, e outra para o dono das terras. É importante frisar que os ex-cativos que passaram à condição de colonos não recebiam salário; em troca de seu trabalho recebiam moradia, uma parte do que era produzido nas terras e, quando era o caso, um “vale” com o qual adquiriam produtos nos armazéns das fazendas. O trabalho a que eram submetidos era exaustivo e podia chegar a 14 horas por dia (MARCHIORI, 2005).

Segundo Dalmaso e O'Dwyer (2012), a origem da fazenda Machadinho se dá por volta do século XVIII, quando essas terras foram adquiridas por João Carneiro da Silva, contratador de diamantes da Coroa Portuguesa, que também comprou as terras da Fazenda Melo e da Fazenda Mato de Pipa. As autoras narram que após a morte de João Carneiro da Silva, seu filho João Carneiro herdou a propriedade e construiu a primeira casa para moradia na Fazenda Machadinho em 1808, e a capela de Nossa senhora do Patrocínio, em 1833. Quando João Carneiro morreu, seu sobrinho Manoel Carneiro da Silva, o Visconde de Ururá (filho do Visconde de Araruama), recebeu as terras da Fazenda Machadinho. O visconde de Ururá era casado com a filha do Duque de Caxias, Ana Loreto, e, nas terras da Fazenda, mandou que se construísse o solar, que hoje se encontra em estado de ruína. Quando o visconde de Ururá faleceu, sua filha, Ana Francisca de Queiroz Matoso, herdou a fazenda que foi administrada por esta até 1924, época de sua morte. O dono seguinte da fazenda foi seu filho, Euzébio Luiz, que a administrou até ser vendida em 1936 para a usina do Engenho Central de Quissamã.

O panorama econômico de Quissamã, a história da origem da Fazenda Machadinho e a menção ao surgimento da Usina do Engenho Central são importantes para compreender a tamanha exploração da mão de obra escrava e posteriormente dos colonos (compostos em grande parte por ex-cativos) para sustentar a economia da região. As narrativas dos moradores da comunidade de Machadinho recorrentemente envolvem histórias de seus passados ou antepassados que envolvem a Usina. Geralmente são narrativas que relatam um passado de trabalho nesta, e um período no qual era possível a prática da agricultura nas terras da mesma.

Porém, com o passar do tempo e até seu fechamento, os moradores foram perdendo acesso às terras da usina, o que lhes causou a expropriação das áreas de plantio. Esse processo atingiu principalmente os moradores do núcleo de Machadinha. Os moradores de localidades como os sítios de Mutum, Bacural, Santa Luzia e Boa Vista ainda mantêm acesso a terras agricultáveis, o que lhes permite a prática da agricultura familiar e a comercialização do excedente de produtos.

A comunidade de Machadinha não está circunscrita apenas ao núcleo onde está o grupamento de senzalas próximas à antiga sede da fazenda. A FCP entende que a comunidade quilombola de Machadinha abrange a população dos sítios Santa Luzia, Mutum, Bacural e Boa Vista, distantes cerca de dois quilômetros da antiga sede da fazenda. O entendimento da FCP que insere essas cinco localidades na categoria comunidade remanescente de quilombo se deve ao fato de os moradores desses locais serem descendentes dos escravos que trabalhavam para o Visconde de Ururay (O'DWYER, 2012).

O complexo arquitetônico da comunidade passou por uma restauração, com objetivo de fomentar o etnoturismo. As senzalas, onde hoje residem os membros comunitários, são divididas em dois blocos, que totalizam 40 casas. Além das casas, há as ruínas da casa grande, uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Patrocínio, que data do ano de 1833, um posto de saúde, um bar (onde funcionava o armazém), a “Casa de Artes”, que atualmente é um restaurante onde se localizava o antigo estábulo da fazenda, e o “Memorial Machadinha”, que ocupa o antigo salão da comunidade onde os moradores costumavam dançar fado e jongo e hoje é espaço para a exposição da história do município de Quissamã, da comunidade e de artesanatos produzidos pela própria comunidade. Há também uma escola, uma quadra e um campo de Futebol. Esse espaço ficou conhecido como “Complexo Cultural Fazenda Machadinha”.

Além das 40 casas que originalmente faziam parte do conjunto de senzalas, foram construídas mais 12 casas, as casas de passagem, para abrigar os moradores durante o processo de restauração. O conjunto arquitetônico conta, então, com um total de 52 casas onde habitam, por vezes, duas ou três famílias, conforme informações cedidas pelo presidente da associação de moradores.

Os moradores dessa área, como já dito anteriormente, descendem dos ex-escravos que continuaram a viver nas dependências da fazenda Machadinha no período pós-abolição. O cultivo da cana de açúcar continuou a ser o principal meio de subsistência dessas pessoas até que fossem contratadas pela usina do Engenho Central, que comprou as terras da Fazenda no ano de 1936. Com a decadência do Engenho Central, o cultivo da cana de açúcar deu lugar à

criação de animais e plantio de hortaliças, que passaram a ser comercializados na própria cidade (MACHADO, 2006).

Em 2001, a prefeitura, no mandato de Octávio Carneiro da Silva, adquiriu do Engenho Central a parte das terras em que estão circunscritas as senzalas, a casa grande em ruínas, a igreja, o “Memorial Machadinho”, o restaurante “Casa de Artes”, a quadra e campo de futebol, a escola, o posto de saúde e o armazém.

Essa iniciativa da prefeitura de intervenção na comunidade se deve ao fato de aquela ver no turismo étnico uma fonte de receitas. Assim, tudo o que a prefeitura fez ou investiu em Machadinho teve por objetivo o incentivo ao turismo local. Foram produzidos diversos materiais de divulgação de Quissamã que exaltavam seu passado, a visita às fazendas (essas como um roteiro histórico) e a Machadinho como um roteiro cultural.

É fato que muitos turistas visitaram a comunidade de Machadinho esperando encontrar ali vestígios cristalizados do passado, como se a comunidade fosse um museu vivo. Tinham uma ideia pré-concebida de quilombo, como se buscassem encontrar um padrão de comportamento das pessoas e modos de vivência característicos de um passado que a prefeitura e seus agentes faziam de tudo para manter vivos. Alguns até se surpreendiam quando constatavam que os moradores da comunidade não viviam da forma idealizada por eles, mas como qualquer pessoa que comunga dos valores da sociedade atual.

Em 2008, um decreto da prefeitura³⁴ cede a área em questão para as famílias residentes no local, no entanto a titulação definitiva, de acordo com processo que corre no INCRA até o presente momento, não saiu.

Em seu período de intervenção visando o turismo na comunidade, a prefeitura alegava que seus projetos tinham por objetivo incentivar a autonomia e autossuficiência, o que na prática era uma falácia, pois até o governo da prefeita atual, Fátima Pacheco, empossada em janeiro de 2017, a comunidade tinha acesso limitado aos principais espaços físicos. Apesar de o decreto tratar da propriedade das terras ocupadas por essas famílias, até ano de 2016 a prefeitura tinha posse das chaves que davam acesso aos principais espaços comunitários, como o “Memorial Machadinho”, o restaurante “Casa de Artes” e a igreja. Os moradores locais não tinham acesso ou autonomia para marcar eventos nesses espaços sem antes ter que pedir permissão à prefeitura, fato que restringiu o acesso da comunidade a áreas que, de acordo com o decreto, eram de sua propriedade.

³⁴ Decreto Municipal nº 1070/08

Como chamariz para o turismo a prefeitura, desde que adquiriu as terras onde está o núcleo de Machadinho, começou a focar nos pontos que considerava mantenedores da tradição: o jongo, a comida e a história.

Para tanto, no processo das obras de restauro, foi construído onde era o estábulo da fazenda um restaurante: “Casa de Artes”, que além de funcionar como restaurante abrigava uma pequena loja de artesanato e contava com apresentações do grupo de Jongo. Darlene Monteiro, que esteve à frente da implantação da Casa de Artes, dizia que o objetivo do restaurante era operacionalizar o projeto “Raízes do Sabor”, iniciado em 2002, e a oferecer a comida que era feita pelos escravos. Darlene alegava ser dela tal projeto, no entanto, em uma das entrevistas com moradores locais, me foi relatado que o projeto original era de Dona Geresa, que teve a ideia de reunir e fazer as receitas tradicionais da comunidade. Sabendo dessa iniciativa, Darlene teria procurado dona Geresa e feito a proposta de implantar o projeto Raízes do Sabor a um grupo de mulheres da comunidade.

Ainda de acordo com o que foi relatado, as mulheres da comunidade que atuavam nesse projeto recebiam muito pouco e trabalhavam muito. Além do mais, esse projeto não funcionava diariamente, mas apenas em ocasiões especiais ou quando havia grupos de turistas; e a maior parte da renda do projeto ficava nas mãos da prefeitura. É notório que o restaurante que teoricamente foi criado com o intuito de gerar renda para a comunidade não cumpriu seu objetivo.

Algumas pessoas ligadas à prefeitura chegaram a dizer que o restaurante e a loja de artesanato não iam à frente pois a comunidade não tinha capacidade de gerir esse espaço e ainda era dependente do poder municipal.

Além do restaurante, outro espaço gerido pela prefeitura era o Memorial Machadinho, um salão que abrigava uma exposição de fotos contando a história de Quissamã, das fazendas da região e de Kissama, na África. As grandes reclamações da comunidade eram que além de não terem suas histórias contadas na exposição fotográfica e não se sentirem representados em tal exposição, eles sentiam falta do livre acesso ao salão, que antes das obras de restauração era um local de encontro, comemorações e diversão para a comunidade.

Além do problema da titulação territorial, essas foram situações que os moradores do núcleo da comunidade de machadinho enfrentaram. Hoje em dia essas pessoas se mobilizam e se articulam a diversos agentes externos, como universidades, instituições e associações de representação quilombola, para lidar e enfrentar tais situações, reaver os espaços locais, bem como a autonomia para acesso e gerência desses espaços.

Além desses problemas, os moradores do núcleo constantemente reclamam da falta de espaço para plantar suas roças e criar animais, o que diminuiria os problemas financeiros causados pelo grande desemprego que atingiu os moradores locais. Além da regulação fundiária³⁵, entre os maiores problemas enfrentados pela comunidade de Machadinho estão a falta de médicos no posto de saúde, transporte e desemprego.

No que diz respeito a escolaridade, é possível encontrar analfabetos, semianalfabetos, pessoas que concluíram o antigo primeiro grau e o ensino médio, este último mais frequente entre os mais jovens. Hoje em dia há uma escola na comunidade, fato que permite às crianças e aos mais jovens se dedicarem aos estudos.

No que tange a postos de emprego, pode-se dizer que há grandes dificuldades para que os moradores consigam empregos. Há um grande número de desempregados na comunidade. Essa onda de desempregos se deu principalmente devido à crise do petróleo que atingiu a região, que tinha forte dependência econômica dos Royalties. Como no núcleo de Machadinho não é possível a prática da agricultura, tudo se torna mais difícil para os que não têm fonte de renda. É comum observar os mais velhos, que já são aposentados, arcarem com as despesas de suas famílias atingidas pelo desemprego.

Sobre as terras do núcleo, os moradores alegam que o espaço a que têm acesso é demasiadamente reduzido, não permitindo plantio ou criação de animais. O cultivo e manejo dessas terras poderiam gerar renda e reduzir os efeitos negativos do desemprego.

Quanto à área que abrange as demais quatro localidades citadas e o entorno da comunidade, esta continua a ser área de cultivo de açúcar ainda pertencente ao Engenho Central de Quissamã e a que os moradores não têm acesso. Daí a necessidade de se mobilizar para a regularização fundiária dessas terras.

Como inicialmente nem as áreas das localidades do entorno do núcleo de Machadinho nem as áreas dos sítios de Bacural, Santa Luzia Mutum e Boa vista foram contempladas no relatório antropológico de Machadinho, realizado no ano de 2007, o INCRA determinou que é preciso a elaboração de um novo relatório que contemple essas áreas para que se prossiga com o processo de regularização fundiária, já que até o presente momento a demarcação e o registro das terras ainda não foram concluídos.

³⁵ A demanda por regulação fundiária abrange não apenas o complexo onde se localizam as antigas senzalas, mas todo o entorno, que inclui os sítios Santa Luzia, Mutum, Bacurau e Boa Vista, além das terras que ainda pertencem ao Engenho Central de Quissamã.

A área demandada pelos moradores de Machadinho incluem terras de área agricultável a que os mesmos tinham acesso no período em que trabalhavam para o Engenho Central de Quissamã. Hoje eles já não possuem mais acesso a essas terras, pois a área que não pertence ao Engenho Central se encontra nas mãos de proprietários particulares.

Considerando as cinco áreas em questão, a Comunidade quilombola Machadinha tem em seu território uma média de 300 famílias, distribuídas em 52 casas, que abrigam por volta de duas a três dessas famílias³⁶.

Apesar de estarem localizados em áreas distintas, os moradores dessa comunidade, além dos laços de consanguinidade, apresentam narrativas muito semelhantes no que diz respeito a histórias compartilhadas desde as histórias dos tempos da escravidão e lendas das assombrações até lembranças relacionadas ao período em que trabalhavam na usina. Suas condições de vida, como já dito anteriormente, são difíceis, pois muitas vezes são negligenciados pelo poder público, que não supre suas necessidades básicas, como acesso à água ou ao transporte público, que tem horários muito limitados e um preço de passagem que alguns moradores, principalmente os desempregados, têm dificuldade de custear.

Segundo relatório do projeto Prospecção e Capacitação em Territórios Criativos³⁷, o sítio Boa Vista se localiza entre o centro de Quissamã e a Fazenda Machadinha e tem 65 famílias, Mutum conta com um total de 50 famílias, das quais 15 são famílias quilombolas, e o restante de pessoas que migraram para essa localidade. Já o sítio de Santa Luzia conta com 70 famílias e Bacurau com 55; esses dois últimos se localizam mais próximos a Machadinha. Hoje em dia Machadinha é alvo de mais destaque, pois foi a área que recebeu maior número de intervenções e onde a prefeitura centrou seus projetos de turismo e divulgação.

Quanto à organização coletiva, para lutar não só pelo acesso a direitos sociais, mas principalmente por sua principal demanda que é a territorial, a comunidade conta com uma associação de moradores, a ARQUIMA, que é constituída por um representante de cada localidade. A fundação da Associação de Remanescentes de Quilombo de Machadinha (ARQUIMA), em 2015, foi um momento importante de autonomia e articulação comunitária, que contou com a colaboração do Projeto Territórios Criativos, da UFF.

Há personagens se destacam na vida comunitária. Há o Wagner, presidente da associação, a Janaína, que é integrante do grupo de jongo, e é apontada por muitos moradores como um importante canal de informação sobre os acontecimentos e o andamento dos projetos na comunidade. Há também o Leandro, que está à frente do grupo de jongo e é atuante no resgate, valorização e difusão do mesmo; a Dalma, que é coordenadora do Memorial Machadinha, dirige oficinas de contação de histórias e também atua articulando e

³⁶ Esses números foram revelados pelo presidente da associação de moradores ARQUIMA em entrevista. São números baseados em estatísticas do posto de saúde, localizado no núcleo da fazenda Machadinha e que atende às cinco comunidades.

³⁷ Projeto desenvolvido na comunidade de Machadinha, iniciado em 2015, pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em parceria com Ministério da Cultura (MINC), e com o apoio da Prefeitura de Quissamã, através da Coordenadoria de Cultura e Turismo.

levando informações aos demais moradores. Há ainda outras figuras de destaque, como dona Preta, grande conhecedora do jongo, moradora e líder comunitária do sítio de Santa Luzia; dona Gerusa, com grande conhecimento da culinária quilombola e idealizadora do projeto Raízes do Sabor; seu Tide, ex-cozinheiro da casa-grande e o mais velho morador da comunidade, entre outros.

Em relação à cultura local, a comunidade tem no jongo sua expressão mais organizada. O grupo faz apresentações dentro e fora da comunidade, inclusive em outros estados, e é importante elemento para a valorização da identidade quilombola. Além do jongo há também o fado e o boi, estes ainda em processo de resgate.

Os festejos de Nossa Senhora do Patrocínio e Santo Antônio, além da Feijoada da Liberdade, a Feijoada de dona Cheiro e seu Cici, também marcam importantes momentos para os moradores locais. A promoção desses eventos, além do jongo, tem sido importante para o incentivo ao turismo.

Hoje em dia a comunidade conta com a representação da associação de moradores para lutar por seus interesses e estabelecer diálogo com os diversos agentes externos e instituições parceiras que buscam atuar na comunidade, desenvolvendo projetos e pesquisas.

A atuação desses agentes externos em parceria com a comunidade tem auxiliado, entre outros temas, na afirmação da identidade quilombola, na luta pela regularização fundiária, na articulação comunitária e na autonomia para gerir espaços e realizar eventos.

Uma importante parceria estabelecida foi com a Universidade Federal Fluminense (UFF), através do já citado projeto “Capacitação em Territórios Criativos”, que conta com o apoio do Ministério da Cultura. O projeto ofereceu apoio ao resgate da culinária quilombola, realizou com os moradores um mapeamento da agricultura local, promoveu o fortalecimento aos grupos de dança e cursos de capacitação, incentivando o artesanato e sua comercialização com vistas a geração de renda, autonomia e fortalecimento identitário. Foram oferecidos cursos de Agricultura Familiar, agroecologia, gestão de espaços coletivos, associativismo e legislações do Patrimônio Cultural e formulação de projetos e Turismo de Base Comunitária.

O projeto Territórios Criativos também foi responsável, juntamente com os moradores pela elaboração de um Mapa Falado do Território Comunidade, que será peça importante para compor o RTID da comunidade.

Em seu relatório, o projeto Territórios Criativos aponta ter traçado três eixos de ação: o fortalecimento de redes e protagonismo quilombola, gestão cultural e desenvolvimento sustentável voltado para a geração de renda. Esses eixos deram origem aos programas:

Conquista e Gestão do Território, Sustentabilidade e Geração de Renda; Flores da Senzala; Patrimônio Imaterial e Salvaguarda; e Educação e Identidade Quilombola.

O programa Conquista e Gestão do Território, Sustentabilidade e Geração de Renda buscou acompanhar e colaborar com projetos de gestão comunitária, como a legalização da associação quilombola e a gestão dos espaços coletivos. Segundo os articuladores do projeto, o objetivo se baseou na necessidade de autonomia e organização coletiva e na necessidade de gerir os espaços que a comunidade demandava e que estavam sob tutela da prefeitura. Dentre esses espaços podemos citar o restaurante “Casa de Artes” e o “Memorial Machadinha”. Além do mais, objetivou acompanhar a lei fundiária a fim de poder atuar eficazmente na conquista da regularização fundiária.

No trato com a prefeitura, além do auxílio dos integrantes do projeto Territórios Criativos, outras entidades parceiras e agentes externos atuaram exercendo pressões junto ao poder público para que as demandas por direitos territoriais e sociais fossem atendidas.

No desenvolvimento de projetos, além da UFF, as principais instituições a que a comunidade se articula são: UENF, UFRJ, IFF, CONAQ, ACQUILERJ e QUIPEA.

Outro projeto desenvolvido em Machadinha em parceria com a UFF é o “Flores da Senzala”, que oferece oficinas de jongo mirim, fado, leitura e fuxico. Esse projeto tem como principal objetivo o resgate da história local e a valorização da cultura afro-brasileira.

Há ainda outro projeto em andamento, que trata da implantação da Educação Quilombola na escola que já existe na comunidade. Participam desse projeto o UFRJ, a UENF e a UFF.

A elaboração e execução dos projetos citados são realizadas junto com representantes locais e das instituições parceiras e são acompanhadas de oficinas, articulações entre parceiros, debates, reuniões de planejamento e avaliação, capacitações, dentre outras atividades.

Outro projeto desenvolvido numa parceria entre a UFF e a comunidade foi a abertura da loja de artesanato para comercializar artesanatos que já eram produzidos e a capacitação para criação de novos tipos de artesanato, como, por exemplo, oficinas de bonecas Abayomis³⁸ e confecção de brincos afro.

³⁸ Existem duas versões sobre a origem das Abayomis, uma delas é eram bonecas que as negras escravizadas faziam para seus filhos a bordo dos navios negreiros. Essas bonecas eram feitas com pedaços rasgados das suas roupas (única matéria prima a bordo). O objetivo era acalmá-los durante as viagens e atrair proteção. A outra versão envolve a artesã, Lena Martins, de São Luiz do Maranhão. Segundo a artesã, no final dos anos 80 ela sentiu o desejo de criar bonecas negras numa tentativa de busca da sua identidade. Lena era atuante num grupo de mulheres do Movimento Negro e a partir daí sentiu necessidade de fazer bonecas pretas. Segundo essa

Ministradas pela mesma instituição, houve ainda capacitações voltadas para a produção agrícola, agroecologia e agricultura familiar. Essas capacitações puderam ser bem aproveitadas pelos moradores dos sítios Santa Luzia, Mutum, Bacural e Boa Vista, pois estes possuem área onde os moradores realizam agricultura familiar e comercializam o excedente. Os conhecimentos adquiridos nessa capacitação puderam ser aproveitados de melhor maneira, visto que os moradores do núcleo Machadinho não dispõem de espaço para áreas agricultáveis. A proposta para esses foi de implantação de uma horta comunitária, que ainda não se realizou.

Aconteceu ainda uma capacitação para gestão de espaços coletivos, associativismo, cooperativismo e legislação e formulação de projetos. Segundo o relatório do projeto Territórios Criativos, a primeira objetivava apresentar auxílio técnico para se gerir os espaços coletivos e promover formação numa perspectiva de ativismo político para a articulação interna e externa, e a segunda, fornecer subsídios para a formação política de agentes culturais locais, bem como auxiliar na formulação de projetos para acionar políticas públicas direcionadas aos remanescentes de quilombo.

Como resultado das articulações comunitárias e com a comunidade assumindo para si o protagonismo em sua própria história, houve a reelaboração da exposição de fotografias no “Memorial Machadinho”, onde as fotos expostas passam a contar a história e memória coletiva. Outros personagens principais entram em cena: são pessoas que fazem ou fizeram parte de forma marcante da história da comunidade. As exposições do Memorial contam sobre o cotidiano e os saberes dos moradores das cinco áreas³⁹.

Ainda no âmbito da articulação comunitária, valorização da história, cultura local e identidade quilombola, foram realizados o I e o II Encontro de Saberes, em 2015 e 2016. Esses encontros tiveram participação dos moradores das cinco áreas e agentes externos que atuaram em algum momento desenvolvendo projetos na comunidade. Foram eles: UENF, UFF, IFF, UFRJ e o poder público local. Além desses estiveram presentes moradores de Quissamã, estudantes do IFF Quissamã e da UFF.

artesã, a ideia era que com uma boneca preta fosse possível ocupar espaços de pertencimento que na vida real os negros não ocupam.

Fonte: <https://www.vix.com/pt/inspiracao/548432/simples-bonequinha-de-tecido-nao-e-so-isso-significado-que-ela-carrega-e-inspirador>

³⁹ A reelaboração do Memorial Machadinho também teve apoio da UFF.

No primeiro encontro houve um almoço no restaurante “Casa de Artes”, oficina de culinária quilombola, tambor, tranças, turbantes, danças. Estiveram envolvidos na organização do almoço e do encontro membros da comunidade, já que dentre os objetivos dos vários projetos desenvolvidos estavam a autonomia da comunidade, principalmente no que tange à gestão dos espaços coletivos e organização dos eventos. Além destes eventos, houve debates que envolveram temas como o protagonismo comunitário, sobretudo no que tange à organização para lutar pela demanda territorial; potencialidades da comunidade para a geração de renda, além do tema do fortalecimento identitário.

No segundo encontro, houve um balanço sobre os resultados do projeto Territórios Criativos, que foram apresentados em uma mesa de discussões; além da mesa houve a inauguração da nova exposição do Memorial Machadinha e lançamento do livro Flores da Senzala, escrito pela Dalma. Também participaram desse encontro UENF, UFF, IFF, UFRJ, como também parceiros de articulação.

Em Machadinha também houve atuação do projeto QUIPEA (Quilombos no Projeto de Educação Ambiental). A base de ação do projeto são ações que trabalhem o fortalecimento identitário das comunidades-alvo de suas ações

As ações do projeto visam atender às principais demandas comunitárias, que giram em torno da criação de uma Comissão Articuladora, representando as comunidades quilombolas da região; realização de seminários de formação de lideranças e cursos de capacitação técnica dos comunitários e eventos culturais para fortalecimento da identidade.

Os cursos foram oferecidos de acordo com as reinvenções de cada comunidade. As decisões sobre as capacitações ocorreram em reuniões na própria comunidade. Cada uma escolheu o curso mais necessário à realidade local. Em Machadinha, o curso escolhido foi a culinária quilombola e formação de lideranças. Nesse último caso, os conteúdos dos cursos versavam sobre como organizar um estatuto para associação de moradores e sobre as políticas direcionadas aos quilombolas.

Outra capacitação em andamento em Machadinha é um curso de extensão promovido pelo IFF *Campus* Bom Jesus em parceria com a associação de moradores, intitulado “Boas práticas na produção de alimentos artesanais em comunidades quilombolas”. Esse curso está voltado para as mulheres que atuam no restaurante Casa de Artes e visa capacitá-las no aperfeiçoamento das técnicas de culinária e gestão de restaurantes. O curso é uma vertente do projeto “Incubação de empreendimento de alimentação artesanal: autogestão e identidade quilombola na comunidade de Machadinha, em Quissamã, RJ” e tem por objetivo a capacitação para produção de alimentos em consonância com um conjunto de políticas

públicas voltadas para a produção a partir da agricultura familiar em comunidades quilombolas e o consumo de alimentos saudáveis pela população, em especial os destinados à merenda escolar.

Além dos cursos, articulações e projetos em andamento ou já concluídos na comunidade de Machadinho é importante destacar o papel da associação de moradores, que foi uma importante ponte entre os agentes externos e a comunidade, além de dar voz ao coletivo lutando pelas necessidades comunitárias.

A associação conseguiu audiências com INCRA, a prefeitura, se articulou com a Ordem dos Advogados do Brasil, pesquisadores das universidades públicas já citadas, Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, defensoria Pública Estadual, advogados, COANQ, ACQUILERJ e QUIPEA.

As principais reuniões com a prefeitura foram para tratar de temas como a regularização fundiária e para ter restituído o acesso aos espaços coletivos que estavam limitados pela prefeitura.

Uma dessas importantes reuniões ocorreu no dia 17 de fevereiro de 2017, na casa da prefeita Fátima Pacheco, recém-empossada, para tratar das demandas comunitárias, principalmente a regularização fundiária. Essa reunião contou com a presença do Assistente de planejamento do INCRA, que estava como representante da superintendência do INCRA; pesquisadores da UENF, UFF e IFF; membros da comunidade de Machadinho; presidência da Associação de Moradores de Machadinho; lideranças da Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (CONAQ) e da Articulação Estadual das Comunidades Quilombolas (ACQUILERJ) e secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, através do seu secretário.

É importante narrar os fatos discutidos na reunião, uma vez que a principais demandas comunitárias eram apresentadas numa reunião com a prefeitura e os diversos agentes externos que atuam em Machadinho. Dessa reunião saíram diversos encaminhamentos que hoje se desdobram em ações dentro da comunidade, como a união de uma equipe técnica para elaborar um novo RTID da comunidade, bem como a inclusão desta no *site* da rede produtiva quilombola⁴⁰.

⁴⁰ A Rede Produtiva Quilombola é um *site* que foi criado com o intuito de escoar e facilitar a venda e a produção das comunidades quilombolas do Norte Fluminense.

2.9 Duas comunidades em busca de articulações

Diante das situações expostas em cada comunidade é possível perceber que ambas, cada qual a sua maneira, têm caminhando rumo à construção do sujeito político coletivo. As relações estabelecidas com agentes externos e parceiros têm auxiliado as comunidades na luta por suas demandas, na atuação coletiva e no fortalecimento identitário. O que foi propiciado foi a formação de agentes políticos.

Não se pode deixar de dizer que na comunidade de Machadinho o número de projetos desenvolvidos é maior, pois além de essa comunidade estar dentro das terras que se reivindica, esta também foi alvo das políticas de incentivo ao turismo por parte da prefeitura, o que gerou visibilidade para o local.

No caso de São Benedito há o desenvolvimento de menos projetos, pois estes se encontram em situação de exterritorialidade, não tendo livre trânsito pelo território reivindicado. Os esforços da comunidade até o momento se centram na obtenção definitiva do título fundiário e o estabelecimento de parcerias têm por objetivo a articulação com agentes externos que possam auxiliar nessa demanda. A CONAQ, ACQUILERJ, IDANNF, Ministério Público e Defensoria Pública, além de políticos atuantes no legislativo Federal, têm sido os principais parceiros da comunidade de São Benedito.

Quanto à questão da visibilidade, essa comunidade, por não se encontrar em seu território, mas dispersa pelos bairros da cidade, ainda luta para conseguir ser vista perante a sociedade fidelense. A maioria dos moradores de São Fidélis não tem conhecimento da existência da comunidade, que vem se mobilizando para se tornar mais visível perante a sociedade local. Suas últimas iniciativas foram a criação de uma página no Facebook e a participação em um evento em comemoração ao dia da Consciência Negra.

Os fatos narrados e os dados observados em cada comunidade ajudam a pensar o cenário de articulação entre as comunidades e os agentes externos e o papel das associações de moradores em cada uma das comunidades apresentadas.

O capítulo seguinte será composto pela análise dos dados coletados nos campos de estudo, de modo a entender como as redes pessoais de cada indivíduo membro das comunidades pesquisadas contribuem para pensar o processo de articulação e formação desse sujeito político coletivo, bem como a construção da autonomia desses sujeitos.

Capítulo III

3 As redes pessoais

No presente capítulo será feita uma análise dos dados coletados nas comunidades quilombolas de São Benedito e Machadinha, de modo a compreender como as redes pessoais dos indivíduos ajudam a pensar a articulação dos sujeitos no processo de construção de um sujeito político coletivo.

Os dados coletados auxiliam a entender quem são os atores, como se relacionam entre si e com as instituições. Na tessitura da rede é possível encontrar atores centrais, que têm um papel-chave no processo articulatório, na propagação e circulação da informação e dos recursos. Esses atores também dispõem de maior poder sobre os demais atores, podendo influenciá-los. Eles seriam um ponto central da rede.

Há ainda outros atores que se caracterizam como elos secundários, compondo subgrupos que, ligados aos atores centrais, propiciam um maior alcance das informações que circulam na rede, bem como agregam em torno de si, por suas capacidades de circulação e contato, outros sujeitos que não se relacionam diretamente com os atores-chaves. Os elos secundários são responsáveis por uma dinamização da rede e gozam do reconhecimento dos outros agentes. Até chegar aos demais atores a informação circula de maneira indireta na rede.

A maneira com que uma rede se forma e se organiza é determinante, uma vez que é essa estrutura que permite interações entre atores e a consequente circulação de informação.

Tratar de redes pessoais implica entender que as pessoas não estão sozinhas no tecido social, mas que se relacionam o tempo todo com seus semelhantes. E essas relações são fundamentais para se apreender a estrutura da rede. Assim, os dados coletados permitem identificar quem são os atores da rede e que papéis estes desempenham.

As relações que se dão no íterim das redes estão ligadas às escolhas e aos comportamentos dos sujeitos. O indivíduo não é sozinho; o seu meio social contribui para orientar suas possibilidades de escolha. Podemos dizer que a possibilidade de construção de um sujeito político coletivo cresce com seu entorno.

Interessa entender como o sujeito político se mobiliza coletivamente. Pensar na interação dos indivíduos em redes sugere que há uma simbiose, uma vez que há um movimento do coletivo que influencia o individual e do individual para o coletivo.

Para ilustrar o que se diz pode-se pensar na dinâmica dos movimentos sociais, mais especificamente os Novos Movimentos Sociais, que atuam em torno da Cultura e Identidade,

através de uma pauta reivindicatória coletiva que agrega interesses e ações de diferentes grupos que buscam alterar hábitos e valores sociais e pressionar o Estado por políticas voltadas para esses grupos.

Para o caso estudado, os Novos Movimentos Sociais exemplificam o coletivo influenciando o individual, uma vez que o Movimento Negro é um dos movimentos que integra o quadro dos Novos Movimentos Sociais.

Ligados direta ou indiretamente ao Movimento Negro estão diversas instituições, como ONGs, Universidades (através de grupos de pesquisa), Institutos, associações de representação quilombola etc., que atuam em comunidades quilombolas desenvolvendo projetos e parcerias. O Movimento Negro e essas instituições, ao atuar e estabelecer presença nas comunidades, mantêm contato com seus membros, fazendo circular informações e levando a esses membros sua pauta de luta, o que muitas vezes influencia diretamente o comportamento individual de alguns membros comunitários que passam a se engajar mais, buscando maior participação política, procurando mais conhecimentos e lutando pela conquista de determinados direitos.

No movimento inverso, ou seja, o individual influenciando o coletivo, pode-se dizer que de posse da informação e conhecimento adquiridos, e no contato com participantes dos Movimentos Sociais em questão e instituições citadas, alguns atores passam a se envolver e a atuar de forma mais engajada nos quadros desses movimentos, buscando dar maior visibilidade às suas causas, como é o caso das comunidades quilombolas, que lutam por regularização fundiária e seus membros, que atuam na esfera pública publicizando suas demandas e dificuldades.

Há que se acrescentar que o indivíduo se forma nas suas relações pessoais juntamente com a influência das instituições (leis, normas, políticas públicas, sistema educacional etc.). Sendo assim, estas também são muito importantes na formação do sujeito político coletivo.

Assim, é importante considerar as instituições no foco da dinâmica das relações e percursos, o que permitirá melhor compreender como interagem os indivíduos e a sociedade.

A ação individual será o foco da análise que se funda na rede composta pela relação de indivíduos (*ego* e *alter ego*) em interação. As redes, como já dito, têm um papel de grande importância no acesso a direitos como moradia, emprego, educação, saúde, dentre outros.

Estudando os esquemas relacionais de cada ator (*ego*) e dos demais atores em contato com o *ego* (*alter ego*) e como esses esquemas evoluem com eles é possível entender melhor como esses sujeitos se inscrevem na sociedade, suas relações com movimentos sociais, instituições etc.

Convém dizer que a rede pessoal que se tece em torno do *ego* (suas relações com família, amigos e instituições) e compõe um pequeno *ethos* que é um pedaço da sociedade. A rede orienta histórias da vida e características da rede, como tamanho, composição e estrutura, vão se modificando no curso de interação dos atores, por conseguinte, relações se estabelecem, se renovam ou desaparecem (BIDART, 1997).

Dentro do universo pesquisado, para responder como as redes pessoais se inscrevem no processo de formação do sujeito político coletivo e de sua busca por autonomia, inspirada nas questões da pesquisa de redes e juventude, realizada por Claire Bidart, coube investigar: como as decisões tomadas são influenciadas pela rede? Como se constroem e se mantêm as relações pessoais? Como as relações se modificam? O que as redes pessoais indicam? Que sistemas de relações se inscrevem em determinados contextos?

Com vistas a responder tais questões como instrumentos metodológicos, na pesquisa de campo, fiz uso de entrevistas semiestruturadas conduzidas da maneira mais informal possível, recorri a um formulário de redes (apêndice II) para identificar redes pessoais (REGINENSI,1996).

Com esse formulário de redes, pretendi identificar as redes pessoais de cada entrevistado e entender como a informação era compartilhada entre os membros das comunidades pesquisadas, bem como que tipo de apoio era recebido ou oferecido e de quem era esse apoio.

De posse desses dados foi possível mapear quem são os atores-chaves que funcionam como ponto central da rede, quem são os elos secundários e como a informação circula.

3.1 O campo

Ambas as comunidades, São Benedito, em São Fidélis, e Machadinho, em Quissamã, demandam regularização fundiária; no entanto cada uma delas guarda consigo particularidades em seus percursos, histórias e situação atual.

A comunidade de São Benedito foi removida das terras num processo que começou nos anos de 1960, se acentuou nos anos de 1980 e culminou nos anos 2000, quando quase toda a população já não se encontrava na fazenda. A maioria de seus habitantes se dispersou por distintos bairros da cidade de São Fidélis.

Apesar de dispersos pela cidade de São Fidélis, atualmente os membros da comunidade se reúnem uma vez por mês na sede da banda marcial da cidade a fim de discutir suas demandas de regularização fundiária.

A comunidade de Machadinho está estabelecida numa parte do território que demanda, mas suas terras são de propriedade da prefeitura de Quissamã. Além do mais, inicialmente apenas o núcleo onde se centra o complexo das senzalas foi identificado como comunidade quilombola e citado no relatório antropológico que se tem. No entanto, hoje em dia outras quatro localidades (Santa Luzia, Bacurau, Mutum e Boa Vista) estão requerendo a identificação como quilombolas integrantes da comunidade Machadinho. Esse requerimento se funda, pois os moradores de tal localidade são descendentes de escravos que trabalhavam para o Visconde de Ururay.

Diante desse quadro, o INCRA reiterou a necessidade da confecção de um RTID (relatório de identificação e delimitação) com um mapa que abranja as novas áreas requeridas⁴¹.

Para selecionar os entrevistados optei primeiramente por participar das reuniões da associação de moradores de cada lugar; além de seguir indicações da liderança da comunidade, o Frank, no caso da São Benedito, e de uma moradora que tem um rol de contatos bem diverso no caso de Machadinho, a Janaína. Devo ressaltar que a ajuda desses interlocutores foi de fundamental importância para o andamento das entrevistas, visto que a recepção era diferente quando eu estava acompanhada deles. É como se pudessem confiar em mim porque confiavam neles.

Em Machadinho, as reuniões da associação acontecem semestralmente. Na impossibilidade de participar de todas as reuniões fiz vistas regulares à comunidade. Eu já conhecia alguns moradores de visitas anteriores, mas minha principal interlocutora foi Janaína, uma moradora local que conheci quando esta era bolsista de extensão do programa da Universidade Aberta do Brasil, na UENF, cujo projeto era coordenado pela professora Clareth Reis.

Janaína goza de grande prestígio na comunidade, pois além de ter contato com grande parte dos moradores em virtude de levar informações de vários teores, como o acontecimento e o andamento de projetos, oportunidades que surgem na comunidade em virtude da presença de diversas instituições, informar o que foi decidido nas reuniões da associação ou nas reuniões extraordinárias; é membro do grupo de jongo, que tem muitos apoiadores entre os moradores.

⁴¹ Essas áreas são posse de proprietários particulares.

Grande é o prestígio de Janaína entre os moradores que, durante as entrevistas, quase todo o universo pesquisado mencionou o nome dela como um dos principais contatos e fontes de informação dentro da comunidade.

Em São Fidélis, na comunidade de São Bendito, foi possível selecionar os entrevistados na medida em que eu participava das reuniões da associação de moradores, que ocorre com maior regularidade: uma vez por mês.

No caso de São Fidélis meu maior interlocutor foi Frank, presidente da associação. Ao saber da pesquisa ele me apresentou aos membros em uma das reuniões, explicou sobre o que eu pretendia aos ouvintes e me deixou à vontade para entrevistar aqueles que concordaram em falar comigo.

Frank também goza de grande prestígio entre os membros da comunidade de São Benedito e também foi quase que unanimemente citado pelos entrevistados como principal fonte de informação, o que faz de Frank o ator central na rede que se desenha entre os membros da comunidade São Benedito.

Devido a sua posição estratégica, esse personagem é responsável por dinamizar a rede. E isso confere a ele o reconhecimento dos demais atores. Sua posição central significa que ele ocupa lugar privilegiado em relação às trocas de informação e comunicação no interior da rede. Sua posição é definida ao se levar em consideração a quantidade de pessoas que estão em interação com ele, ou seja, a quantidade de elos que estão ligados a ele (MARTELETO, 2001).

O critério utilizado para as entrevistas foi primeiramente falar com pessoas que tinham suas histórias de vida ligadas às comunidades; entrevistei homens e mulheres adultos. No decorrer das entrevistas, os entrevistados indicavam outras pessoas que também aceitariam ser entrevistadas e que tinham alguma história para contar. Frank fazia o contato e o possível entrevistado me recebia.

No caso de São Benedito entrevistei pessoas que frequentavam a reunião da associação e que residiam nos diversos bairros urbanos da cidade de São Fidélis. Também houve um entrevistado na cidade de Cambuci.

Em Machadinho, entrevistei pessoas residentes no núcleo onde está o complexo de senzalas e também moradores de Santa Luzia, sítio mais próximo, distante cerca de 2 km, e Boa Vista.

Não entrevistei pessoas das demais localidades, pois houve maior facilidade de acesso aos moradores nos locais citados.

Nas demais localidades, não fiz contato nem conheci alguém que pudesse me conceder entrevista. Além de a Janaína ter sido minha principal interlocutora e ter me apontado nomes em Machadinho, Santa Luzia e Boa Vista, também fui entrevistando pessoas indicadas pelos próprios entrevistados; dessa forma me concentrei nas localidades citadas anteriormente.

Ao todo foram entrevistadas 31 pessoas. 14 em São Benedito e 17 em Machadinho.

Foram 11 homens e 4 mulheres em São Fidélis e 9 homens e 8 mulheres em Machadinho.

Em cada questionário os entrevistados relataram os nomes de no máximo 10 pessoas, que foi o que me permitiu identificar e mapear as redes pessoais de cada um deles.

Na comunidade de São Benedito foram entrevistadas um total de 14 pessoas, que sugeriram 111 nomes. Entre esses 111 nomes citados alguns nomes se repetem, o que aponta para o protagonismo de alguns atores, que podem ser identificados como o ponto central e os elos da rede e no processo de compartilhamento e circulação de informação.

Em Machadinho foram entrevistadas 17 pessoas, que sugeriram 109 nomes no total. Nessa comunidade nomes também se repetem, o que da mesma forma aponta para atores que desempenham o papel de ponto central e elos da rede.

De posse desses dados foi possível identificar a rede pessoal que se tece em torno do *ego* (pessoa entrevistada) e como se constroem suas relações.

As pessoas das comunidades mantêm relações entre si, mas essas relações não se dão entre todos os membros. Há pessoas que se articulam mais. As entrevistas revelaram que alguns sujeitos têm um maior trânsito entre os membros da comunidade e interagem mais constantemente que outros, fato que dinamiza a circulação de informação.

Dentro desse contexto, para entender melhor a natureza das relações estabelecidas, em cada comunidade selecionei algumas histórias de vida de personagens que mais se destacam por articulações, mantendo contato mais constante com membros comunitários. A escuta das histórias de vida permite compreender as motivações e natureza das relações.

Serão contadas as histórias de vida de 3 pessoas em cada comunidade. A escolha dessas pessoas se deu pois pude perceber que ao longo das entrevistas seus nomes eram mais citados quando era perguntado que pessoa ou pessoas mantinham mais contato e mais fornecia algum tipo de informação relativa às demandas quilombolas ou aos acontecimentos envolvendo a comunidade.

Mapa da cidade de São Fidélis com a distribuição dos membros da comunidade São Benedito por bairros. Em destaque, a Fazenda São Benedito:

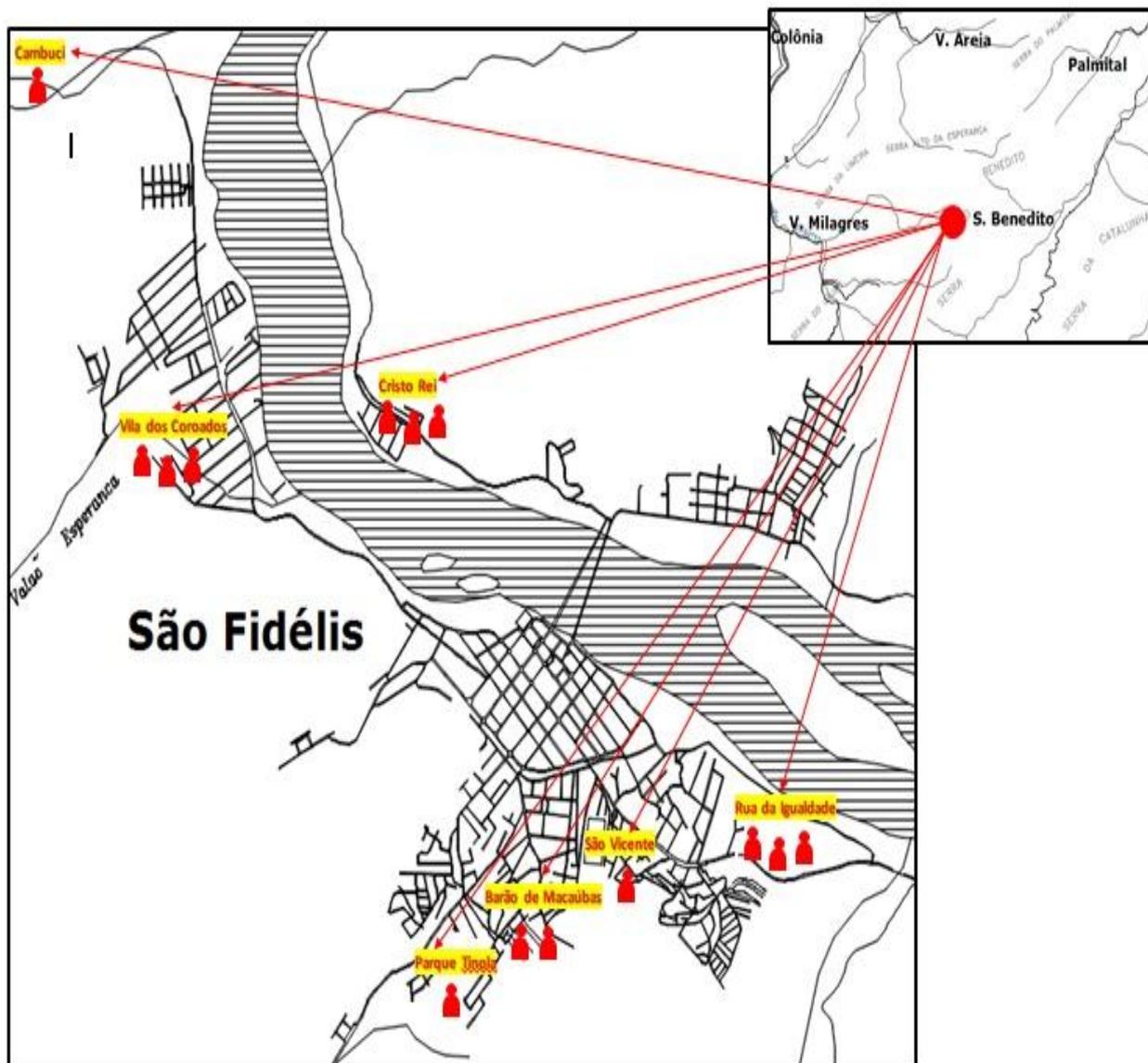


Figura 10. Mapa de São Fidélis.

Fonte: <http://www.saofidelisrj.com.br/municipio/Mapas-do-Municipio-de-Sao-Fidelis-RJ>.

Mapa da Comunidade Quilombola Machadinha: membros da comunidade entrevistados no território quilombola reivindicado

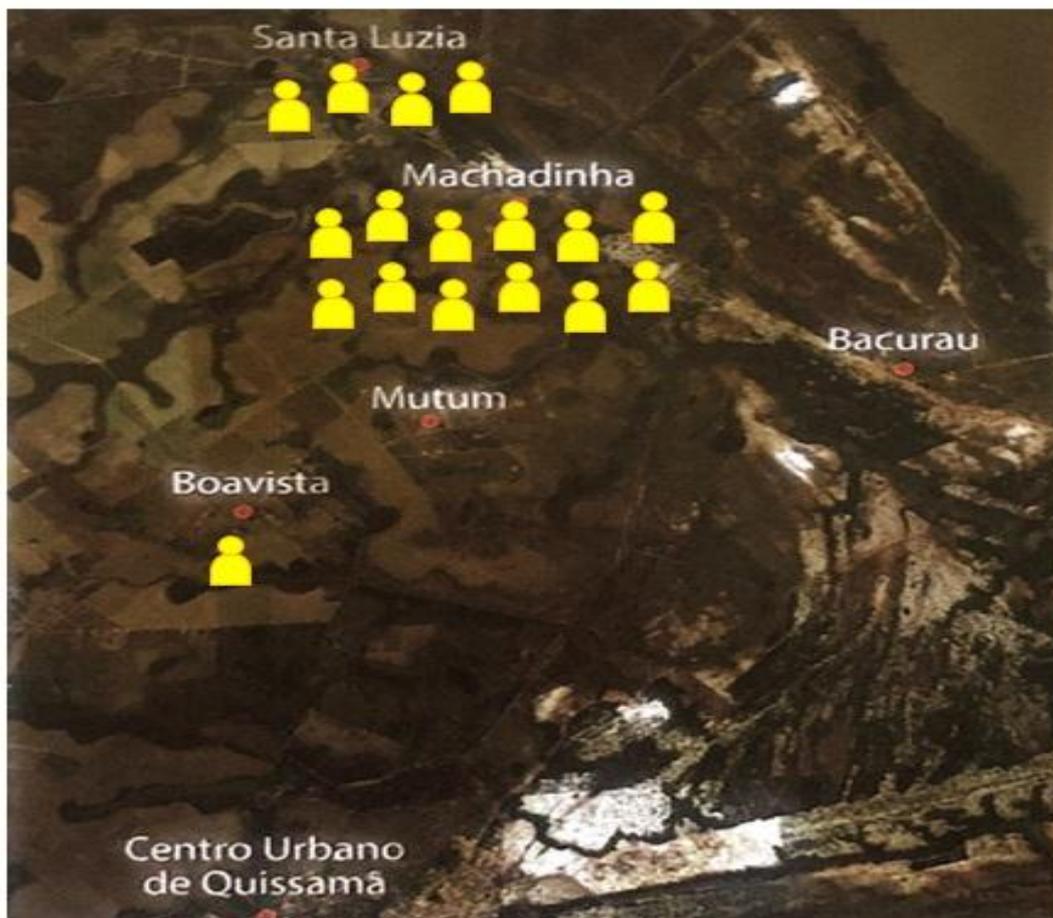


Figura 11. Mapa da comunidade quilombola de Machadinha. Fonte: livro: Prospecção e capacitação em territórios criativos: desenvolvimento de potenciais comunitários a partir das práticas culturais nos territórios Cariri (CE), Madureira, Quilombo Machadinha e Paraty

3.2 Perfil dos entrevistados de São Benedito: Os atores e suas redes

Na comunidade de São Benedito foram entrevistados homens e mulheres adultos entre 28 e 80 anos de idade, que em algum momento da vida moraram na fazenda São Benedito. Essas pessoas hoje em dia se encontram fora do território que reivindicam e vivem em diversos bairros da cidade de São Fidélis. São eles: Parque Tinola, Vila dos Coroados, Cristo Rei, Penha, Recanto da Penha, Igualdade e São Vicente de Paulo. Há ainda um entrevistado que mora fora da cidade de São Fidélis, na cidade de Cambuci.

Além das pessoas que realizaram a entrevista, preenchendo o formulário de redes pessoais de diálogo, conversei informalmente com um número significativo de membros comunitários que, apesar de não estarem disponíveis para o preenchimento do formulário de redes, revelaram em conversas informais dados importantes no que se refere a obtenção de informação e quem são os atores que mais atuam informando sobre os temas de interesse da comunidade.

Apresento um quadro (apêndice II) que identifica cada entrevistado (*ego*) da comunidade indicando as relações mais próximas (*alter ego*) e redes de diálogo de cada sujeito.

As pessoas indicadas pelos entrevistados são sujeitos com os quais este mais interage quando se trata das demandas da comunidade, principalmente o reassentamento.

Após a identificação pessoal, foi possível colher dados no que se refere à situação profissional, idade, moradia, nível escolar, informações sobre família (com quem mora, quantidade de filhos), local de nascimento, local de moradia atual, se tem família lutando para voltar para a comunidade (no caso de São Benedito) ou lutando pela posse definitiva das terras (no caso de Machadinho), tempo de residência na cidade em que mora, participação nas reuniões da associação, bem como quem são as pessoas com que mantém relações e dialoga sobre demandas da comunidade e que tipo de relação (se família, amigo, vizinho, membro da mesma associação ou relação de trabalho ou se é membro de alguma instituição) se estabelece entre esses atores. De posse dessas informações é possível identificar a rede pessoal que se tece em volta do *ego*. Esses dados compõem o quadro esquemático apresentado.

Com base no quadro esquemático segue um diagrama das redes pessoais de modo que fique mais evidente como se tecem as relações dessas pessoas. Tal esquema foi feito da maneira mais artesanal possível, uma vez que não é intenção fazer uma análise profunda da estrutura da rede. O que se objetiva aqui é ilustrar as ligações que os atores estabelecem e em torno do que se firmam essas relações, dado colhido nas entrevistas.

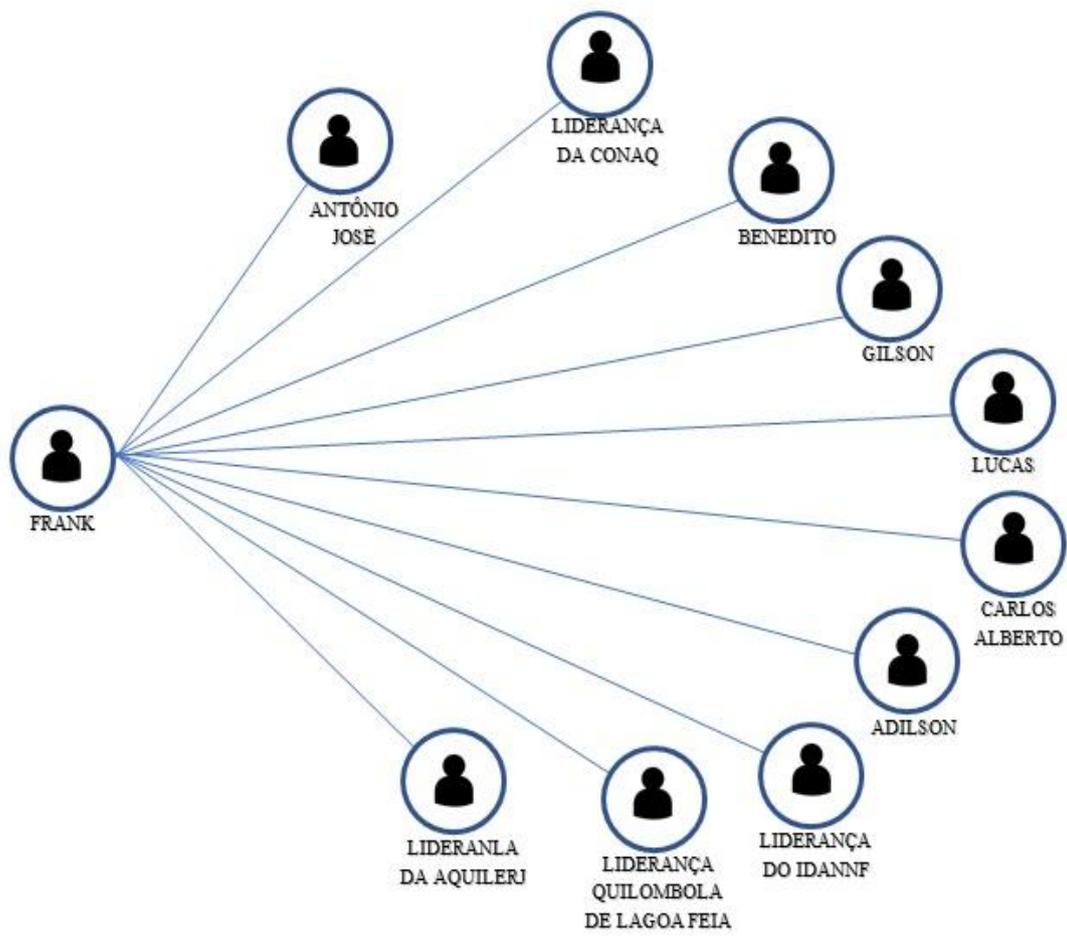
O esquema de redes que segue é uma ilustração das redes de diálogo dos membros entrevistados da comunidade São Benedito. Cada entrevistado está ligado com uma cor específica à pessoa com quem mais mantém contato e dialoga sobre as demandas comunitárias. Isolando as cores é possível desvendar a rede pessoal de cada um. As pessoas ligadas com traços de espessura mais grossa são pessoas que se citaram mutuamente. Isso significa que as relações são mais densas e gozam de maior nível de confiança.

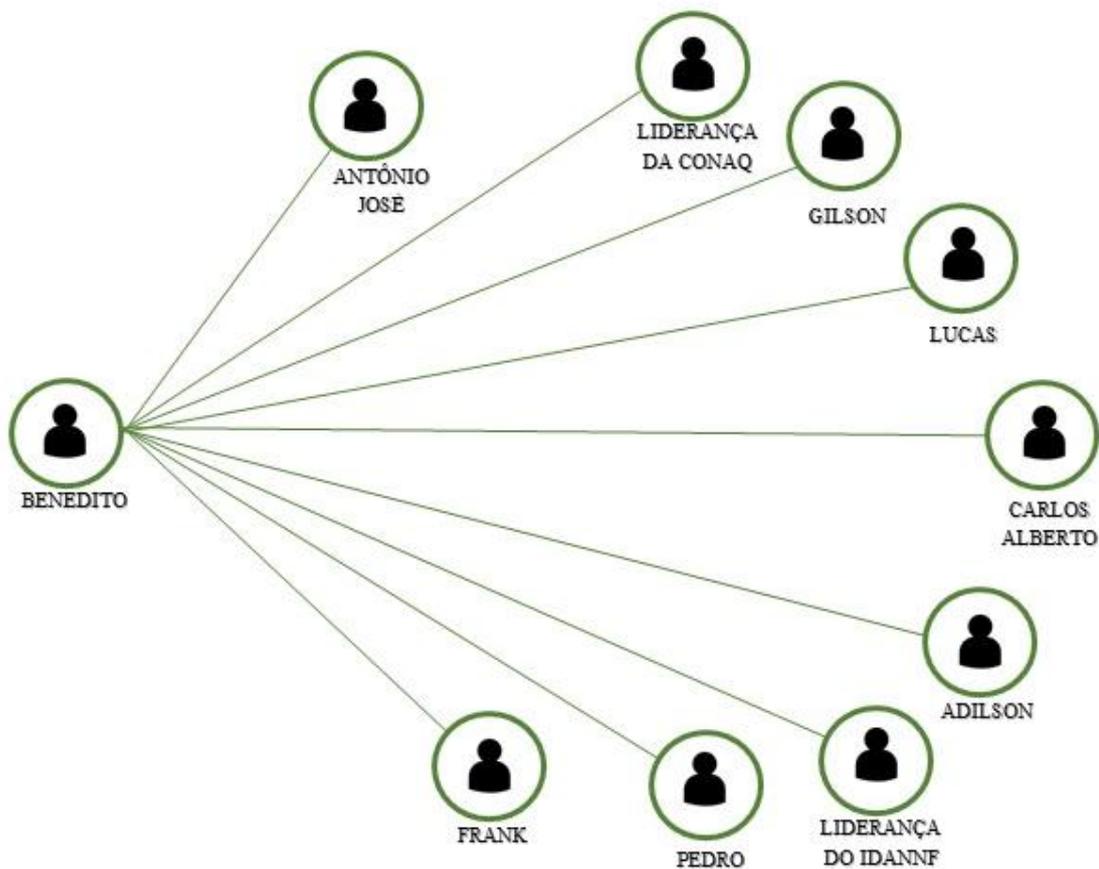
Diante do esquema apresentado é possível perceber que há um grupo de pessoas que mais se relaciona e mantém contatos entre si. A informação parte de um ator central (Frank), que se liga a quase todos os entrevistados. Em torno do ator central há um grupo que mantém relações mais estreitas. Essas pessoas citam os nomes umas das outras quando indagadas sobre quem são as pessoas com quem mais se articulam e dialogam sobre as demandas comunitárias.

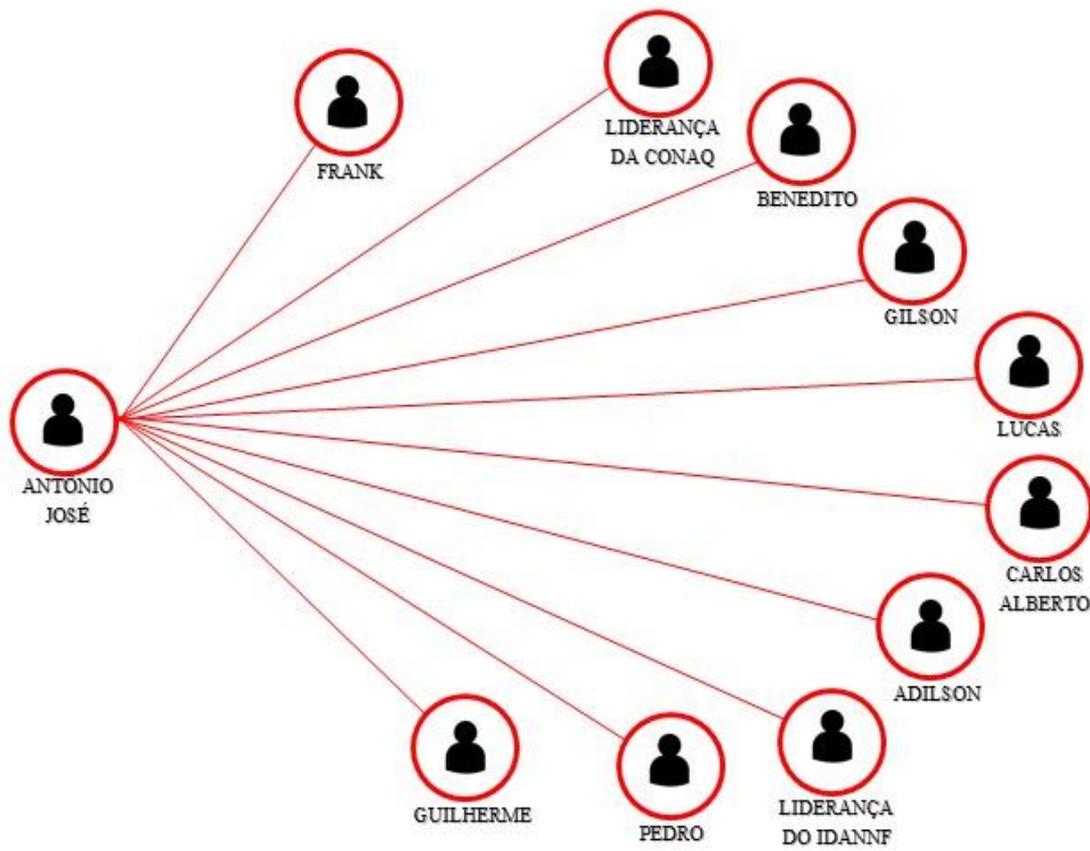
Foi possível verificar o alcance da circulação de informações não apenas através das entrevistas e formulários de rede preenchidos, mas também através de conversas informais com membros comunitários que revelaram quem eram as pessoas que mais repassavam informações em seu meio. Os nomes citados são os mesmos nomes que apareceram no esquema de rede como as pessoas que mais mantêm contato entre si e com a liderança da associação de moradores. Além da liderança, o Frank, são eles: Benedito, Carlos Alberto, Antônio José, Lucas, Gilson, Adilson, Rosely e Algemira.

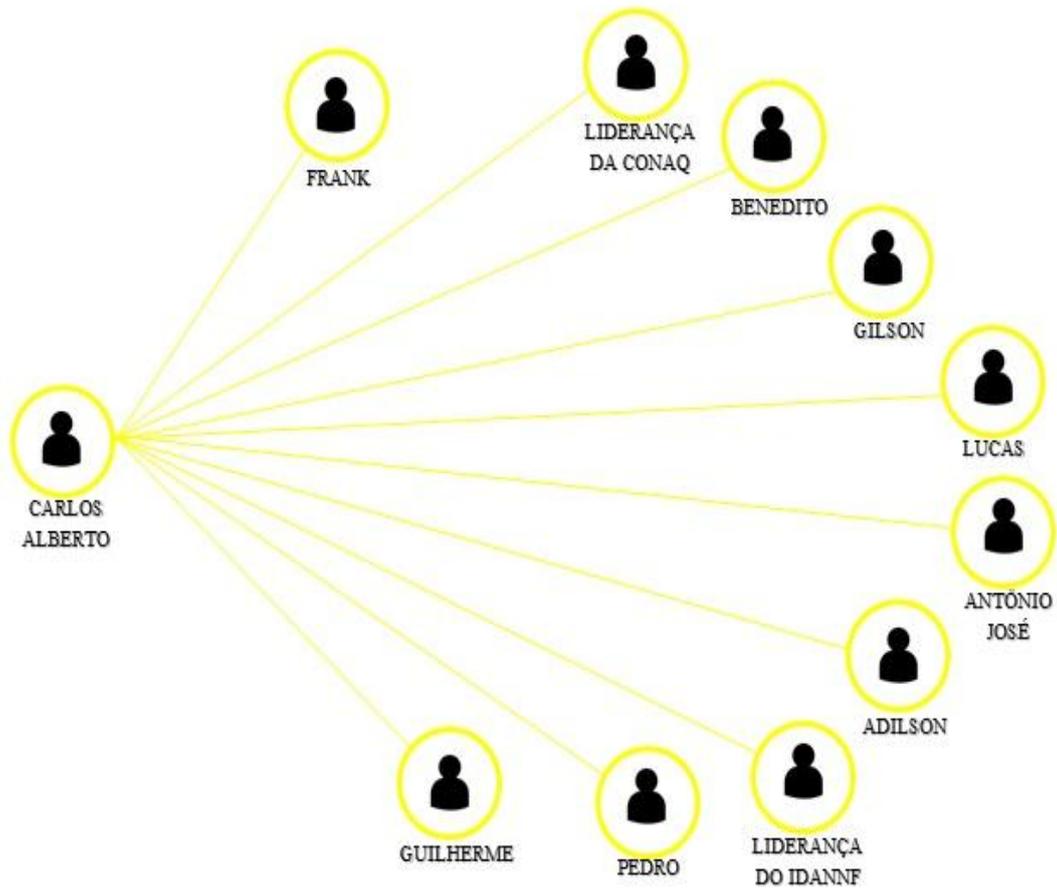
De modo a deixar o esquema mais claro, a seguir há um detalhamento das redes de diálogo desses atores que mais se ligam. Cada ator é representado com as mesmas cores do esquema de redes demonstrado anteriormente.

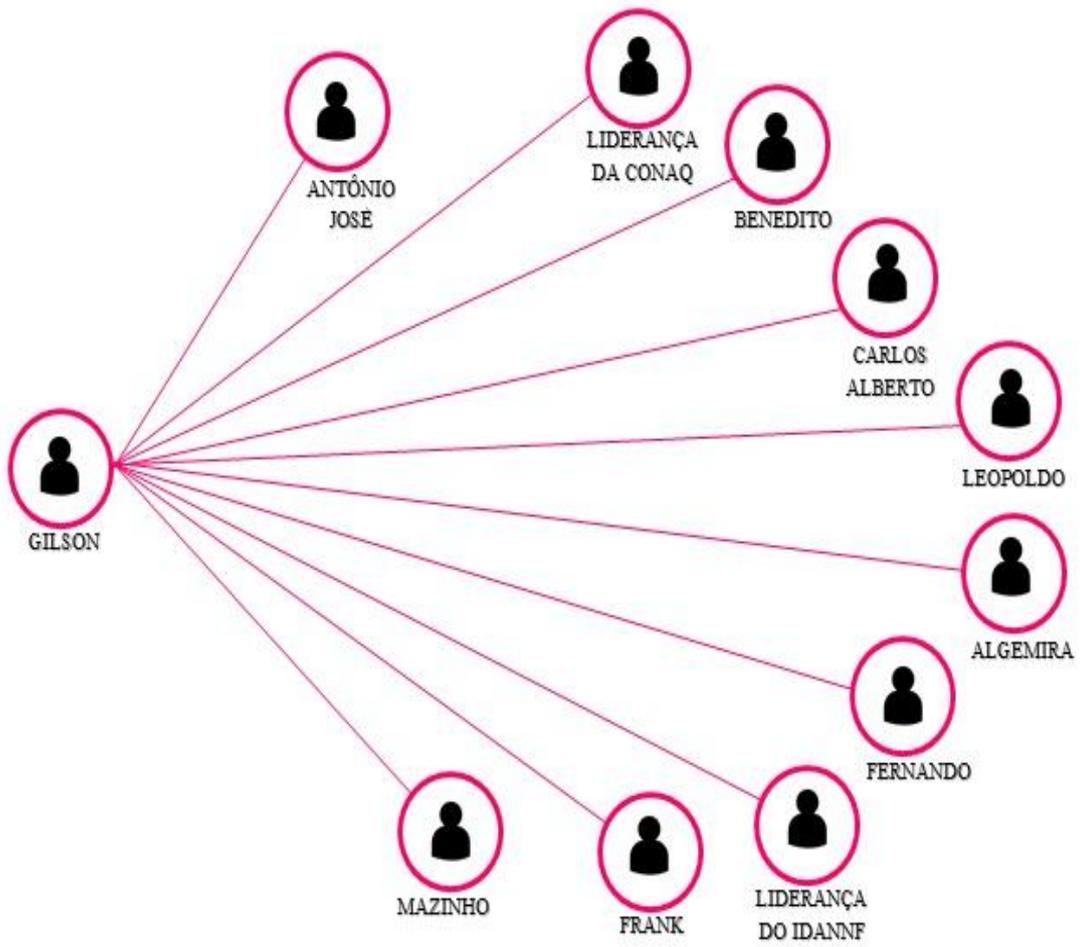
Figura 13. Rede Pessoal do Frank

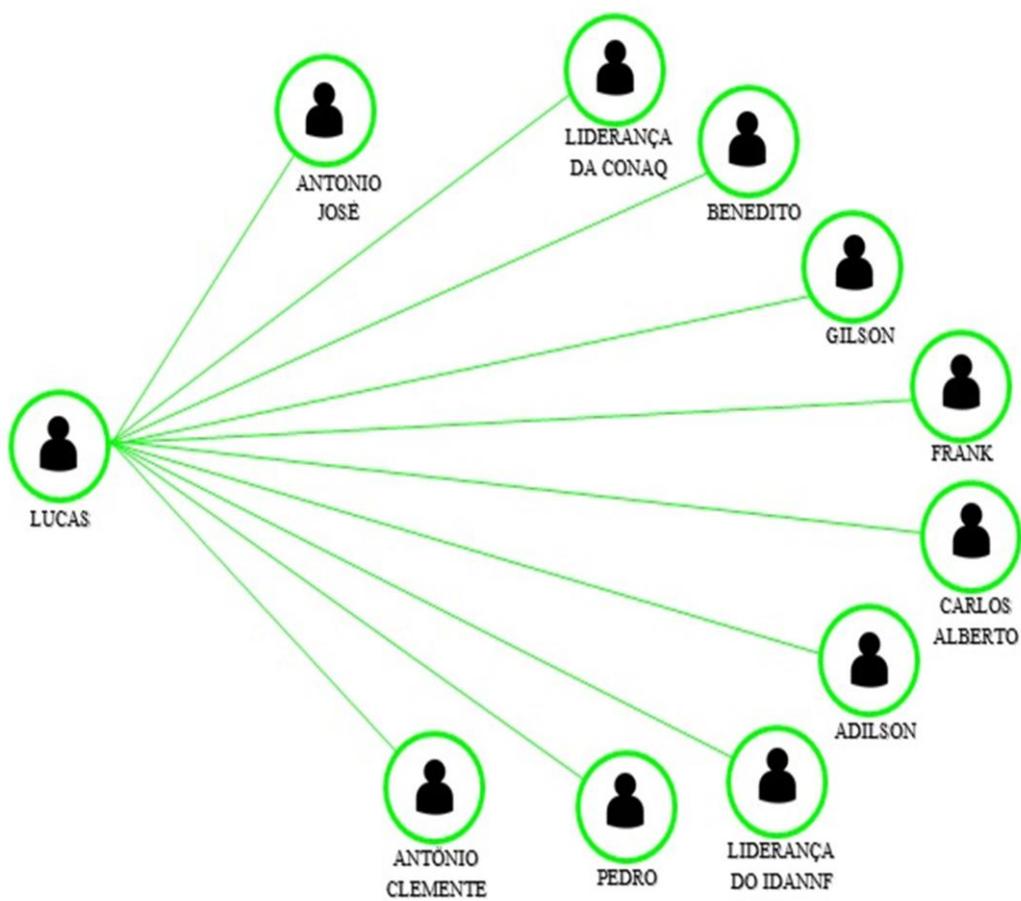


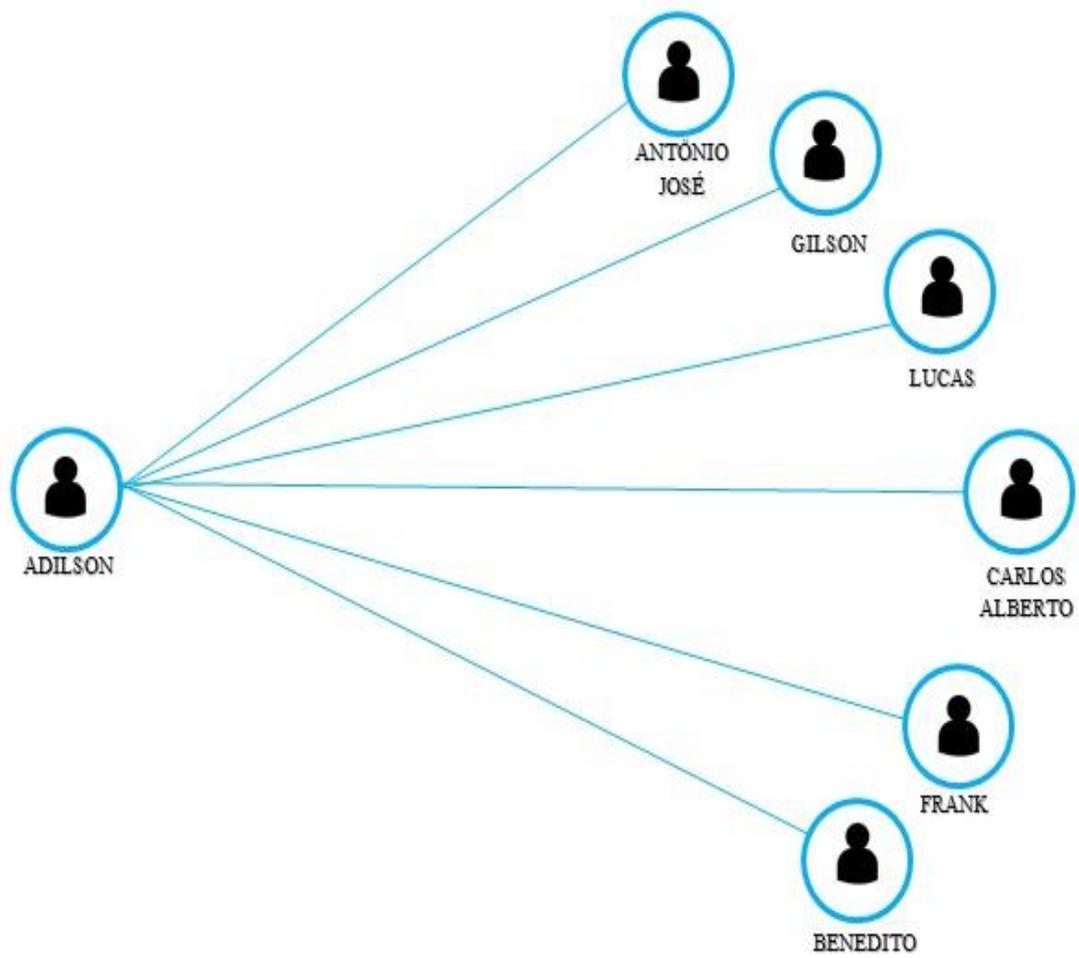


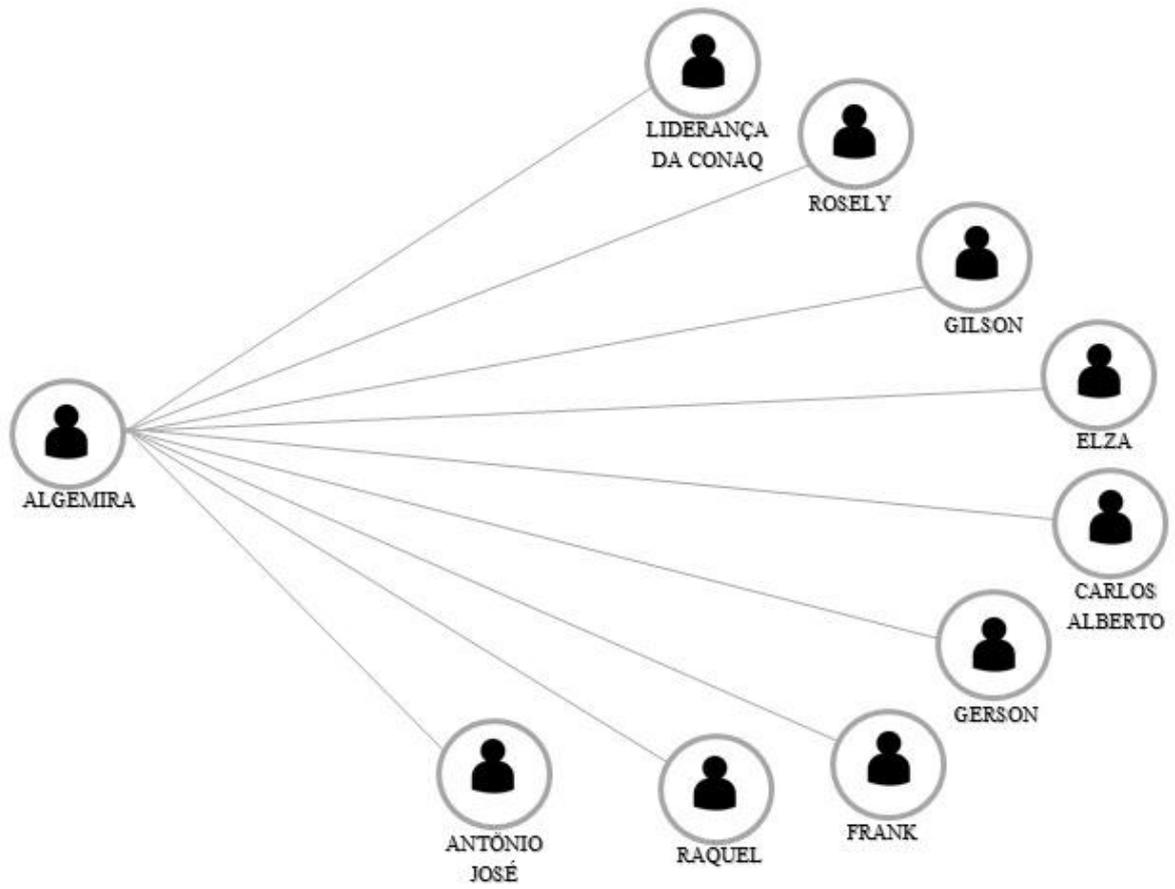


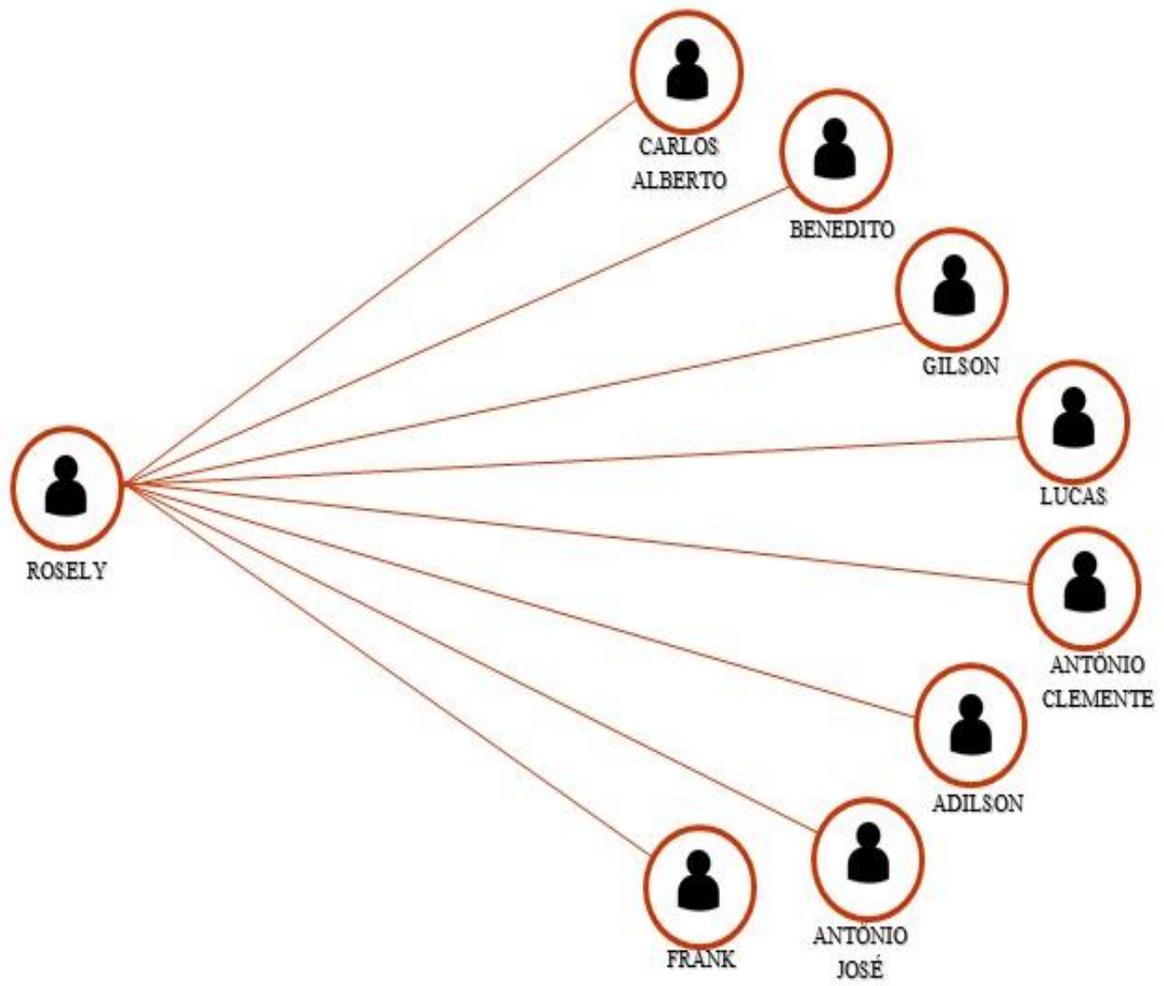












3.3 Dinâmica da rede da comunidade de São Benedito a partir da circulação de informações

Do processo de desterritorialização que se iniciou nos anos de 1960 até seu ápice nos anos 2000, os moradores da fazenda São Benedito passaram a residir em diferentes bairros da cidade de São Fidélis. Essas pessoas têm mantido em sua rede relações com família, amigos e membros da mesma associação de moradores. A rede que se tece em torno de cada morador se configura de maneira que cada sujeito se mantém em contato constante uns com os outros. Esse contato, muitas vezes através de telefone ou mensagens de texto no aplicativo WhatsApp permite que as informações trocadas entre cada ator se espalhe pela rede. A origem da informação na maioria das vezes é a reunião que ocorre mensalmente.

Dentre os entrevistados foi possível observar que há diferentes condições socioeconômicas. Há desempregados, pessoas que atuam no mercado informal, aposentados, empregadas domésticas, agricultores, empregados de fazendas, pedreiros, vigilantes, funcionário de empresa privada, pessoas que moram de aluguel, analfabetos, semianalfabetos (a maior parte dos entrevistados concluiu apenas o antigo primeiro grau, que ia até a 4ª série), alguns que completaram o ensino médio e um cursando o ensino superior.

A comunidade enfrenta visível precariedade em suas condições de vida, pois a renda média é de um salário mínimo, há poucas oportunidades de emprego e dificuldade no acesso à terra para agricultura ou criação de animais. As pessoas que ainda lidam com a terra o fazem na condição de campeiros ou diaristas em fazendas.

Quanto às possibilidades de mobilização, apesar de estar morando em bairros diferentes os quilombolas da São Benedito estão em constante interação. Isso se deve a laços de amizade, vizinhança, relações de compadrio, parentesco e matrimônio, e ao fato de pertencerem à mesma associação de moradores.

Com relação às condições de moradia, a maior parte das famílias vive em casa alugada, sendo poucas as famílias que possuem casa própria. O fato de morarem de aluguel faz com que muitos moradores transitem por diversos bairros.

A análise das entrevistas revelou que alguns atores mais se destacam por articulações, não apenas entre eles, mas com instituições de representação quilombola, como a CONAQ e o IDANNF. Esse pequeno grupo de atores está em constante interação. Esses sujeitos revelaram ter grande proximidade e relação de amizade com a liderança, o presidente da associação: Frank. São eles: Antônio José, Carlos Alberto, Gilson, Lucas, Benedito, Adilson, Rosely e Algemira.

As informações, conversas e decisões circulam primeiramente entre esse grupo para depois se expandir e alcançar os demais atores. Esse grupo também tem maior proximidade com associações de representação quilombola.

As pessoas que integram esse grupo mais coeso constantemente participam de ações, eventos e formações promovidas por instituições atuantes nos movimentos sociais.

No desenho esquemático da rede é possível perceber que entre esses atores um cita o outro e vice-versa, o que revela que as relações entre eles são mais densas e eles gozam de um significativo nível de confiança. Esses atores possuem comportamentos semelhantes, pois são ativos, buscam e espalham informações. Seu relacionamento e interação são mais frequentes.

De posse dessas pessoas é possível encontrar significativo material informativo, como folhetos e cartilhas, que contém majoritariamente temas agrários, relativos ao acesso à terra ou à produção.

O fato de esse grupo de pessoas participar mais ativamente de eventos e formações e estar em contato mais constante com pessoas ligadas aos movimentos sociais, não quer dizer que haja um favorecimento por parte da liderança. Foi possível perceber que essas pessoas são pessoas que mais buscam informações⁴², seja por meio da associação, interpelando a liderança para saber sobre o caminho e andamento do processo, sobre a lei, sobre produção agrícola, dentre outros temas ligados às demandas comunitárias, seja por outros canais, como livros, internet, cursos ou contatando pessoas que possam esclarecer suas dúvidas. Suas investidas para sanar dúvidas e buscar informações estão para além da associação de moradores.

Esse grupo muitas vezes se reúne para trocar informações, traçar estratégias e até mesmo discutir a organização da associação de moradores, dúvidas e temas a serem tratados nas reuniões.

Alguns entrevistados, como Antônio José e José Carlos, chegaram a viajar com a liderança para Brasília para acompanhar mais de perto o andamento do processo.

O fato de haver um grupo que mais se mobiliza e articula não quer dizer que os demais membros da comunidade não busquem informações. No entanto, esse processo ocorre de maneira mais tímida. As informações trocadas muitas vezes circulam no seio das famílias, de amigos ou vizinhos próximos e se dão no meio de conversas informais. Esse fato não diminui, porém, a importância das redes de contato pessoais para que a informação circule.

⁴² A lei e os demais recursos utilizados pelos atores, como livros, internet e cursos podem ser vistos como actantes não humanos no sistema de relações que se inscreve dentro da rede, uma vez que esses dispositivos não humanos influenciam no comportamento humano e são capazes de intermediar o fluxo de informação que circula no ambiente da rede. Os actantes não humanos acabam sendo um meio para se atingir os objetivos em questão. (LATOURETTE, 2012)

Ocorre também que a maioria das informações obtidas pelo grupo que mais se articula chega aos demais membros da comunidade. Nas conversas informais, a informação vai se espalhando. Um informa ao outro e assim sucessivamente em cadeia, até que as informações alcancem toda a extremidade da rede.

Esse mesmo grupo com maior articulação compartilha seus conhecimentos adquiridos, além de explicar melhor aos demais companheiros temas tratados nas reuniões que não ficaram muito claros.

Há, no entanto, pessoas que frequentam as reuniões e que são mais afastadas do grupo que mais se articula, da liderança, ou de outros membros comunitários que estão fazendo contatos e buscando informações. Essas pessoas se informam, pelo fato de participarem das reuniões, mas não há uma mobilização significativa no tocante à busca da informação ou para empreender qualquer ação no sentido de satisfazer às suas demandas relativas à posse da terra.

É um grupo mais passivo, que participa das reuniões, mas não se mobiliza muito. Suas informações relativas à demanda territorial e aos direitos quilombolas são basicamente as veiculadas na reunião. Alguns, em conversa informal, relataram-me que estão “pagando para ver” se a regularização fundiária ocorrerá de fato.

Enfim, é possível perceber três diferentes grupos dentro da associação de moradores: um em que há mais articulação e mobilização na busca de informação e no empreendimento de ações entre os atores; um que busca informações de maneira mais tímida, mas que não deixa de se informar (as conversas informais são seus maiores canais de informação) e um grupo que pouco se articula, sendo os membros mais passivos na hora de receber as informações que acessam e as reuniões o principal canal de informação.

A identificação de diferentes grupos que se mobilizam de diferentes formas revela que a rede pessoal de cada ator é composta por suas relações, bem como a maneira pela qual essas relações se estabelecem. Pessoas mantêm relações entre si, mas esse relacionamento não se dá entre todos os atores. Isso explica o fato de que na rede de diálogo identificada na comunidade São Benedito há pessoas em interação mais constante e com um maior número de conexões e pessoas que não possuem tantas conexões.

A estrutura da rede que se desenha entre os quilombolas da comunidade São Benedito revela que o *ego* que tem centralidade e os que têm maior interação entre si têm um meio social mais amplo e mais heterogêneo devido ao fato de frequentarem ambientes onde a questão política, a quilombola e a dos negros está em debate, frequentarem cursos promovidos por instituições atuantes nos movimentos sociais, por estarem em contato com outras realidades de comunidades quilombolas e devido à variedade de contatos que estabelece com

peessoas de fora da comunidade, dentre elas políticos, lideranças de associações de representação quilombola, universitários, pesquisadores etc.

Os *egos* cuja rede de diálogo se restringe a pessoas da comunidade, família, amigos e vizinhança têm um meio social mais reduzido e homogêneo, pois frequentam menos espaços onde têm contato com as questões já citadas e as pessoas com quem mantêm maior ligação são membros da mesma associação de moradores ou pessoas com círculo de relacionamentos semelhantes.

Pode-se dizer que as pessoas mais ativas em buscar conhecimento, se organizarem e empreenderem ações para mudar a realidade da comunidade assumiram os papéis que hoje desempenham a partir do momento que perceberam na necessidade de informação e o uso que desta podem fazer para garantir a regularização fundiária uma fonte de possibilidades. O conhecimento adquirido, que oferece horizontes de ação e ganho coletivo, também passa a ser utilizado na vida pessoal à medida que essas pessoas passam a estar mais cientes de seus direitos e são capazes de ações para reivindicar o acesso a estes.

Os atores da comunidade São Benedito constroem suas redes no contexto da luta pela terra.

As relações pessoais orientam as possibilidades de escolha do *ego* e a composição e estrutura da rede revela o caráter dessas relações, ou seja, como cada sujeito se inscreve no seu meio social, como será sua atuação para obter a posse das terras, a forma como se mobiliza com os demais para alcançar o reassentamento. O que nos mostra que a evolução de cada sujeito e suas redes de contato não é a mesma.

No esquema revelado no desenho da rede, há os atores que estão em interação mais constante e essa interação propicia mais informações e formas de agir no sentido de alcançar a satisfação das demandas comunitárias. A informação que circula entre esses sujeitos depois se dissipa pela extensão da rede.

Na comunidade São Benedito a rede permite a ampliação de recursos disponíveis através da ação do grupo que mais se articula à medida que estes empreendem ações no sentido de dissipar a informação pela extensão da rede e de maneira concreta atuam para garantir o reassentamento e a titulação das terras.

Um exemplo de ação concreta desse grupo com iniciativa do presidente, que é o ator central da rede, foi o contato político com um deputado federal, reivindicando a colocação de uma placa que esclarece que a área requerida, e que hoje é propriedade de fazendeiros particulares, é área em processo de regularização fundiária.

Em conversa informal com pessoas quem frequentam as reuniões da associação os mesmos nomes que apareceram como atores com maior gama de contatos no esquema de redes foram revelados como principal fonte de informação sobre a situação da regularização fundiária ou quaisquer outras demandas comunitárias.

É possível perceber também que esses sujeitos que mais se articulam mantêm contato e diálogo com membros de instituições de representação quilombola ou que atuam em defesa das populações negras. Instituições essas que, por sua vez, mantêm interação constante com pessoas atuantes em movimentos sociais, como o Movimento Negro Unificado.

A ampliação desses contatos permite que pautas, informações e formações partam de um universo maior (o dos movimentos sociais) e cheguem ao universo menor da comunidade quilombola por meio da associação de moradores ou de seus membros que mais se articulam.

Daí perceber que quanto mais próximos da liderança da associação de moradores (que mantém contato constante com outras lideranças quilombolas, representantes de movimentos sociais, associações de representação quilombolas) maior o número de relações estabelecidas e quanto mais estreito for o contato entre os atores mais informação estes têm ao seu alcance.

Atuantes como elos da rede esses atores dinamizam a informação que chega a toda a extensão da rede de forma indireta, isto é, um ator informa o outro. Ou seja, as redes pessoais indicam um trânsito de informação que não se concentra apenas num grupo que mais se mobiliza ou mantém contato mais constante. Mesmo havendo atores que possuem rede de diálogo menor, a informação é capaz de chegar a toda a extensão da rede.

É fato que grande parte dos quilombolas da comunidade São Benedito são ligados por laços de parentesco, mas relações que se inscrevem nesse contexto são marcadas por laços de amizade e afinidade, uma vez que é o sentimento do ser quilombola, ser sujeito que está impedido de estar em suas terras que une o que está disperso.

Entretanto é preciso ressaltar que a distinção entre as categorias “família” e “amigo” é muito tênue, pois muitos entrevistados não fizeram essa distinção ao serem indagados sobre qual era sua relação com a pessoa citada. Ser família e ser amigo é algo que se confunde no sistema de relações dessas pessoas. Muitos fizeram a identificação de familiares, mas também os definiram “amigo” ou chegaram a dizer que são tão amigos que já viraram família. Relatos como esses são constantes durante as entrevistas.

Mesmo localizados em diferentes bairros não é, entretanto, uma frequência de contato cotidiana que marca a relação dessas pessoas.

No que diz respeito à frequência do contato entre os atores, mesmo não se encontrando pessoalmente todos os dias, o celular tem sido um aliado na troca de informações e contatos. Aplicativos de troca de mensagens tornam mais fácil a proximidade entre as pessoas.

O celular e os aplicativos de mensagens como recursos não humanos se inscrevem nessa rede, uma vez que ligados aos atores humanos permitem que o fluxo de informação se dinamize. Nesse caso, o ator não humano interfere no comportamento dos atores humanos na medida em que age como um canal onde ideias, maneiras de agir e informações são compartilhadas. Esse dispositivo atua como um mediador na interação humana (LATOUR, 2012). Assim, pessoas localizadas em áreas espacialmente distantes umas das outras podem se comunicar como se estivessem frente a frente.

No caso estudado a presidência da associação de moradores ocupa um lugar de destaque nesse processo de circulação de informação, uma vez que esta liderança está em contato com o universo mais amplo dos movimentos sociais se mune de informação, conhece diferentes maneiras de agir, presencia a publicização das demandas das populações negras e quilombolas e transmite o conhecimento adquirido nesse meio aos demais integrantes da associação.

Na comunidade São Benedito, a associação de moradores agrega em torno de si pessoas que estão dispersas pela cidade de São Fidélis e que de outra maneira dificilmente se encontrariam ou se mobilizariam para satisfazer às suas demandas de reassentamento e regularização fundiária.

Mesmo os membros da associação que se mobilizam menos ou mantêm uma rede de relacionamentos menor, têm contato de uma forma ou de outra nas reuniões, a informações e debates sobre temas que de outra forma não teriam.

Assim, mesmo aqueles atores com uma rede de diálogo menos extensa têm acesso a temas importantes para a população negra, que acabam sendo tratados durante os encontros mensais da associação.

As entrevistas revelaram que embora estejam dispersos em bairros diferentes, os membros da comunidade são capazes de se articular e agir como uma coletividade, uma vez que têm em comum o objetivo de retornar às terras da fazenda São Benedito, território reivindicado por eles. Para tanto, essas pessoas recorrem à reconstrução de sua história através das narrativas dos mais velhos sobre as lembranças da época da fazenda, o que evoca um sentimento e uma memória compartilhados.

Os membros da comunidade também recorrem a recursos como canais de comunicação entre si através de mensagens de texto, ligações e encontros para avisar dos acontecimentos,

eventos e reuniões. E empreendem uma ação coletiva organizada a fim de alcançar seu maior objetivo, que é o retorno para as terras de origem. É hoje essa a luta empreendida por esses atores que pauta suas ações políticas.

Os relatos sobre a perda do território são recorrentes, bem como o desejo de recuperá-lo. A memória coletiva opera de forma que seja comum nas narrativas das entrevistas. Primeiramente os entrevistados sempre se lembram do tempo de fartura da produção agrícola na fazenda e da cooperação que existia entre seus moradores.

As lembranças dos lugares de memória também são presentes em quase todas as entrevistas. O cemitério de escravos, o terreiro de pedra, onde se dançava jongo, a banda de música dos escravos, o poço dos antigos, a represa de pedra construída pelos escravos. É também uma lembrança constante a origem comum (Fazenda São Benedito), a condição de escravos de seus antepassados e os tempos do colonato, quando a produção agrícola era tão farta que ninguém passava necessidade.

A memória coletiva, a trajetória compartilhada de vida dessas pessoas, juntamente com o desejo de retornar a um território, outrora perdido e adicionado ao sentimento de injustiça, move e operacionaliza a ação política dos membros dessa comunidade.

As reuniões da associação de moradores configuram um espaço para se discutir as possibilidades de retorno, andamento do processo junto ao Governo Federal, bem como futuros projetos a serem implantados quando já estiverem reassentados. Muitos membros aproveitam o momento para registrar suas inquietações e dúvidas. Em algumas reuniões a liderança convida alguns representantes de associações de representação Quilombola, como a CONAQ e a ACQUILERJ, para reiterar a importância de se permanecer na luta, bem como afirmar a identidade negra e quilombola. Tudo isso é feito com o intuito de fortalecer o movimento e mobilizar para a ação política.

Durante as reuniões e intervenções de seus membros é visível um misto de sentimentos que envolvem dúvida, medo, emoções, esperança e revolta. Esses sentimentos, quando vêm à tona, deixam claro como essa comunidade é marcada pelo grande anseio ao reassentamento e como o processo de expulsão foi traumático na vida deles.

Nesse contexto de histórias compartilhadas as relações das pessoas se firmam no desejo de obter volta, ou de pelo menos ter a chance de vislumbrar algo do passado que marcou a vida de toda uma comunidade: a fartura de alimentos, o companheirismo dos seus semelhantes, as oportunidades de sustentabilidade a que hoje muitos não têm acesso.

Há aqueles que movidos por essa necessidade de tornar palpável a titulação territorial dedicam parte de seu tempo buscando compreender o processo, seus caminhos e entraves,

buscando saber mais sobre seus direitos e maneiras de sustentabilidade em uma terra que, ao ser titulada, precisará de considerável infraestrutura para acomodar toda uma comunidade de pessoas. Essas pessoas, por maior afinidade na hora de tomar iniciativa para buscar a informação, vão pautando suas relações de amizade e colaboração.

A luta pela terra proporciona a união de pessoas que pautam num sonho comum suas relações de amizade. Quanto mais se busca conhecer, quanto mais contatos com atores que possam fornecer informação, maior é o companheirismo entre os sujeitos. Isso pode ser observado na medida em que há um grupo mais coeso, com atores mais ligados.

Os que têm comportamentos diferentes (pessoas que têm apenas reuniões como principal canal de informação, por exemplo), no que se refere aos laços de amizade, são mais distantes desse grupo que mais se articula.

É possível dizer que os anseios por informação, por tomar atitudes, por traçar estratégias de agir funcionam como uma liga para que os laços de amizade se constituam e se firmem.

Os conflitos muitas vezes aparecem quando há diferentes pontos de vista sobre as formas de agir para alcançar os objetivos. Quando situações como essas ocorrem, há debates e discussões até que se chegue a um denominador comum. Ou então tal assunto pode ser deixado de lado ou postergado até que se ache uma saída. Quando o problema assume proporções maiores e atinge a toda extensão da rede, geralmente tal dificuldade é levada para as reuniões da associação de modo que os partícipes possam tomar conhecimento do assunto e opinar.

As decisões tomadas pelos sujeitos são influenciadas pela rede na medida em que o grupo mais articulado, na maioria das vezes, tem mais argumentos de convencimento para com os demais.

Dentre esse grupo que mais se articula separei as histórias de vida de três *egos* devido ao lugar que ocupam dentro da rede. São pessoas que interagem constantemente devido às informações que possuem e que são respeitadas pelos demais em virtude de suas trajetórias de vida e suas relações com a comunidade.

3.4 Histórias de vida de três atores da comunidade São Benedito

Frank:

A história de vida de Frank Antônio Felles da Silva, presidente da associação de moradores da comunidade São Benedito, é relevante devido a sua posição central na rede em que membros dessa comunidade estão envolvidos.

Frank tem 37 anos, nasceu na cidade de São Fidélis e voltou junto com seus pais para a fazenda São Benedito, onde foi criado com o restante de sua família. O pai de Frank é Antônio José, outro membro comunitário e ator de significativa importância na dinamização da informação em circulação. A história de Antônio José e Frank se interliga não apenas por serem pai e filho, mas por serem pertencentes à mesma associação de moradores.

Frank viveu na fazenda e mudou-se para a cidade de São Fidélis ainda criança, nos anos 80, quando seus pais tiveram que sair definitivamente das terras. O dono teria falado para o avô de Frank que era preciso que eles deixassem a fazenda, pois a família estava crescendo muito e que eles estavam com muitas crianças. Diante dessa situação foram buscar melhores condições de vida na cidade de São Fidélis.

Frank cresceu em São Fidélis e passou um período fora da cidade, tentando melhores condições de vida. Foi jogar futebol profissional, atuou como segurança e acabou retornando para morar em São Fidélis.

Até então ele não havia tido contato com a temática quilombola, não participava das reuniões da associação, não havia proximidade dele com as questões que envolviam a comunidade.

O pai dele, Antônio, atuava na associação de moradores como secretário. O presidente desse período começou a sofrer ameaças de morte, no entanto quem viajava para resolver assuntos relacionados à comunidade era Antônio.

Diante do perigo iminente, Frank começou a acompanhar seu pai no intuito de protegê-lo. Daí começou sua participação nos assuntos da comunidade. Diante disso, começou a se interessar por entender o que era o “ser quilombola”. Ele já tinha ouvido seu pai falar de quilombola, mas não tinha o conhecimento do que era.

Diante da regularidade de sua participação, ele começou a pesquisar e a entender sobre o que se buscava, sobre a importância de tema, as dificuldades enfrentadas e o que isso representava para as pessoas que frequentavam as reuniões da associação de moradores.

Concomitante a isso o presidente começou a adoeecer frente às ameaças que ele e sua família enfrentavam e decidiu se afastar da associação. Foi quando ele e Antônio pediram a Frank que fizesse parte de uma chapa para concorrer à presidência.

A vitória foi por unanimidade e a partir da posse no cargo, Frank começou a se informar como poderia prosseguir com o andamento do processo. A partir daí começou a estabelecer contatos, a procurar por ajuda junto às associações de representação quilombola CONAQ e ACQUILERJ, buscou ajuda junto ao IDANNF, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Buscou o INCRA, a Defensoria Pública Estadual, a Polícia Federal e começou a pressionar para que o processo, que estava parado no INCRA, fosse “desengavetado”, fez denúncias sobre as ameaças e buscou na lei um caminho que pudesse seguir para conseguir a titulação.

Concomitantemente estudava sobre o tema e a legislação quilombola, viajava para Brasília e, diante dessas articulações, conseguiu que o processo tivesse andamento.

Frank conta que teve um importante apoio da liderança regional da CONAQ, que explicou e ensinou muito a ele sobre tudo o que ele precisava saber e sobre os caminhos a seguir para se conseguir o prosseguimento do processo.

A partir do êxito de suas iniciativas, Frank foi chamado para concorrer ao cargo de tesoureiro na ACQUILERJ e foi eleito. Hoje em dia, além de tesoureiro da ACQUILERJ, Frank está em seu segundo mandato como presidente da associação de moradores da comunidade São Benedito e empreende ações junto aos membros, principalmente com o apoio de um grupo que está em maior articulação, no sentido de alcançar a regularização fundiária.

Na condução das reuniões ele busca repassar toda a informação possível, não somente sobre o processo, mas também sobre a questão quilombola, racial e sobre a situação política do país. As decisões a serem tomadas são colocadas em pauta nessas reuniões e os demais partícipes são consultados. Segundo Frank, a participação coletiva é importante, pois se algo der errado, foi uma decisão conjunta e não algo unilateral. Segundo ele, “é preciso estar junto nas vitórias e nas derrotas”.

Atualmente, o processo da comunidade encontra-se na Casa Civil, aguardando assinatura presidencial e através de articulações e pressões políticas conseguiu que fossem providenciadas placas que demarcam a área como área de regularização fundiária para serem colocadas nas terras da fazenda.

Diante desses fatos, a história de vida de Frank permite compreender melhor a posição de ator central dentro da rede que se tece entre os membros da comunidade São Benedito.

Antônio José:

Antônio José é outro ator que ocupa importante posição entre os atores articulados em rede da Comunidade São Benedito. Antônio José já pertenceu ao quadro de diretores da associação de moradores e é pai de Frank, o atual presidente.

Foi pelo intermédio de Antônio que Frank passou a participar das reuniões e a se interessar pela questão quilombola, pela situação da comunidade e a agir, buscando alianças e empreendendo ações para levar a comunidade à titulação e ao reassentamento em suas terras.

Antônio faz parte de um grupo de membros comunitários que mais se articulam, buscam informação e capacitação e que veem no conhecimento um caminho para agir e, assim, alcançar a satisfação de suas demandas.

Seu nome completo é Antônio José Barcelos da Silva, tem 62 anos e estudou até a antiga 2ª série do 1º grau. Ele teve que parar para cuidar dos irmãos. Hoje em dia trabalha como vigilante da Prefeitura de São Fidélis, sendo esse trabalho sua principal fonte de renda. Mudou-se para São Fidélis em 1969.

Toda sua ascendência é oriunda da fazenda São Benedito e ele foi nascido e criado lá, e só deixou a fazenda quando o dono pediu que seus pais saíssem, pois estavam tendo muitos filhos. Desde então mora em São Fidélis, onde luta para retornar às terras onde nasceu.

Antônio fez parte da criação da Associação de Moradores e conta que o processo de reconhecimento da comunidade enquanto quilombola se deu através de um fato ocorrido quando alguns proprietários quiseram vender o local. Segundo ele, foram procurar a documentação para a venda e não a encontraram.

Foi a partir desse momento que o INCRA, ao tomar conhecimento do fato, entrou em contato com moradores da área cadastrados no sindicato rural de São Fidélis, alegando que aquela comunidade tinha características quilombolas e que aquelas pessoas tinham direito às terras. O que se seguiu foi a visita de um antropólogo que começou o processo de mapeamento e localização das famílias que já residiram na área e que tinham ascendência no plantel de escravos da Fazenda São Benedito.

Revivendo a memória da época da fazenda e de seus antepassados, Antônio, juntamente com outros ex-moradores, começaram a se reunir a fim de se organizarem para lutar pelo reassentamento e posse das terras.

Foi durante o processo de resgate da história pessoal e coletiva que Antônio percebeu a importância de seu passado e seus antepassados na história da cidade e da região. Percebeu

que ser negro e descendente de negros não era uma vergonha, ou algo de menor valor, mas sim algo do qual se orgulhar.

A partir desses fatos e sentimentos, ele começou a se informar sobre outras realidades de comunidades quilombolas, sobre a valorização da identidade, do passado e sobre a legislação que conferia aos quilombolas o título territorial.

Em suas palavras: “A gente não sabe quem é a gente mesmo, me reconhecia como um ninguém, eu era um qualquer, depois eu descobri que eu era quilombola, então hoje eu sou alguém! Pra mim hoje minha maior vontade é voltar pra terra (...) Agora eu falo pra você: eu hoje, as nossas histórias são muito importantes, mas nós mesmos não nos valorizávamos. Faziam-nos se sentir ralés”.

Antônio passou então a integrar, como segundo secretário, o quadro da associação de moradores que se formava. A partir daí ele começou a fazer muitas viagens, inclusive para Brasília e o Rio de Janeiro, passou a ter contato com integrantes de associações de representação quilombola (CONAQ e ACQUILERJ), integrantes de movimentos sociais, começou a participar de eventos e rodas de discussão, debates e estratégias para a população do campo, quilombolas, negros etc.

Ele conta que era leigo, que às vezes as pessoas não davam informações completas ou davam informações distorcidas. Daí viu a necessidade de se informar.

Foi aí que passou a buscar formação. Leu, procurou pessoas que pudessem ajudar, se informou sobre a lei, se uniu a outras pessoas que buscavam conhecimento e trocou conhecimento com essas pessoas.

Foi dentre essas iniciativas que participou da ENFOC (Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)). Nesse processo informativo adquiriu conhecimentos sobre a prática sindical, comunidades rurais, movimentos sociais, educação popular, agroecologia etc. Teve acesso a uma formação voltada para a prática política.

Foi assim que ele começou a construir seu conhecimento e hoje em dia divide essas informações com os companheiros de associação, visando mobilizá-los para a luta. Antônio afirma que todo conhecimento que busca e que possui é para ser dividido com os companheiros para que também eles possam se unir para conseguir voltar para as terras de onde nunca deveriam ter saído. Segundo ele: “ah, se a gente soubesse naquela época que tinha direito aquilo lá, ninguém tirava nós de lá”.

Benedito:

Benedito Monteiro de Oliveira é um dos atores que pertencem à comunidade São Benedito e que com sua história de vida e sua atuação hoje em dia contribui para a dinamização da rede que se desenha entre os membros dessa comunidade. Benedito pode ser visto como um dos elos secundários da rede, uma vez que busca se informar de todas as maneiras possíveis e, munido de conhecimento, espalha a informação entre os demais membros comunitários. A história de vida de Benedito permite entender sua posição dentro da rede.

Benedito tem 48 anos, é nascido e criado dentro da Fazenda São Benedito e permaneceu morando lá até o final do ano de 2016. Hoje em dia ele é casado, pai de oito filhos, sendo três deles com a esposa atual.

Apesar de não morar mais nas terras fazenda, Benedito permanece trabalhando lá como diarista para um dos donos atuais. Ele conta que é muito difícil trabalhar nas terras e não poder comentar com os outros sobre a luta quilombola, sobre o passado de escravidão de sua família e tudo que vivenciou naquele lugar.

Benedito relembra com muita saudade dos tempos em que era mais jovem e morava lá com sua família. Ele estudou até a segunda série e precisou parar de estudar para ajudar nas despesas de casa. Passou a trabalhar na lavoura. Ele narra que se orgulha desse período, pois foi com seu trabalho que ajudou a família a viver. Mas mesmo assim sente saudades de um tempo de fartura, quando os seus trabalhavam como colonos, a fazenda era próspera e fonte de muitos gêneros agrícolas que abasteciam em grande parte a cidade de São Fidélis.

Esse tempo é lembrado por todos os moradores. Mesmo os que não presenciaram de perto, narram sobre essa época, pois ouviram seus pais e avós contarem das épocas de irmandade e fartura na fazenda.

Sendo ele, havia uma “irmandade”, pois as pessoas eram unidades e se ajudavam mutuamente. Mesmo no sistema de colonato, pelo qual o dono da fazenda ficava com uma parte da produção, havia muita fartura e o fruto da produção agrícola era dividido entre as pessoas.

São muitas as lembranças das ladainhas, das festas, da farta produção agrícola, das histórias da casa-grande e de tudo que ouviu de sua mãe e avó, que descenderam dos escravos. Essas lembranças movem as ações de Benedito que hoje em dia sonha em voltar para as terras da fazenda.

Benedito faz parte do grupo de atores da rede que mais se articulam e se mobilizam. Suas ligações com a presidência da associação de moradores se baseiam em laços de amizade. Juntamente com Frank, presidente da associação, e demais atores, como Antônio José, Carlos Alberto, Gilson, Lucas e Adilson ele participa de eventos e estabelece contatos com agentes e instituições que possam auxiliá-lo a adquirir conhecimentos que possam ser utilizados para alcançar seu maior objetivo, que é retornar para a fazenda.

Ele conta que vê no conhecimento e na informação as maiores armas para se lutar pelo que se deseja. Sua esposa, Rosely Aquino da Silva Oliveira, também luta pelas terras e juntamente com ele busca se informar o máximo que pode e dividir essa informação com as demais pessoas. Rosely é importante canal de informação, sobretudo entre as mulheres da comunidade, pois além de mantê-las informadas participa na organização de eventos etc.

Benedito conta que foi o conhecimento adquirido através de cursos, leituras e o contato com pessoas participantes de movimentos sociais, associações de representação quilombola, como a CONAQ e ACQUILERJ, e o contato com outras realidades de comunidades quilombolas que o fizeram entender a importância do “ser quilombola”.

Um dos eventos de que ele, juntamente com outros integrantes da comunidade, participou foi o Encontro Nacional de Formação (ENAFOR). Nesse encontro, ele teve contato com educadores populares, integrantes de movimentos sociais e participou de debates cuja temática girava em torno de estratégias de luta dos movimentos sociais, conjuntura política no Brasil, campo, reforma agrária, agroecologia, sujeito e identidade.

Esse encontro é fruto do curso, também feito por Benedito e demais integrantes da comunidade São Benedito, ENFOC (Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)). Esse curso busca a reflexão sobre a prática sindical e tem como um dos públicos-alvo as comunidades rurais. O objetivo do curso é dar acesso a formação e qualificar os partícipes para a prática política.

Segundo ele, antes de ter esse esclarecimento, se achava sujeito de pouca importância, não sabia do valor de sua história, da história de sua família, nem sequer sabia que tinha direito, por lei, às terras em que viveu a vida toda.

Ele conta que após o conhecimento, depois de saber o que é ser quilombola, valoriza muito mais sua história de vida, seus antepassados, sua identidade. Tudo isso deu mais “garra para lutar”, segundo ele.

A valorização do conhecimento por parte de Benedito e sua família refletiu na educação dos filhos. Um dos filhos do casal é surdo e, pelo incentivo dos pais, conseguiu fazer pré-vestibular e ingressar no curso de Engenharia Civil na Universidade Estadual do

Norte Fluminense UENF, é professor de Libras e atua como liderança da juventude quilombola, juntamente com outros jovens de quilombos de Campos dos Goytacazes.

Benedito afirma que seu principal objetivo ao buscar acessar conhecimento e informação é dividir esse conhecimento com os demais integrantes da comunidade e fazê-los acreditar que a regularização fundiária é possível, dar a eles força e incentivo para lutar pelas terras, estimular um movimento coletivo de luta, que, segundo ele, teria mais força se todos os membros da comunidade se unissem e acreditassem na titulação.

As histórias de vida desses três atores ajudam a compreender os papéis que desempenham e as motivações que movem os atores dentro da rede. A história de cada um desses atores revela como eles são importantes no processo de busca do conhecimento e circulação de informação.

Suas experiências de vida, bem como suas atuações, permitem que o conhecimento seja dissipado. Esses atores que mais se articulam são estratégicos e ocupam posição igualmente estratégica para que o conhecimento se disperse pela extensão da rede, o que pode ser um caminho para a formação do sujeito político coletivo.

3.5 Perfil dos entrevistados da comunidade de Machadinho

Na comunidade de Machadinho foram utilizados os mesmos instrumentos de coleta de dados da comunidade São Benedito. Os roteiros de entrevista permitiram colher informações dos moradores de Machadinho, de modo a identificar as redes pessoais de diálogo de cada morador.

Em Machadinho, foram entrevistados homens e mulheres adultos, entre vinte e um e noventa e três anos. Sendo oito mulheres e nove homens.

A maior parte dos entrevistados, doze deles, está localizada no núcleo de Machadinho, estando os demais distribuídos entre os sítios de Santa Luzia, quatro entrevistados, e um em Boa Vista.

As pessoas de Machadinho, diferentemente dos quilombolas da comunidade São Benedito, estão assentadas nas terras que demandam, possuindo moradias estabelecidas. Os moradores do núcleo de Machadinho residem nas casas em que antes eram as senzalas da Fazenda Machadinho e os demais moradores em casas próprias ou alugadas nos sítios dos arredores.

Apesar de estarem domiciliados nas terras que demandam, sua principal reivindicação é a regularização fundiária. Para tanto, os moradores da comunidade quilombola de Machadinho (tanto os que residem nas fazendas adjacentes quanto os que residem no núcleo) se organizam de forma a buscar parcerias para a satisfação de suas necessidades.

No caso dos que moram no núcleo de Machadinho, ainda que estando localizados nas terras requeridas, há uma grande insegurança com relação à permanência nessas terras, pois o direito de permanência é assegurado por um contrato de cessão com vigência de quinze anos, podendo ser renovado por mais quinze pelo poder municipal. Além da regularização fundiária, os moradores de Machadinho também buscam alternativas de sustentabilidade, uma vez que é alto o índice de desemprego.

As entrevistas foram realizadas em Machadinho, no Memorial ou nas casas dos entrevistados. Além das pessoas que concederam entrevistas, os dados coletados também são frutos de conversas informais com diversos moradores que relataram os principais problemas enfrentados pela comunidade, bem como as saídas e parcerias buscadas para enfrentar tais problemas e quem são as pessoas que mais se mobilizam no enfrentamento dos problemas e atuam levando informações de interesse comunitário.

As entrevistas permitiram esquematizar os dados no quadro (apêndice III).

Esse quadro revela os perfis dos entrevistados (*ego*), quem são as pessoas com quem este mantém relações mais próximas (*alter ego*), bem como se compõem as redes pessoais de diálogo de cada um. O quadro foi elaborado da mesma maneira e com os mesmos critérios utilizados para análise de redes pessoais na comunidade São Benedito.

As pessoas indicadas pelos *egos* são aquelas com quem este mais interage quando se trata das demandas comunitárias, como a regularização fundiária ou garantia de direitos básicos, como saúde, emprego, saneamento básico etc.

Os dados apresentados traçam o perfil do entrevistado, revelam se participa das reuniões da associação de moradores e mostram quem são as pessoas com que este interage e mantém diálogo sobre suas demandas, bem como que tipo de relação (se família, amigo, vizinho, membro da mesma associação ou relação de trabalho ou se é membro de alguma instituição) se dá entre essas pessoas. Essas informações irão apontar para a composição e características da rede em torno do *ego*.

Tal quadro esquemático, também feito para analisar o perfil da rede de atores em São Benedito, permite a montagem de um esquema de redes pessoais que irá revelar as ligações e relações entre as pessoas. O esquema de redes que segue é uma ilustração das redes de diálogo dos membros entrevistados da comunidade Machadinho. Cada entrevistado está

ligado com uma cor específica à pessoa com quem mais mantém contato e dialoga sobre as demandas comunitárias. Isolando as cores é possível desvendar a rede pessoal de cada um. As pessoas ligadas com traços de espessura mais grossa são pessoas que se citaram mutuamente. Isso significa que as relações são mais densas e gozam de maior nível de confiança.

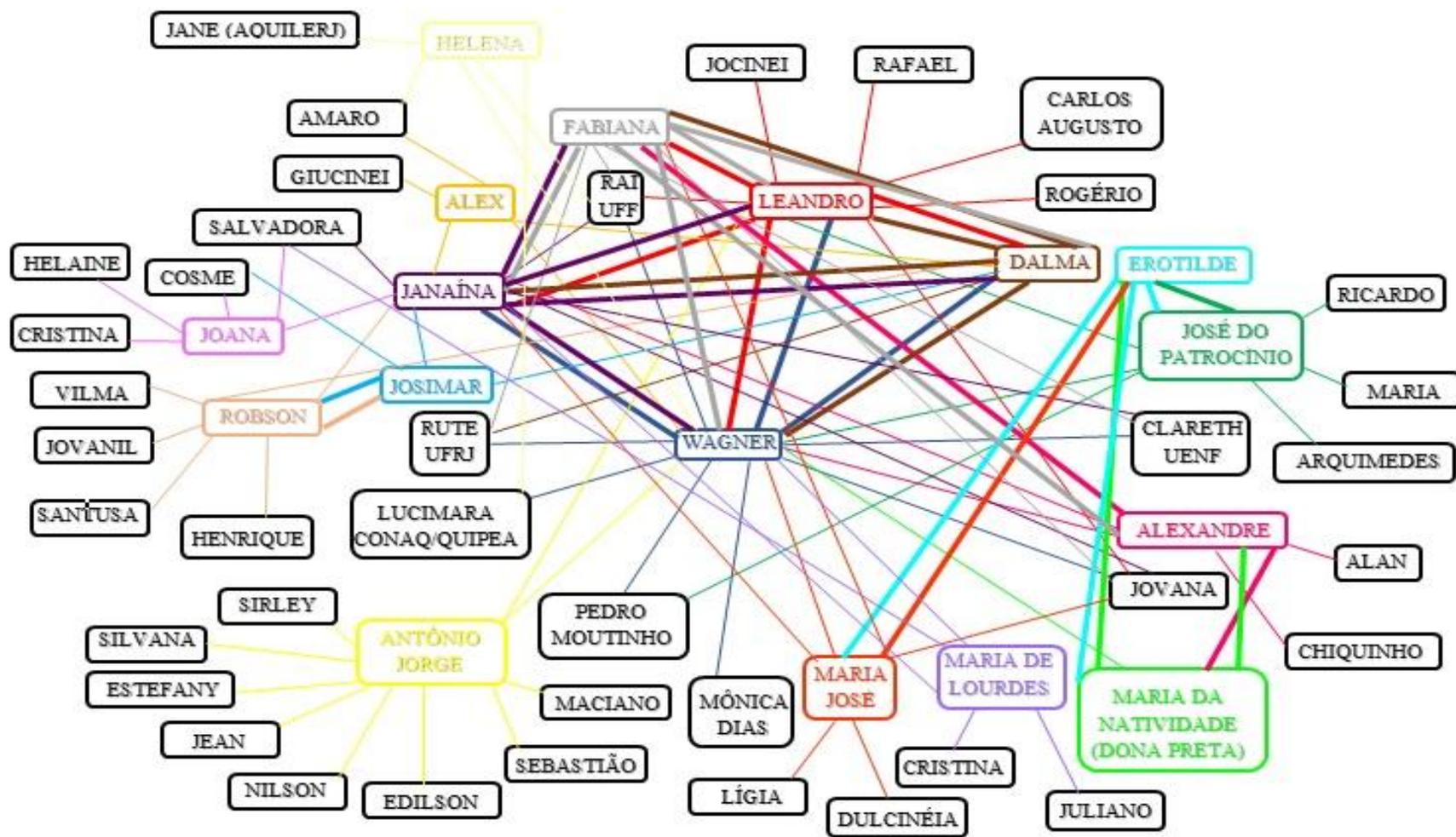
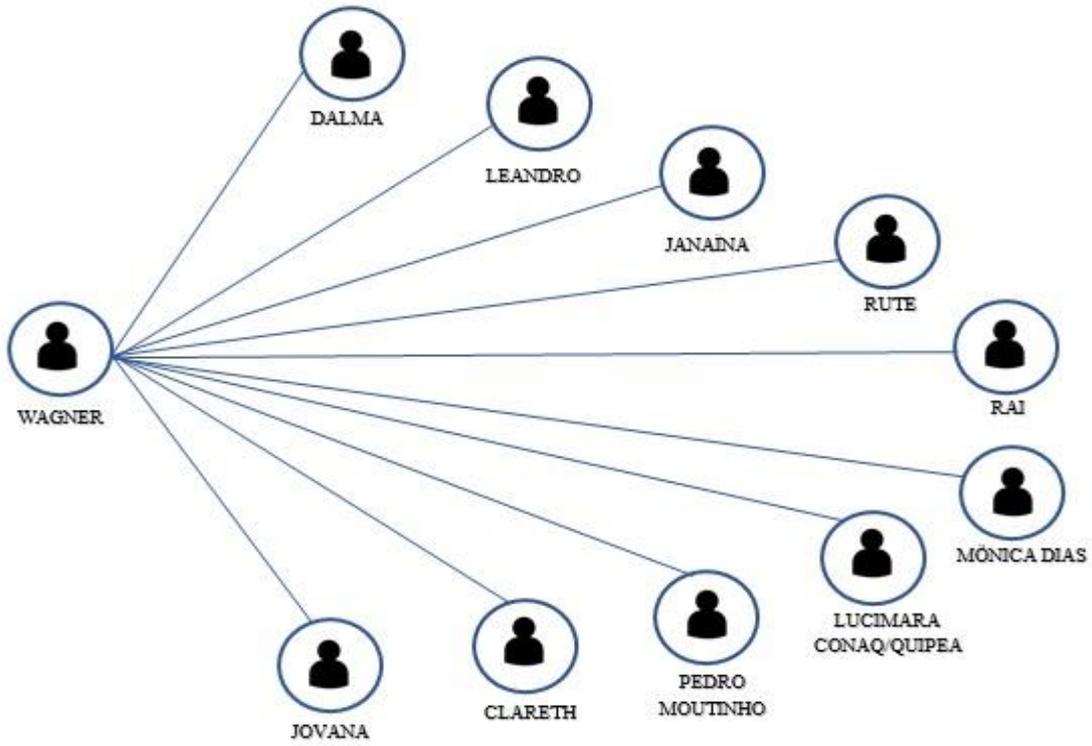


Figura 22. Esquema de redes pessoais da comunidade de Machadinho

Diante do esquema apresentado é possível perceber que há um grupo de pessoas que mais se relaciona e mantém contatos entre si. A informação parte de um ator central (Wagner), que se liga a quase todos os entrevistados. O ator central cita um grupo de pessoas que também o cita, revelando que as relações entre eles são mais densas, o que revela maior confiança entre os atores. O ator central e as pessoas que mais se articulam entre si, além de estarem ligados a outros membros da comunidade, também se ligam a representantes de instituições externas à comunidade. O grupo que mantém relações mais próximas se cita mutuamente quando indagado sobre quem são as pessoas com quem mais se articulam e dialogam sobre as demandas comunitárias. Essa reciprocidade também revela uma maior densidade e confiança na relação que se estabelece entre eles.

Em Machadinho, assim como na comunidade de São Benedito, além das entrevistas e formulários de rede preenchidos foi possível verificar a abrangência da circulação de informações através de conversas informais com membros comunitários que relatavam quem eram as pessoas que consideravam fontes de informações em seu meio. Os nomes citados nessa conversas informais foram os mesmos nomes que apareceram no esquema de rede como as pessoas que mais mantêm contato entre si e com a liderança da associação de moradores. Além da liderança, o Wagner, são eles: Leandro, Dalma, Janaína e Fabiana.

De modo a deixar o esquema mais claro, a seguir há um detalhamento das redes de diálogo desses atores que mais se ligam. Cada ator é representado com as mesmas cores do esquema de redes demonstrado anteriormente.



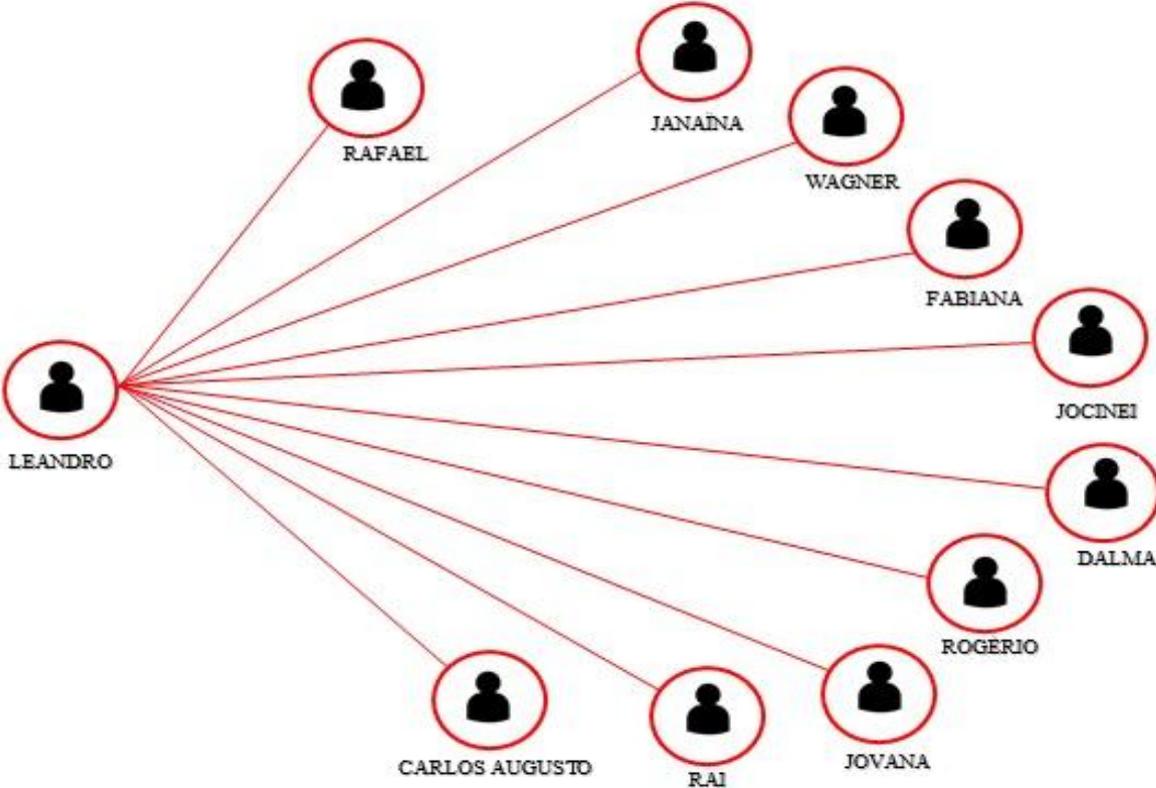
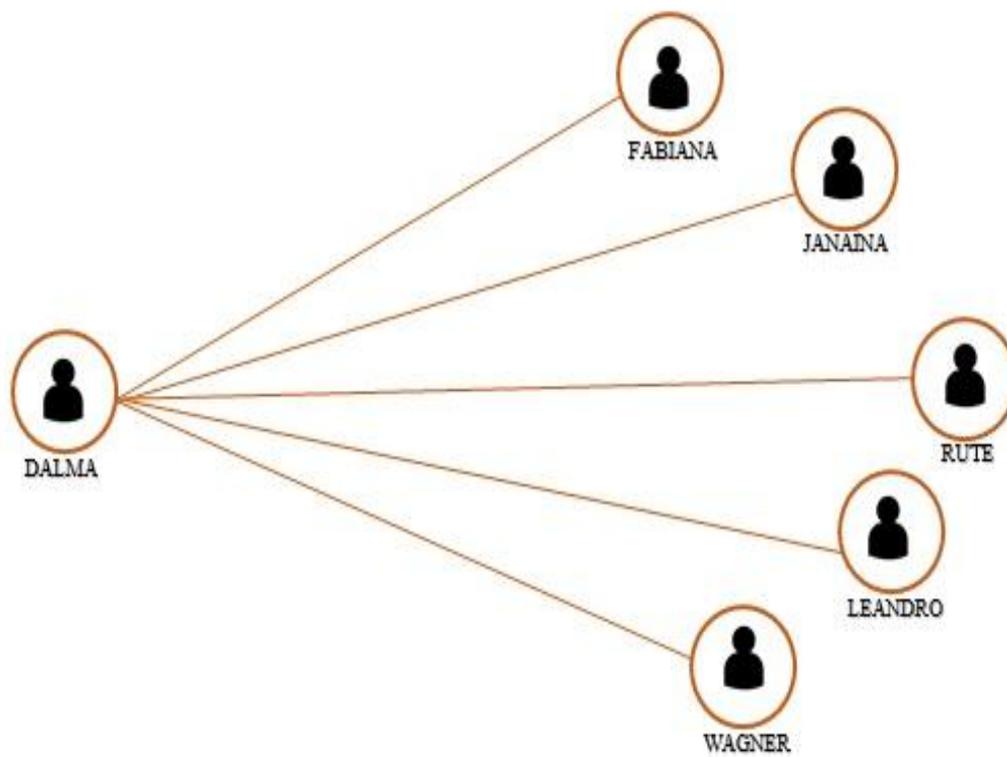
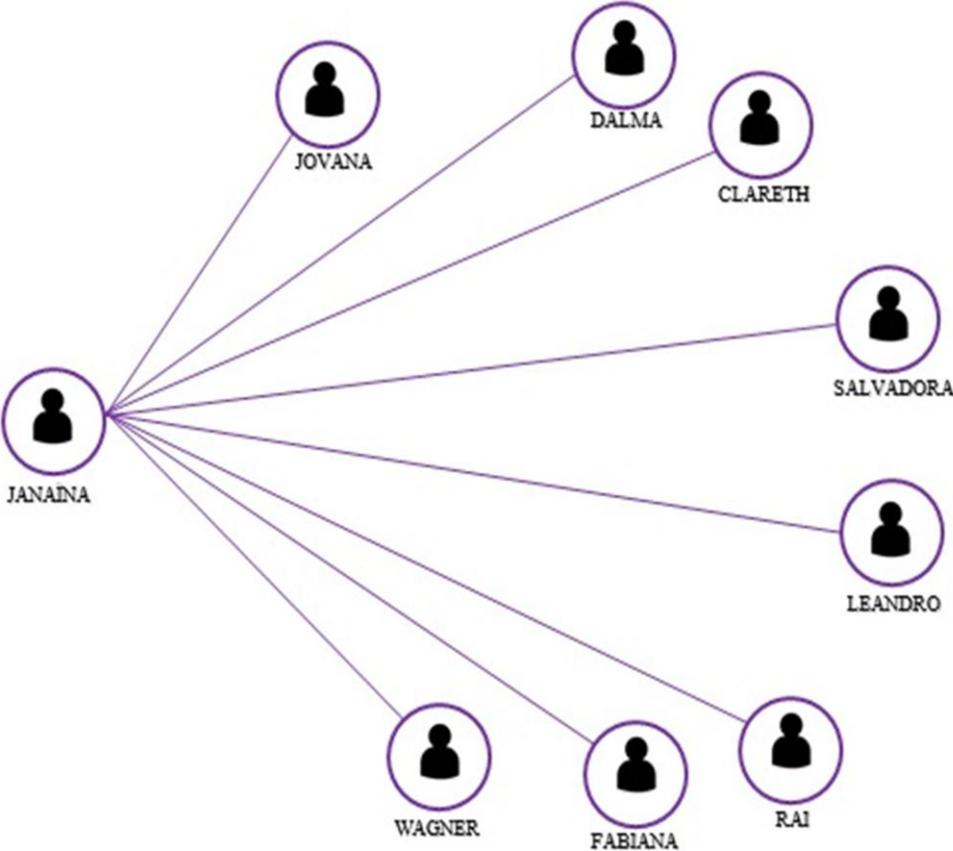
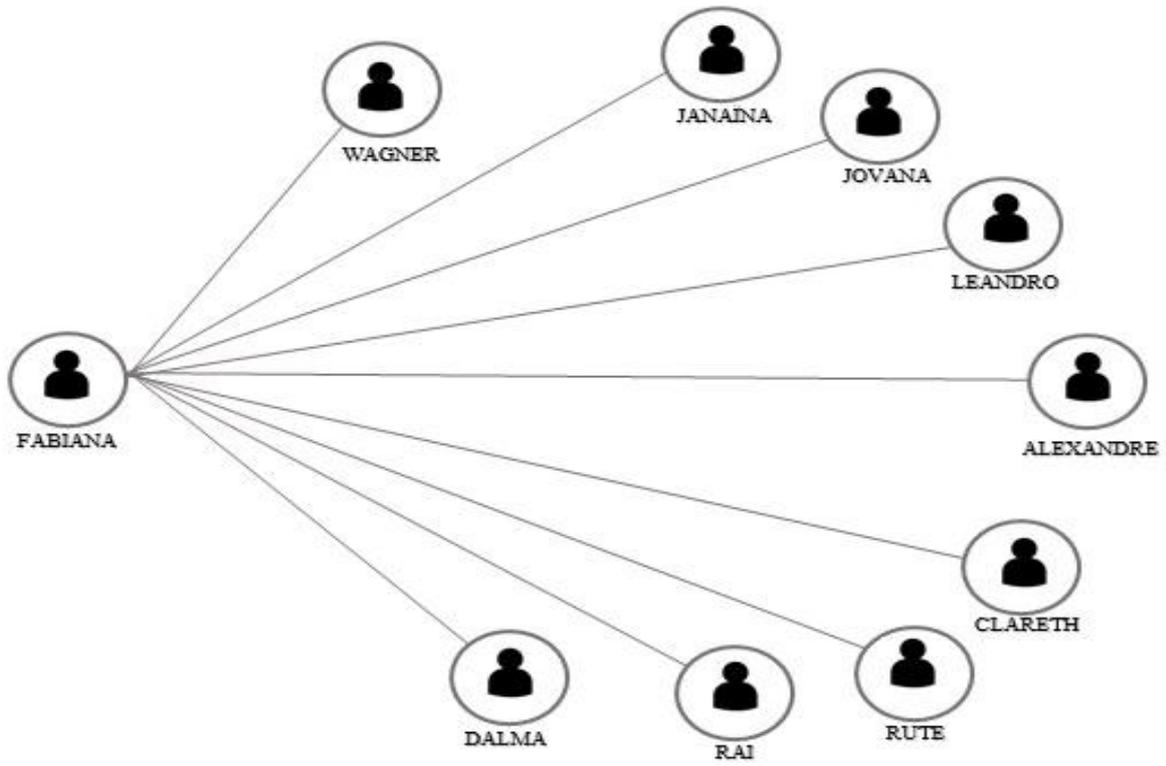


Figura 25. Redes pessoais da Dalma







3.6 Dinâmica da rede da Comunidade de Machadinho a partir da circulação de informações

A análise do quadro revela que em Machadinho há grande número de pessoas com a escolaridade baixa (Ensino fundamental incompleto), sobretudo entre os mais velhos, que em entrevista alegaram ter que abandonar os estudos para trabalhar e auxiliar na renda da família. Entre os mais novos o grau de escolaridade aumenta, variando entre o Ensino médio e o Superior incompleto ou completo.

Há ainda um grande número de pessoas desempregadas e aposentadas. O desemprego, que ocorre em virtude da crise do petróleo na região de Quissamã, cidade com forte dependência dos *royalties*, é atualmente um dos grandes problemas que assola a comunidade. É comum observar que os mais velhos e aposentados arcam com as despesas de muitas famílias com membros em situação de desemprego. A renda média dos moradores de Machadinho é de um salário mínimo.

Para driblar o desemprego a venda de artesanatos surge como uma fonte de renda. A ideia da loja de artesanatos, que já eram produzidos pela comunidade, foi oriunda do projeto “Capacitação em Territórios Criativos”, desenvolvido em parceria com a UFF. Esses artesanatos também são vendidos no *site* da rede produtiva quilombola.

O *site* da rede produtiva quilombola também comercializa a produção de lavradores que cultivam gêneros agrícolas. Esses gêneros, no entanto, são produzidos em sua maioria nos sítios das localidades adjacentes, uma vez que no núcleo de Machadinho não há espaço físico para cultivo e manejo da agricultura em virtude de as terras disponíveis nas proximidades estarem em mãos de proprietários particulares ou pertencerem à Usina.

Grande parte das pessoas é nascida e criada em Machadinho, tendo passado a maior parte de suas vidas na comunidade. Alguns relataram que deixaram a comunidade para tentar melhores condições de vida em Quissamã ou em outras cidades, mas logo retornaram a Machadinho, ou por não conseguir se manter fora da comunidade ou mesmo pelo fato de não se adaptar a uma vida fora.

A maior parte dessas pessoas é ligada por laços de parentesco, vizinhança ou amizade. Assim como em São Benedito, é tênue a linha que separa o parentesco da amizade. Muitos entrevistados classificaram amigos como parentes (“é tão meu amigo que já é família”) e parentes como amigos.

Frequentar as reuniões da associação de moradores também é um fato que gera maior afinidade entre as pessoas, que acabam dialogando entre si sobre os temas tratados nas reuniões.

No entanto, em Machadinho, a dinâmica da associação de moradores é diferente de São Benedito. Nesta última, as reuniões ocorrem mensalmente com participação dos membros comunitários e o presidente da associação conduz a reunião de forma a colocar para todos questões relevantes que vão surgindo.

Em São Benedito, todos os que frequentam as reuniões são membros da associação de moradores. Cada um é responsável por fazer uma colaboração em dinheiro (uma espécie de mensalidade) para arcar com os custos de documentação e possíveis viagens que o presidente precise fazer⁴³.

Há uma carteirinha que identifica cada membro da associação como quilombola da comunidade São Benedito.

O presidente tem uma mesa de auxiliares, como secretários e tesoureiro, mas não há uma regularidade para acontecer uma reunião que agregue somente membros da presidência e seus auxiliares. Em São Benedito, a pauta da reunião é definida de acordo com as situações que vão surgindo desde o encontro anterior.

Já em Machadinho, as reuniões da associação de moradores seguem uma dinâmica diferente. Há um encontro semestral com o núcleo da associação de moradores, que é composto por um morador de cada um dos sítios que integra a totalidade da Comunidade Quilombola de Machadinho (não apenas o núcleo de Machadinho). Nesse encontro é feito uma espécie de balanço do que já foi feito, das iniciativas que deram certo, do que não deu tão certo; há planejamentos e metas que são traçados.

Fora essas reuniões semestrais com o núcleo da associação há reuniões extraordinárias feitas com a participação dos demais membros da comunidade para tratar de assuntos que foram falados nas reuniões do núcleo ou para tratar de temas de interesse coletivo como, por exemplo, o andamento e trâmites da regularização fundiária, iniciativas que possam gerar sustentabilidade para a comunidade etc.

Um grupo no aplicativo WhtasApp também é um importante canal informativo. Nesse grupo é visado sobre reuniões, andamento de projetos, eventos e assuntos de interesse

⁴³ A quantia é de R\$ 20,00 e dificilmente cobre os custos de viagens, documentos e assessoria jurídica. Muitas vezes a presidência precisa cobrir as despesas do próprio bolso ou conseguir patrocínio com apoiadores da causa quilombola.

coletivo. O grupo mantém a coletividade informada e é um facilitador no alcance, na velocidade e no número de pessoas atualizadas das novidades.

Assim como em São Benedito, em Machadinho o grupo no WhatsApp aparece como um actante⁴⁴ não humano intermediário⁴⁵, fazendo parte da rede no processo de circulação de informação a partir do momento em que age e interfere no curso dos acontecimentos (LATOIR, 2012).

Quanto à frequência do contato entre esses atores, há que se dizer que o contato pessoal cotidiano não é determinante das relações que se estabelecem, uma vez que a tecnologia (o uso do grupo no WhatsApp, telefones celulares e *e-mail*) tem sido um importante instrumento para aproximar as pessoas.

Quando indagados sobre a frequência do contato, a maioria dos entrevistados respondeu que quando não encontram pessoalmente no cotidiano com as pessoas com quem mantêm diálogo, elas usam o aplicativo de troca de mensagens ou ligações via celulares. Aqueles que não usam esses recursos mantêm contato frequente (diário) com seus interlocutores (isso ocorre pois esses interlocutores são membros da família que moram na mesma residência ou em casas muito próximas).

Nesse contexto, a comunidade de Machadinho tem se organizado para buscar a resolução de problemas como a regularização fundiária, bem como assegurar direitos básicos como transporte, emprego, saúde, saneamento básico etc. Nesse processo alguns atores mais se destacam por articulações. Alguns dos entrevistados revelam uma rede de diálogo que influencia na maneira de agir e no papel desempenhado na comunidade de maneira significativa.

É importante dizer que essas pessoas que mais se destacam por articulações ocupam lugar de ponto central e elos da rede, uma vez que fazem a ligação de Machadinho com diversas instituições que têm trabalhado junto à comunidade na satisfação de suas demandas.

Diferente da comunidade de São Benedito, diversas instituições têm desenvolvido projetos junto a Machadinho. Esse fato ocorre pois a São Benedito ainda não está assentada em suas terras, sendo, assim, todos os esforços dessa comunidade estão voltados para o

⁴⁴ O termo actante é utilizado por Latour (2012) para fazer referência a atores humanos e não humanos, uma vez que o uso do termo “ator” dá a ideia de se tratar apenas de seres humanos.

⁴⁵ Aqui, o termo intermediário é utilizado, pois, segundo Latour (2012), a importância de cada ator é definida no decorrer dos acontecimentos. Se o actante assume papel transformador ele é visto como mediador, caso contrário, ou seja, se atua apenas como canal, ele é visto como intermediário.

reassentamento. E, para isso, a comunidade conta com a poio das associações de representação quilombola, como a CONAQ.

Em entrevista, o presidente da associação da comunidade de São Benedito revelou que não há parceria com instituições como universidades, por exemplo, pois projetos que estas poderiam desenvolver junto à comunidade teriam mais êxito se eles estivessem assentados em suas terras. Nesse caso, ele disse, outras instituições parceiras seriam muito bem vindas e trariam grande ajuda na estruturação e sustentabilidade da comunidade, que teria que começar do zero todo o processo de organização, uma vez que estivessem reassentados.

No caso de Machadinho, como a comunidade está estabelecida nas terras que demanda (mesmo que sem a regularização fundiária), há instituições desenvolvendo projetos no intuito de apontar caminhos ou auxiliar a resolução de alguns problemas enfrentados por eles.

Essas instituições, por sua vez, também estão ligadas a movimentos sociais que atuam em defesa de identidades e por condições mais dignas de existência. Assim sendo, o microcosmo de Machadinho está ligado a um universo maior dos movimentos sociais através das redes de contato estabelecidas entre moradores, instituições e movimentos sociais.

Essas redes de contato se tecem em torno de pessoas que acabam por desempenhar um lugar-chave na dinamização da informação que pode vir de fora (do universo dos movimentos, da esfera pública) e circular pela comunidade.

Como é possível perceber no esquema de redes ilustrado acima, há um grupo de pessoas que está se articulando mais.

Assim como em São Fidélis, o presidente da associação de moradores, Wagner, ocupa lugar central na rede. Quase todos os entrevistados o citam como fonte de informação. Wagner também está ligado às instituições e aos pesquisadores que desenvolvem projetos em Machadinho.

Pode-se dizer que Wagner é importante fonte de informação que circula na rede, uma vez que ele constantemente busca por conhecimento recorrendo às mais variadas fontes, desde leis, documentos, livros, pesquisadores de instituições parceiras até sua formação educacional. Em constante interação com universidades, associações de representação quilombola e integrantes de movimentos sociais, a pessoa do Wagner atua como um canal informativo que liga o universo mais amplo dos movimentos sociais, com suas temáticas, maneiras de agir, ideias e representações à comunidade.

Conforme Marteleto (2011), as pessoas com mais contatos diretos são os elos mais importantes. A rede se estabelece como um ambiente de troca e circulação de informações

que ocorrem em níveis diversos, Assim, a informação circula de maneira indireta até chegar às demais pessoas.

O conhecimento adquirido por Wagner, além de circular pela comunidade, é constantemente aplicado ao cotidiano, visando auxiliar na melhora da qualidade de vida dos moradores.

Wagner, que aparece como um ator central, tem uma posição privilegiada a partir do momento que tem mais acesso a recursos e poder sobre os demais atores. Ele atua como protagonista na troca de informações, o que o permite influenciar os demais atores devido a sua posição (FERREIRA, FILHO, 2010).

Assim como Frank em São Benedito, Wagner ocupa posição estratégica dentro da rede. Esses personagens são responsáveis pela dinamização da informação e isso confere a eles o reconhecimento por parte dos demais atores.

A centralidade de um ator significa a posição em que ele se encontra em relação às trocas e à comunicação no interior da rede. Sua posição se define considerando-se a quantidade de elos que se colocam entre ele. Isso traz consigo a ideia de poder (MARTELETO, 2001).

Wagner aparece como um ator que tem recursos para acessar o conhecimento e transmitir esse conhecimento no processo de interação no grupo. Além de Wagner, outros atores se destacam por articulações, atuando como fontes e canais de informação em Machadinho. Os atores mais citados pelos entrevistados em suas redes de diálogo como fonte de conhecimento e informação são: Janaína, Dalma, Leandro, Jovana, Fabiana, Rai e Rute, sendo as duas últimas pesquisadoras das universidades UFF e UFRJ.

Esses atores, juntamente com Wagner, num processo comunicativo fazem com que esse conhecimento chegue aos vários pontos da rede. Cada ator em questão possui um acesso informativo que pode ser usado para mobilizar recursos e ações na hora de buscar satisfazer suas necessidades.

Janaína é liderança do grupo de jongo e está envolvida em projetos de mobilidade urbana, no *site* da rede produtiva quilombola, trabalha no restaurante da comunidade, está à frente do programa “pernoite quilombola” (fazendo contato com os moradores que recebem os visitantes da comunidade em suas casas para pernoitar), é guia turística da comunidade e integra a equipe de implantação da educação escolar quilombola. Dalma é diretora do Memorial Machadinho e líder das oficinas de contação de histórias e do projeto Flores da Senzala. Leandro é o mestre de jongo, Jovana integra o núcleo da associação de moradores e Fabiana trabalha na escola da comunidade como mediadora.

O nome desses atores é citado por grande parte dos entrevistados como pessoas com as quais dialogam sobre a posse da terra e também sobre as necessidades da comunidade, bem como seus problemas.

O fato de ser um grupo que dinamiza a informação recebida pode estar ligado aos lugares que ocupam dentro da organização social comunitária. São pessoas que além de estarem em constante interação com a liderança da associação e com os moradores, também estão ligados a agentes externos à comunidade, tais como universidades e associações de representação quilombola. Pode-se dizer que são os elos secundários da rede que se forma.

Quanto à coesão e a densidade da rede, pode-se dizer que entre o grupo em interação mais constante e que mais se articula há uma reciprocidade na hora de citar os nomes de pessoas que mais dialogam sobre as demandas comunitárias. É possível perceber que um ator cita o outro e vice-versa. Esse fato revela que há uma interconexão entre eles, ocasionada por relações de confiança, que proporciona um maior fluxo de informação e recursos. Entre esse grupo a interação é mais frequente.

O fato de haver um grupo que mais se articula e que mantém um contato mais estreito com agentes externos à comunidade não quer dizer que os demais atores não mantenham diálogo, troquem informações, tenham seus conhecimentos e opiniões sobre as questões que envolvem a comunidade, principalmente a regularização fundiária.

O que ocorre é que o grupo citado é mais proativo na hora de se articular, mobilizar, de propor soluções. Diante disso, os demais atores acabam por se envolver nos projetos encabeçados por esse grupo ou acabam agindo indiretamente, movidos pelas iniciativas desses atores mais articulados.

Exemplo do que se diz são alguns dos eventos promovidos pela comunidade, como a Feijoada da Liberdade, as festas de Nossa Senhora do Patrocínio e Santo Antônio, o jongo, o funcionamento do restaurante “Casa de Artes”, a loja de artesanatos. Esses projetos são fontes de renda para a comunidade e importantes para o incentivo ao turismo.

As redes pessoais se constroem a partir dos relacionamentos de indivíduos que possuem um “círculo relacional”, que é a relação estabelecida entre cada um desses sujeitos entre si. Nesse contexto, as ações dos indivíduos devem ser levadas em conta a partir da sua interação com os outros indivíduos da sua rede. No entanto, é preciso lembrar que analisar apenas a ligação entre os atores centrais seria um erro, pois essa relação só tem sentido se consideradas as posições dos demais grupos de atores da rede. A estrutura da rede é apreendida como uma rede de relações e limitações que influencia as escolhas dos indivíduos, os comportamentos e as opiniões.

Em Machadinha, a estrutura da rede que se forma indica que os *egos* que mais se articulam entre si e mantêm contato com pessoas e agentes externos à comunidade, como instituições, organizações, pesquisadores e movimentos sociais têm um meio social mais amplo e heterogêneo em virtude da quantidade e variedade de contatos que estabelecem.

Os outros *egos* que firmam apenas uma ligação indireta com os entes citados, que não têm essa gama de contatos ou que mantêm seus relacionamentos mais estreitos entre membros da mesma comunidade, amigos e parentes apresentam um meio social mais reduzido e homogêneo.

Os atores mudam de acordo com as circunstâncias. Alguns dos atores mais proativos e com maior gama de contatos se tornaram o que são pois a necessidade de mudança na comunidade e em suas vidas os levou a isso. Alguns deles não possuíam ou possuíam poucas informações e conhecimentos sobre a questão quilombola, identidade, direitos ou sobre a satisfação de muitas das demandas comunitárias, mas diante das necessidades surgidas, oportunidades e contatos, esses *egos* buscaram fontes de informação, contatos e formação (alguns até formação acadêmica) como instrumentos para ação.

Desse modo, na tessitura da rede que se forma em Machadinha, os atores evocam diferentes tipos de contexto. São eles: a necessidade da regularização fundiária, a melhora da qualidade da vida comunitária, através da satisfação de direitos sociais básicos como saúde, transporte, educação, saneamento básico e emprego.

Assim, os atores mais proativos e que mais se articulam ocupam papel de destaque na rede que se forma de modo que no que diz respeito às demandas comunitárias e as decisões tomadas pelos demais, suas opiniões são respeitadas e levadas em conta, uma vez que os demais sujeitos entendem que esse grupo mais articulado possui mais informação, experiência, contatos e elementos confiáveis para tomar iniciativas que possam beneficiar o coletivo.

Dessa forma, a rede que se forma em Machadinha permite a ampliação de recursos disponíveis através da busca por conhecimento e informação de alguns agentes e da abertura da comunidade a agentes externos que possam auxiliar na satisfação de suas demandas.

Os mais velhos, apesar de não se envolverem diretamente, se mobilizando ou fazendo articulações na tentativa de alcançar a titulação definitiva das terras ou satisfazer outras demandas comunitárias, se envolvem indiretamente nesses assuntos através de seus familiares que participam. Os mais velhos têm significativa importância dentro de Machadinha. É tendo por base a história de vida deles, a experiência e a importância que têm dentro da memória e identidade coletiva que os demais moradores valorizam a identidade quilombola e o passado e

as bases sobre as quais a comunidade foi formada. Os mais velhos e suas histórias de vida são os pilares em torno dos quais a comunidade se assenta.

É em meio à importância da história local e coletiva que a comunidade que se une, se articula, busca maneiras de enfrentar os problemas, garantir permanência definitiva em terras que não são apenas um meio físico de subsistência, mas para além disso são terras onde histórias de vida foram escritas, onde antepassados sofreram, viveram, compartilharam momentos tristes, felizes, onde famílias foram constituídas, onde tradições, cultura e memória são compartilhadas por gerações.

É nesse ambiente que as relações pessoais se firmam e as redes que se tecem em Machadinho ficam em torno de laços de afinidade, parentesco, amizade, vizinhança, pontos de vista, objetivos em comum, troca de informações etc. Desse modo, as relações pessoais e a rede que se configura em Machadinho se fundam nesses laços.

Entre os moradores, esses laços se formam e se mantêm através da convivência e compartilhamento de uma história em comum, do espaço em que vivem, dos desafios a serem enfrentados e das iniciativas coletivas para driblar esses desafios.

Entre os moradores e pesquisadores e instituições, esses laços por vezes se fundam na amizade e/ou na confiança de que estes possam auxiliar a comunidade em suas diversas necessidades.

Em Machadinho, é possível perceber que as relações que se firmam entre pessoas são interdependentes e se dão entre amigos, familiares, aliados, relações de trabalho, vizinhança, membros da mesma associação de moradores e se fundam em laços de confiança, pontos de vista e objetivos em comum, afinidade, parentesco etc. Essas relações e as pessoas em interação podem mudar, uma vez que cada pessoa, a certa altura da vida, pode se ligar a outras pessoas que surgem em suas vidas de acordo com as circunstâncias do momento.

Nas relações que se dão numa rede é importante observar os tipos de vínculos, continuidades e descontinuidades das relações, bem como a importância dos papéis que os indivíduos atribuem a si mesmos nas relações, bem como sua frequência, durabilidade e intensidade (SILVA, FIALHO E SARAGOÇA: 2013).

Perceber quem são os atores e os lugares que estes ocupam na rede ajuda a compreender como se dá a comunicação e a transferência de informação dentro das redes e como esses recursos podem ser mobilizados para que se aja visando satisfazer às demandas do grupo em questão.

No que diz respeito à vida comunitária e ao enfrentamento dos problemas, a comunidade por vezes conta com o auxílio de instituições de fora da comunidade. Algumas

dessas instituições sugerem e desenvolvem projetos junto aos moradores locais no intuito de ajudar a resolver problemas, dentre eles a geração de renda e a titulação das terras.

Além de instituições que desenvolvem projetos em Machadinho, há pesquisadores que buscam a comunidade para suas pesquisas e trabalhos de conclusão de curso. A presença de pesquisadores em Machadinho é algo corriqueiro. Esses pesquisadores adentram o universo da comunidade, fazem contato com os moradores, frequentam suas casas, entrevistam, ouvem sobre a vida, os problemas, as expectativas, enfim, levam consigo parte da vida dos moradores, da comunidade.

Quanto a essa presença de pesquisadores, é algo por vezes controverso, pois alguns moradores não veem problemas na presença destes em Machadinho; por vezes estabeleceram laços de amizade e confiança. Em outros casos, houve pessoas que ficaram reticentes no que diz respeito à concessão de entrevistas. Pois foram muitos os casos em que pesquisas foram realizadas, pessoas entrevistadas e não houve retorno dessas pesquisas para a comunidade. Muito material sobre Machadinho foi colhido, mas em muitos casos não se teve acesso ao que foi produzido.

Exemplo do que se diz foi o fato de que o projeto em parceria com o IFF “Boas práticas na produção de alimentos artesanais em comunidades quilombolas”, iniciado em 2017, que visava capacitar no aperfeiçoamento das técnicas de culinária e gestão de restaurantes, teve que ser temporariamente suspenso, visto que algumas pessoas da comunidade com conhecimento de culinária estavam resistentes em conceder as entrevistas necessárias para a realização do projeto.

Sendo assim, as relações pessoais que se constroem em Machadinho entre os moradores e entre os moradores e agentes externos são marcadas por situações de concordância, cooperação e conflitos.

Em vista disso, pode-se observar que indivíduos que atuam coletivamente e se baseiam em interesses convergentes empreendem ações com vistas a satisfazer a necessidades que são consideradas um bem coletivo. O processo interativo entre os sujeitos é marcado por incentivos, constrangimentos, relações de força e conflitos de interesse (OLSON, 1999).

As relações mudam ou se mantêm em virtude da correspondência de expectativas, da confiança que se firma entre as partes.

Sendo assim, a rede que se desenha em Machadinho se configura como uma estrutura de relações interdependentes que envolvem entidades, grupos, indivíduos e organizações. Desse modo, o tipo de relação estabelecida pode se desdobrar de várias maneiras: amizade, comunicação, informação, influência etc. Há uma relação de interdependência entre os atores

e suas ações, e é nos laços estabelecidos entre esses atores que circulam fluxos de recursos materiais e imateriais (SILVA, FIALHO E SARAGOÇA: 2013).

3.7 Histórias de Vida de três atores da Comunidade de Machadinho:

Janaína:

A escolha da história de vida de Janaína Pessanha se justifica devido ao seu protagonismo na comunidade em que mora. Janaína é uma jovem de 22 anos, nascida e criada em Machadinho e que assume importante lugar na rede de moradores da comunidade, uma vez que gera considerável fluxo de informação que circula entre os moradores de Machadinho.

Janaína é uma jovem proativa que está inserida em diversos projetos e espaços de representação quilombola.

Vivendo toda sua vida em Machadinho, Janaína revelou que era demasiadamente retraída, com medo de se posicionar e de falar. Ela pouco se envolvia nos assuntos comunitários e sua participação se restringia ao grupo de Jongô.

Janaína contou que passou por uma grande mudança de comportamento e atitude a partir do momento em que teve a oportunidade de ingressar como bolsista no grupo de estudos de relações raciais coordenado pela professora Maria Clareth, da UENF.

A jovem relatou que sempre gostou muito de ler, mas tinha insegurança para expor suas opiniões. A partir das rotinas do grupo de estudos, Janaína passou a ler os textos e a expor suas impressões, opiniões e aprendizados nos grupos de discussão. Segundo ela, esse foi um divisor de águas em sua vida, pois após sua vivência no grupo de estudos, em contato com textos de temática afro e vivenciando práticas de pesquisa, sua vida mudou completamente, pois foi possível vislumbrar sua importância dentro da comunidade em que morava e perceber a dimensão e a importância da sua comunidade.

Ela aprendeu a se colocar, a discutir, a debater, a falar, a dividir com as pessoas tudo o que aprendeu, seu conhecimento sobre as coisas.

De posse dessa nova forma de ver a comunidade em que estava inserida, bem como seu lugar na dinâmica do seu meio social, Janaína passou a estar cada vez mais imersa no dia a dia de sua comunidade e assumiu papel-chave na dissipação de informação. Assumiu

também lugar de destaque e liderança em uma série de projetos que hoje são desenvolvidos na comunidade.

Janaína passou a fazer contato com pesquisadores, entidades, instituições, integrantes de movimentos sociais, fez cursos e assumiu lugar de destaque na comunidade em que vive.

Tanto é que Janaína é reconhecida e citada pela maior parte dos moradores entrevistados como principal fonte de informação e conhecimento dentro da comunidade.

Hoje em dia Janaína está à frente ou participa dos principais projetos desenvolvidos em Machadinho ou que têm relação com a comunidade.

Ela é liderança do Jongo, participa como representante da comunidade no *site* Rede Produtiva Quilombola, que revende produtos produzidos pelas comunidades quilombolas; é guia turística na comunidade; trabalha e ajuda na organização do restaurante “Casa de Artes”; é o principal contato e organizadora do programa “Pernoite Quilombola”; está envolvida num projeto de mobilidade urbana do *Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos* (NEABC) e é parte integrante da equipe de implantação da educação escolar quilombola.

Além de estar envolvida em todos esses projetos, Janaína faz uma importante ponte entre a associação de moradores e os membros comunitários, uma vez que, apesar de não pertencer ao núcleo da associação de moradores, sempre que pode está presente nas reuniões desse núcleo, levando questões levantadas pela comunidade e levando para a comunidade informações e decisões resultantes das reuniões.

Como pode ser visto, Janaína muitas vezes atua como uma ponte que interliga moradores, núcleo e presidência da associação de moradores. Ela, sem dúvidas, é um ator que dinamiza informação e conhecimento dentro da rede que se tece em Machadinho.

Dalma:

A história de vida de Dalma dos Santos é significativa para se compreender sua atuação em Machadinho, bem como seu papel de destaque como agente de dinamização das informações que circulam dentro da comunidade.

Ela está inserida em uma série de projetos desenvolvidos que resgatam a história, a memória e valorizam a identidade quilombola. Durante as entrevistas, a maioria dos entrevistados a citou como uma das pessoas que mais dialogam sobre a titulação e as demandas comunitárias e a reconheceram como uma das principais fontes de informação a que têm acesso.

Dalma tem 53 anos e nasceu em Santa Tereza, Quissamã. Toda sua família materna é oriunda de Machadinha. Segundo ela, sua tataravó foi ama de leite dos filhos do Visconde de Ururay e as mulheres de sua família criaram seus filhos nas senzalas de Machadinha.

Seu sonho sempre foi ser professora e hoje em dia ela é formada em Pedagogia. Quando mais nova, estudou com uma bolsa de estudos numa escola em que sofreu muitos preconceitos por ser negra. Quando se formou no Curso Normal, foi ser professora na cidade de Macaé, onde se casou e teve um filho. Ao ficar viúva, mudou-se para a localidade de Santa Catrina, lugar próximo a Machadinha, e voltou a frequentar a comunidade, onde conheceu seu atual esposo. Hoje em dia ela mora na casa ao lado da casa que foi de sua avó.

Ao mudar-se para Machadinha ela passou a dar aulas na escola da comunidade e trabalhou lá até o ano de 2014. Em 2015, ela foi convidada para ser diretora do Memorial Machadinha.

Quando trabalhava na escola, ela oferecia oficinas de jongo mirim e fado mirim (o jongo ela aprendeu com o avô, que era jongueiro). Dalma conta que sempre teve aptidão pra trabalhar com cultura, e que na escola ensinava sobre as manifestações culturais. Em seu trabalho ela tinha a ajuda de Dona Cheiro, que era uma das mestras de jongo de Machadinha; ela ia à escola e ajudava a ensaiar as crianças. Foi dessa iniciativa que se formou o grupo de jongo que teve apoio de Leandro, mestre jongueiro.

Em decorrência desse trabalho Dalma foi convidada a atuar no Memorial Machadinha como diretora. A partir dessas atividades, ela escreveu o projeto “Flores da Senzala”, que contempla quatro oficinas: contação de histórias, fado mirim, jongo mirim e o artesanato local.

Dalma também realizou muitas entrevistas e registrou muitas histórias e contos dos integrantes mais velhos da comunidade. Segundo ela, os pais contavam esses casos como uma maneira de educar os seus filhos, porque não eram desenvolvidos na escrita, eles não sabiam ler nem escrever, então eles educavam os seus filhos assim, contavam os contos que eram passados oralmente de pai para filho; era uma maneira de as pessoas refletirem sobre a sua conduta.

Para que esses contos não se perdessem ela registrou tudo e com esse material em mãos escreveu e lançou um livro.

Há de sua parte uma grande valorização pelas pessoas mais velhas da comunidade, pois, segundo ela, a história e a memória da comunidade são preservadas graças aos mais velhos. A perpetuação de suas histórias é uma maneira de manter vivas as raízes da história de Machadinha.

Dalma conta que os integrantes da comunidade gostaram muito de vê-la como diretora do Memorial Machadinho. Falaram que era muito bom que alguém da comunidade estivesse à frente do espaço. Disseram isso pois antes dela quem dirigia o Memorial era um funcionário da prefeitura de Quissamã.

Hoje em dia, lá são realizados muitos dos projetos desenvolvidos em Machadinho, entre eles a oficina de artesanato do projeto “Flores da Senzala”. As mulheres da comunidade se reúnem para trabalhar e produzir as peças de artesanato e Segundo Dalma isso gera uma integração social.

Quando o assunto são as terras, ela diz: “(...) em relação às terras, só tem uma coisa que eu ainda não me sinto liberta, eu como afrodescendente, eu ainda não me sinto liberta”. Essa afirmação se dá pois em Machadinho não há espaço para áreas agricultáveis, assim as pessoas da comunidade são obrigadas a comprar de outros produtores (fazendeiros) produtos de subsistência que eles mesmos poderiam produzir.

Dalma tem ainda outros projetos que envolvem aprendizagem. Ela relata que tem planos de fazer uma graduação em História para aprender mais sobre a história dos negros, quilombolas, sobre a legislação quilombola, a Constituição etc.

Quando se trata de aprender e ensinar, ela está sempre pronta. Foi convidada para falar sobre cotas raciais em um evento da UFRJ, foi homenageada no dia internacional das mulheres como escritora, já ministrou palestra no Rio de Janeiro no dia do Patrimônio. Foi trilhando esses caminhos e participando de eventos como estes que ela teve a ideia de se aprofundar mais e fazer o curso de História. Segundo ela:

toda vez que eu vou a esses lugares eu sempre venho trazendo alguma coisa. Então, amplia o meu conhecimento. Outra coisa que eu observei é que negro tem que estudar mesmo, porque naquela época que eu estudava, que eu sofria preconceito, eu não tinha ninguém pra me ajudar a me defender. Ai eu parei e pensei: o negro tem que estudar. Porque o nosso país é muito marcado pela desigualdade social, muito marcado. Quer dizer, o racismo não acabou não, pelo contrário, ele continua agindo, mas está mais silencioso. Então, o negro tem que estudar, porque só o estudo que pode ampliar a nossa consciência. Com a tarefa de construir uma sociedade mais justa, com menos desigualdade.

Dalma afirma que valoriza toda a informação que chega a ela e que sua vontade de aprender e ensinar é constante. Como ela é professora, conta que pesquisar virou hábito e que atuando frente a projetos de cultura e resgate da história e memória ela aprendeu muita coisa que faz questão de dividir com os outros.

Conta também que aprende muito com as instituições e pesquisadores que atuam em Machadinho e que, na comunidade, os pesquisadores deixam uma bagagem para aqueles que se interessam e ela se interessa e muito por tudo que eles têm a ensinar.

Ela ainda menciona que todo o trabalho que realiza o faz em parceria com a associação de moradores e com a comunidade, porque ninguém faz nada sozinho. E esses são seus principais parceiros.

Com toda sua trajetória de vida e envolvimento nesses projetos é possível compreender o lugar estratégico que Dalma ocupa na rede que se forma entre os moradores de Machadinho. Ela é uma das principais responsáveis por espalhar a informação pela extensão da rede e, assim, proporcionar aos demais oportunidades de agir, baseados nas informações que recebem.

Wagner:

A história de Wagner Firmino tem significativa importância para se entender a dinâmica da rede que desenha em Machadinho. Wagner ocupa lugar central nessa rede e suas ações se dão no sentido de informar a comunidade, propiciando a ação da mesma.

Os projetos desenvolvidos em Machadinho, bem como o auxílio de agentes externos, têm sido uma importante ferramenta na construção do sujeito político coletivo.

A maioria da comunidade se relaciona com Wagner de modo a endossar suas ações, pois sabem que o resultado prático das mesmas tem aprovação da maioria dos membros comunitários. Nas entrevistas Wagner foi citado por quase todos os entrevistados como a principal fonte de informação.

No entanto, é importante dizer que apesar de ter um bom relacionamento e de suas ações contarem com o apoio e aprovação da maioria comunitária, não quer dizer que não haja críticas ou desaprovações.

Durante as entrevistas foi possível perceber que os moradores de Machadinho não são agentes passivos, que podem ser conduzidos por quem quer que seja, mas são pessoas que possuem suas próprias opiniões e maneiras de agir.

Wagner é uma dessas pessoas. Ele tem 23 anos e durante a vida toda morou em Machadinho. Sua família é de lá e descende dos escravos que ali viveram. Wagner tem formação na área de Educação Ambiental e trabalha com isso. Hoje em dia ele é o presidente da ARQUIMA, a associação de Moradores de Machadinho.

Uma de suas maiores características é buscar informações, trabalhar para que as pessoas que moram em Machadinho obtenham acesso à informação e sejam autônomas para buscar por si só satisfazer suas necessidades.

Para falar de Wagner é significativo narrar sobre a organização e a oficialização da associação de moradores.

Dentre os diversos agentes externos que já atuaram e desenvolveram projetos em Machadinho estava a Shell, através do projeto QUIPEA (Quilombos no Projeto de Educação Ambiental). Dentre as ações do projeto estava o fortalecimento identitário e a formação de lideranças era um dos eixos a serem trabalhados.

Os agentes de campo, quando foram propor a formação de uma associação de moradores, já chegaram com pessoas definidas por eles para compor a diretoria. Wagner, juntamente com outros moradores, não aceitou tal situação, pois eles desejavam que a comunidade tivesse participação na escolha de seus representantes. Quando da justificativa dos agentes do QUIPEA de que a diretoria precisava ser gente que estava bem informada e tinha conhecimentos específicos, Wagner respondeu que se era para se informar, que ele o faria. E assim foi. Ele buscou informações na legislação e apoio jurídico. E com a aprovação da maioria da comunidade foi eleito o presidente.

Suas considerações acerca das ações do QUIPEA e de outros agentes externos revelam sobre seu modo de ver o mundo e de proceder quando se trata do fortalecimento comunitário.

Segundo ele, apesar de essas instituições terem o discurso de que buscam a autonomia das comunidades, na prática funciona diferente. Segundo ele, não há na realidade uma construção coletiva nos projetos. O que ocorre é que muitas vezes os projetos já vêm prontos e a comunidade é consultada para saber se concordam ou discordam ou fazer uma mudança ou outra, mas não há uma construção coletiva de fato.

E é essa construção e ação coletiva por parte da comunidade que ele deseja que seja possível e suas ações são direcionadas para isso.

As críticas feitas não só por parte de Wagner, mas também de outros membros, levam aos agentes externos, como o QUIPEA, a ajustar suas ações de modo que sejam mais bem aceitos pelos membros da comunidade.

Outro importante acontecimento na comunidade e na vida de Wagner foi a familiarização com o termo “quilombola”. Nem ele nem as pessoas sabiam muito bem sobre o que era “ser quilombola”. Nas suas vidas práticas, na vivência de sua cultura e suas histórias, as pessoas eram quilombolas, mas não estavam familiarizados com o nome. Segundo Wagner, as instituições de ensino, como as universidades, associações de representação quilombola e

outros agentes externos, tiveram importante papel na conscientização da comunidade sobre esse termo.

Wagner tira proveito do que esses agentes podem oferecer no sentido de informações e realizações de projetos que possam ser desenvolvidos na comunidade. Segundo ele, o olhar dessas instituições ajudou e ajuda muito a comunidade a organizar suas ideias e ações, sugerindo o que pode ser feito e como pode ser feito.

Em contato com as informações obtidas com o auxílio desses agentes externos, bem como o conhecimento adquirido por sua própria iniciativa (deixo claro que os agentes externos ajudam, mas Wagner não é receptor passivo de informações. Muito pelo contrário, ele busca por si só grande parte do conhecimento que possui). Wagner hoje possui uma gama importante de informações e noções sobre políticas quilombolas, tais como a Política Nacional de Saúde para a População Negra (o plano é implantar essas diretrizes no posto de saúde da comunidade), a Constituição Federal (art. 68), o Programa Brasil Quilombola, o Decreto 4887, a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) etc. Informações essas que são compartilhadas com a comunidade, que também passou a ter uma noção dessas políticas e Legislação.

Wagner vê na presença dos agentes externos, principalmente as instituições de ensino, como universidades, uma grande fonte de informação. Tanto que entende que hoje em dia a comunidade é até mais bem articulada do que a prefeitura.

Quando ele começou a atuar na associação de moradores, não conhecia os artifícios a serem usados quando se precisa negociar e, segundo ele, foi o contato com os agentes externos que o ensinou, que o ajudou a construir seu conhecimento.

No entanto, um dos maiores desafios que ele enfrenta é trabalhar na comunidade o coletivo, por causa do individualismo das pessoas, pois há conflitos e divergência entre os moradores, principalmente no que diz respeito à implantação de projetos. Por vezes é difícil fazer a vontade da maioria, ou o bem coletivo e deixar os interesses individuais de lado.

Olson (1999) já demonstrou que em coletividade esse tipo de situação pode ocorrer, devido à pluralidade e heterogeneidade de atores. Assim, nem todos os indivíduos de um grupo são levados à ação coletiva, ou por não terem ciência do interesse comum ou de já terem experiências em que os custos da ação superaram os benefícios.

Assim, Wagner busca superar os desafios da ação coletiva e atua para que as pessoas consigam cobrar seus direitos e se organizar. E segundo ele, pessoalmente ele acredita na autonomia das pessoas e a comunidade tem caminhado para isso.

No que diz respeito às decisões tomadas pela associação de moradores, elas são sempre endossadas pela maioria. Não existem decisões tomadas apenas pela diretoria, pois todos os moradores da comunidade são membros da associação, podem e devem opinar e decidir.

Wagner também utiliza de algumas estratégias para se aproximar das pessoas da comunidade e ouvi-las, saber suas opiniões, interesses e anseios. Para isso, ele procura chegar do trabalho enquanto ainda é dia, pois assim pode encontrar as pessoas na rua e conversar com elas. Outra estratégia para envolver os moradores da comunidade em projetos é colocar aqueles que mais criticam à frente de projetos e iniciativas para que eles vejam que na prática as coisas são mais complicadas do que parecem.

Wagner tem trabalhado à frente da associação de moradores, se articulando com agentes externos e moradores e buscando informação e conhecimento, de modo a fazê-los circular por entre os membros da comunidade e a proporcionar um caminho para a autonomia, que deve ser trilhado por um coletivo.

Esse pensamento se traduz nos projetos desenvolvidos pela comunidade, que por vezes conta com o auxílio externo, mas que tem autonomia para tocar esses projetos graças ao volume de informação a que tem acesso.

As histórias de vida de Janaína, Dalma e Wagner revelam que a busca por informação e conhecimento, bem como o diálogo com pessoas que permitam incrementar esse conhecimento, se traduzem em ações que alcançam aos demais membros comunitários, além de serem canais de circulação de informação. Esses *egos* também estão envolvidos em projetos que trazem retorno para a comunidade.

Cada um à sua maneira contribui para a formação do sujeito político coletivo em Machadinho.

3.8 As redes de diálogo em São Benedito e Machadinho em perspectiva:

As comunidades de São Benedito e Machadinho em seu processo de construção do sujeito político e coletivo, cujos atores estão articulados em redes, guardam similaridades e diferenças, cada uma obedecendo a seu contexto sociohistórico.

Apesar de ambas as comunidades, São Benedito e Machadinho, terem como principal demanda a regularização fundiária, seus percursos para consegui-la são distintos, uma vez que cada uma delas vivencia diferentes realidades.

Enquanto a comunidade de Machadinho está assentada nas terras reivindicadas, a comunidade de São Benedito passou por um processo de expropriação, que culminou com a remoção das pessoas das terras da fazenda e sua instalação nos diferentes bairros da cidade de São Fidélis.

A fim de obter a titulação das terras tanto a comunidade de São Benedito quanto a de Machadinho têm se organizado internamente e buscado apoio de agentes externos às comunidades para conseguir satisfazer suas demandas, entre elas a obtenção definitiva do título territorial.

Como a comunidade de Machadinho já está estabelecida no território que demanda, há um maior número de projetos sendo desenvolvidos, tocados pela comunidade e em parceria com algumas instituições. Esses projetos têm auxiliado na geração de renda, fortalecimento identitário, educação etc.

Além desses projetos e para ter acesso ao título definitivo, Machadinho conta com uma equipe técnica que reúne pesquisadores de diversas instituições para elaborar um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território (RTID). Esse documento precisou ser refeito, para incluir no processo de titulação e torná-lo viável, as outras localidades (Santa Luzia, Bacural, Mutum e Boa Vista) consideradas parte da comunidade quilombola de Machadinho pela Fundação Palmares. O único documento que comunidade possuía era um relatório antropológico que contemplava apenas o núcleo de Machadinho.

São Benedito, como se encontra fora de seu território, ainda não pode contar com a realização de projetos que auxiliem na estruturação interna da comunidade. Seus esforços e parcerias se concentram em obter a titulação e o reassentamento. A comunidade já possui pronto o RTID e seu processo de titulação está adiantado. Encontra-se na Casa Civil aguardando assinatura presidencial para a concretização definitiva da posse das terras.

Pode-se dizer que o número de agentes externos, tais como universidades, pesquisadores e instituições ligados à comunidade de Machadinho é maior do que em São Benedito, que tem como principal apoio associações de representação quilombola, como a CONAQ e o Ministério Público.

Machadinho e São Benedito se mobilizam para a obtenção do título territorial de diferentes formas.

A comunidade de São Benedito conseguiu o adiantamento do processo em virtude das mobilizações do presidente da associação de moradores que, com o apoio e o auxílio do grupo de moradores que mais se articula na comunidade, buscou se informar dos meandros e mecanismos a serem percorridos, sobre a legislação, fez contatos com pessoas que pudessem

ajudar nos trâmites, realizou pressões junto ao INCRA, fez viagens a Brasília para acompanhar de perto o andamento do processo, buscou auxílio da CONAQ, Ministério Público, pressionou e fez aliança com políticos.

A comunidade de Machadinho, por sua vez, conta com o apoio de alguns moradores, como Wagner, Janaína e Fabiana, que fazem parte do grupo identificado como o mais proativo e que mais se articula, que juntamente com pesquisadores, alguns ligados a universidades, compõe a formação de uma equipe técnica que está elaborando o RTID (que foi uma exigência do INCRA para prosseguir com o processo). Além da elaboração de um RTID, também há as mobilizações por parte do presidente da associação de moradores, Wagner, que busca o apoio de instituições e parceiros, constantemente se informa sobre a legislação e tudo o que envolve o processo e exerce pressões junto ao poder público para que o título definitivo das terras seja concedido.

As associações de moradores em ambos os locais também funcionam como importante fonte de informação e mobilização, uma vez que há grupos de moradores que mais se organizam entre si, são mais proativos e engajados nas atividades da associação. Em ambos os casos esses grupos estão mais próximos e ligados à presidência, que, por sua vez, está em contato com agentes externos à comunidade, tais como instituições, pessoas e integrantes de movimentos sociais. Essa rede de contatos e diálogo permite uma maior circulação da informação e dinamização da rede que resulta em formas práticas de agir.

Em ambas as comunidades, os aplicativos de mensagens e telefones celulares aparecem como aliados na circulação da informação, no planejamento de eventos e no encurtamento de tempo e espaço. Esses dispositivos aparecem como actantes não humanos que intermediam o fluxo informacional na rede gerando interferência no curso dos acontecimentos (LATOUR, 2012).

Quanto às características da rede que se delineia em cada uma das comunidades podemos dizer que em São Benedito as relações entre as pessoas se tecem em torno de laços de amizade, parentesco e principalmente pelo fato de pertencerem à mesma associação de moradores. Em Machadinho, por sua vez, esses laços também se dão por amizade, parentesco, por pertencerem à mesma associação de moradores, mas também por laços de vizinhança. Os laços de vizinhança em São Benedito não são determinantes das relações entre pessoas, pois os membros comunitários estão dispersos e localizados em diferentes bairros. Desse modo, em São Benedito a associação de moradores assume papel fundamental na propagação da rede e na união das pessoas.

Tanto em São Benedito quanto em Machadinho há um grupo de pessoas que mais se articula entre si. Esses sujeitos mencionam reciprocamente os nomes uns dos outros quando indagados sobre quem são as pessoas com quem mais conversam sobre a titulação territorial ou quaisquer outras necessidades comunitárias. Isso revela uma maior consistência e confiança nos relacionamentos. Em ambas as comunidades esses grupos mantêm relações próximas à presidência da associação de moradores, são as pessoas que mais empreendem ações no sentido de se manterem informados, que mais se aproximam das instituições e agentes externos às comunidades e que propagam as informações adquiridas pela extensão da rede.

Em ambas as comunidades também há pessoas que estão mais afastadas da associação de moradores ou que se articulam e mobilizam menos no sentido de se informar ou empreender ações que levem a satisfação de suas demandas. Essas pessoas, na maioria das vezes, adquirem as informações que possuem através de contatos com sujeitos que fazem parte dos grupos que mais se mobilizam e articulam. Quando entrevistadas, essas pessoas invariavelmente citavam os nomes de outras pessoas que mantinham uma maior gama de contatos, que se mantinham em maior articulação com outros membros comunitários, presidência da associação ou agentes externos.

Em ambos os casos estudados foi possível perceber que as presidências das associações de moradores possuem legitimidade e gozam de confiança por parte da maioria dos membros comunitários.

Assim, foi possível concluir que quanto maior a proximidade de um indivíduo com a associação de moradores e sua presidência maior é o contato com as associações de representação CONAQ e ACQUILERJ e agentes externos e maior é participação em eventos e cursos promovidos por estes. Conseqüentemente, esses indivíduos demonstram maior conhecimento e informação sobre direitos, sobre as demandas comunitárias e projetos que envolvem as comunidades. Maior também é a mobilização e articulação dessas pessoas para lutar pela satisfação de suas demandas.

Em contrapartida, quanto mais distantes estão os indivíduos das associações, quanto menos participam das reuniões ou interagem com os agentes externos e associações de representação, menos essas pessoas demonstram conhecimento sobre direitos, menos se articulam ou mobilizam ou ainda têm a questão da identidade quilombola como algo difuso.

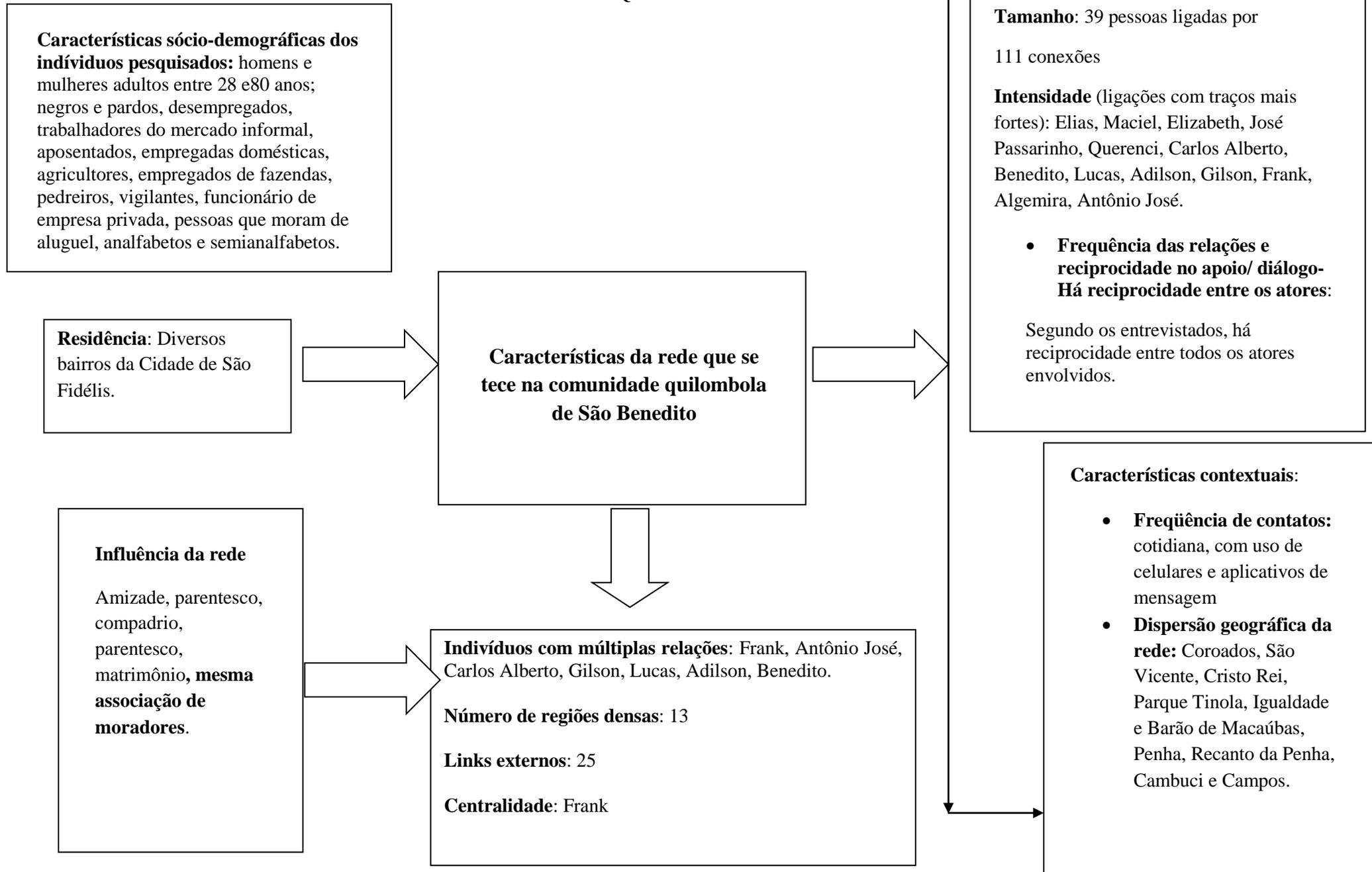
Essa situação é um indicativo de que as associações e as mobilizações dos demais atores em redes são importante caminho para se pensar o processo de construção do sujeito

político coletivo e de como as redes pessoais se inscrevem nesse processo e na sua busca por autonomia.

As características das redes das comunidades de São Benedito e Machadinha estão sintetizadas e são apresentadas nos quadros analíticos a seguir:

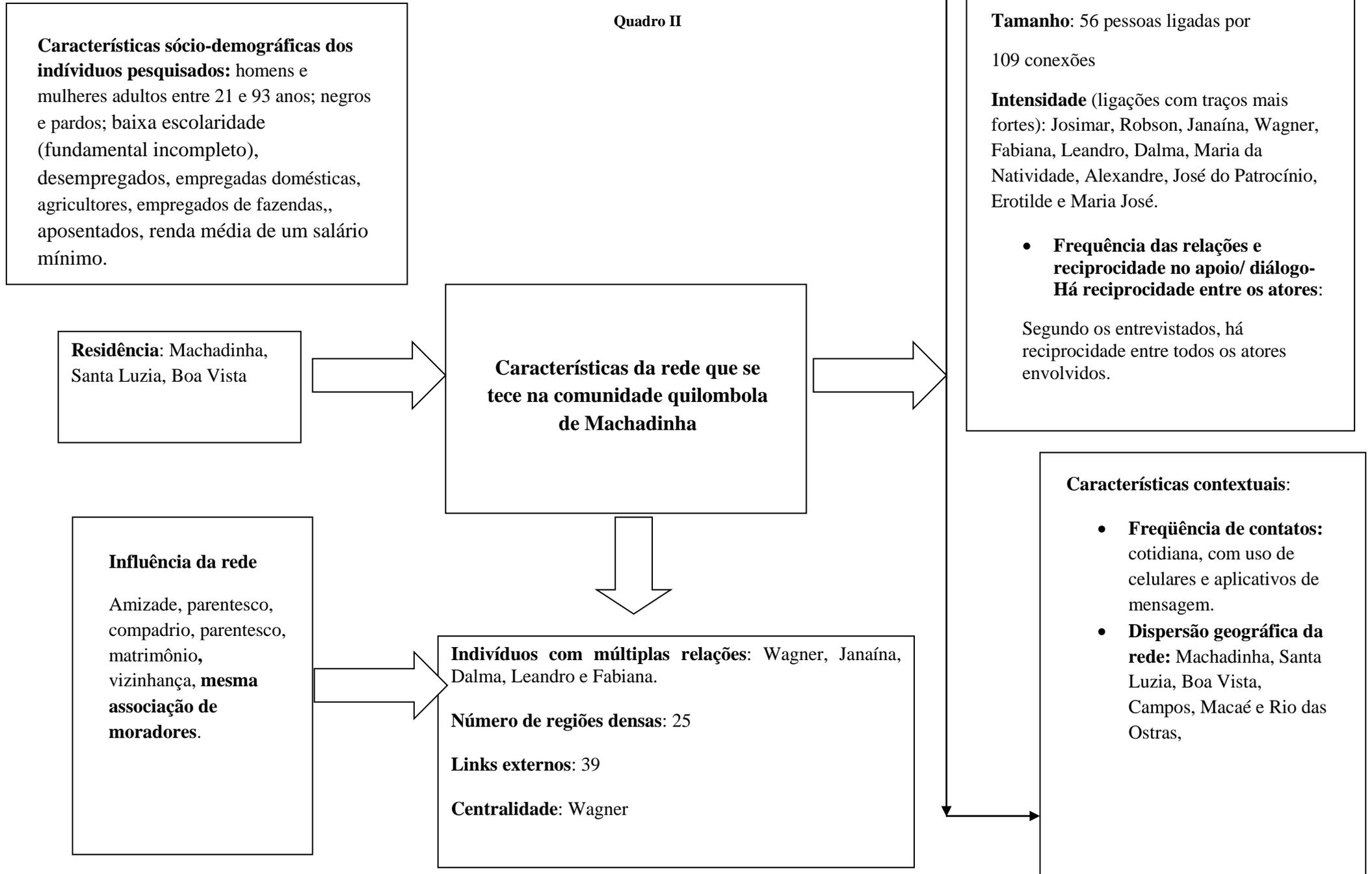
Quadro Analítico

Quadro I



Quadro Analítico

Quadro II



Considerações finais:

As articulações dos membros das comunidades quilombolas de São Benedito e de Machadinha com os agentes externos a essas comunidades revelaram uma rede que se tece em torno de múltiplas formas de engajamento, resultantes do fluxo de informação compartilhada pelos atores.

Nesse processo há que se considerar os esquemas relacionais de cada *ego* e como estes evoluem para entender melhor como esses atores se inscrevem na sociedade, ou seja, como se dão as relações com os movimentos sociais e as instituições.

Assim, cabe refletir que as instituições ocupam importante lugar na dinâmica das relações e seus percursos, o que permite compreender melhor como interagem os indivíduos na sociedade.

Desse modo, ponderamos que instituições como as leis, políticas públicas, sistemas educacionais, normas etc. surgem como importantes fatores na formação do sujeito político coletivo, uma vez que o indivíduo se forma nas suas relações pessoais, tendo por base a influência das instituições.

Sendo assim, podemos dizer que os sujeitos se inscrevem num universo permeado de influências. O sujeito político não se forma sozinho. O sistema de relações analisadas aqui se inscreve no contexto de trocas, informações e ações de diferentes agentes e sujeitos no qual os membros comunitários fazem parte de uma rede em que não estão sozinhos, mas que circunscreve agentes externos, movimentos sociais, actantes não humanos, como os dispositivos tecnológicos, e instituições, como as leis, políticas públicas, normas, sistema de ensino, incluindo livros e materiais informativos, por exemplo.

Em suma, a dispersão da rede de atores interligados ultrapassa os limites das respectivas comunidades. Assim se faz o processo de formação e busca por autonomia do sujeito político coletivo.

Esse sujeito político coletivo que se forma tem forte influência dos movimentos sociais, pois as relações que se estabelecem entre atores têm como cenário a luta por melhores condições de vida e acesso a direitos. E é no âmbito dos Novos Movimentos Sociais que há a emergência de novos sujeitos de direito que demandam acesso às políticas de ação afirmativa e aos direitos garantidos aos remanescentes de quilombo na CF de 1988.

Por isso é importante retomar algumas considerações acerca desses movimentos para que fique claro o contexto de ações e relações que envolvem os atores em diálogo e a interação na rede que se tece nas comunidades pesquisadas.

Os movimentos sociais têm contribuído significativamente em muitos aspectos para diversas conquistas das coletividades ao passo que refletem lutas de atores que demandam direitos políticos, sociais, econômicos e culturais.

Foi o contexto de descontentamento decorrente das desigualdades étnico-raciais, sociais, religiosas, ideológicas e de gênero que gerou uma identidade (comum a integrantes de diversos grupos sociais) marcada por um forte sentimento de pertencimento, resultante das lutas contra as desigualdades.

Os novos sujeitos integrantes dos também Novos Movimentos Sociais são provenientes de minorias excluídas (índios, negros, mulheres etc.). Dessa maneira, os movimentos sociais surgem como um ator coletivo pelo qual a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social se relaciona processo de identidade criado (TOURAINÉ, 1998). Assim, a identidade aparece como um dos elementos constitutivos dos movimentos sociais, pois é essa identidade que dá sentido às ações coletivas (GOHN, 2005).

As mobilizações e articulações de atores envolvidos em movimentos sociais ganham espaço na esfera pública a partir do momento em que estes realizam articulações com universidades, por exemplo, e atraem simpatizantes chamando a atenção da sociedade em geral, divulgando suas ações nas mídias como estratégia para exercer pressões políticas que possam vir a garantir conquistas para a cidadania (SCHERER-WARREN, 2006).

Foi nesse contexto que o Movimento Negro enquanto grupo se articulou e posteriormente gerou o Movimento Quilombola, como uma ramificação. Ambos atuam na esfera pública denunciando e publicizando os problemas que as populações negra e quilombola enfrentam no Brasil.

Nesse quadro, as associações de representação quilombolas e as associações de moradores das comunidades quilombolas ganham destaque por sua capacidade de mobilizar atores em rede, pois tanto associações de moradores quanto associações de representação estão ligadas ao Movimento Quilombola que, por sua vez, se liga ao Movimento Negro. O movimento quilombola se insere em várias redes, que vão desde a CONAQ, a nível nacional, perpassando pelas organizações estaduais, como a ACQUILERJ, até organizações de comunidades locais. É nesse ínterim que se formam

redes que agregam em si sujeitos coletivos que se unem em torno de valores, objetivos ou identidades em comum e que definem estratégias e situações a serem combatidas e/ou transformadas (*idem*).

Dentro dessa perspectiva, universos micro, como as comunidades quilombolas, e macro, como o dos movimentos sociais e instituições, estão estritamente ligados. A influência dos movimentos sociais, suas formas de ação e pessoas desse meio circulam nas comunidades alcançando seus membros; e as instituições, por sua vez, se ligam a esses sujeitos através dos cursos e processos informativos, da legislação, das políticas públicas etc.

Por outro lado, o universo micro das comunidades pode viabilizar a ação de seus membros nos espaços citados, uma vez que há sujeitos que, munidos de conhecimento e engajamento, podem passar a atuar nas esferas citadas. Podemos dizer que o sujeito político cresce com seu entorno.

Destarte, podemos concluir que as redes pessoais se ligam ao coletivo, como os movimentos sociais, e estes, por sua vez, influenciam os indivíduos e suas relações em rede de forma a possibilitar que esses se mobilizem coletivamente formando um sujeito político.

Desse modo, como cada relação se estabelece num tempo e num espaço compartilhado, a análise das redes pessoais foi interessante para entender melhor as influências que podem ter as relações entre pessoas.

A análise das redes pessoais revelou como os atores no seu processo de comunicação em grupos lançou mão de recursos para acessar o conhecimento necessário para pautar suas ações, fazendo com que esse conhecimento atingisse vários pontos da extensão da rede.

Podemos dizer que em ambos os casos estudados o principal recurso utilizado pelos atores na busca e acesso à informação foi o estabelecimento de uma rede de contatos com pessoas e entidades externas às comunidades, o que lhes permitiu uma gama de conhecimento que foi utilizado na prática para satisfazer, se não completamente, ao menos parcialmente as demandas comunitárias.

Mesmo que a titulação definitiva ainda não tenha acontecido em nenhum dos dois casos, as comunidades têm trilhado o caminho da autonomia para reivindicar seus direitos. Nesse sentido, o apoio de agentes externos foi fundamental, ao passo que estes agiram nas comunidades no sentido de informar, facilitar contatos e promover projetos junto à comunidade (no caso de Machadinha).

No entanto, é importante dizer que não são todos os agentes externos que colaboram de fato e nem é qualquer agente que pode chegar e estabelecer uma linha de ação. As comunidades são capazes de definir por si só com quem irão estabelecer contatos e a quem repelir.

Hoje em dia os principais agentes que oferecem apoio às comunidades são: as universidades, no caso de Machadinho, e a CONAQ como associação de representação quilombola, em São Benedito.

Apesar das diferenças de contexto e atores, as redes que se desenham em cada comunidade guardam similaridades.

Em ambos os casos a associação de moradores ocupa importante lugar na vida comunitária, sendo os presidentes das respectivas associações os pontos centrais de uma rede que se tece em torno desses *egos*.

Também é possível encontrar nas duas comunidades membros que mais se articulam entre si, buscam informações e estabelecem contatos com fontes e agentes externos às comunidades. Estes atores são elos secundários responsáveis pela dinamização do conhecimento que circula na rede.

Nos dois casos há também pessoas mais distantes da associação de moradores, que se articulam e mobilizam menos e que têm a associação como principal canal de informação. Isso não quer dizer que essas pessoas sejam menos importantes dentro da rede, pois mesmo tendo a associação como principal canal informativo, elas replicam a informação a que têm acesso, permitindo um maior alcance da mesma.

Nas duas comunidades há atores que quando indagados sobre com quem mais dialogam sobre as demandas comunitárias citaram um ao outro e vice-versa, o que revelou laços de confiabilidade, o que resulta em mais coesão entre os pares de atores.

A relação entre os atores é marcada principalmente por laços de amizade, parentesco e por pertencerem à mesma associação de moradores.

Em ambas as comunidades, guardadas as diferenças, as histórias de vida dos *egos* destacados revelaram que em essência todos eles têm em comum o desejo do conhecimento como caminho para ação e transformação das suas realidades de vida, bem como do ambiente que os cerca. Cada um deles tem em comum a iniciativa por buscar informação, contatos e acesso a recursos, e isso os colocou em suas respectivas comunidades como agentes de dinamização da rede em que estão inseridos.

Foi perceptível que em ambos os casos há membros comunitários que mais estabelecem articulações, que mais se mobilizam e que estão mais próximos à

presidência da associação de moradores. Esses sujeitos, responsáveis pela dinamização das redes, demonstram ter maior conhecimento sobre temas tanto comunitários, quanto de seus interesses. Esse acesso se dá, como já dito anteriormente, devido a uma busca pessoal por informações e à proximidade de agentes externos, como universidades, associações de representação quilombola, entidades e atores que atuam em movimentos sociais. Sendo assim, esses indivíduos muitas vezes estão à frente das iniciativas comunitárias, seguidos pelos demais membros.

Por sua vez, há pessoas que demonstraram menos iniciativa quando se trata de buscar e acessar informações. Essas pessoas também estão mais distantes das presidências das associações e/ou dos agentes externos; mas mantêm-se em contato com outros membros dessas associações, o que lhes permite manterem-se informados. Isso, no entanto, não diminui sua importância dentro das redes em questão, pois a informação chega a essas pessoas que as repassam em diálogo a outras, e assim perpetuam o conhecimento dentro das redes.

As redes de diálogo que se formam nas comunidades pesquisadas têm significativa influência na formação do sujeito político coletivo e na sua busca por autonomia. Podemos dizer isso pois autonomia e política estão ligadas, ao passo que a ação dos indivíduos na sociedade em que vivem é prática da autonomia. Um sujeito autônomo se posiciona frente aos problemas a serem combatidos e age no sentido de transformar seu meio.

Para isso, um olhar crítico, munido de conhecimento é fundamental. E, nos casos das redes em questão, esse conhecimento é buscado e alcançado por membros comunitários que se articulam, fazem contatos e dissipam informação para o restante da comunidade.

Se a autonomia se liga à independência dos sujeitos e às posições que estes assumem para alcançar seus objetivos (FREIRE, 1996), podemos dizer que tanto em São Benedito quanto em Machadinho se trilha um caminho rumo a essa autonomia.

Exemplos do que se diz são os projetos tocados pela comunidade de Machadinho ou as iniciativas em São Benedito, que levaram o processo de regularização fundiária rumo à titulação.

Não se ignora que ambas as comunidades contam com apoio externo, que nos dois casos são fundamentais não só para a aquisição de informações, mas também para incentivar práticas de ação política através de projetos e pressões junto ao poder público no intuito de garantir direitos.

Mas os agentes externos atuam como um suporte para as comunidades que, munidas de conhecimentos e planos de ação, trilham o caminho rumo à satisfação de suas demandas.

Assim, o sujeito político coletivo é aquele que participa, que intervém no curso dos acontecimentos através de suas ações. (ARENDR, 2003). Suas vozes são construções coletivas oriundas das interações, mobilizações e articulações entre diferentes atores que resultam em formas eficazes de participação e ação.

Assim, Machadinha e São Benedito são casos onde tanto a construção da autonomia quanto a do sujeito político coletivo estão em curso, a partir da interação e mobilização dos atores ligados em rede.

As redes têm efeito multiplicador, a partir do momento em que um ator se informa e replica essa informação de modo que sua rede de contatos também alcança o conhecimento. Dessa forma, essa pesquisa abre perspectivas para uma nova análise da composição e estrutura das redes pessoais em um novo contexto: a titulação territorial. É interessante pensar em como essas redes se caracterizariam após a satisfação desta principal demanda de ambas as comunidades. Sobretudo, no caso da São Benedito, onde o reassentamento implicaria em nova organização comunitária, com novas formas de solidariedade, alianças, e conflitos. Nesse cenário, cabe indagar: como se configurariam as redes oriundas desse novo contexto?

Referências Bibliográficas:

AGIER, Michel. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. Mana, vol. 7, nº 2. Rio de Janeiro, 2001.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007a.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'Dwyer, Eliane Cantarino. **Quilombos: Identidade Etnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, 2009.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense. 2003.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo. Antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BARCELOS, Luiz Cláudio. **Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica**. Revista Afro-Ásia. Nº17. 1996. pp. 187-210.

BARRETO, Juliana. *O papel dos mediadores na (re)construção da identidade étnica de duas comunidades quilombolas do norte-fluminense: Barrinha e Machadinha*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2009.

BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1969.

BIDART Claire, **L'amitié, un lien social**. La Découverte, « Hors collection Sciences Humaines », 1997, pp. 181-232

BRASIL. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cfdistra.htm>. Acesso em 05 de dezembro de 2016.

_____. Decreto n. 4887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 de novembro de 2016.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em 29 de novembro de 2017.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011 . Acesso em: 02/04/2016.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz, 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **A proteção dos Direitos Humanos nos planos nacional e internacional**: perspectivas brasileiras. Brasília: F. Naumann, 1992.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Políticas culturales y crisis de desarrollo**: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor Garcia(org). **Políticas culturales en América Latina**. México: Editorial Grijalbo, 1987, p. 13-59.

CANEDO, Daniele. “Cultura é o quê?” - reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. Anais do V ENECULT, Salvador: 2009.

CARDOSO, A. R. *Construção da identidade e território: o caso da comunidade quilombola de Barrinha em São Francisco de Itabapoana/RJ*. Monografia de Licenciatura em Geografia, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (IFECTF): Campos dos Goytacazes, RJ, 2009.

CARVALHO, Ailton Mota de. Formação Econômica da Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. 34

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELS, M. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. V. 1.

CEFAÏ, Daniel; Berocan, Felipe Veiga e Fábio Reis Mota (Orgs). Apresentação. In: Daniel; Berocan Cefaï; Felipe Veiga e Fábio Reis Mota (Orgs). **Arenas Públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 2011

CHARLESWORTH M. **La bioética en una sociedad liberal**. Cambridge: Cambridge, 1996:V,131.

CORDEIRO, Wellington. “Em busca de uma africanidade”. In: SILVA, Leonardo de Vasconcellos (org.). **Machadinha**: origem, história e influência. Quissamã/RJ, EDG Editora Gráfica, 2009, p. 62-71.

CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

D’ADESKY, Jacques. Racismos e antiracismos no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro: 1998.

DAGNINO, Evelina. Cultura, Cidadania e Democracia: A Transformação dos Discursos e Práticas na Esquerda Latino-Americana. In Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs.), **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

DALMASO, Flavia Freire. “Relatório Antropológico da Comunidade de Machadinho/RJ”. In: O’DWYER, Eliane Cantarino (org.). O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais. O caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, E-papers Serviços Ltda, 2012, p. 311-351.

DALMASO, Flavia Freire; O’DWYER, Eliane Cantarino. **Relatório Antropológico da comunidade de Machadinho** – Quissamã-RJ. Rio de Janeiro: INCRA; UFF; FEC; GAP, 2007.

DEGENNE, Alain e FORSE, Michel. **Les réseaux sociaux** : une analyse structurale en sociologie. Paris : Armand Colin, 1994

DOIMO, A.N. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

FERNANDES, Raquel. Brasileiros no olhar, africanos no sentir. In: **Machadinho**: origem, história e influências. SILVA, Leonardo de Vasconcellos [orgs.]. 1ª Edição. Quissamã, RJ: EDG, 2009. pg. 132-139.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, M. (Org.). **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. v. 5, p. 264-287. Coleção Ditos & Escritos.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2010

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. *Tempo Social* [online]. 2006, vol.18, n.2.

_____. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

GUELMAN, Leonardo; AMARAL, Juliana; GRADELLA, Pedro de Andrea (Org.). **Prospecção e capacitação em territórios criativos:** desenvolvimento de potenciais comunitários a partir das práticas culturais nos territórios Cariri (CE), Madureira, Quilombo Machadinha e Paraty (RJ). Niterói: Universidade Federal Fluminense, c2017. 272 p. ISBN 9788561812126 (broch.).

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. **Tempo Social** [online]. 2006, vol.18, n.2. 35

HALL, Stuart. **Da Diáspora:** Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HAMIDI, C. *Éléments pour une approche interactionniste de la politisation. Engagement associatif et rapport au politique dans des associations locales issues de l'immigration.* Revue française de science politique, v. 51, n. 1, p. 5–26, 2006.

HANNERZ, Ulf. “À vista do Coperbelt”, in: **Explorando a cidade:** em busca de uma antropologia urbana, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2015, pp. 131-177.

HONNETH, Axel, **A Luta por Reconhecimento.** São Paulo, Editora 34, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LATOUR, B. **Reagregando o social:** uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LEITE, Lidiane and Aragão, Elizabeth Maria Andrade **O exercício ético na constituição do sujeito político como cidadão.** Fractal, Rev. Psicol., Dez 2010, vol.22, no.3, p.543-556.

LIFSCHITZ, Javier. **Neocomunidades:** reconstruções de territórios e saberes. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n° 38, p. 67-85, 2006.

LOMNITZ, Larissa, **Como sobrevivem los marginados.** México: Ed. Siglo XXI, 1975

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. *Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre / Lígia Helena*

MACHADO, Fábio da Silva. *Fazenda Machadinha: Memória e Tradições Culturais em uma Comunidade de Descendentes de Escravos.* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais.

MALHEIROS, Márcia; O'DWYER, Eliane Cantarino. **Relatório Antropológico da comunidade de São Benedito** – São Fidélis-RJ. Rio de Janeiro: INCRA; UFF; FEC; 2009.

MARCHIORI, Maria Emília Prado et. al. **Quissamã**. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN / Fundação Nacional Pró-memória, 2005.

MARCHIORI, Maria Emília Prado. A transformação técnica da economia açucareira no Norte fluminense e a importância de Quissamã nesse contexto, 1875/1910. In: **Quissamã**. Maria Emília Prado Marchiori (org.). Rio de Janeiro: SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 6ª Diretoria Regional, 1987.

MARQUES Eduardo, **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. São Paulo, Editora REVAN, 2000

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadnaia, classe social e status**. Rio de Janeiro. Zahar editor, 1967.

MARTELETO, R. M. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. **Informação & Informação**, v. 12, p. 00-00, 2007. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/4821>. Acesso em: 19 Jun. 2017

MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação**. *Ci. Inf.* [online]. 2001, vol.30, n.1, pp.71-81. ISSN 0100-1965.

Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652001000100009>. Acesso em: 19 Jun. 2017

MARTINHO, C. (Coord.). **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. Brasília, DF: WWF-Brasil, 2004.

MATTOSO, Guilherme de Queirós. **A festa do Fado de Quissamã**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. 2003.

(Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/mattoso-guilherme-festa-do-fado.pdf>).

MELO, Paula Balduino de. Análise da Mobilização Política das Comunidades Remanescentes de Quilombos. Artigo apresentado na 26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, realizada entre os dias 01 e 04 de junho. Porto Seguro, Bahia, Brasil. 2008.

MELO, Ricardo Moreno. *Tambor de machadinha: devir e descontinuidade de uma tradição musical em Quissamã*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Música. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006 (Disponível em www.cipedya.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=159517).

MIZRUCHI, M. S. **Cohesion, equivalence, and similarity of behavior: a theoretical and empirical assessment**. *Social Networks*, v. 15, p. 275-307, 1993.

MIZRUCHI, M. S. **Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais**. *Revista de Administração de Empresas*, v.46, n.3, p.10-15, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. *A Ação Territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da*

Paraíba. Tese de doutorado do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, 2008.

MONTEIRO, Túlio Gava. *Do privado ao público em um contexto de injustiça ambiental: um estudo das duas comunidades às margens do canal da Costa Vila Velha* (ES, Brasil). Dissertação de Mestrado em Sociologia Política - Universidade Vila Velha. 2016

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e as fronteiras da Antropologia. Niterói. *Antropolítica* 19. p. 15-30. 2. sem. 2005.

_____. **Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de Quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. In: **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Alfredo Wagner Berno de Almeida (orgs.) [et al]. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus: UEA, 2010.

O'DWYER, Eliane Cantarino. _____. “Remanescentes de Quilombos” na Fronteira Amazônica: A Etnicidade como Instrumento de Luta pela Terra. In: Eliane C. O'Dwyer (org). **Terra de Quilombos**. Associação Brasileira de Antropologia. Impressão: DECANIA CFCH/UFRJ, 1995.

OLSON, Mancur. **A lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

PITANO, Sandro de Castro; GHIGGI, Gomercindo. Autoridade e liberdade na práxis educativa: Paulo Freire e o conceito de autonomia. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, [S.l.], n. 3, out. 2010. ISSN 1984-3879. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/578/527>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

QUEVEDO, Julio. A Perspectiva de Compreensão da América Latina a partir de seus Movimentos Sociais como Possibilidade de Percepção da Integração, in, Quevedo, Júlio; Iokoi, Zilda Márcia Grícoli (orgs.). **Movimentos sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização**. Santa Maria: MILA, CCSH, Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

RAFFESTIN, Claude, **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Atica, 1993.

REGINENSI, Caterine, **Vouloir la ville : du business à la citoyenneté en Guyane française**. Montpellier : Editions de l'Espérou, Ecole d'architecture, 1996.

_____. **A la rencontre des vendeurs ambulants et autres informels**. Editions Universitaires Européennes, 2012, pp.143-160.

_____, GOMES, Maria de Fatima Cabral.Marques. “Vendedores ambulantes no Rio de Janeiro: experiências urbanas e conflito pelo uso do espaço”. **II Colóquio Internacional sobre comércio e Cidade: uma relação de origem**, 17 a 19 de março de

2008. Temática 4 Arquitetura de negócios: comércio ambulante **Cdrom ISBN 9788588126633**

_____, “Rio de Janeiro, cidade espetáculo- O projeto Orla Rio: que sustentabilidade é essa?” In, Cabral, M.F.M.G, Lima Fernandes, L., Maia, R. (orgs). **Interloquções urbanas, cenários, enredos e atores**. Rio de Janeiro: Editora Arco Iris, pp.141-160, 2008.

SACOMANO, M. N. **Morfologia, propriedades e posicionamentos das redes: contribuições às análises interfirmas**. In XI SIMPEP, Bauru, SP, p. 1-9, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Husitec, Edusp, 1978.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?**. Cad. CRH, Salvador, v. 21, n. 54, Dec. 2008. 156

_____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Soc. estado., Brasília, v. 21, n. 1, Apr. 2006 .

_____. **A política dos movimentos sociais para o mundo rural**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v.15, n. 1, 2007, p. 5-22.

SCHMIDT, Rafael. A Luta pela Democracia na América do Sul e os Processos de Integração Regional: Ação Política Efetiva e os Novos Movimentos Sociais, in, Quevedo, Júlio; Iokoi, Zilda Márcia Gricoli (orgs.). **Movimentos sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização**. Santa Maria: MILA, CESH, Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

SCIARRETTA, M. Gramsci Histórico. **O pensamento de Gramsci e a Teologia da Libertação: diálogos para a construção de um outro mundo possível**. 2011.

SILVA Carlos Alberto da; FIALHO **Joaquim**; SARAGOÇA José. Análise de redes sociais e Sociologia da ação. Pressupostos teórico-metodológicos. **Revista Angolana de Sociologia [Online]**, 11 | 2013, posto online no dia 09 Dezembro 2013, consultado no dia 16 Novembro 2017. URL : <http://ras.revues.org/361> ; DOI : 10.4000/ras.361

SOUZA, Barbara Oliveira. Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários. Artigo apresentado na 26ª REUNIAO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.2008.

TAYLOR, C. La política del reconocimiento. In: TAYLOR, C. **El multiculturalismo y la política del reconocimiento**. Tradução de Mónica Utrilla de Neira. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 43-107

TICHY, N.; TUSCHMAN, M.; FOMBRUM, C. **Social network analysis for organization**. Academy of Management Review, v. 4, n. 4, 1979.

TOURAINÉ. Alain. **Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático**. Tradução de Modesto Florenzano. São Paulo: EDUSC, 1998.

VILAÇA, Helena. **Território e identidades na problemática dos movimentos sociais:** algumas propostas de pesquisa, Vila do Conde, APS. 1993.

WEBER, Max. A Economia e as Ordens e Poderes Sociais. In: **Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Vol. 1. Editora UNB, Brasília. 2000

Apêndice I: Quadro de atores

Tipos de atores		Referência ao território	Tipo de atuação	Participação
Associações de representação	CONAQ	Comunidades quilombolas da região Norte Fluminense, inclusive as do estudo em questão: São Benedito e Machadinha	Defesa dos territórios quilombolas; defesa e difusão dos direitos das comunidades. Circulação de informações constituindo-se numa rede de informações; capacitação das lideranças comunitárias. Informações sobre as leis que protegem a população quilombola; promoção de encontros, reuniões, capacitação e projetos.	Encontros regionais, reuniões com lideranças e membros das comunidades; levantamento de demandas e discussão de soluções e pressões o poder público.
	ACQUILERJ			
Organizações	IDANNF	Comunidade quilombola de São Benedito	Pesquisa, estudo e levantamento dos problemas que atingem a população quilombola.	Promoção de eventos, reuniões e articulação das comunidades quilombolas. Incentivo à participação das comunidades em projetos de compensação ambiental
Universidades	UFF	Machadinha	Pesquisa, projetos de resgate e valorização da história local e da identidade quilombola; circulação de informações sobre direitos	Reuniões de capacitação; eventos culturais
	UENF	Machadinha		
	IFF	Machadinha		

			quilombolas, e regularização fundiária.	
Econômicos	Shell	Comunidades quilombolas da região Norte Fluminense, inclusive as do estudo em questão: São Benedito, Machadinha	Compensação ambiental: Objetiva o fortalecer a organização social comunidades quilombolas sujeitas a impactos, como a migração interna e o quantitativo de pessoas que buscam empregos na indústria petrolífera, fatores que ameaçam a preservação histórica de tais comunidades.	Criação de uma Comissão Articuladora, representando as comunidades quilombolas da região; realização de seminários de formação de lideranças e cursos de capacitação técnica dos comunitários e eventos culturais para fortalecimento da identidade ⁵ .
Comissões	Comissão nacional da verdade sobre a escravidão negra	Machadinha	Resgate histórico do período da escravidão negra, as atribuições de responsabilidades e a afirmação da importância das ações afirmativas como meio de reparação das injustiças sofridas pela população negra.	Audiências públicas com o objetivo de fazer um levantamento dos relatos sobre crimes cometidos no período da escravidão negra para a elaboração de um relatório; Pressões junto ao poder público para regularização fundiária
Agentes Governamentais	INCRA	Machadinha e São Benedito	Promover a reforma agrária, e registrar, demarcar e titular terras destinadas a assentamentos e comunidades tradicionais quilombolas.	Auxílio na elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação; demarcação da área a ser titulada
Cidadãos	Comunidades	Comunidades	Articulação com as	Participação em reuniões

	quilombolas	quilombolas da região Norte Fluminense, inclusive as do estudo em questão: São Benedito e Machadinha	associações de representação e demais atores em atuação nas comunidades	e capacitações, promovidas pelos diversos atores; participação em audiências públicas; reuniões de associações de moradores; organizações de eventos em suas comunidades de origem; atuação em projetos de resgate, preservação da cultura e saber local.
--	-------------	--	---	---

Apêndice II: Instrumentos de coleta de dados

Roteiro de entrevista com membros da comunidade

Identificação do entrevistado:

Sexo:

Idade:

Nível escolar:

Situação profissional:

Renda - principal fonte de renda:

Tempo de residência:

TEMAS A EXPLORAR :

1. O PERCURSO RESIDENCIAL DO ENTREVISTADO

- Nasceu aqui ? (onde nasceu?)
- Quando que veio morar aqui ? E por que ?
- Viveu sempre nesta casa? (no caso não: outra casa, já viveu fora da comunidade? Explique)

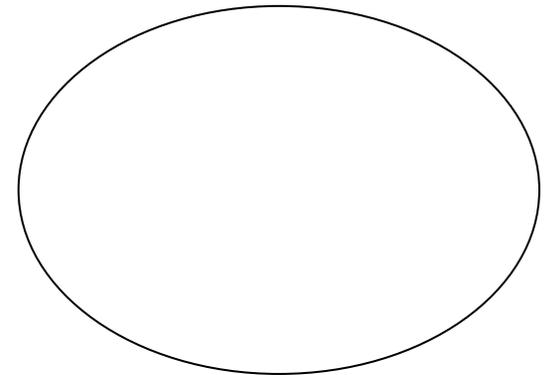
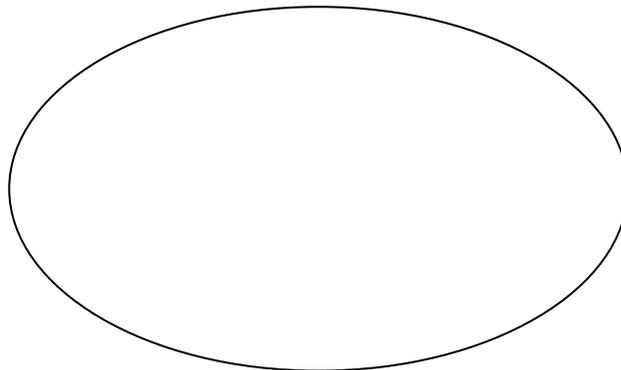
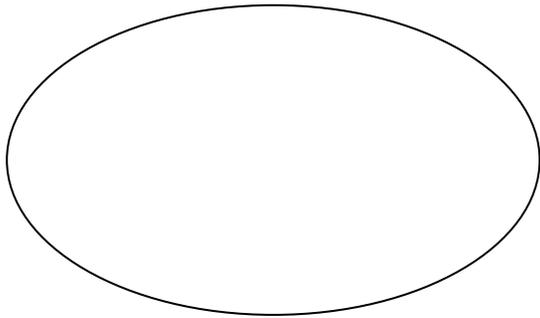
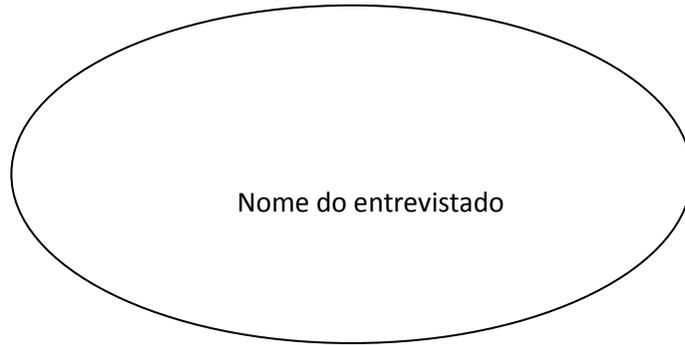
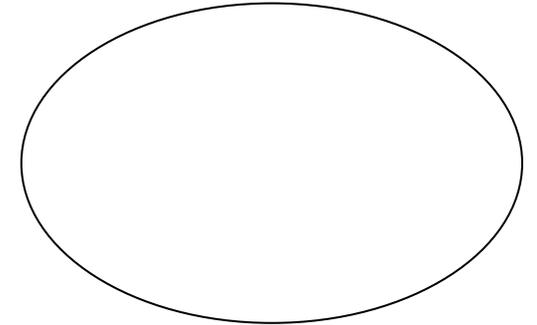
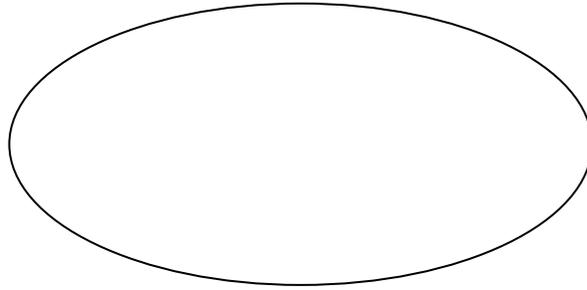
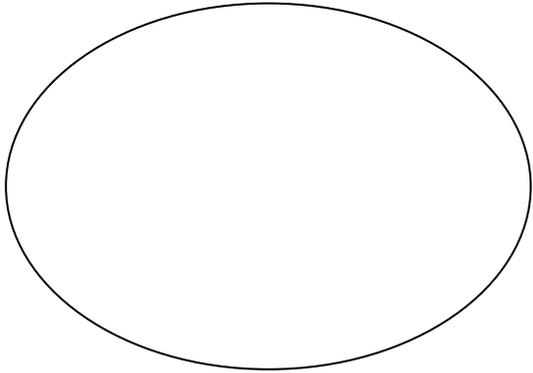
2. O ENTREVISTADO, A FAMÍLIA, O COTIDIANO E AS REDES DE SOLIDARIEDADE

- Você é casado(a)? conheceu a sua esposa(o) aqui?
- Os seus pais nasceram aqui? Eles vivem aqui? Vivem com você ? Trabalham ?
- Tem filhos? Quantos? Nasceram aqui? (não: onde nasceram ?) Eles vivem aqui ? (não: onde vivem ?)
- Os seus filhos já trabalham, estudam? Trabalham no que ? Onde é o local de estudo deles ? Como se deslocam até lá ?
- Como era a vida na comunidade quando era pequeno (a)?
- Quais foram os momentos do passado mais importantes ? Explique
- Hoje, quais são os projetos, desejos para a sua vida e a sua família ?
- O que faz para a realização destes projetos ?
- Tem parentes na comunidade? Eles trabalham? Você costuma visitá-los? Eles vêm à sua casa?

- Onde as pessoas da comunidade costumam se encontrar ?
- Onde as crianças brincam?
- Onde os adolescentes costumam ir?
- Onde vai fazer compras ?
- Se tem problema de saúde onde vai pra ser atendido ?
- Que transporte utiliza para sair da comunidade ?
- Alguns moradores que você conhece em outras comunidades têm título da terra?
- Acha que tem risco de remoção ? Acha que vai ter regularização?
- Possui fotografias antigas da comunidade ?
- Você trabalha? Tem emprego formal, informal ?
- Há quanto tempo trabalha neste emprego? E antes ? Qual era o seu trabalho ?
Descreva o seu dia de trabalho
- O seu trabalho representa: A fonte principal de renda para a sua família ? Ou uma fonte de renda complementar?
- Quanto ganha normalmente (por mês, em salário mínimo)
- Tem família em outros Estados do país ? (caso afirmativo: eles te visitam?)
- Para você o que significa morar nesta comunidade ?
- Se você tivesse que mudar algo na comunidade o que seria? Explique

AGORA Vamos falar um pouco mais das pessoas com quem você fala da questão da posse da terra

- 1) Apresentação do esquema círculos de relações
- 2) Vou lhe pedir de listar nomes de pessoas
- 3) Par cada pessoa indicada vou lhe fazer algumas perguntas (formulário de redes pessoais).



Lista das pessoas identificadas pelo (a) entrevistado (a)

Nome do entrevistado:

Data da Entrevista

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.

Formulário Redes Pessoais do entrevistado							
Nomes indicados	Tipos de relação	Frequência do contato (diálogo)	Residência	Apoio informativo	Apoio material ou financeiro	Apoio Moral	Reciprocidade
1.	Família Amigo Vizinho Relação de trabalho Membro da mesma associação Profissional da prefeitura	Diariamente algumas vezes por semana algumas vezes por mês algumas vezes por ano	Na comunidade Outra comunidade Outra cidade e fora da comunidade	informação útil em relação à posse informa onde vai acontecer as reuniões esclarece pontos que não ficaram claros	Fornece material de apoio Apoio financeiro	Ajuda no dia a dia Dá afeto e carinho Manifesta simpatia	Sobre as pessoas que nomeou pode afirmar que: Dá apoio e retorno a todas elas Dá apoio a algumas delas Não dá apoio
2.	Família Amigo Vizinho Relação de trabalho Membro da	Diariamente algumas vezes por semana algumas vezes por mês algumas vezes por ano	Na comunidade Outra comunidade Outra cidade e fora da comunidade	informação útil em relação à posse informa onde vai acontecer as reuniões esclarece pontos que não ficaram claros	Fornece material de apoio Apoio financeiro	Ajuda no dia a dia Da afeto e carinho Manifesta simpatia	Sobre as pessoas que nomeou pode afirmar que: Da apoio e retorno a todas elas Dá apoio a algumas delas

	mesma associação Profissional da prefeitura						Não da apoio
3.	Família Amigo Vizinho Relação de trabalho Membro da mesma associação Profissional da prefeitura	Diariamente algumas vezes por semana algumas vezes por mês algumas vezes por ano	Na comunidade Outra comunida Outra cidade e fora da comunidade	informação útil em ralação à posse informa onde vai acontecer as reuniões esclarece pontos que não ficaram claros	Fornece material de apoio Apoio financeiro	Ajuda no dia a dia Da afeto e carinho Manifesta simpatia	Sobre as pessoas que nomeou pode afirmar que: Da apoio e retorno a todas elas Dá apoio a algumas delas Não da apoio
4.	Família Amigo Vizinho Relação de trabalho Membro da mesma associação Profissional da prefeitura	Diariamente algumas vezes por semana algumas vezes por mês algumas vezes por ano	Na comunidade Outra comunida Outra cidade e fora da comunidade	informação útil em ralação à posse informa onde vai acontecer as reuniões esclarece pontos que não ficaram claros	Fornece material de apoio Apoio financeiro	Ajuda no dia a dia Da afeto e carinho Manifesta simpatia	Sobre as pessoas que nomeou pode afirmar que: Da apoio e retorno a todas elas Dá apoio a algumas delas Não da apoio

Apêndice III: quadro esquemático dos moradores entrevistados e suas redes pessoais

Moradores entrevistados em São Fidélis

Homens:

Nome Data da entrevista	Frank 20/03/2017	Querenci 07/05/2017	José do Amaro Passarinho 02/09/2017	Elias 06/09/2017	Maciel 06/09/2017
Idade	37 anos	80 anos	76 anos	66 anos	36 anos
Nível escolar	Segundo grau completo	Fundamental incompleto (até a antiga 1ª série)	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto (até a antiga 3ª série)	Superior (cursando)
Mora com	Companheira	Esposa e filha	Esposa	Esposa	Esposa e filhos
Filhos	3 filhos	3 filhos	2 filhos	3 filhos	2 filhos
Tem família atualmente lutando para voltar na comunidade?	Sim. Pai, irmãos, tios e primos	Não. Família nasceu na comunidade, mas está em outras cidades do estado	Sim. Irmãos e filhos	Sim. Irmãos e filhos	Sim. Pais e irmãos
Onde nasceu	Em São Fidélis; em seguida foi para a fazenda São Benedito	Fazenda São Benedito	Fazenda São Benedito	Fazenda São Benedito	Fazenda São Benedito
Localização da casa atual	Parque Tinola, em São Fidélis	Cambuci	Barão de Macaúbas, em São Fidélis	Cristo Rei, em São Fidélis	Cristo Rei, em São Fidélis
Tempo de residência na cidade em que mora	31 anos	32 anos em Cambuci	40 anos em São Fidélis	36 anos em São Fidélis	35 anos em São Fidélis
Principal fonte de renda	Trabalho informal	Aposentadoria	Aposentadoria	Aposentadoria	Trabalho formal
Tipo de trabalho / Situação profissional	Trabalho informal	Aposentado / vendedor de picolé	Aposentado / Foi motorista de caminhão	Aposentado / auxiliar de limpeza	Empregado / Policial Militar
Participa das reuniões da	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

associação					
<p>Pessoas com que mantém relações e dialoga sobre demandas da comunidade / tipo de relação</p>	<p>1. Antônio José – família / membro da mesma associação</p> <p>2. Liderança da CONAQ – Associação de representação quilombola</p> <p>3. Benedito – amigo / membro da mesma associação</p> <p>4. Gilson – família / membro da mesma associação</p> <p>5. Lucas – família / membro da mesma associação</p> <p>6. Carlos Alberto – amigo / membro da mesma associação</p> <p>7. Adilson – amigo / membro da mesma associação</p>	<p>1. Adão – amigo / família / membro da mesma associação</p> <p>2. Antônio José – amigo / família / membro da mesma associação</p> <p>3. Frank – amigo / família / membro da mesma associação</p> <p>4. José Passarinho – amigo / membro da mesma associação</p> <p>5. Eva Brandão – amiga</p> <p>6. Fidélis Passarinho – amigo / membro da mesma associação</p>	<p>1. Querenci – amigo / membro da mesma associação</p> <p>2. Elias – amigo / membro da mesma associação</p> <p>3. Nilo – amigo</p> <p>4. Fidélis Passarinho – família / membro da mesma associação</p> <p>5. Algemira – amiga / membro da mesma associação</p>	<p>1. Acácio – família / membro da mesma associação</p> <p>2. Antônio José – amigo / membro da mesma associação</p> <p>3. Elizabeth – família / membro da mesma associação</p> <p>4. Maciel – família / membro da mesma associação</p> <p>5. Frank – amigo / membro da mesma associação</p>	<p>1. Elias – família / membro da mesma associação</p> <p>2. Elizabeth – família / membro da mesma associação</p> <p>3. Cosme – amigo / família / membro da mesma associação</p> <p>4. Anderson – amigo / família / membro da mesma associação</p> <p>5. Frank – amigo / membro da mesma associação</p>

	<p>8. Liderança do IDDANF – Instituto de defesa do direito da população afro do Norte e Noroeste Fluminense</p> <p>9. Liderança quilombola de Lagoa Feia – amigo</p> <p>10. Liderança da ACQUILERJ – Associação de representação quilombola do Estado do Rio de Janeiro</p>				
--	--	--	--	--	--

Moradores entrevistados em São Fidélis (Homens):

Nome Data da entrevista	Benedito 12/09/2017	Antônio José 13/09/2017	Carlos Alberto 13/09/2017	Gilson 20/09/2017	Lucas 20/09/2017	Adilson 20/09/2017
Idade	48 anos	62 anos	61 anos	29 anos	28 anos	54 anos
Nível escolar	Fundamental incompleto (até a antiga 3ª série)	Fundamental completo	Não estudou	Ensino médio Completo	Fundamental incompleto (até a antiga 8ª série)	Fundamental incompleto (até a antiga 4ª série)

Mora com Filhos	Esposa 8 filhos	Sozinho 2 filhos	Sozinho 3 filhos	Esposa Não	Esposa e filho 1 filho	Esposa 2 filhos
Tem família atualmente lutando para voltar à comunidade?	Sim. Irmão, esposa e filhos	Sim. Filho	Sim. 2 filhos	Sim. Pai e irmão	Sim. Pai e irmãos	Sim. Filhos
Onde nasceu	Fazenda São Benedito	Fazenda São Benedito	São Fidélis	São Fidélis, mas morava na fazenda São Benedito	São Fidélis, mas morava na fazenda São Benedito	Fazenda São Benedito
Localização da casa atual	Rua da Igualdade, em São Fidélis	Rua da Igualdade, em São Fidélis	São Vicente, em São Fidélis	Vila dos Coroados, em São Fidélis	Vila dos Coroados, em São Fidélis	Vila dos Coroados, em São Fidélis
Tempo de residência na cidade em que mora	10 meses em São Fidélis	48 anos em São Fidélis	25 anos em São Fidélis	16 anos em São Fidélis	16 anos em São Fidélis	16 anos em São Fidélis
Principal fonte de renda	Trabalho informal	Trabalho formal	Aposentadoria	Trabalho informal	Trabalho informal	Trabalho informal
Tipo de trabalho / Situação profissional	Diarista na fazenda São Benedito	Empregado / vigilante	Aposentado	Empregado / ajudante de pedreiro	Empregado / pedreiro	Empregado / trabalhador rural
Participa das reuniões da associação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Pessoas com que mantém relações e dialoga sobre demandas da	1. Lucas Barros – amigo / família / membro da mesma associação	1. Carlos Alberto – amigo / membro da mesma associação	1. Antônio José – amigo / membro da mesma associação	1. Lucimara – Liderança da CONAQ 2. Luciana –	1. Antônio José – amigo / membro da mesma associação	1. Antônio José – amigo / membro da mesma associação

<p>comunidade / tipo de relação</p>	<p>2. Gilson Barros – amigo / família / membro da mesma associação</p> <p>3. Adilson Barros – amigo / família / membro da mesma associação</p> <p>4. Pedro – amigo / família / membro da mesma associação</p> <p>5. Antônio José – amigo / membro da mesma associação</p> <p>6. Frank – amigo / membro da mesma associação</p> <p>7. Carlos Alberto – amigo / membro da mesma associação</p> <p>8. Lucimara – Liderança da CONAQ</p>	<p>2. Frank – amigo / família / membro da mesma associação</p> <p>3. Gilson – amigo / membro da mesma associação</p> <p>4. Adilson – amigo / membro da mesma associação</p> <p>5. Pedro – amigo / família / membro da mesma associação</p> <p>6. Guilherme – amigo / família / membro da mesma associação</p> <p>7. Benedito – amigo / família / membro da mesma associação/ vizinho</p> <p>8. Lucimara –</p>	<p>2. Frank – amigo / membro da mesma associação</p> <p>3. Benedito – amigo / membro da mesma associação</p> <p>4. Adilson – amigo / membro da mesma associação</p> <p>5. Gilson – amigo / membro da mesma associação</p> <p>6. Lucas – amigo / membro da mesma associação</p> <p>7. Pedro – amigo / membro da mesma associação</p> <p>8. Guilherme – amigo / membro da mesma associação</p> <p>9. Lucimara – Liderança da</p>	<p>Liderança do IDANNF</p> <p>3. Leopoldo – Engenheiro Agrônomo</p> <p>4. Frank – amigo / membro da mesma associação</p> <p>5. Antônio José – amigo / membro da mesma associação</p> <p>6. Benedito – amigo / membro da mesma associação</p> <p>7. Mazinho – amigo / membro da mesma associação</p> <p>8. Algemira – amigo / membro da mesma associação</p> <p>9. Fernando – amigo / família / membro da mesma associação</p>	<p>2. Carlos Alberto – amigo / membro da mesma associação</p> <p>3. Gilson – família / membro da mesma associação</p> <p>4. Adilson – família / membro da mesma associação</p> <p>5. Benedito – amigo / membro da mesma associação</p> <p>6. Frank – amigo / membro da mesma associação</p> <p>7. Antônio Clemente – família / membro da mesma associação</p> <p>8. Pedro – família / membro da mesma associação</p>	<p>2. Frank – amigo / membro da mesma associação</p> <p>3. Benedito – amigo / membro da mesma associação</p> <p>4. Gilson – família / membro da mesma associação</p> <p>5. Lucas – família / membro da mesma associação</p> <p>6. Carlos Alberto – amigo / membro da mesma associação</p>
--	---	--	--	--	---	--

	9. Luciana – Liderança do IDANNF	Liderança da CONAQ 9. Luciana – Liderança do IDANNF 10. Lucas – amigo / membro da mesma associação	CONAQ 10. Luciana – Liderança do IDANNF	10. Carlos Alberto – amigo / membro da mesma associação	9. Lucimara – Liderança da CONAQ 10. Luciana – Liderança do IDANNF	
--	---	---	---	--	---	--

Moradores entrevistados (Mulheres):

Nome Data da entrevista	Algemira 05/09/2017	Elizabeth 06/09/2017	Rosely 12/09/2017
Idade	79 anos	41 anos	48 anos
Nível escolar	Fundamental incompleto (até a antiga 5ª série)	Superior incompleto	Fundamental incompleto (até a antiga 5ª série)
Mora com	Sozinha	Pai, mãe e filhos	Marido
Filhos	1 filho	2 filhos	3 filhos
Tem família atualmente lutando para voltar à comunidade?	Sim. Irmãos, sobrinho, sobrinha, primos	Sim. Pais, irmão e tios	Sim. Marido, cunhado e filhos

Onde nasceu	Fazenda São Benedito	Em São Fidélis; em seguida, foi para a fazenda São Benedito.	Fazenda Oriente (fazia parte das terras da fazenda São Benedito)
Localização da casa atual	Barão de Macaúbas, em São Fidélis	Cristo Rei, em São Fidélis	Igualdade, em São Fidélis
Tempo de residência na cidade em que mora	45 anos em Campos e 8 anos em São Fidélis	36 anos em São Fidélis	10 meses em São Fidélis
Principal fonte de renda	Pensionista	Trabalho informal	Trabalho informal
Tipo de trabalho / Situação profissional	Pensionista	Consultora de vendas	Doméstica
Participa das reuniões da associação	Sim	Sim	Sim
Pessoas com que mantém relações e dialoga sobre demandas da comunidade / tipo de relação	<p>1. Frank – amigo / membro da mesma associação</p> <p>2. Antônio José – amigo / membro da mesma associação</p> <p>3. Carlos Alberto – amigo / membro da mesma associação</p> <p>4. Elza – amiga / membro da mesma associação</p> <p>5. Rosely – amiga / membro da mesma associação</p> <p>6. Gerson – amigo / família / membro da mesma associação</p> <p>7. Raquel – amiga / família /</p>	<p>1. Elias – família / membro da mesma associação</p> <p>2. Maciel – família / membro da mesma associação</p> <p>3. Fidélis – família / amigo / membro da mesma associação</p> <p>4. Jairo – relação de trabalho</p> <p>5. Luciano – relação de trabalho</p> <p>6. Emanuel – amigo / relação de trabalho</p> <p>7. Frank – amigo / membro da mesma associação</p>	<p>1. Lucas – amigo / família / membro da mesma associação</p> <p>2. Benedito Clemente – família / membro da mesma associação</p> <p>3. Antônio Clemente – família / membro da mesma associação</p> <p>4. Adilson – família / membro da mesma associação</p> <p>5. Frank – amigo / membro da mesma associação</p> <p>6. Antônio José – amigo / membro da mesma associação</p> <p>7. Carlos Alberto – amigo / membro</p>

	<p>membro da mesma associação</p> <p>8. Lucimara – Liderança da CONAQ</p> <p>9. Gilson – amigo / membro da mesma associação</p>	<p>8. Maria – família / membro da mesma associação</p>	<p>da mesma associação</p> <p>8. Gilson – amigo / membro da mesma associação</p>
--	---	---	---

Apêndice III: quadro esquemático dos moradores entrevistados e suas redes pessoais

Moradores entrevistados em Machadinho

Homens:

Nome Data da entrevista	Wagner 17/03/2017	Leandro 18/03/2017	Erotilde (Tide) 18/03/2017	Alex 18/03/2017	José do Patrocínio 18/03/2017
Idade	23 anos	36 anos	93 anos	25 anos	79 anos
Nível escolar	Superior completo	Ensino Médio incompleto (até o segundo ano)	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto (até a antiga 2ª série)
Mora com	Mãe	Filhos	Filhos e irmã	Avó	Filhos, esposa, neta e neto
Filhos	Não possui filhos	Dois filhos	Três filhos	Não possui filhos	Cinco filhos
Tem família atualmente lutando pela posse da terra?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Onde nasceu	Machadinho	Machadinho	Machadinho	Macaé	Lagoa Feia
Localização da casa atual	Machadinho	Machadinho (casa de passagem)	Machadinho	Machadinho	Machadinho
Tempo de residência na cidade em que mora	23 anos	36 anos	93 anos	23 anos	69 anos
Principal fonte de renda	Trabalho na área da educação ambiental	Emprego formal	Aposentadoria	Não tem	Aposentadoria
Tipo de trabalho / Situação profissional	Emprego formal	Mestre de Jongo mirim / campeiro	Aposentado	Desempregado	Aposentado

Participa das reuniões da associação na comunidade	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
<p>Pessoas com que mantém relações e dialoga sobre demandas da comunidade / tipo de relação</p>	<p>1. Dalma – vizinha / amiga / membro da mesma associação de moradores</p> <p>2. Leandro – família / vizinho / membro da mesma associação / amigo</p> <p>3. Janaína – vizinha / amiga / membro da mesma associação de moradores</p> <p>4. Rai – pesquisadora e professora da UFF – projeto Territórios Criativos</p> <p>5. Rute – pesquisadora da UFRJ</p> <p>6. Clareth – professora e pesquisadora da UENF</p>	<p>1. Wagner – família / vizinho / membro da mesma associação / amigo</p> <p>2. Fabiana – amiga / membro da mesma associação de moradores</p> <p>3. Janaína – vizinha / amiga / membro da mesma associação de moradores</p> <p>4. Jovana – amiga / vizinha / membro da mesma associação de moradores</p> <p>5. Rai – pesquisadora e professora da UFF – projeto Territórios Criativos</p> <p>6. Rogério – amigo / professor do IFF / pesquisador da UENF</p> <p>7. Carlos Augusto –</p>	<p>1. Maria José – família</p> <p>2. José do Patrocínio – amigo / vizinho</p> <p>3. Maria da Natividade (Dona Preta) – amiga / família</p>	<p>1. Wagner – amigo / vizinho</p> <p>2. Giucinei – amigo</p> <p>3. Dalma – família / vizinha / amiga</p> <p>4. Janaína – família / vizinha / amiga</p> <p>5. Amaro – família / vizinho</p>	<p>1. Erotilde (Tide) – amigo / vizinho</p> <p>2. Wagner – família / amigo / vizinho</p> <p>3. Arquimedes – família / amigo / vizinho</p> <p>4. Leandro – família / amigo / vizinho</p> <p>5. Ricardo – amigo / vizinho</p> <p>6. Maria – família / amiga / vizinha</p> <p>7. Pedro Moutinho – antropólogo / amigo</p>

	<p>7. Lucimara – CONAQ e agente do QUIPEA</p> <p>8. Pedro Moutinho – antropólogo / amigo</p> <p>9. Jovana – vizinha / secretária da associação</p> <p>10. Mônica Dias – amiga / antropóloga IFF / projeto Territórios Criativos</p>	<p>amigo / comunidade de Bacurau</p> <p>8. Jocinei – amigo / comunidade de Bacurau</p> <p>9. Rafael – amigo / comunidade de Bacurau</p> <p>10. Dalma – vizinha / amiga / membro da mesma associação de moradores</p>			
--	---	---	--	--	--

Nome	Robson	Antônio Jorge	Alexandre	Josimar
Data da entrevista	16/09/2017	16/09/2017	16/09/2017	16/09/2017
Idade	49 anos	57 anos	32 anos	29 anos
Nível escolar	Fundamental incompleto (até a antiga 8ª série)	Fundamental incompleto (até a antiga 1ª série)	Ensino médio incompleto	Fundamental incompleto (até a antiga 4ª série)
Mora com	Sozinho	A filha e a esposa	Pai e mãe	Dois irmãos e mãe
Filhos	Três filhos	Uma filha	Não	Não
Tem família atualmente lutando para voltar à comunidade?	Sim	Sim	Sim. Avó (neto de D Preta)	Sim
Onde nasceu	Machadinha	Machadinha	Machadinha	Machadinha

Localização da casa atual	Machadinha	Santa Luzia	Santa Luzia	Machadinha
Tempo de residência na cidade em que mora	49 anos	23 anos	Desde os 5 anos de idade	29 anos
Principal fonte de renda	Biscateiro (faz cerca, planta cana etc.)	Venda de produtos da agricultura. Cultivo próprio	Trabalho formal na escola da comunidade. Profissional da prefeitura	Biscates que faz com o irmão
Tipo de trabalho / Situação profissional	Trabalho informal	Desempregado	Empregado. Oficineiro de capoeira, maculelê e samba de roda	Desempregado
Participa das reuniões da associação	Sim	Sim	Sim	Não
Pessoas com que mantém relações e dialoga sobre demandas da comunidade / tipo de relação	<p>1. Janaína – família / amiga / vizinha</p> <p>2. Jovanil – família / vizinho</p> <p>3. Josimar – amigo / vizinho</p> <p>4. Santusa – vizinha / amiga</p> <p>5. Vilma – família / vizinha</p> <p>6. Dalma – Amiga / vizinha</p>	<p>1. Maciano – vizinho / membro da mesma associação</p> <p>2. Sebastião – vizinho / membro da mesma associação</p> <p>3. Nilson – vizinho</p> <p>4. Edilson – vizinho / membro da mesma associação</p> <p>5. Jean – vizinho / membro da mesma associação</p>	<p>1. Wagner – família / membro da mesma associação</p> <p>2. Alan – relação de trabalho</p> <p>3. Fabiana – relação de trabalho / membro da mesma associação / amiga</p> <p>4. Janaína – família / amiga / membro da mesma associação</p> <p>5. Maria da Natividade (Dona Preta) – família</p> <p>6. Chiquinho – família /</p>	<p>1. Cosme – família</p> <p>2. Robson – amigo / vizinho</p> <p>3. Janaína – amiga / vizinha</p> <p>4. Dalma – amiga / vizinha</p>

	7. Henrique – amigo / vizinho	6. Estefany – membro da mesma associação 7. Leandro – amigo / membro da mesma associação 8. Wagner – amigo / membro da mesma associação 9. Sirley – amigo 10. Silvana – amiga / membro da mesma associação	amigo / membro da mesma associação	
--	--------------------------------------	---	------------------------------------	--

Mulheres:

Nome	Dalma	Janáina	Maria de Lourdes	Maria José	Maria da Natividade
Data da entrevista	18/03/2017	17/03/2017	17/03/2017	17/03/2017	(D. Preta) 18/03/2017
Idade	53 anos	22 anos	58 anos	55 anos	86 anos
Nível escolar	Superior completo	Ensino médio completo	Ensino fundamental incompleto	Ensino médio incompleto (até o	Ensino fundamental incompleto

				1º ano)	
Mora com	Esposo	Pai, mãe e irmão	Filha, neto e esposo	Pai, irmã e tia	Sozinha
Filhos	um	não	Dois filhos	Dois filhos	
Tem família atualmente lutando para voltar à comunidade?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Onde nasceu	Santa Tereza, Quissamã	Machadinho	Machadinho	Machadinho	Santa Luzia
Localização da casa atual	Machadinho	Machadinho	Machadinho	Machadinho	Santa Luzia
Tempo de residência na cidade em que mora	13 anos	22 anos	58 anos	55 anos	86 anos
Principal fonte de renda	Emprego formal	Guia turístico	Não tem renda	Trabalho informal com artesanato	Aposentadoria
Tipo de trabalho / Situação profissional	Empregada. Profissional da prefeitura / diretora do Memorial Machadinho	Empregada	Desempregada	Trabalho informal com artesanato / Desempregada	Aposentadoria
Participa das reuniões da associação	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Pessoas com que mantém relações e dialoga sobre demandas da comunidade / tipo de relação	<p>1. Wagner – amigo / vizinho / membro da mesma associação</p> <p>2. Janaína – família / vizinho / membro da mesma associação</p> <p>3. Leandro – amigo / vizinho / membro da</p>	<p>1. Wagner – amigo / vizinho / membro da mesma associação</p> <p>2. Fabiana – família / vizinho / membro da mesma associação</p> <p>3. Jovana – vizinha / membro (secretária) da</p>	<p>1. Cristina – família / amiga / vizinha</p> <p>2. Salvadora – amiga / vizinha</p> <p>3. Juliano – família / amigo / vizinho</p> <p>4. Wagner – amigo /</p>	<p>1. Janaína – amiga / vizinha / membro da mesma associação</p> <p>2. Fabiana – família / vizinho / membro da mesma associação</p>	<p>1. Wagner – amigo / família</p> <p>2. Erotilde (Seu Tide) – família / amigo</p> <p>3. Alexandre – família</p>

	<p>mesma associação</p> <p>4. Rute – pesquisadora da UFRJ</p> <p>5. Fabiana – família / membro da mesma associação</p>	<p>mesma associação</p> <p>4. Dalma – vizinha / amiga / membro da mesma associação de moradores</p> <p>5. Clareth – amiga / pesquisadora da UENF</p> <p>6. Salvadora – família / vizinho</p> <p>7. Rai – amiga / pesquisadora da UFF</p> <p>8. Leandro – vizinho / amigo / membro da mesma associação de moradores</p>	<p>vizinho</p> <p>5. Janáina – amiga / vizinha</p>	<p>3. Wagner – amigo / vizinho / membro da mesma associação</p> <p>4. Jovana – vizinha / amiga / membro (secretária) da mesma associação</p> <p>5. Lígia – família</p> <p>6. Dulcinéia – amiga</p> <p>7. Eroltilde – Família</p>	
--	--	---	---	---	--

Nome	Helena	Fabiana	Joana
Data da entrevista	18/03/2017	16/09/2017	15/09/2017
Idade	51 anos	42 anos	47 anos
Nível escolar	Ensino médio	Superior incompleto	Fundamental incompleto (até a antiga 5ª série)
Mora com	Filho	Marido e filha	Sozinha
Filhos	3 filhos	Uma filha	3 filhos
Tem família atualmente lutando para voltar à comunidade?	Sim	Sim	Sim
Onde nasceu	Machadinha	Boa Vista	Machadinha

Localização da casa atual	Santa Luzia	Boa Vista	Machadinho
Tempo de residência na cidade em que mora	51 anos	42 anos	47
Principal fonte de renda	Emprego formal	Emprego formal	Trabalho formal
Tipo de trabalho / Situação profissional	Empregada / agente comunitária de saúde	Empregada /mediadora na escola da comunidade	Cuidadora de idosos
Participa das reuniões da associação	Sim	Sim	Não
Pessoas com que mantém relações e dialoga sobre demandas da comunidade / tipo de relação	<p>1. Amaro – família / vizinho</p> <p>2. Jane – amiga / liderança ACQUILERJ</p> <p>3. Wagner – amigo / família / membro da mesma associação</p> <p>4. Lucimara – amiga / liderança CONAQ e agente do QUIPEA</p> <p>5. Rai – amiga / pesquisadora e professora da UFF – projeto Territórios Criativos</p>	<p>1. Wagner – amigo / membro da mesma associação</p> <p>2. Janaina – amiga / membro da mesma associação</p> <p>3. Jovana – amiga / membro da mesma associação</p> <p>4. Alexandre – relação de trabalho / amigo / mebro da mesma associação</p> <p>5. Rai – relação de trabalho / pesquisadora e professora da UFF – projeto Territórios Criativos</p> <p>6. Rute – relação de trabalho / pesquisadora da UFRJ</p> <p>7. Clareth – relação de trabalho /</p>	<p>1. Cristina – vizinha</p> <p>2. Salvadora – família / vizinha</p> <p>3. Cosme – vizinho</p> <p>4. Elaine – família</p> <p>5. Janaína – família</p>

		professora e pesquisadora da UENF 8. Leandro – amigo / membro da mesma associação de moradores 9. Dalma – família / membro da mesma associação de moradores	
--	--	---	--